

COLLECCÃO DAS LEIS

DA

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

DE

1907

VOLUME I



RIO DE JANEIRO

IMPRESA NACIONAL

1908



INDICE

DOS

ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

1907

	Pags.
N. 1625 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de janeiro de 1907 — Fixa os vencimentos dos membros da Córte de Appellação e do procurador geral do Districto Federal.....	1
N. 1626 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de janeiro de 1907 — Equipara em vencimentos os telegraphistas da Estrada do Ferro Central do Brazil aos da Repartição Geral dos Telegraphos..	1
N. 1627 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES E FAZENDA — Decreto de 2 de janeiro de 1907 — Fixa os vencimentos dos juizes e dos demais funcionarios da justiça federal.....	2
N. 1628 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de janeiro de 1907 — Fixa os vencimentos dos empregados da Repartição Geral dos Telegraphos, não contemplados nos decretos legislativos ns. 1468 e 1472, de 9 de janeiro de 1906, e dá outras providencias.....	4
N. 1629 — FAZENDA — Decreto de 3 de janeiro de 1907 — Eleva a 100\$ a pensão que percebe D. Florinda do Valle Dutra e concede a pensão mensal de igual quantia a D. Adelia Ernestina Diniz.....	5
N. 1630 — FAZENDA — Decreto de 3 de janeiro de 1907 — Eleva á categoria de 1ª ordem a Alfandega de Manaus	6

	Págs.
N. 1631 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de janeiro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a reformar o serviço policial do Districto Federal.....	8
N. 1632 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de janeiro de 1907 — Autoriza o Governo Federal a entregar, por intermedio da Directoria Geral de Saude Publica, as medidas necessarias para extinguir a peste bubonica na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro.....	14
N. 1633 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 3 de janeiro de 1907 — Publica a adhesão do Brazil ás Convenções assignadas na Haya em 29 de julho de 1899.	15
N. 1634 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 3 de janeiro de 1907 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 4.000:000\$, supplementar á verba 3ª do art. 5º da lei n. 1453, de 30 de dezembro de 1905.....	15
N. 1635 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 3 de janeiro de 1907 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 50:000\$, ouro, supplementar á verba 7ª do art. 5º da lei n. 1453, de 30 de dezembro de 1905.....	16
N. 1636 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 3 de janeiro de 1907 — Crea Vice-consulados nas cidades de Rivera e Mello, no Estado Oriental do Uruguay, e Alvear, na Republica Argentina.....	16
N. 1637 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de janeiro de 1907 — Crea syndicatos profissionais e sociedades cooperativas.....	17
N. 1638 — GUERRA — Decreto de 3 de janeiro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 1.765:730\$205, supplementar á verba 10ª do art. 9º da lei n. 1453, de 30 de dezembro de 1905.....	22
N. 1639 — GUERRA — Decreto de 5 de janeiro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder um auxilio de guerra, com vencimentos, ao marechal Francisco de Paula Argollo, ministro do Supremo Tribunal Militar, para tratar do seu soude.....	23
N. 1640 — GUERRA — Decreto de 5 de janeiro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 30:000\$, supplementar á verba 15ª, n. 23, do art. 3º da lei n. 1453, de 30 de dezembro de 1905.....	23

	Pags.
N. 1641 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de janeiro de 1907 — Providencia sobre a expulsão de estrangeiros do territorio nacional.....	24
N. 1642 — GUERRA — Decreto de 10 de janeiro de 1907 — Regula os vencimentos dos empregados do Laboratorio Chimico Pharmaceutico Militar.....	25
N. 1643 — GUERRA — Decreto de 10 de janeiro de 1907 — Autoriza o Governo a abrir, no Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 8:000\$, destinado ao pagamento do ordenado que compete de 1903 a 1906 ao mestre da officina de obras brancas do extinto Arsenal de Guerra do Estado da Bahia Antonio Bento Guimarães.....	26
N. 1644 — GUERRA — Decreto de 10 de janeiro de 1907 — Manda reverter ao serviço activo do Exército o general de divisão graduado reformado Antonio Adolpho da Fontoura Menna Barreto.....	27
N. 1645 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a crear no Corpo de Bombeiros mais uma companhia, que será a 6. ^a , e a reformar o regulamento vigente, dando outras providencias.....	27 /
N. 1646 — FAZENDA — Decreto de 11 de janeiro de 1907 — Corrige a alteração com que foi publicada a lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906.....	28
N. 1647 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 28 de maio de 1907 — Approva a Convenção assignada, na Haya, por varias potencias em 29 de julho de 1899, para o ajuste pacifico dos conflictos internacionais...	29
N. 1648 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de maio de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 10:051\$456 para pagamento de diversas despesas do Senado Federal.....	29
N. 1649 — MARINHA — Decreto de 4 de junho de 1907 — Mantem o direito dos aspirantes a commissarios que não foram incluídos na reforma por que passou a classe, ficando addidos ao Corpo de Commissarios, aguardando vagas, além de serem promovidos.....	30
N. 1650 — FAZENDA — Decreto de 6 de junho de 1907 — Concede a pensão mensal de 250\$ à viúva e aos filhos do tenente-coronel Innocencio Fabricio Ferreira de Mattos.....	30

	Paos.
N. 1651 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de junho de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a levantar em uma das praças desta capital um monumento ao almirante Barroso, commemorativo da batalha do Riachuelo.....	31
N. 1652 — GUERRA — Decreto de 13 de junho de 1907 — Autoriza a reforma, no posto de alferes, do enfermeiro-mór do Hospital Central do Exercito Henrique José da Rocha.....	31
N. 1653 — GUERRA — Decreto de 13 de junho de 1907 — Autoriza a abertura do credito de 35:000\$ para verificar, por experiencias adequadas, o valor do explosivo offerecido pelo Dr. Alvaro Alberto da Silva...	32
N. 1654 — MARINHA — Decreto de 13 de junho de 1907 — Restabelece as companhias de aprendizes marinheiros nos Estados do Paraná, Espirito Santo, Rio Grande do Norte, Piauhv, Amazonas, Pará, Rio de Janeiro e S. Paulo.....	32
N. 1655 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de junho de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao Dr. Fausto Alves de Brito o premio de viagem a que tem direito, e dá outras providencias.....	33
N. 1656 — GUERRA — Decreto de 20 de junho de 1907 — Autoriza a concessão de um anno de licença ao 2º tenente do 6º regimento de artilharia Ricardo do Berredo.....	34
N. 1657 — GUERRA — Decreto de 20 de junho de 1907 — Autoriza a concessão de um anno de licença ao coronel honofario e capitão reformado Miguel Calmon da Pin Lisboa.....	34
N. 1658 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de junho de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a prorogar por 10 mezes, com ordenado, a licença em cujo gozo se acha, para tratamento de saude, o bacharel Manoel Joaquim de Castro Madeira, praticante dos Correios de Pernambuco.....	35
N. 1659 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 25 de junho de 1907 — Approva o tratado concluido em 5 de maio de 1906, estabelecendo a fronteira entre o Brazil e a Colonia de Surinam.....	35
N. 1660 — FAZENDA — Decreto de 27 de junho de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com ordenado, ao 2º escriptuario da Casa da Moeda Pedro de Alcantara Benavides de Araújo Cintra.....	36

- N. 1661 — FAZENDA — Decreto de 27 de junho de 1907 — Equipara a Delegacia Fiscal do Tesouro Federal no Estado do Amazonas, á identica repartição no Estado de Pernambuco..... 36
- N. 1662 — FAZENDA — Decreto de 27 de junho de 1907 — Manda aproveitar para o quadro dos empregados de Fazenda os guardas das alfandegas da Republica que tiverem prestado o concurso de primeira entrada... 37
- N. 1663 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de junho de 1907 — Autoriza o Poder Executivo a conceder ao Dr. Godofredo Xavier da Cunha, juiz federal da 1ª vara na secção do Districto Federal, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saúde..... 37
- N. 1664 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de junho de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder a João Lopes Brazil, telegraphista de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, seis mezes de licença, com ordenado, em prorrogação da que obteve, para tratar de sua saúde onde lhe convier..... 38
- N. 1665 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de junho de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder a Luiz Brito, ajudante do agente do Correio de Caxias, no Estado do Maranhão, um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratamento de saúde..... 38
- N. 1666 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de julho de 1907 — Fixa os vencimentos dos funcionarios da Bibliotheca Nacional, de accordo com a tabella annexa..... 39
- N. 1667 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de julho de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder a Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, director do Archivo Publico Nacional, um anno de licença com ordenado..... 40
- N. 1668 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de julho de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder a Octavio Moniz de Souza, tabellião da Prefeitura do Alto Purús, um anno de licença, na fórma da lei..... 40
- N. 1669 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de julho de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de

3:000\$, para occorrer ao pagamento da desapropriação, por utilidade publica, de duas casas situadas no terreno fronteiro ao Jardim Botânico.....	41
N. 1670 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de julho de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 1.000:000\$, para aquisição de material fixo o restante a execução dos melhoramentos necessarios á Estrada do Ferro Oeste de Minas.....	41
N. 1671 — GUERRA — Decreto de 17 de julho de 1907 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 13:508, supplementar á verba 2ª do art. 32 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906.....	42
N. 1672 — FAZENDA — Decreto de 18 de julho de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda os creditos supplementares de 28:000\$ e 70:000\$, ás verbas 2ª e 3ª do art. 45 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906.....	42
N. 1673 — FAZENDA — Decreto de 18 de julho de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 12:276\$98, supplementar á verba — Alfândegas — do orçamento de 1907... ..	43
N. 1674 — FAZENDA — Decreto de 18 de julho de 1907 — Releva da prescripção em que incorreu D. Laurinda Escilla Adelaide da Rocha, para receber a quarta parte do soldo que venceia seu irmão, o tenente do Exercito Paulo Antonio da Rocha.....	43
N. 1675 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de julho de 1907 — Dapora o art. 4º, § 6º, 2ª parte, do decreto n. 169 A, de 19 de janeiro de 1890, e o art. 189 do decreto n. 370, de 2 de maio do mesmo anno, e da outras providencias.....	44
N. 1676 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de julho de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com ordenado, ao 3º official da Secretaria da Justiça e Negocios Interiores Ernesto Epaminondas de Castro.....	44
N. 1677 — FAZENDA — Decreto de 25 de julho de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com ordenado, ao 2º escriptuario do Thesouro Federal Raymundo João dos Reis Lisboa... ..	45
N. 1678 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de julho de 1907 — Releva os vencimentos do director e do medico da Casa de Correção da Capital Fe-	

deral, as diários dos guardas internos e externos, a gratificação do enfermeiro do mesmo estabelecimento e os vencimentos do director da Casa de Detenção...	45
N. 1679 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de julho de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a applicar ao pre-p-ador de histologia da Faculdade de Medicina da Bahia Dr. Julio Sergio Palma a disposição da lei n. 138, de 21 de julho de 1893....	46
N. 1680 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 31 de julho de 1907 — Promulga a Convenção concluida em Genebra entre o Brazil e varias Potencias em 6 de julho de 1903, para melhorar a sorte dos feridos e enfermos nos exercitos em campanha.....	46
N. 1681 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 9 do agosto de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 70.000\$, papel, para as despezas com a representacao do Brazil no XVI Congresso Internacional de Hygiene e Demographia a reunir-se em Berlin.....	66
N. 1682 — FAZENDA — Decreto de 10 de agosto de 1907 — Autoriza o Governo a mandar pagar a D. Maria Mathilde Barbosa de Oliveira, viuva do coronel de estado maior de 1ª classe José Felix Barbosa de Oliveira, a differença entre o meio-soldo desta patente e o meio-soldo da do general de brigada.....	66
N. 1683 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 10 de agosto de 1907 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 80.000\$, ouro, suplementar á verba 7ª do art. 13 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906.....	67
N. 1684 — FAZENDA — Decreto de 12 de agosto de 1907 — Autoriza o Governo a emprastar ao Estado de São Paulo até a quantia de \$ 3.000.000 ou o seu equivalente em moeda nacional.....	67
N. 1685 — FAZENDA — Decreto de 12 de agosto de 1907 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 50.000\$ para as despezas com os funcionarios e commi-sões designadas para fiscalizar e inspecionar as repartições arrecadadoras.....	68
N. 1686 — FAZENDA — Decreto de 12 de agosto de 1907 — Manda vigorar a disposição do art. 2º, § 36, das Preliminares da Tarifa e Lenta da taxa de expediente as mercaderias a que se refere o citado artigo.....	68
N. 1687 — GUERRA E MARINHA — Decreto de 13 de agosto de 1907—Concede vitaliciamente aos officiaes e praças	

de pret sobreviventes dos corpos de Voluntarios da Patria e Guarda Nacional e aos auditores da guerra e estudantes de medicina e pharmacia, que serviram no Exercito e na Armada, por occasião da guerra do Paraguay, o soldo regulado pela tabella actualmente vigente, e dá outras providencias.....	69
N. 1688 — MARINHA — Decreto de 16 de agosto de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com soldo e etapa, ao 1º tenente machinista da Armada Aurelio da Silva Reis.....	70
N. 1689 — FAZENDA — Decreto de 16 de agosto de 1907 — Fixa as porcentagens a que tem direito os collectores e escriptães pela arrecadação das rendas federaes....	70
N. 1690 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de agosto de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 199:080\$, papel, para terminação das obras do quartel central do Corpo de Bombeiros.....	71
N. 1691 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de agosto de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito da quantia de 876.335\$340, suplementar á verba n. 2º do art. 2º da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906.....	71
N. 1692 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de agosto de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder, no corrente anno, uma segunda época de exames aos estudantes de preparatorios, abrindo para isso o necessario credito.....	72
N. 1693 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 16 de agosto de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao bacharel Sezino Barbosa do Valle, substituto do juiz federal na secção de Minas Geraes, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude.....	72
N. 1694 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 16 de agosto de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 1.500.000\$, papel, para occorrer a despezas da Estrada de Ferro Central do Brazil e regularização das respectivas contas.....	73
N. 1695 — FAZENDA — Decreto de 22 de agosto de 1907 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda	

o credito especial de 68:570\$576 para cumprimento da carta precatoria expedida pelo juiz federal da 1ª vara deste districto a favor de Norberto do Azevedo Coutinho.....	73
N. 1696 — FAZENDA — Decreto de 22 de agosto de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 2.164:371\$548 para saldar todas as despesas feitas com o edificio construido para a Caixa de Amortização.....	74
N. 1697 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de agosto de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao engenheiro civil Dr. Henrique de Novaes o premio de viagem a que foi julgado com direito pela congregação da Escola Polytechnica desta capital, sendo-lhe dada a quantia de 4:200\$, ouro....	75
N. 1698 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de agosto de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 8:083\$600 para occorrer ao pagamento de obras executadas em 1900 pela Companhia « Rio de Janeiro City Improvements ».....	75
N. 1699 — Decreto — Com este numero não houve acto algum.....	75
N. 1700 — FAZENDA — Decreto de 29 de agosto de 1907 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 45:665\$705 para occorrer ao pagamento devido, em virtude de sentença judicial, a Carlos Pinto de Figueiredo.....	75
N. 1701 — FAZENDA — Decreto de 29 de agosto de 1907 — Supprime os logares de presidente e vice-presidente da Caixa de Conversão, crea o de director, e dá outras providencias.....	76
N. 1702 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de agosto de 1907 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a actual sessão legislativa até ao dia 3 de outubro do corrente anno.....	77
N. 1703 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de agosto de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima, lente da Faculdade de Direito de S. Paulo, em prorrogação daquella em cujo gozo se acha para tratamento de sua saude.....	77
N. 1704 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de agosto de 1907 — Autoriza o Presi-	

	PAGS.
dento da Republica a conceder um anno de licença, com ordenado, ao praticante dos Correios do Maranhão Antonio da Costa Gomes para tratamento de sua saude.....	78
N. 1705 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto do 29 de agosto de 1907 — Autoriza o Poder Executivo a relover da responsabilidade e pagamento da quantia de 30:148\$477 o thesoureiro da Estrada de Ferro Central do Brazil Miguel de Oliveira Salazar.	78
N. 1706 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de agosto de 1907 — Releva a prescripção em que incorporaram os vencimentos do archivista da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Eugenio Ferraz de Abreu, no periodo de 17 de abril de 1893 a 21 de maio de 1894.....	79
N. 1707 — FAZENDA — Decreto de 4 de setembro de 1907 — Concede a pensão de 200 mensaes, repartidamente, á viuva e filha solteira do desembargador Luiz Antonio Fernandes Pinheiro.....	79
N. 1708 — GUERRA — Decreto de 5 de setembro de 1907 — Autoriza o Governo a mandar matricular, em 1908, na Escola de Artilharia e Engenharia os ex alumnos da extincta Escola Militar do Brazil nas condições que em seguida se estabeleçam.....	80
N. 1709 — FAZENDA — Decreto de 5 de setembro de 1907 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao continuo da Alfândega de Manaus, Estado do Amazonas, Gonçalo Rodrigues Souto.....	80
N. 1710 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de setembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a pagar a D. Joanna Jaguaribe Gomes de Mattos, viuva do bacharel João Pinto Gomes de Mattos, os vencimentos do juiz de direito relativos ao tempo que ao mesmo juiz foi contado pelo Supremo Tribunal de Justiça, relevando a prescripção em que tenha incorrido.....	81
N. 1711 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de setembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 6:000\$ para pagamento do aluguel da casa em que funciona o Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio do Janeiro.....	81
N. 1712 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de setembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a mandar abrir o credito de 1:371\$289 ao	

Pag.

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores para pagamento dos ordenados que deixou de receber o iludido amauense do extinto Tribunal Civil o Criminal, Augusto Moreno de Alagão.....	82
N. 1713 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de setembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao Dr. José de Souza Pondé, inspector dos portos do Estado de Sergipe, um anno de licença, para tratamento de saúde, com o ordenado a que tiver direito.....	82
N. 1714 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de setembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao telegraphista de 3ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, João Baptista Xavier Nunes da Silva, seis mezes de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde.....	83
N. 1715 — GUERRA — Decreto de 12 de setembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a mandar contar, para effeito de aposentadoria, o tempo em que Francisco José Carlos esteve no Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro como encarregado do serviço geral.....	83
N. 1716 — FAZENDA — Decreto de 12 de setembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 57:399\$001, papel, para o pagamento devido ao capitão José Cicero Bianchi em virtude de sentença judicial.....	84
N. 1717 — FAZENDA — Decreto de 12 de setembro de 1907 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 535:876\$147 para pagamento de dividas de exercicios findos.....	84
N. 1718 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de setembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 18:864\$591, suplementar á verba n. 33 do art. 2º da Lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1901.....	85
N. 1719 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de setembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 2:570\$530, para occorrer ao pagamento dos ordenados do 2º official dos Correios Antonio do Souza Guedes.....	85
N. 1720 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1907 — Approva a Convenção Postal Universal e outros actos internacionaes que a ella se relacionam, concluidos em Roma em 26 de maio de 1906.....	86

	PAGS.
N. 1721 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 16 de setembro de 1907 — Approva o Protocollo contendo instruções sobre o reconhecimento do rio Verde e suas cabeceiras.....	86
N. 1722 — GUERRA — Decreto de 19 de setembro de 1907 — Manda considerar por actos de bravura a commissão do actual 2º tenente Antonio Netto de Azambuja e contar a sua antiguidade de posto de 20 de setembro de 1893.....	86
N. 1723 — FAZENDA — Decreto de 19 de setembro de 1907 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 400:000\$, papel, suplementar á verba — Fiscalização e mais despesas dos impostos de consumo e de transporte, do exercicio de 1907.....	87
N. 1724 — FAZENDA — Decreto de 19 de setembro de 1907 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 176:123\$646, ouro e 493:720\$305, papel, para o pagamento de dividas de exercicios findos....	87
N. 1725 — FAZENDA — Decreto de 19 de setembro de 1907 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, a Luiz Egydio Martins de Lemos, 1º escripturario da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado do Amazonas.....	88
N. 1726 — FAZENDA — Decreto de 19 de setembro de 1907 — Concede a pensão de 300\$ mensaes a D. Emilia Saldanha Marinho Conceição.....	89
N. 1727 — FAZENDA — Decreto de 19 de setembro de 1907 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 55:164\$134 para o pagamento devido a Pedro Brusque de Abreu e outros, em virtude de sentença judicial.....	89
N. 1728 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de setembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Dr. Lafayette Cavalcanti de Freitas, inspector sanitario do Districto Federal, para tratar de sua saude onde lhe convier.....	90
N. 1729 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de setembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao bacharel José Affonso Lamounier Junior, juiz da 3ª vara commercial do Rio de Janeiro, seis mezes de licença com os respectivos vencimentos.....	90
N. 1730 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de setembro de 1907 — Autoriza o Pro-	

Págs.

sidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito necessario para a execução do decreto n. 1628, de 2 de janeiro de 1907.....	91
N. 1731 — GUERRA — Decreto de 21 de setembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra os creditos de 280:000\$, papel, suplementar á verba 14 ^a do art. 22 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906 e extraordinario de 2.220:000\$, papel, para diversos serviços.....	91
N. 1732 — MARINHA — Decreto de 26 de setembro de 1907 — Equipara os vencimentos do secretario da Inspectoria do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro aos de chefe de secção da Secretaria da Marinha.....	92
N. 1733 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de setembro de 1907 — Manda applicar aos trabalhos das commissões de revisão do alistamento eleitoral os recursos estabelecidos pelos arts. 36 e 37 da lei n. 1269, de 15 de novembro de 1904.....	92
N. 1734 — FAZENDA — Decreto de 26 de setembro de 1907 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 32:648\$489 para occorrer ao pagamento devido ao Dr. Bento Borges da Fonsoca, em virtude de sentença judiciaria.....	93
N. 1735 — FAZENDA — Decreto de 26 de setembro de 1907 — Autoriza o Governo a mandar incluir na aposentadoria de João Carlos Thompson Junior o tempo em que serviu de professor dos menores artezão e escripturario extranumerario da Casa de Correção.....	93
N. 1736 — FAZENDA — Decreto de 26 de setembro de 1907 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao contador da Delegacia Fiscal em Pernambuco, bacharel Thomaz de Lemos Duarte.....	94
N. 1737 — FAZENDA — Decreto de 30 de setembro de 1907 — Concede a pensão mensal de 120\$, repartidamente, a D. Philomena Nunes de Mello e a sua filha do igual nome.....	94
N. 1738 — FAZENDA — Decreto de 30 de setembro de 1907 — Concede a D. Anna Leopoldina da Serra Gonçalves e a D. Juliana da Serra Nunes Gonçalves a pensão annual de 3:600\$, repartidamente.....	95
N. 1739 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de outubro de 1907 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até ao dia 3 de novembro do corrente anno.....	95

- N. 1740 — MARINHA — Decreto de 3 de outubro de 1907 —
Manda contar ao capitão de fragata graduado, com-
missario da Armada reformado Pedro Antonio da
Silva, para melhoria de sua reforma, o tempo em que
serviu como ojerario do Arsenal de Marinha do Es-
tado do Pará..... 95
- N. 1741 — FAZENDA — Decreto de 3 de outubro de 1907 —
Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Minis-
terio da Fazenda o credito extraordinario de 2:683\$200
para pagamento da differença de vencimentos a que
tem direito os conferentes das capatazias da Alfân-
dega do Rio de Janeiro..... 96
- N. 1742 — FAZENDA — Decreto de 3 de outubro de 1907 —
Releva da prescripção em que tiver incorrido Antonio
Alfredo de Carvalho, amabuenso do extinto Arsenal
de Guerra de Pernambuco, para receber vencimentos
que lhe competem, e autoriza a abertura do credito
de 6:095\$506..... 96
- N. 1743 — FAZENDA — Decreto de 3 de outubro de 1907
— Fixa o numero, classe e vencimentos dos empre-
gados das Alfandegas do Rio de Janeiro e Santos e dá
outras providencias..... 97
- N. 1744 — GUERRA — Decreto de 10 de outubro de 1907 —
Torna extensiva ao 1º tenente do Exercito João Phila-
dolpho da Rocha a excepção do art. 1º de decreto le-
gislativo n. 981, de 7 de janeiro de 1903..... 100
- N. 1745 — FAZENDA — Decreto de 17 de outubro de 1907 —
Autoriza o Governo a mandar fazer, gratuitamente,
na Casa da Moeda e na Imprensa Nacional, a cunha-
gem das medalhas e a impressão de diplomas destina-
dos a premios nas exposições regionaes e estaduais, e
dá outras providencias..... 101
- N. 1746 — FAZENDA — Decreto de 17 de outubro de 1907
— Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Mi-
nisterio da Fazenda o credito extraordinario do
4:551\$900 para o pagamento devido ao coronel hono-
rario Antonio Bezerra Cabral, em virtude de sentença
judiciaria..... 101
- N. 1747 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto
de 17 de outubro de 1907 — Autoriza o Presidente da
Republica a conceder ao ministro do Supremo Tribu-
nal Federal Dr. Lucio de Mendonça aposentadoria
com todos os vencimentos do cargo..... 102
- N. 1748 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto
de 17 de outubro de 1907 — Manda observar o dis-

PÁGS.

posto nos arts. 439, n. 1, e 441 do regulamento n. 120 de 31 de janeiro de 1842, com relação a <i>habeas-corpus</i>	102
N. 1749 — GUERRA — Decreto de 23 de outubro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, para tratar de sua saúde na Europa, ao general de divisão Miguel Maria Girard.....	103
N. 1750 — MARINHA — Decreto de 24 de outubro de 1907 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario que for necessario para pagar a differença de gratificação que deixou de receber, no cargo de secretario paizano do Corpo de Marinheiros Nacionais, o capitão-tenente honorario Arlindo Pinto Duarte.....	103
N. 1751 — MARINHA — Decreto de 24 de outubro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 35:388\$742 para pagamento de vencimentos devidos a varios officiaes da Armada.....	104
N. 1752 — MARINHA — Decreto de 24 de outubro de 1907 — Fixa a força naval para o exercicio de 1908.....	104
N. 1753 — FAZENDA — Decreto de 24 de outubro de 1907 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 123:387\$728 para a restituição de espolios que foram arrecadados pelo curador de bens de defuntos e ausentes Dr. Genesio Telles Bandeira de Mollo.....	105
N. 1754 — FAZENDA — Decreto de 24 de outubro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 415:403\$753 para o pagamento devido a Antonio Nunes Pires, em virtude de sentença judicial.....	106
N. 1755 — FAZENDA — Decreto de 24 de outubro de 1907 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 4:415\$770 para pagamento devido a Silva Mattos & Irmão em virtude de sentença judicial.....	106
N. 1756 — FAZENDA — Decreto de 24 de outubro de 1907 — Autoriza o Governo a abrir creditos necessarios para o pagamento das despesas com a recepção, no proximo anno, de Suas Magestades El-Rei e Rainha de Portugal.....	107
N. 1757 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de outubro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1.614:091\$120	

	Pags.
para a conclusão do edificio destinado á Escola Nacional de Bellas Artes.....	107
N. 1758 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 26 de outubro de 1907 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 30:000\$, papel, supplementar á verba 2ª—Empregados em disponibilidade — do art. 16, da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906.....	108
N. 1759 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de outubro de 1907 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 3 de dezembro do corrente anno.....	108
N. 1760 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 30 de outubro de 1907 — Crea Vice-Consulados nas cidades de Artigas, San Eugenio e Santa Rosa, no Estado Oriental do Uruguay, com a dotação annual de 4:000\$, ouro.....	109
N. 1761 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1907 — Autoriza ao Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 2:806\$451, supplementar á verba n. 12 do art. 2º do orçamento em vigor, para pagamento de vencimentos ao escrivão do Juizo Federal de Minas Geraes Leandro Castilho de Moura Costa.....	109
N. 1762 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1907 — Eleva os vencimentos de varios funcionarios do Instituto Nacional de Musica.....	110
N. 1763 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao Dr. Thadeu de Araujo Medeiros, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica, um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier.....	110
N. 1764 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao bacharel José Calheiros de Mello, juiz de direito da terceira vara civil do Districto Federal, um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratar de sua saude, em prorrogação daquelle em cujo gozo se acha.....	111
N. 1765 — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1907 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença com o ordenado a que tiver direito, a Romualdo Justino Netto, 3º escripturario da Alfandega da Bahia....	111

	PAGE.
N. 1766 — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1907 — Concede a pensão de 100\$ mensaes a Francisco Alexandrino Barroso da Silva.....	112
N. 1767 — GUERRA — Lei de 31 de outubro de 1907 — Fixa as forças de terra para o exercício de 1908.....	112
N. 1768 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 6 de novembro de 1907 — Approva os dous Protocollos assignados em Caracas a 9 de dezembro de 1905, com o fim de ultimar a demarcação das fronteiras determinadas no Tratado de 5 de maio de 1859, entre o Brazil e Venezuela.....	115
N. 1769 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 6 de novembro de 1907 — Approva o Protocollo firmado em 12 de dezembro de 1906 entre o Brazil e a Republica Oriental do Uruguay sobre a execução de cartas rogatorias.....	115
N. 1770 — GUERRA — Decreto de 7 de novembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 2:686\$608, destinado ao pagamento de vencimentos que competem a Paulino Francisco Paes Barreto....	116
N. 1771 — FAZENDA — Decreto de 13 de novembro de 1907 — Crea a Alfandega de S. Francisco, no Estado de Santa Catharina.....	116
N. 1772 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de novembro de 1907 — Autoriza a entregar á commissão incumbida da criação de uma estatua em homenagem ao benemerito consolidador da Republica o marechal Floriano Peixoto, como auxilio, a quantia de 50:000\$000.....	118
N. 1773 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de novembro de 1907 — Eleva os vencimentos dos professores de sciencia da Escola Nacional de Bellas Artes e a gratificação dos directores das faculdades e escolas superiores e do Gymnasio Nacional.....	119
N. 1774 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de novembro de 1907 — Concede a cada uma das alumnas do Instituto Nacional de Musica Suzana de Figueiredo, Helena de Figueiredo e Maria Isabel de Verney Campello, como premio de viagem á Europa, a importancia de 3:000\$, ouro.....	119
N. 1775 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 8 de novembro de 1907 — Approva a Convenção Internacional Radiographica, o accordo adicional, protocollo final e respectivo regulamento, concluidos em 3 de novembro de 1906, entre o Brazil e varias Potencias.....	120

- N. 1776 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de novembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negócios Interiores, o credito de 10:470\$869, sendo 759\$677, suplementar á verba 15ª e 9:711\$192 suplementar á verba 16ª do art. 2º da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906..... 120
- N. 1777 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 14 de novembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder a Eduardo José Monteiro Torres, fiel-recebedor da Estrada de Ferro Central do Brazil, um anno de licença, com ordenado, para tratamento de sua saúde..... 121
- N. 1778 — GUERRA — Decreto de 19 de novembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a prorogar a licença em cujo gozo se acha o 2º tenente do 11º batalhão de infantaria Alfredo Romão dos Anjos..... 121
- N. 1779 — GUERRA — Decreto de 19 de novembro de 1907 — o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 38:723\$436 para pagamento de gratificações a professores e coadjuvantes que serviram na Escola de Guerra em 1906..... 122
- N. 1780 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de novembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negócios Interiores o credito de 4:923\$917, suplementar á verba 17ª — Guarda Nacional — do art. 2º da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906..... 122
- N. 1781 — GUERRA — Decreto de 28 de novembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 158:075\$750, suplementar á verba 12ª do art. 22 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906..... 123
- N. 1782 — FAZENDA — Decreto de 28 de novembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a promover a fundação de um Banco Central Agrícola, destinado a fornecer á lavoura o auxilio de capitães e de creditos de accordo com as disposições que estabelece..... 123
- N. 1783 — FAZENDA — Decreto de 28 de novembro de 1907 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 380:000\$, papel, suplementar á verba 12ª do art. 45 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906..... 126
- N. 1784 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de novembro de 1907 — Autoriza o Presidente

da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 39:150\$121 para occorrer ao pagamento de diversos officiaes da Brigada Policial.....	126
N. 1785 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de novembro de 1907 — Estabelece penas para o crime de peculato, e dá outras providencias.....	127
N. 1786 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de novembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir o necessario credito para occorrer ao pagamento da parte dos vencimentos que deixaram de perceber o director, o secretario, o escriptuario, o almoxarife e o mestre da officina da Escola Correccional Quinze de Novembro.....	130
N. 1787 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de novembro de 1907 — Regula a construcção de tapumes divisorios entre propriedades ruraes.	131
N. 1788 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de dezembro de 1907 — Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até ao dia 31 de dezembro do corrente anno.....	132
N. 1789 — FAZENDA — Decreto de 5 de dezembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com ordenado, ao contador da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal em Minas Geraes Domingos Fernandes Monteiro.....	132
N. 1790 — FAZENDA — Decreto de 5 de dezembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda os creditos necessarios para occorrer ás despesas com a cunhagem de moedas de prata de 2\$, 1\$ e 500 réis.....	133
N. 1791 — FAZENDA — Decreto de 5 de dezembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a arrendar o edificio destinado á Alfandega de Juiz de Fora e seus terrenos.....	133
N. 1792 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de dezembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder a Alípio Napoleão Serpa Filho, amanuense da Bibliotheca Nacional, um anno de licença, com o respectivo ordenado.....	134
N. 1793 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de dezembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao Dr. Alberto de Seixas Martins Torres, ministro do Supremo Tribunal Federal, um	

	PAGE.
anno de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saúde.....	134
N. 1794 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de dezembro de 1907 — Concede ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 12:303\$814 para pagar as despesas effectuadas por conta da verba — Eventuaes — do art. 2º da lei n. 1453, de 30 de dezembro de 1905.....	135
N. 1795 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 7 de dezembro de 1907 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministério das Relações Exteriores o credito de 120:600\$, ouro, supplementar á verba 6ª — Ajudas de custo — do art. 16 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906..	135
N. 1796 — GUERRA — Decreto de 9 de dezembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença ao 2º tenente do 2º batalhão de infantaria Frederico Bueno Horta Barbosa para tratar de seus interesses.....	136
N. 1797 — GUERRA — Decreto de 9 de dezembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a promover, para as armas de infantaria e cavallaria, os alferes-Alumnos e aspirantes a official habilitados com o curso da Escola de Guerra, e dá outras providencias.....	136
N. 1798 — FAZENDA — Decreto de 12 de dezembro de 1907 — Autoriza o Governo a restituir á Empresa de Luz Electrica da cidade de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul, a importancia dos impostos de importação que pagou na Alfandega do Rio Grande por material que estava isento de direitos.....	137
N. 1799 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, para de seus interesses, a Antonio Lopes Cardoso, tabellião do 2º officio do publico, judicial e notas do districto do Alto Purús	137
N. 1800 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito de 271:033\$888, supplementar á verba 15ª do art. 2º da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906.....	138
N. 1801 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 1:038\$ á verba 6ª	

do art. 2º da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906 para pagamento da gratificação adicional de 15 %, a que tem direito o official da Secretaria do Senado José Fernandes de Oliveira.....	138
N. 1802 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1907 — Crea o Instituto de Pathologia Experimental de Manguinhos.....	189
N. 1803 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao Dr. Hugo Furquim Werneck de Almeida, medico dos hospitaes de isolamento da Directoria Geral de Saude Publica, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude.....	142
N. 1804 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 31:143\$, supplementar á verba 38ª do art. 2º, sub-consignação — « Para reparos, conservação e aquisição de material, etc. » — da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906.....	142
N. 1805 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de dezembro de 1907 — Determina que sejam recolhidos á Secretaria da Justiça e Negocios Interiores os livros de declaração instituidos para execução do § 4º da lei n. 904, de 12 de novembro de 1902, e dá outras providencias.....	143
N. 1806 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao Dr. Samuel da Gama MacDowell, substituto da Faculdade de Direito do Recife, um anno de licença, sem vencimentos, em prorrogação aquella em cujo gozo se acha para tratar de sua saude.....	144
N. 1807 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1907 — Concede aos diplomados pela Escola de Odontologia de S. Paulo e aos que o foram pelos demais institutos antes do decreto n. 1371, de 28 de agosto de 1905, os direitos e regalias decorrentes do mesmo decreto.....	145
N. 1808 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de dezembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 21:000\$, ouro, para occorrer ás despesas com os premios de viagem conferidos aos engenheiros civis José Pires do Rio, José Luiz Baptista, Dr. Euripedes Clementino	

	PÁGS.
de Aguiar e bachareis Domingos de Souza Leite o Clodomiro Cardoso.....	145
N. 1809 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de dezembro de 1907 — Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 2.828:000\$, supplementar á verba 9ª, n. 1, do art. 34 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906.....	146
N. 1810 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 12 de dezembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao engenheiro Luiz Felipe Alves da Nobrega, sub-director da 6ª divisão da Estrada do Ferro Central do Brazil, um anno de licença, com o ordenado, para tratar de sua saúde..	146
N. 1811 — FAZENDA — Decreto de 17 de dezembro de 1907 — Autoriza o Governo a conceder a pensão de 200\$ mensaes á viuva e filhas solteiras do capitão de mar e guerra Francisco Romano Stepple da Silva.....	147
N. 1812 — MARINHA — Decreto de 19 de dezembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 4:955\$ para occorrer ao pagamento do soldo e etapas que deixou de receber, em 1906, o capitão-tenente Horacio Nelson de Paula Barros.....	147
N. 1813 — MARINHA — Decreto de 19 de dezembro de 1907 — Autoriza a readmissão, como addidos, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, dos operarios extraordinarios, que, pelas habilitações reveladas quando serviram no mesmo arsenal, possam ser depois admittidos no quadro effectivo.....	148
N. 1814 — MARINHA — Decreto de 19 de dezembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha o credito especial de 98:096\$988 para pagamento das pensões que deixaram de ser abonadas aos operarios do extincto Arsenal de Marinha do Estado da Bahia.....	148
N. 1815 — FAZENDA — Decreto de 19 de dezembro de 1907 — Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 13:476\$799 para occorrer ao pagamento devido, em virtude de sentença judicial, ao capitão do Exercito Francisco Xavier Alencastro de Araujo.....	149
N. 1816 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça	

	e Negocios Interiores o credito de 25:000\$, papel, sup- plementar á verba n. 43 — Eventuaes — do art. 2º da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906.....	Pags. 149
N. 1817	— JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com orde- nado, ao Dr. Flavio Brederodo Passos de Mello, para tratar de sua saude.....	150
N. 1818	— JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com ordenado, ao major Luiz de Andrade, escrivão da 1ª Delegacia Policial do Districto Federal.....	150
N. 1819	— JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao bacharel José Gabriel de Toledo Piza, serventuario vitalicio do primeiro officio de escrivão da Côte de Appellação do Districto Fe- deral, um anno de licença, para tratar de saude, com o respectivo ordenado.....	151
N. 1820	— JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 19 de dezembro de 1907 — Autoriza a expedição de novo regulamento para execução da lei n. 1181, de 25 de fevereiro de 1904.....	151
N. 1821	— GUERRA — Decreto de 19 de dezembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Minis- terio da Guerra o credito especial de 11:066\$666, papel, para occorrer ao pagamento a que tem direito a Companhia Cantareira e Viação Fluminense.....	155
N. 1822	— INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — De- creto de 19 de dezembro de 1907 — Autoriza o Presi- dente da Republica a conceder a Augusto Raphael Moreira, 4º escripturario da Estrada de Ferro Central do Brazil, seis mozes de licença, om prorrogação com ordenado, para tratar de sua saude.....	156
N. 1823	— JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de dezembro de 1907 — Declara que, com excepção dos actuaes serventuarios, não são vitalicios os funci- onarios da Justica local do Districto Federal, de que tratam os arts. 8º, n. VII e 58 da lei n. 1338, de 9 de janeiro de 1905.....	156
N. 1824	— JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de dezembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a crear os logares de medico ajudante e pharmaceutico da Casa de Detenção e eleva os venc- mentos de diversos empregados da Policia do Districto Federal.....	157

	PAGS.
N. 1825 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de dezembro de 1907 — Dispõe sobre a remessa de obras impressas á Bibliotheca Nacional.....	158
N. 1826 — MARINHA — Decreto de 23 de dezembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 726:000\$, supplementar ás rubricas 21 ^a , 22 ^a , 23 ^a , 25 ^a e 26 ^a do art. 18 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906.....	160
N. 1827 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1907 — Sujeta á distribuição todos os feitos, petições e precatórias dirigidos aos juizes de direito da justiça civil e criminal do Districto Federal.	160
N. 1828 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de dezembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a crear uma delegacia de policia de 1 ^a entrada na ilha de Paquetá.....	161
N. 1829 — FAZENDA — Decreto de 26 de dezembro de 1907 — Reconhece em favor de D. Amandina Esteves o direito á pensão correspondente ao montepio constituido por seu pae Leopoldo Justiniano Esteves.....	162
N. 1830 — FAZENDA — Decreto de 26 de dezembro de 1907 — Autoriza o Governo a conceder um anno de licença ao collecter das rendas federaes em Olinda, Estado de Pernambuco, Augusto Xavier Carneiro da Cunha....	162
N. 1831 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de dezembro de 1907 — Autoriza o Governo a conceder ao Dr. Leopoldo de Abreu Prado, engenheiro chefe do 5 ^o districto da Inspeção Geral das Obras Publicas, um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratar de sua saúde	163
N. 1832 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de dezembro de 1907 — Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com todos os vencimentos, ao Dr. Luiz Cruls, director do Observatorio Astronomico e professor vitalicio da Escola do Estado-Maior.....	163
N. 1833 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de dezembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 48:000\$, supplementar á verba — Telegraphos — do art. 34 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906, sendo 32:000\$ para transporte do pessoal e 16:000\$ para transporte de material	164
N. 1834 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 27 de dezembro de 1907 — Approva a convenção de 23 de	

agosto de 1906, creando uma Commissão Internacional de Jurisconsultos, encarregada de preparar um Código de Direito Internacional Privado e outro de Direito Internacional Publico.....	164
N. 1835 — MARINHA — Decreto de 28 de dezembro de 1907 — Manda contar ao machinista de 3ª classe, reformado, capitão de corveta graduado, Antonio de Siqueira Lopes, para os effeitos de melhoria de sua reforma, os dias em que effectivamente trabalhou como operario do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, de 1863 a 1865.....	165
N. 1836 — GUERRA — Decreto de 30 de dezembro de 1907 — Declara que ficam comprehendidos na excepção do decreto legislativo n. 981, de 7 de janeiro de 1903, para contar antiguidade de official das datas, que indica, os alferes e 2ºs tenentes promovidos a 3 de novembro de 1894.....	166
N. 1837 — FAZENDA — Lei de 31 de dezembro de 1907 — Orça a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1908, e dá outras providencias.....	166
N. 1838 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1907 — Determina que a parteira auxiliar do ensino de clinica obstetrica de cada uma das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia continuará a perceber vencimentos iguaes aos dos outros auxiliares do ensino, assistentes de clinica e preparadores, cujos vencimentos foram elevados a 5:400\$ annuaes.....	184
N. 1839 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1907 — Regula o deferimento da herança no caso da successão <i>ab intestato</i>	184
N. 1840 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de dezembro de 1907 — Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao Dr. Edmundo de Carvalho o premio de viagem a que tem direito, abrindo para esse fim o credito de 4:200\$, ouro.....	185
N. 1841 — FAZENDA — Lei de 31 de dezembro de 1907 — Fixa a despeza geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1908, e dá outras providencias.....	186

ACTOS DO PODER LEGISLATIVO

1907

DECRETO N. 1625 — DE 2 DE JANEIRO DE 1907

Fixa os vencimentos dos membros da Côrte de Appellação e do procurador geral do Districto Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Os vencimentos dos membros da Côrte de Appellação serão de 22:500\$, sendo dous terços de ordenado e um de gratificação.

Art. 2.º O procurador geral do Districto Federal continua a ter os mesmos vencimentos dos membros da Côrte de Appellação.

Art. 3.º O Presidente da Republica abrirá os creditos necessarios para execução desta lei.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1626 — DE 2 DE JANEIRO DE 1907

Equipara em vencimentos os telegraphistas da Estrada de Ferro Central do Brazil aos da Repartição Geral dos Telegraphos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Ficam equiparados em vencimentos, nas respectivas classes, os telegraphistas da Estrada de Ferro Central do Brazil aos da Repartição Geral dos Telegraphos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N. 1627 — DE 2 DE JANEIRO DE 1907

Fixa os vencimentos dos juizes e dos demais funcionarios da justiça federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º Os vencimentos dos juizes e dos demais funcionarios da justiça federal passarão a ser os da tabella annexa.

Parapho unico. A gratificação conferida aos officiaes de justiça será abonada tão sómente áqueelles que actualmente não percebem ordenado ou que percebem ordenado inferior á importancia da gratificação, mas neste caso unicamente o que for necessario para completar esta importancia.

Art. 2.º O Presidente da Republica abrirá os credits necessarios para a execução desta lei.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1907, 19.ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

David Campista.

TABELLA A QUE SE REFERE O DECRETO N. 1627, DESTA DATA, FIXANDO OS VENCIMENTOS DOS JUIZES E DEMAIS FUNCIONARIOS DA JUSTIÇA FEDERAL

Cargos	Ordenado	Gratificação	Total
Membro do Supremo Tribunal Federal.....	20:000\$000	10:000\$000	30:000\$000
Juiz seccional do Districto Federal.....	12:000\$000	6:000\$000	18:000\$000
Juiz seccional de S. Paulo, Pernambuco, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Geraes, Bahia, Ceará, Maranhão e Amazonas	9:200\$000	4:600\$000	13:800\$000
Juiz seccional do Piauhy, Rio Grande do Norte, Parahyba, Alagoas, Sergipo, Espirito Santo, Paraná, Santa Catharina, Goyaz e Mato Grosso.....	7:360\$000	3:680\$000	11:040\$000
Juiz substituto do Districto Federal.....	5:600\$000	3:800\$000	8:400\$000

	Ordenado	Gratificação	Total
Juiz substituto de S. Paulo, Pernambuco, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Geraes, Bahia, Ceará, Maranhão e Amazonas.....	4:800\$000	2:400\$000	7:200\$000
Juiz substituto do Piauhhy, Rio Grande do Norte, Parahyba, Alagôas, Sergipe, Espírito Santo, Paraná, Santa Catharina, Goyaz e Matto Grosso.....	4:000\$000	2:400\$000	6:400\$000
Procurador da Republica no Districto Federal..	5:000\$000	2:800\$000	8:400\$000
Escrevente da Procuradoria da Republica no Districto Federal....	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
Procurador da Republica nos Estados de São Paulo, Pernambuco, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Geraes, Bahia, Ceará, Maranhão e Amazonas....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000
Procurador da Republica nos Estados do Piauhhy, Rio Grande do Norte, Parahyba, Alagôas, Sergipe, Espírito Santo, Paraná, Santa Catharina, Goyaz e Matto Grosso	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000
Escrivão no Districto Federal e nos Estados de S. Paulo, Pernambuco, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Geraes, Bahia, Ceará, Maranhão e Amazonas....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Escrivão nas secções dos Estados do Piauhhy, Rio Grande do Norte, Parahyba, Alagôas, Sergipe, Paraná, Santa Catharina, Goyaz,			

	Ordenado	Gratificação	Total
Matto Grosso e Espirito Santo.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
Official de justiça.....	720\$000	720\$000
Solicitador da Fazenda Nacional no Districto Federal e junto ao Supremo Tribunal Federal.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1907. — *Augusto Tavares de Lyra.* — *David Campista.*

DECRETO N. 1628 — DE 2 DE JANEIRO DE 1907

Fixa os vencimentos dos empregados da Repartição Geral dos Telegraphos, não contemplados nos decretos legislativos ns. 1468 e 1472, de 9 de janeiro de 1906, e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º Os funcionarios da Repartição Geral dos Telegraphos, não contemplados nos decretos legislativos ns. 1468 e 1472, de 9 de janeiro de 1906, terão os vencimentos constantes da tabella seguinte :

Director geral.....	18:000\$000
Vice-director.....	15:000\$000
Chefe da secção technica e contador.....	12:000\$000
Sub-chefe da secção technica.....	11:100\$000
Engenheiros chefes de districto.....	10:800\$000
Sub-contador.....	9:600\$000
Inspector de 1ª classe.....	9:000\$000
Chefe da officina, telegraphista-chefe e desenhista-chefe.....	8:400\$000
Secretario, almoxarife, chefes de secção e thesoureiro.....	7:600\$000
Officiaes da contadoria, do archivo geral e ajudante do chefe da officina.....	6:600\$000
Primeiros escripturarios, despachante, escriptvães e inspectores de 2ª classe.....	6:000\$000
Segundos escripturarios, fiéis, desenhista-auxiliar e officiaes da officina.....	4:800\$000
Operarios de 1ª classe e inspectores de 3ª classe..	4:200\$000
Amanuenses, porteiro, operarios de 2ª classe e mestre da lancha.....	3:600\$000

Ajudante do porteiro, operarios de 3ª classe, feitores e machinistas.....	3:000\$000
Praticantes, archivista da contadoria e continuo.	2:400\$000
Operarios de 4ª classe, foguistas e guardas-flo de 1ª classe.....	2:200\$000
Telegraphistas regionaes (média), guardas-flo de 2ª classe e vigias de 1ª classe.....	1:800\$000
Vigias de 2ª classe.....	1:440\$000
Serventes da secretaria e da 2ª divisão, aprendizes da officina e marinhheiros, diarias até..	5\$000

Paragraphe unico. O thesoureiro, de accordo com o regulamento, terá mais 800\$000 para quebras.

Art. 2.º Para o desempenho dos serviços de que trata o art. 358 do regulamento dos Telegraphos, são incluídos no quadro como operarios de 3ª classe os 2.ºs actuaes carpinteiros do almoxarifado.

Art. 3.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir os creditos necessarios para execução da presente lei.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 2 de janeiro de 1907, 19º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N. 1629 — DE 3 DE JANEIRO DE 1907

Eleva a 100\$ a pensão que percebe D. Florinda do Valle Dutra e concede a pensão mensal de igual quantia a D. Adelia Ernestina Diniz.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' concedida, sem prejuizo de meio soldo e montepio, a D. Adelia Ernestina Diniz, viuva do ajudante machinista guarda-marinha Simplicio Antonio Diniz, durante a viuvez, a pensão mensal de 100\$, com reversão para suas filhas, emquanto solteiras.

Art. 2.º Fica concedido igual faver a D. Florinda do Valle Dutra, viuva do 4º machinista da armada nacional

Ildfonso Machado Dutra, fallecido por occasião do naufragio da corveta *Imperial Marinheiro*.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1907, 19.º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1630 — DE 3 DE JANEIRO DE 1907

Eleva á categoria de 1.ª ordem a Alfandega de Manáos

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica elevada á categoria de 1.ª ordem a Alfandega de Manáos, com a lotação de 9.000:000\$000.

Art. 2.º O seu pessoal de administração, que terá o ordenado fixo e o numero de quotas constantes da tabella annexa, será composto de um inspector, dous chefes de secção, oito conferentes, seis primeiros escripturarios, dez segundos ditos, oito terceiros ditos, oito quartos ditos, um guarda-mór, um ajudante de guarda-mór, um thesoureiro, dous flois, um porteiro e ajudante de porteiro e quatro continuos.

A força dos guardas será composta de um commandante, dous sargentos e quarenta e cinco guardas com os vencimentos da tabella annexa.

Art. 3.º Será de 3 %, dividida em 685 quotas, a percentagem a abonar-se aos respectivos empregados, de accordo com a tabella annexa.

Art. 4.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o necessario credito para a execução da presente lei.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1907, 19.º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

Tabela a que se referem os arts. 2º e 3º

NÚMERO DE EMPREGADOS	CLASSES	ORDENADOS	NÚMERO DE QUOTAS	TOTAL DAS QUOTAS	TOTAL DO ORDENADO DE CADA CLASSE
1	Inspector.....	4:000\$000	40	40	8:000\$000
2	Chefes de secção.....	3:800\$000	20	40	30:400\$000
8	Conferentes.....	3:800\$000	18	144	19:200\$000
6	Primeiros escripturarios.....	3:200\$000	16	96	26:000\$000
10	Segundos ditos.....	2:600\$000	14	140	12:800\$000
8	Terceiros ditos.....	1:600\$000	8	64	10:400\$000
8	Quartos ditos.....	1:300\$000	7	56	4:600\$000
1	Guarda-mór.....	4:000\$000	20	20	2:600\$000
1	Ajudante.....	2:600\$000	14	14	4:000\$000
1	Thesoureiro.....	4:000\$000	20	20	3:200\$000
2	Fieis.....	1:600\$000	8	16	2:400\$000
1	Porteiro.....	2:400\$000	12	12	1:800\$000
1	Ajudante.....	1:800\$000	7	7	3:200\$000
4	Continuos.....	800\$000	4	16	128:600\$000
	685 quotas na razão de 3 % sobre a lotação de 9.000:000\$.				270:600\$000
					308:000\$000

NÚMERO	FORÇA DOS GUARDAS — CLASSES	VENCIMENTO	TOTAL
1	Commandante: Ordenado..... Gratificação adicional.....	2:400\$000 1:200\$000	3:600\$000
2	Sargentos: Ordenado..... Gratificação adicional.....	2:600\$000 1:000\$000	6:000\$000
45	Guardas: Ordenado..... Gratificação adicional.....	1:600\$000 800\$000	108:000\$000
			117:600\$000

Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1907. — David Campista.

DECRETO N. 1631 — DE 3 DE JANEIRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a reformar o serviço policial do Districto Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º A policia do Districto Federal, que será administrativa e judiciaria, fica sob a superintendencia geral do Ministro da Justiça e Negocios Interiores e sob a direcção de um chefe de policia.

§ 1.º As actuaes circumscripções policiaes, mantidas sob a denominação de districtos policiaes, serão divididas em entrancias, sendo oito de primeira, dez de segunda e dez de terceira, conforme a classificação que será feita em regulamento.

§ 2.º Os órgãos auxiliares da administração policial serão os seguintes:

- a) 1 chefe de policia ;
- 3 delegados auxiliares ;
- 28 delegados de districtos, sendo oito de primeira, 10 de segunda e 10 de terceira entrancia ;
- 30 commissarios de policia de 1ª classe e 100 de segunda (supprimidos os actuaes inspectores seccionaes) ;
- 1 inspector e 5 sub-inspectores de policia maritima ;
- 1 inspector e 80 agentes de segurança publica ;
- 28 officiaes de justiça ;
- 1 inspector de vehiculos, 10 auxiliares e 2 escreventes ;
- 1 administrador e 3 auxiliares do deposito de presos ;
- 3 escrivães e 3 escreventes das delegacias auxiliares ;
- 28 escrivães de delegacias de districto e 20 escreventes para os de segunda e terceira entrancia ;

b) a secretaria de policia, dividida em quatro secções, com as attribuições que forem discriminadas no regulamento e com o seguinte pessoal:

- 1 secretario ;
- 1 official de gabinete do chefe de policia ;
- 4 officiaes de secretaria ;
- 8 escripturarios ;
- 1 official archivista, servindo como interprete e traductor ;
- 12 amanuenses ;
- 1 thesoureiro ;
- 1 fiel ;
- 4 telephonistas ;
- 1 porteiro ;
- 8 continuos ;
- 6 serventes ;

c) o serviço medico legal, organizado como secção autonoma e com o seguinte pessoal :

- 12 medicos legistas, dos quaes um será o director ;
- 1 assistente de laboratorio ;
- 1 servente ;

d) o gabinete de identificação e estatística, tambem como secção autonoma, com o pessoal e vencimentos da tabella annexa ;

- e) a guarda civil, de accordo com as leis em vigor ;
- f) a Colonia Correccional dos Dous Rios e a Escola Correccional Quinze de Novembro, de accordo com as leis em vigor ;
- g) a Casa de Detenção e deposito de presos, de accordo com as leis em vigor ;
- h) a Força Policial do Districto Federal, de accordo com as leis em vigor.

Art. 2.º Os funcionarios de que trata esta lei serão livremente nomeados e demittidos pela forma seguinte :

- 1º, o chefe de policia pelo Presidente da Republica ;
- 2º, o secretario da policia e os funcionarios de que trata a lettra c do art. 1º, § 2º, pelo Ministro da Justiça e Negocios Interiores ;
- 3º, os funcionarios de que tratam as letras d, e, f, g e h, do mesmo § 2º do art. 1º, nos termos das leis vigentes ;
- 4º, os demais funcionarios pelo chefe de policia ou pelos chefes das repartições, conforme for determinado em regulamento.

Para as nomeações serão exigidos os requisitos das leis vigentes.

§ 1.º Não poderão ser nomeados commissarios de policia os cidadãos maiores de 60 annos.

§ 2.º Os inspectores e sub-inspectores de serviço, os commissarios e agentes de segurança demonstrarão perante o chefe e na forma prescripta em regulamento, habilitação especial para os respectivos cargos.

Poderão ser nomeados independente de qualquer prova os actuaes inspectores seccionaes que tiverem mais de um anno de serviço.

§ 3.º Não terá publicidade a nomeação dos agentes de segurança.

§ 4.º O modo de substituição das autoridades, funcionarios e mais auxiliares da policia será prescripto no regulamento, havendo para cada delegado de districto, tres supplentes nomeados pelo chefe de policia entre cidadãos idoneos, a seu juizo.

§ 5.º Ha incompatibilidade absoluta entre os cargos de policia e os de magistratura. Entender-se-ha que renuncia o seu cargo o magistrado que aceitar qualquer função policial.

Art. 3.º Ficam mantidas as attribuições conferidas pelas leis vigentes ás autoridades, funcionarios e demais auxiliares de policia, no que não seja revogado ou modificado por esta lei.

a) aos commissarios subordinados ao delegado, perante o qual servirem, caberão as attribuições dos extinctos inspectores seccionaes, com exercicio em todo o districto policial, e outros que, a bem do serviço, forem definidas em regulamento;

b) aos delegados de districto incumbirá o julgamento de corpos de delicto, cujos autos serão lavrados immediatamente após o exame pericial;

c) ao director do gabinete de identificação e estatistica compete especialmente a redacção do *Boletim Policial*, de publicação mensal e distribuição gratuita pelas autoridades e respectivos auxiliares.

§ 1.º O chefe de policia poderá incumbir a um ou mais delegados de districto de qualquer commissão ou diligencia policial em outros districtos, ficando neste caso prorogada a jurisdicção.

§ 2.º A's autoridades policiaes e aos funcionarios da secretaria é vedado o exercicio de qualquer outro cargo ou emprego, officio ou função, inclusive a de procurador judicial no civil e crime, sob pena de perda immediata do cargo que occupar.

Art. 4.º Aos delegados, commissarios, inspectores e agentes de segurança que, em diligencia, soffrerem lesão que determine impedimento do serviço activo, será fornecido o necessario tratamento medico e cirurgico, além da concessão de licença, na forma das leis vigentes; no caso de fallecimento, os funeraes serão feitos por conta da policia, abonando-se á familia do morto auxilio correspondente a um mez de vencimentos.

Art. 5.º O Governo poderá apresentar, com os vencimentos das tabellas annexas, os funcionarios vitalicios, concedendo-lhes vencimentos integraes, si contarem mais de 30 annos de serviço, vencimentos proporcionaes, si contarem menos tempo.

Os escrivães de policia, para o effeito de aposentadoria, contarão o tempo que tenham servido em outros empregos de policia.

Art. 6.º O funcionario de policia exonerado em consequencia de processo criminal pelo chefe de policia, não poderá ser readmittido em cargo policial.

Art. 7.º A internação de mendigos nos hospicios e asylos será administrativamente autorizada pelo chefe de policia ou prefeito municipal.

Art. 8.º Os vencimentos do pessoal da policia são os da tabella annexa, continuando em vigor as tabellas anteriores, na parte não contemplada naquella.

Paragrapho unico. Todas as custas e emolumentos em processos e actos dependentes dos funcionarios remunerados da policia serão arrecadadas em sello federal, como renda da União, pelo modo determinado no regulamento, incorrendo em responsabilidade criminal (Codigo Penal, art. 214) a autoridade, funcionario ou auxiliar que receber qualquer quantia, sob qualquer pretexto.

Art. 9.º Continuam em vigor as leis e decretos relativos á organização policial não revogados explicita ou virtualmente por esta lei, podendo o Governo modificar os actuaes regulamentos da policia e tambem o de vehiculos, casas de penhores, theatros e casas de diversões, hotels e estabelecimentos congeneres, bem como fazer consolidar todas as disposições referentes ao serviço da policia, quer administrativa, quer judiciaria do Districto Federal.

Art. 10. A policia organizará de modo especial a repressão do alcoolismo, observando, além das disposições vigentes, as seguintes :

1ª, sempre que todas as casas commerciaes de um quarteirão, onde haja commercio de bebidas alcoolicas, estejam fechadas, tambem a policia fará com que ahi cesse inteiramente o referido commercio, punindo os infractores com a multa inicial de 100\$, a primeira vez, e do dobro da ultima cobrada, em cada reincidencia, entendendo-se que, para essa fiscalização especial, qualquor autoridade tem jurisdicção em todo o Districto Federal ;

2ª, sempre que em uma casa de bebidas alcoolicas se faça a prova de que alguma foi entregue a qualquer menor, ou para beber, ou para levar a terceiras pessoas, quer ausentes, quer presentes, o dono incorrerá nas multas de que falla o paragrapho anterior, cobradas de accordo com o que ahi está disposto.

Art. 11. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir os necessarios creditos para a execução desta lei.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

Tabellas do pessoal e dos vencimentos a que se refere a presente lei

I

POLICIA CIVIL

Cargos	Ordenado	Gra-tificação	Ven-cimentos	Total
1 chefe de policia.....	16:000\$000	8:000\$000	21:000\$000	21:000\$000
3 delegados auxiliares.	7:200\$000	3:600\$000	10:800\$000	32:400\$000
10 delegados do districto de 3ª en-trancia...	5:600\$000	2:800\$000	8:400\$000	31:000\$000
10 delegados do districto				

de 1ª en-				
trancia...	4:800\$000	2:400\$000	7:200\$000	72:000\$000
8 delegados de				
districto				
de 1ª en-				
trancia...	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	48:000\$000
30 commissarios				
de policia				
de 1ª classe	2:666\$666	1:333\$334	4:000\$000	120:000\$000
100 commissarios				
de policia				
de 2ª classe	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	360:000\$000
1 inspector de				
policia ma-				
ritima....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	4:800\$000
5 su b-inspe-				
ctores de				
policia ma-				
ritima....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000	15:000\$000
1 inspector de				
segurança				
publica...	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	4:800\$000
80 agentes de				
segurança				
publica...	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	192:000\$000
1 inspector de				
vehiculos..	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	3:600\$000
2 escreventes				
da inspe-				
ctoria de				
vehiculos..	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	4:800\$000
10 auxiliares				
da inspe-				
ctoria de				
vehiculos..	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	24:000\$000
3 escrivães de				
delegacias				
auxiliares	4:800\$000	2:400\$000	7:200\$000	21:600\$000
10 escrivães de				
delegacias				
de 3ª en-				
trancia...	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	60:000\$000
10 escrivães de				
delegacias				
de 2ª en-				
trancia...	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	48:000\$000
8 escrivães de				
delegacias				
de 1ª en-				
trancia....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	28:800\$000
23 escreventes				
de delega-				
cias.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	55:200\$000
28 officiaes de				
justiça....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	67:200\$000
	75:866\$666	37:933\$334	113:800\$000	1.270:200\$000

II

SECRETARIA

Cargos	Ordenado	Gratificação	Vencimentos	Total
1 secretario..	5:600\$000	2:800\$000	8:400\$000	8:400\$000
4 officiaes.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	24:000\$000
1 official de gabinete..	4:800\$000	2:400\$000	7:200\$000	7:200\$000
8 escripturarios.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	38:400\$000
1 official archivista...	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	6:000\$000
12 amanuenses..	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	43:200\$000
1 thesoureiro..	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	6:000\$000
1 fiel do thesoureiro.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	9:600\$000
4 telephonistas.	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	9:600\$000
1 porteiro.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000	3:000\$000
8 continuos...	1:333\$334	666\$666	2:000\$000	16:000\$000
6 serventes.....	1:200\$000	1:200\$000	7:200\$000
	34:533\$334	18:466\$666	53:000\$000	178:600\$000

III

SERVIÇO MEDICO LEGAL

Cargos	Ordenado	Gratificação	Vencimentos	Total
12 medicos.....	4:800\$000	2:400\$000	7:200\$000	86:400\$000
1 assistente...	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	2:400\$000
1 servente.....	1:200\$000	1:200\$000	1:200\$000
	6:400\$000	4:400\$000	10:800\$000	90:000\$000

IV

GABINETE DE IDENTIFICAÇÃO E ESTATISTICA

Cargos	Ordenado	Gratificação	Vencimentos	Total
1 director.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	6:000\$000
1 encarregado da secção de identificação	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	4:800\$000
3 auxiliares....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	10:800\$000
1 encarregado (escriptuario) da secção de informações...	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	4:800\$000
2 auxiliares (amanuenses).....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	7:200\$000

1 encarregado (escriptuario) da secção de estatística.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	4:800\$000
1 auxiliar (amanuense).....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	3:600\$000
1 encarregado (escriptuario) da secção photographica....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	4:800\$000
1 auxiliar (amanuense).....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	3:600\$000
1 continuo.....	1:333\$334	666\$666	2:000\$000	2:000\$000
	<u>27:733\$334</u>	<u>13:800\$666</u>	<u>41:600\$000</u>	<u>52:400\$000</u>

V

CASA DE DETENÇÃO

Cargos	Ordenado	Gratificação	Vencimentos	Total
1 administrador.....	4:800\$000	2:400\$000	7:200\$000	7:200\$000
2 escripturarios	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	9:600\$000
2 amanuenses...	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	7:200\$000
1 medico.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	6:000\$000
1 chefe dos guardas....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	2:400\$000
24 guardas.....	9\$000	480\$000	1:440\$000	34:560\$000
5 cocheiros....	800\$000	400\$000	1:200\$000	6:000\$000
	<u>17:760\$000</u>	<u>8:880\$000</u>	<u>26:640\$000</u>	<u>72:960\$000</u>

Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1907.—Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1632 — DE 3 DE JANEIRO DE 1907

Autoriza o Governo Federal a empregar, por intermedio da Directoria Geral de Saude Publica, as medidas necessarias para extinguir a peste bubonica na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º O Governo Federal empregará, por intermedio da Directoria Geral de Saude Publica, as medidas necessarias para

extinguir a peste bubonica na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro.

Paraphrasso unico. Esta providencia é extensiva a outros pontos do territorio nacional invadidos da mesma peste.

Art. 2.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir os necessarios creditos para execucao desta lei.

Art. 3.º Revogam-se as disposicoes em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1907, 19.º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1633 — DE 3 DE JANEIRO DE 1907

Publica a adhesão do Brazil ás Convenções assignadas na Haya em 29 de julho de 1899.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. A Republica dos Estados Unidos do Brazil presta a sua inteira adhesão ás Convenções assignadas na Haya em 29 de julho de 1899, uma relativa ás leis e aos usos da guerra terrestre e outra estendendo ás guerras maritimas os principios da Convenção de Genebra, de 22 de agosto de 1864; revogadas as disposicoes em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1907, 19.º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Rio-Branco.

DECRETO N. 1634 — DE 3 DE JANEIRO DE 1907

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 1.850:000\$, supplementar á verba 3.ª do art. 5.º da lei n. 1453, de 30 de dezembro de 1905.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Governo autorizado a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 1.850:000\$, supplementar á verba 3.ª do art. 5.º da lei n. 1453, de 30 de de-

zembro de 1905, para occorrer ás despesas provenientes da reunião do Congresso Pan-Americano ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1907, 19º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Rio-Branco.

DECRETO N. 1635 — DE 3 DE JANEIRO DE 1907

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 50:000\$, ouro, supplementar á verba 7ª do art. 5º da lei n. 1453, de 30 de dezembro de 1905.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Governo autorizado a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 50:000\$, ouro, supplementar á verba 7ª do art. 5º da lei n. 1453, de 30 de dezembro de 1905 ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1907, 19º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Rio-Branco.

DECRETO N. 1636 — DE 3 DE JANEIRO DE 1907

Crêa Vice-Consulados nas cidades de Rivera e Mello, no Estado Oriental do Uruguay, e Alvear, na Republica Argentina.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Ficam creados Vice-Consulados nas cidades de Rivera e Mello, no Estado Oriental do Uruguay, e Alvear, na Republica Argentina, com a dotação annual, cada um, de 4:000\$000.

Art. 2.º E' autorizado o Presidente da Republica a abrir para esse fim o necessario credito.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1907, 19º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Rio-Branco.

DECRETO N. 1637 — DE 5 DE JANEIRO DE 1907

Crea syndicatos profissionais e sociedades cooperativas

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

CAPITULO I

DOS SYNDICATOS PROFISSIONAES

Art. 1.º E' facultado aos profissionais de profissões similares ou conexas, inclusive as profissões liberais, organizarem entre si syndicatos, tendo por fim o estudo, a defesa e o desenvolvimento dos interesses geraes da profissão e dos interesses profissionais de seus membros.

Paraphrasso unico. São considerados como continuando a pertencer á profissão, embora não o pertençam mais, os profissionais que tiverem exercido a profissão durante cinco annos e que não a tenham abandonado desde mais de dez annos, comtanto que não exerçam outra profissão e residam no paiz desde mais de tres annos.

Art. 2.º Os syndicatos profissionais se constituem livremente, sem autorização do Governo, bastando, para obterem os favores da lei, depositar no cartorio do registro de hypothecas do districto respectivo tres exemplares dos estatutos, da acta da installação e da lista nominativa dos membros da directoria, do conselho e de qualquer corpo encarregado da direcção da sociedade ou da gestão dos seus bens, com a indicação da nacionalidade, da idade, da residencia, da profissão e da qualidade de membro effectivo ou honorario.

O official do registro das hypothecas é obrigado a enviar, dentro dos oito dias da apresentação, um exemplar á Junta Commercial do Estado respectivo e outro ao procurador da Republica. Este deverá, dentro de tres mezes da communicação, remetter recibo com a declaração de regularidade. Si, findo o prazo acima, o procurador não o tiver feito, ficarão sanadas as irregularidades.

§ 1.º O registro deverá ser renovado a cada mudança de direcção ou modificação dos estatutos.

§ 2.º Só podem fazer parte dos corpos de direcção dos syndicatos, brasileiros natos ou naturalizados, com residencia no paiz, de mais de cinco annos, e no gozo de todos os direitos civis.

Art. 3.º Os syndicatos que preencherem as formalidades do artigo anterior gozarão da personalidade civil e poderão:

- a) estar em juizo como autores os réos;
- b) adquirir, a título gratuito ou oneroso, bens moveis e immoveis;

c) organizar, em seu seio e para os seus membros, instituições de mutualidade, previdência e cooperação, de toda a sorte, constituindo essas, porém, associações distintas e autónomas, com inteira separação de caixas e responsabilidades.

Art. 4.º Os syndicatos terão a faculdade de se federar em uniões ou syndicatos centrais, sem limitação de circumscripções territoriaes. As federações terão personalidade civil separada e gozarão dos mesmos direitos e vantagens dos syndicatos isolados.

Art. 5.º Ninguém será obrigado a entrar para um syndicato sob pretexto algum, e os profissionais que forem syndicatarios poderão retirar-se em todo tempo, perdendo, porém, as cotizações realizadas, os direitos, concessões e vantagens inherentes ao syndicato, em favor deste, sem direito a reclamação alguma e sem prejuizo da cotização do anno corrente.

Art. 6.º Quando, na forma do art. 3.º, letira c, o syndicato houver constituído corporações distinctas de mutualidade, previdência, crédito ou outra qualquer, o socio que se retirar do syndicato não perderá as cotizações e outras vantagens, podendo ser conservado ou excluído, mediante o pagamento de uma indemnização correspondente ás contribuições pagas, da forma que for fixada nos estatutos.

Art. 7.º Os estatutos deverão indicar, sob pena de nullidade :

- 1.º, a sede, duração, forma e fins do syndicato ;
- 2.º, as condições de admissão e eliminação dos socios, cujo numero nunca poderá ser inferior a sete effectivos ;
- 3.º, o modo de administração e condições de dissolução ;
- 4.º, o destino a dar-se ao acervo social, que, em regra, deverá ser applicado a alguma instituição util á classe da respectiva profissão.

Art. 8.º Os syndicatos que se constituírem com o espirito de harmonia entre patrões e operarios, como sejam os ligados por conselhos permanentes de conciliação e arbitragem, destinados a dirimir as divergencias e contestações entre o capital e o trabalho, serão considerados como representantes legais da classe integral dos homens do trabalho e, como taes, poderão ser consultados em todos os assumptos da profissão.

Art. 9.º Os syndicatos agricolas, nos quaes se comprehendem os que tem por objecto a criação do gado ou a industria pecuaria, continuam a ser regidos pelo decreto n. 979, de 6 de janeiro de 1903, substituindo-se no art. 1.º as palavras — Associação Commercial — pelas palavras — Junta Commercial.

CAPITULO II

DAS COOPERATIVAS

Art. 10. As sociedades cooperativas, que poderão ser anónimas, em nome colectivo ou em commandita, são regidas

pelas leis que regulam cada uma destas formas de sociedade, com as modificações estatuidas na presente lei.

Art. 11. São característicos das sociedades cooperativas :

- a) a variabilidade do capital social ;
- b) a não limitação do numero de socios ;
- c) a inaccessibilidade das acções, quotas ou partes a terceiros, estranhos á sociedade.

Art. 12. As sociedades cooperativas devem fazer preceder a sua firma ou discriminação social das palavras « Sociedade cooperativa de responsabilidade limitada » ou « illimitada », conforme esta for, em todos os seus actos.

Os administradores, socios ou não, sómente serão responsáveis nos limites do mandato que receberem.

A responsabilidade dos socios será solidaria ou dividida, indefinida ou até á concurrencia de certo valor, conforme determinarem os estatutos.

Paragrapho unico. Os que tomarem parte em um acto ou operação social em que se occulte a declaração de que a sociedade é cooperativa poderão ser declarados pessoalmente responsáveis pelos compromissos contrahidos pela sociedade.

Art. 13. As sociedades cooperativas podem se constituir por escriptura publica ou por deliberação da assemblea geral dos socios.

Art. 14. O acto constitutivo das sociedades deverá conter, sob pena de nullidade :

- 1º, a denominação, forma e sede da sociedade ;
- 2º, o seu objecto ;
- 3º, a designação precisa dos socios, cujo numero não será inferior a sete ;
- 4º, como e por quem os negocios sociaes serão administrados e fiscalizados ;
- 5º, o minimo do capital social e a forma por que este é ou será ulteriormente constituido, sendo permittido estipular que o pagamento seja feito por quotas semanaes, mensaes ou annuaes e cada socio entre com uma joia destinada a constituir o fundo de reserva.

Esta exigencia será dispensada para as cooperativas, de que trata o art. 23, que se organizarem sem capital ;

6º, o modo de admissão, demissão e exclusão dos socios e as condições de retirada das entradas ou partes ;

7º, os casos de dissolução e formas de liquidação ;

8º, o modo de constituição do fundo de reserva e o seu destino nas liquidações, depois de satisfeitos os compromissos sociaes ;

9º, os direitos dos socios, o modo de convocação da assemblea geral, a maioria requerida para a validade das deliberações e o modo de votação.

Paragrapho unico. Além das declarações exigidas na disposição anterior, o acto constitutivo das sociedades deverá também conter, mas sem a pena de nullidade :

- 1º, a responsabilidade assumida pelos socios ;
- 2º, a duração da sociedade, que não poderá exceder de 30 annos ;
- 3º, a repartição dos lucros e das perdas.

Art. 15. Havendo omissão no acto constitutivo, prevalecem as seguintes disposições :

- 1ª, a sociedade durará 10 annos ;
- 2ª, os lucros e perdas serão divididos annualmente, metade por partes iguaes entre os socios e metade proporcionalmente á quota de cada um, deduzidos 10 % do total para o fundo de reserva ;
- 3ª, cada socio só terá um voto, qualquer que seja o numero de acções, e não poderá representar por procuração mais de um socio ;
- 4ª, os socios são todos solidarios.

Art. 16. As sociedades cooperativas, qualquer que seja a sua natureza e forma, só poderão funcçãoar validamente depois de preencherem as formalidades seguintes :

1ª, depositar em duplicata, na Junta Commercial, e, onde não houver, no registro das hypothecas da circumscripção da séde da sociedade, exemplares dos estatutos e listas nominativas dos socios, do que será dado recibo, incumbindo ao official do registro remetter, por intermedio do Juize Commercial, cópias á Junta Commercial na capital do Estado ;

2ª, renovar semestralmente, na época marcada pelos estatutos, o deposito da lista dos socios e as alterações que houverem soffrido os estatutos ;

3ª, remetter igualmente, para o mesmo fim de que trata o n. 1, cópia da acta de installação da sociedade, devendo esta declarar o valor total das quotas subscriptas, a existencia em caixa das importancias recolhidas por conta dellas e sendo assignada tão sómente pela administração eleita ou escolhida, unica responsavel pelas affirmações do seu conteúdo e sujeita ás penas, no caso de fraude, de 200\$ a 2:000\$, impostas pelo juiz commercial.

Art. 17. Toda sociedade cooperativa terá em sua séde, sob a guarda da administração, um livro, sempre patente, no qual será lançado, além do acto constitutivo da sociedade, o seguinte :

- 1º, o nome, cognome, profissão e domicilio dos socios ;
- 2º, a data de sua admissão, demissão ou exclusão ;
- 3º, a conta corrente das quantias entregues ou retiradas por cada um.

Este livro será aberto, encerrado, numerado e rubricado pelas juntas commerciaes, onde as houver, ou pelo juiz commercial, nos outros logares.

Art. 18. Os socios receberão titulos nominativos, contendo, além do contracto social, as declarações relativas a cada um, assignadas por elles e pelos representantes da sociedade.

§ 1.º A admissão do socio se verifica mediante sua assignatura no livro, precedida da data deante do nome.

§ 2.º A demissão do socio se faz por averbamento, lançado no respectivo titulo nominativo e no livro, á margem do nome, assignado pelo demissionario e pelo representante da sociedade.

Quando este recusar averbar a demissão, o socio recorrerá á notificação judicial, livre de sello.

§ 3.º A exclusão do socio, que só poderá ser declarada na forma dos estatutos, será feita por termo escripto pelo gerente, que relatará todas as circumstancias do facto, o transcreverá no livro do registro e remetterá, sem demora, cópia registrada, pelo Correio, ao excluido.

Art. 19. O socio demissionario ou excluido e, em caso de morte, fallencia ou interdicção do socio, os herdeiros, credores ou curadores não poderão requerer a liquidação social.

Paragrapho unico. Tem direito :

a) o socio demissionario ou excluido, a retirar lucros ou donativos, sem prejuizo da responsabilidade que lhe competir, conforme o ultimo balanço do anno da demissão ou exclusão e a sua conta corrente, não se computando no capital o fundo de reserva, a que só tem direito exclusivo e absoluto a sociedade, qualquer que seja a sua procedencia ;

b) os herdeiros, a receberem a parte e a conta corrente, na forma da lettra a, podendo ficar subrogados nos direitos sociaes do fallecido si, de accordo com os estatutos, entrarem para a sociedade ;

c) os credores pessoaes do socio fallecido, a receberem os juros e os lucros que couberem ao devedor, e a sua parte sómente depois da dissolução da sociedade ;

d) os curadores dos socios interdictos, a optarem pela retirada ou pela continuação dos seus curatelados na sociedade, nas condições das lettras a e c.

Art. 20. O socio demissionario ou excluido fica pessoalmente responsavel, nos limites das condições com que foi admittido e durante cinco annos, contados da data da demissão ou exclusão, por todos os compromissos contrahidos antes do fim do anno em que se realizou a demissão ou exclusão.

Art. 21. O valor nominal de cada acção ou quota, que será nominativa, não poderá exceder de 100\$000.

As acções ou titulos são intransferiveis, salvo autorização da administração ou da assembléa geral, conforme prescreverem os estatutos, e sómente depois de completamente pagos.

Art. 22. Cada anno, na época fixada pelos estatutos, a administração levantará um balanço, que será publicado, contendo a indicação de todos os valores moveis e immoveis, de todas as dividas activas ou passivas da sociedade e o resumo de todos os compromissos assumidos.

Art. 23. As cooperativas de credito agricola que se organizarem em pequenas circumscripções ruraes, com ou sem capital social, sob a responsabilidade pessoal, solidaria e illimitada dos associados, para o fim de emprestar dinheiro aos socios e receber em deposito suas economias, gozarão de isenção de sello para as operações e transacções de valor não excedente de 1:000\$ e para os seus depositos.

Art. 24. As sociedades cooperativas organizadas de accordo com esta lei podem unir-se ou federar-se com o fim de admittir reciprocamente os socios de uma ou outra, que mudarem de residencia, ou organizar em commun os seus serviços.

Não podem, porém, abdicar da propria autonomia e devem reservar-se a faculdade de se retirarem da federação, mediante aviso prévio de tres mezes, e para este caso será estabelecido o modo de liquidação dos interesses e responsabilidades communs.

As federações assim constituidas gozarão de vantagens iguaes ás das cooperativas, desde que se conformem com as disposições da presente lei.

Art. 25. E' permitido ás cooperativas de que trata a presente lei:

1º, emprestar sobre hypotheca de immoveis, penhor agricola e warrants, estabelecendo para este fim armazens geraes, na forma das leis em vigor.

O penhor agricola poderá ser feito por escripto particular, sendo necessaria inscripção no registro do termo ou comarca para valer contra terceiros;

2º, emitir bilhetes de mercadorias, nos termos da legislação em vigor;

3º, receber, em deposito, dinheiro a juros, não só dos socios, como de pessoas estranhas á sociedade.

Art. 26. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N. 1638 — DE 3 DE JANEIRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 1.765:730\$205, supplementar á verba 10ª do art. 9º da lei n. 1453, de 30 de dezembro de 1905.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 1.765:730\$205, sup-

plementar á verba 10ª do art. 9º da lei n. 1453, de 30 de dezembro de 1905, para occorrer ao pagamento de soldos, etapas e gratificações de praças de pret; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

DECRETO N. 1639 — DE 5 DE JANEIRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com vencimentos, ao marechal Francisco de Paula Argollo, ministro do Supremo Tribunal Militar, para tratar de sua saude.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder um anno de licença, com todos os vencimentos, ao marechal Francisco de Paula Argollo, ministro do Supremo Tribunal Militar, para tratar de sua saude; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

DECRETO N. 1640 — DE 5 DE JANEIRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 30:000\$, supplementar á verba 15ª, n. 23, do art. 9º da lei n. 1433, de 30 de dezembro de 1905.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 30:000\$, supplementar á verba 15ª—Material—n. 23, do art. 9º da lei n. 1453, de 30 de dezembro de 1905; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

DECRETO N. 1641 -- DE 7 DE JANEIRO DE 1907

Providencia sobre a expulsão de estrangeiros do territorio nacional.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º O estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometter a segurança nacional ou a tranquillidade publica, pôde ser expulso de parte ou de todo o territorio nacional.

Art. 2.º São tambem causas bastantes para a expulsão:

1ª, a condemnação ou processo pelos tribunaes estrangeiros por crimes ou delictos de natureza commum ;

2ª, duas condemnações, pelo menos, pelos tribunaes brasileiros, por crimes ou delictos de natureza commum ;

3ª, a vagabundagem, a mendicidade e o lenocinio competentemente verificados.

Art. 3.º Não pôde ser expulso o estrangeiro que residir no territorio da Republica por dous annos continuos, ou por menos tempo, quando :

a) casado com brasileira ;

b) viuvo com filho brasileiro.

Art. 4.º O Poder Executivo pôde impedir a entrada no territorio da Republica a todo estrangeiro cujos antecedentes autorizem inclui-lo entre aquelles a que se referem os arts. 1º e 2º.

Paragrapho unico. A entrada não pôde ser vedada ao estrangeiro nas condições do art. 3º, si tiver se retirado da Republica temporariamente.

Art. 5.º A expulsão será individual e em forma de acto, que será expedido pelo Ministro da Justiça e Negocios Interiores.

Art. 6.º O Poder Executivo dará annualmente conta ao Congresso da execução da presente lei, remettendo-lhe os nomes de cada um dos expulsos, com a indicação de sua nacionalidade, e relatando igualmente os casos em que deixou de attender á requisição das autoridades estadoaes e os motivos da recusa.

Art. 7.º O Poder Executivo fará notificar em nota official ao estrangeiro que resolver expulsar, os motivos da deliberação, concedendo-lhe o prazo de tres a trinta dias para se retirar, e podendo, como medida de segurança publica, ordenar a sua detenção até o momento da partida.

Art. 8.º Dentro do prazo que fôr concedido, póde o estrangeiro recorrer para o proprio Poder que ordenou a expulsão, si ella se fundou na disposição do art. 1.º, ou para o Poder Judiciario Federal, quando proceder do disposto no art. 2.º. Sómente neste ultimo caso o recurso terá effeito suspensivo.

Paragrapho unico. O recurso ao Poder Judiciario Federal consistirá na justificação da falsidade do motivo allegado, feita perante o juizo seccional, com audiencia do ministerio publico.

Art. 9.º O estrangeiro que regressar ao territorio de onde tiver sido expulso será punido com a pena de um a tres annos de prisão, em processo preparado e julgado pelo juiz seccional e, depois de cumprida a pena, novamente expulso.

Art. 10. O Poder Executivo póde revogar a expulsão, si cessarem as causas que a determinaram.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1907, 19.ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1642 — DE 10 DE JANEIRO DE 1907

Regula os vencimentos dos empregados do Laboratorio Chimico Pharmaceutico Militar.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º Os empregados civis do Laboratorio Chimico Pharmaceutico Militar perceberão, desde a data desta lei, os seus vencimentos, de accordo com a tabella annexa.

Art. 2.º E' o Presidente da Republica autorizado a abrir o necessario credito para execução desta lei.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1907, 19.ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

Tabela a que se refere o art. 1.º da presente lei

Cargos	Mensal	Annual	Total
1 escriptuario.....	300\$	3:600\$	3:600\$
1 agente e despachante.....	250\$	3:000\$	3:000\$
3 escreventes de 1ª classe....	150\$	1:800\$	5:400\$
3 ditos de 2ª classe.....	120\$	1:440\$	4:320\$
1 porteiro.....	150\$	1:800\$	1:800\$
1 continuo.....	120\$	1:440\$	1:440\$
5 manipuladores de 1ª classe.	150\$	1:800\$	9:000\$
5 ditos de 2ª classe.....	120\$	1:440\$	7:200\$
5 ditos de 3ª classe.....	90\$	1:080\$	5:400\$
4 aprendizes de 1ª classe.....	60\$	720\$	2:880\$
4 ditos de 2ª classe.....	50\$	600\$	2:400\$
6 ditos de 3ª classe.....	30\$	360\$	2:160\$
3 encaixotadores.....	90\$	1:080\$	3:240\$
10 serventes (diaria de 3\$).....	1:095\$	17:520\$
			<hr/> 69:360\$ <hr/>

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1907. — *Afonso Augusto Moreira Penna.*

DECRETO N. 1643 — DE 10 DE JANEIRO DE 1907

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 8:000\$, destinado ao pagamento do ordenado que compete de 1903 a 1906 ao mestre da officina de obras brancas do extinto Arsenal de Guerra do Estado da Bahia Antonio Bento Guimarães.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 8:000\$ para occorrer ao pagamento do ordenado de Antonio Bento Guimarães, mestre da officina de obras brancas do extinto Arsenal de Guerra da Bahia, nos annos de 1903 a 1906; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1907, 19ª da Republica.

AFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

DECRETO N. 1644 — DE 10 DE JANEIRO DE 1907

Manda reverter ao serviço activo do Exército o general de divisão graduado reformado Antonio Adolpho da Fontoura Menna Barreto.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Reverte ao serviço activo do Exército com a patente de general de brigada, independente de vaga e sem prejuizo do preenchimento das que posteriormente se abrirem, o general de divisão graduado reformado Antonio Adolpho da Fontoura Menna Barreto, não se lhe contando, porém, para effeito algum o tempo passado na situação da reforma, a partir de 18 de novembro de 1903 ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1907, 19.ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

DECRETO N. 1645 — DE 10 DE JANEIRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a crear no Corpo de Bombeiros mais uma companhia que será a 6.ª, e a reformar o regulamento vigente, dando outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a crear no Corpo de Bombeiros mais uma companhia, que será a 6.ª, e a reformar o regulamento em vigor, fazendo as alterações constantes da tabella annexa.

Art. 2.º As modificações a introduzir no regulamento não affectarão os direitos referentes á reforma, promoções e vencimentos que aos officiaes e praças do mesmo corpo são garantidos no actual e nas leis complementares e espezias depois dellas promulgadas.

Art. 3.º Ficam equiparadas as gratificações dos officiaes do Corpo de Bombeiros ás dos postos e cargos correspondentes da Força Policial, excepção feita da do commandante, e, igualmente, equiparado o soldo das praças desse corpo ao das praças da mencionada Força.

Art. 4.º Ficam creados os logares de um assistente do material, um 2.º cirurgião, um medico adjunto, dous pharmaceuticos adjuntos e seis chefes de estações, sendo estes exercidos por alferes, e bem assim os de um medico oculista, um cirurgião dentista e um mestre de gymnastica, percebendo todos esses funcionarios os vencimentos constantes da mencionada tabella.

Art. 5.º Os cargos de inspector geral e de assistente do inspector geral serão respectivamente occupados por tenente-coronel e major.

Art. 6.º O Presidente da Republica fará as necessarias operações de credito para a execução desta lei.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1907, 19.ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1616 — DE 11 DE JANEIRO DE 1907

Corrige a alteração com que foi publicada a lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo em vista a Mensagem n. 2, de 7 do corrente mez, que lhe dirigiu o Presidente do Senado Federal e que este acompanha :

Faço saber que a lei, fixando a despesa geral da Republica para o exercicio de 1907, e dando outras providencias, publicada pelo decreto n. 1617, de 30 de dezembro ultimo, deve ser executada observando-se a seguinte alteração :

Art. 18, rubrica 27ª — Comissão em paiz estrangeiro — Substitua-se a primeira parte pelo seguinte :

« Augmentada de 741:200\$ (C 80.000) para attender ao pagamento de passagens, ajudas de custo e vencimentos, em paiz estrangeiro, da commissão fiscalizadora das obras dos navios em construcção e do pessoal artistico auxiliar, de seis capitães-tenentes enviados para se aperfeiçoarem em estudos e mais pessoal para navios em commissão no estrangeiro. »

Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1907, 19.ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

Tabella a que se referem os arts. 1º e 4º do projecto n. 1645

CLASSIFICAÇÃO DOS CARGOS	Gradações	VENCIMENTO ANNUAL				Somma	Estado effectivo	TOTAL GERAL
		Soldo	Gratificações	Etapa	Fardamento			
Commandante de companhia.....	Capitão.....	3:400\$000	1:080\$000	2:555\$000	6:035\$000	1	6:035\$000
Coadjuvante.....	Tenente.....	1:680\$000	600\$000	2:299\$500	4:579\$500	1	4:579\$500
Chefes de estações.....	Alferes.....	1:440\$000	600\$000	2:044\$000	4:084\$000	2	8:168\$000
Inclusive mandadores.....	1º sargento.....	985\$500	511\$000	157\$000	1:653\$500	1	1:653\$500
	2º sargento.....	839\$500	511\$000	157\$000	1:507\$500	4	6:030\$000
	Forreiros.....	803\$000	511\$000	157\$000	1:471\$000	3	4:413\$000
Segundas machinistas.....	2º sargento.....	839\$500	492\$750	511\$000	157\$000	2:000\$250	1	2:000\$250
Tercceiras machinistas.....	Forreiros.....	803\$000	237\$250	511\$000	157\$000	1:708\$250	2	3:416\$500
	Cabos de esquadra.....	766\$500	511\$000	157\$000	1:434\$500	8	11:476\$000
	Bombeiros.....	730\$000	511\$000	157\$000	1:398\$000	81	113:238\$000
	Aprendizes.....	547\$500	511\$000	157\$000	1:215\$500	16	19:448\$000
Gratificação para o 1º sargento escalante da 1ª companhia.....								120
								180:457\$750
								240\$000
								180:697\$750
Inspector geral.....	Tenente-coronel.....	511\$000	511\$000	1	511\$000
Inspector do serviço sanitario.....	Tenente-coronel graduado.....	960\$000	960\$000	—	960\$000
Assistente do material.....	Major.....	5:400\$000	3:096\$000	8:466\$000	1	8:466\$000
Assistente do pessoal.....	Major.....	960\$000	600\$000	511\$000	2:071\$000	1	2:071\$000
Segundo cirurgião.....	Capitão.....	2:400\$000	1:440\$000	2:555\$000	6:395\$000	1	6:395\$000
Medico adjunto.....	Tenente.....	1:680\$000	1:560\$000	2:299\$500	5:539\$500	1	5:539\$500
Pharmaceutico adjunto.....	Alferes.....	1:440\$000	720\$000	2:044\$000	4:204\$000	2	8:408\$000
Chefe de estação.....	Alferes.....	1:440\$000	600\$000	2:044\$000	4:084\$000	6	24:504\$000
Para custeio de uma banda de musica, cujas praças serão tiradas dentro as da 6ª companhia.....								6:000\$000
Para equiparação do soldo das praças do Corpo ás da força policial.....								17:520\$000
Para equiparação das gratificações dos officiaes do Corpo ás de postos e cargos correspondentes da força policial.....								7:080\$000
Gratificação ao medico oculista.....								2:400\$000
Idem ao cirurgião dentista.....								1:800\$000
Idem ao mestre de gymnastica.....								1:200\$000
								273:552\$250
Material								
Aluguel de predios para moradia dos officiaes contemplados no presente quadro.....								18:540\$000
Para equiparação da gratificação para quebras ao capitão-thezoureiro, correspondente á da força policial.....								240\$000
								292:332\$250

Rio de Janeiro, 10 de janeiro de 1907.—Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1647 — DE 28 DE MAIO DE 1907

Approva a Convenção assignada, na Haya, por varias Potencias em 29 de julho de 1899, para o ajuste pacifico dos conflictos internacionaes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica approvada a Convenção para a solução pacifica dos conflictos internacionaes, assignada, na Haya, a 29 de julho de 1899, por diversas Potencias ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1907, 10^a da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Rio-Branco.

DECRETO N. 1648 — DE 31 DE MAIO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 10:051\$456, para pagamento de diversas despesas do Senado Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, o credito extraordinario de 10:051\$456, sendo 3:332\$ para pagamento de despesas feitas no Senado por occasião da apuração da eleição presidencial e das solemnidades de 15 de novembro deste anno (1906); 2:498\$916, para pagamento das gratificações addicionaes que competem aos empregados da Secretaria do Senado e constantes do quadro organizado de accordo com a deliberação do mesmo Senado, de 17 de novembro do corrente anno (1906); 3:600\$ para pagamento de despesas feitas com a limpeza do edificio e moveis e de salarios de serventes; 280\$ para pagamento dos vencimentos de um official da secretaria, desde 18 do corrente mez de dezembro (1906), data da sua nomeação, até 31 do mesmo mez; 256\$648 para pagamento dos de dous continuos, correspondendo ao mesmo periodo; 33\$802 para o do acrescimo dos do

porteiro da secretaria, em igual periodo; 14\$ para o do accrescimo de 10 %, dos do ajudante desse porteiro, tambem de 18 a 31 de dezembro ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 1907, 19^a da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1640 — DE 4 DE JUNHO DE 1907

Mantem o direito dos aspirantes a commissarios que não foram incluídos na reforma por que passou a classe, ficando addidos ao Corpo de Commissarios, aguardando vagas, afim de serem promovidos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Os aspirantes a commissarios da Armada que não foram incluídos na reforma por que passou aquella classe ficarão addidos ao respectivo corpo, aguardando vagas, afim de serem promovidos ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de junho de 1907, 19^a da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Alexandrino Faria de Alencar.

DECRETO N. 1650 — DE 6 DE JUNHO DE 1907

Concede a pensão mensal de 250\$ á viuva e aos fillos do tenente-coronel Innocencio Fabricio Ferreira de Mattos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.^o E' concedida a pensão mensal de 250\$ á viuva e aos fillos do tenente-coronel Innocencio Fabricio Ferreira de Mattos.

Art. 2.^o A referida pensão será distribuida assim: á viuva caberá 125\$ e os outros 125\$ serão igualmente repartidos entre os fillos, revertendo em favor da viuva os quinhões pertencentes aos que, nos termos da lei, os forem perdendo.

Art. 3.^o Todas estas concessões serão effectivas quanto á viuva mantendo-se a mesma no estado de viuvez e, no caso contrario, re-

verterá seu quinhão em benefício igual aos filhos menores e filhas solteiras.

Art. 4.º Fica o Governo autorizado a abrir o credito necessario para immediata execução desta lei.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Compista.

DECRETO N. 1651 — DE 10 DE JUNHO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a levantar em uma das praças desta Capital um monumento ao almirante Barroso, commemerativo da batalha do Riachuelo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a levantar em uma das praças desta Capital um monumento ao almirante Barroso, commemerativo da batalha do Riachuelo.

Art. 2.º Será desde já consignado para o fim indicado no artigo antecedente o credito de 100:000\$000.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1652 — DE 13 DE JUNHO DE 1907

Autoriza a reforma, no posto de alferes, do enfermeiro-mór do Hospital Central do Exército Henrique José da Rocha.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a reformar no posto de alferes e com o soldo da tabella em vigor o enfermeiro-mór do Hospital Central do Exército Henrique José da Rocha.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

DECRETO N. 1653 — DE 13 DE JUNHO DE 1907

Autoriza a abertura do credito de 35:000\$, para verificar, por experiencias adequadas, o valor do explosivo offerecido pelo Dr. Alvaro Alberto da Silva.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir o credito de 35:000\$, para verificar, por experiencias adequadas, o valor do explosivo offerecido ao Governo pelo Dr. Alvaro Alberto da Silva.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 1907, 19.^a da Republica.

AFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

DECRETO N. 1654 — DE 13 DE JUNHO DE 1907

Restabelece as companhias de aprendizes marinheiros nos Estados do Paraná, Espirito Santo, Rio Grande do Norte, Piahy, Amazonas, Pará, Rio de Janeiro e S. Paulo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.^o Além das escolas de aprendizes marinheiros existentes, fica o Governo autorizado a crear outras nos Estados do Amazonas, Pará, Piahy, Rio Grande do Norte, Espirito Santo, Rio de Janeiro, S. Paulo e Paraná, á medida que as condições financeiras do paiz permittirem.

§ 1.^o As escolas serão classificadas em duas categorias — primaria e modelo.

§ 2.^o O Governo fará a classificação de accordo com a importancia de cada uma e fixará o pessoal.

Art. 2.^o As escolas de aprendizes deixarão de ora em diante de ser commandadas pelos capitães dos portos e terão pessoal administrativo proprio, escolhidos dentre os officiaes de reconhecida competencia.

Paraphræse unico. Cada escola, além do que for exigido a bem da educação physica e do ensino elemental e profissional, disporá de um navio de dimensões apropriadas e convenientemente aparelhado para a pratica tanto da parte maritima como da militar da profissão.

Art. 3.º Os marinheiros procedentes das escolas que durante o tempo de serviço activo houverem bem procedido terão direito, na situação de reservistas, a empregos correspondentes ás suas habilitações nos arsenaes, nas capitánias e demais repartições da marinha e nas alfandegas.

Paragrapho unico. As companhias ou emprezas de navegação que constituirem o pessoal de covez e de machinas de seus navios, com dous terços, pelo menos, desses reservistas, ficarão relevadas das despezas de emolumentos referentes a vistorias, despachos de papeis e a um abatimento na taxa de praticagem de 10 a 15 %.

Art. 4.º As escolas que após dous triennios da presente lei não produzirem pessoal na razão de 33 % de suas respectivas lotações serão extintas.

Art. 5.º O Governo abrirá os necessarios credits para as despezas com a execução desta lei.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Alexandrino Faria de Alencar.

DECRETO N. 1655 — DE 13 DE JUNHO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao Dr. Fausto Alves de Brito o premio de viagem a que tem direito, e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional deccretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a conceder ao Dr. Fausto Alves de Brito o premio de viagem a que tem direito, sendo-lhe dada para sua manutenção a quantia de 4:200\$, ouro, fazendo para esse fim a necessaria operação de credito; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 13 de junho de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1656 — DE 29 DE JUNHO DE 1907

Autoriza a concessão de um anno de licença ao 2º tenente do 6º regimento de artilharia Ricardo de Berredo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao 2º tenente do 6º regimento de artilharia Ricardo de Berredo um anno de licença, com soldo e etapa, para tratar de sua saúde onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

DECRETO N. 1657 — DE 29 DE JUNHO DE 1907

Autoriza a concessão de um anno de licença ao coronel honorario e capitão reformado Miguel Calmon du Pin Lisboa.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' autorizado o Presidente da Republica a conceder ao coronel honorario e capitão reformado Miguel Calmon du Pin Lisboa, porteiro da Repartição do Estado Maior do Exercito, um anno de licença, com direito a etapa, para tratar de sua saúde onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de junho de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

DECRETO N. 1658 — DE 21 DE JUNHO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a prorogar por 10 mezes, com ordenado, a licença em cujo goso se acha, para tratamento de saude, o bacharel Manoel Joaquim de Castro Madeira, praticante dos Correios de Pernambuco.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a prorogar por 10 mezes, com ordenado, a licença em cujo goso se acha, para tratamento de saude, o bacharel Manoel Joaquim de Castro Madeira, praticante dos Correios de Pernambuco; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 1907, 19.º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N. 1659 — DE 25 DE JUNHO DE 1907

Approva o tratado concluido em 5 de maio de 1906, estabelecendo a fronteira entre o Brazil e a Colonia de Surinam.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica approvedo, em todas as suas clausulas, o tratado concluido e assignado nesta Capital, a 5 de maio de 1906, pelos plenipotenciarios dos Estados Unidos do Brazil e dos Paizes Baixos, estabelecendo a fronteira entre o Brazil e a Colonia de Surinam.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 1907, 19.º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Rio-Branco.

DECRETO N. 1660 — DE 27 DE JUNHO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com ordenado, ao 2º escriptuario da Casa da Moeda Pedro de Alcantara Benevides de Araujo Cintra.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao 2º escriptuario da Casa da Moeda Pedro de Alcantara Benevides de Araujo Cintra um anno de licença, com ordenado, para tratamento de saúde.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1907, 19ª da Republica.

ALFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Compista.

DECRETO N. 1661 — DE 27 DE JUNHO DE 1907

Equipara a Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado do Amazonas á idêntica repartição no Estado de Pernambuco.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica a Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado do Amazonas equiparada á idêntica repartição em Pernambuco, sendo mantidas as actuaes gratificações.

Art. 2.º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os necessarios creditos para esse fim.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1907, 19ª da Republica.

ALFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Compista.

DECRETO N. 1662 — DE 27 DE JUNHO DE 1907

Manda aproveitar para o quadro dos empregados de Fazenda os guardas das Alfandegas da Republica que tiverem prestado o concurso de primeira entrada.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a seguinte resolução :

Art. 1.º Os guardas das Alfandegas da Republica que tiverem prestado o concurso de primeira entrada a que se refere o art. 41 da Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas serão aproveitados para o quadro dos empregados de Fazenda, de preferencia a outro qualquer candidato, em igualdade de condições.

Art. 2.º Os guardas que tiverem 25 annos de effectivo serviço, liquidado na forma das leis de Fazenda, poderão ser reformados com o soldo por inteiro, nos termos do art. 75 da Constituição Federal.

Art. 3.º Os guardas poderão, a requerimento seu e ouvidos a respeito os chefes das respectivas repartições, ser transferidos de uma para outra Alfandega, não só no caso de vaga, como no de permuta.

Art. 4.º Os cargos de commandantes e sargentos das corporações dos guardas serão adquiridos por accesso, tendo-se sempre em vista a competencia, antiguidade, conducta e merecimento.

Art. 5.º Os guardas que contarem 20 annos de bons serviços em repartições de Fazenda terão uma gratificação adicional de 5 % sobre o ordenado, por cada cinco annos que exceder.

Art. 6.º Ficam elevados de 20 % os vencimentos das forças dos guardas das Alfandegas e Mesas de Rendas da Republica.

Art. 7.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir os creditos necessario para o correr á despesa de que trata a presente lei.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1907, 19.ª da Republica.

AFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Compito.

DECRETO N. 1663 — DE 27 DE JUNHO DE 1907

Autoriza o Poder Executivo a conceder ao Dr. Godofredo Xavier da Cunha, juiz federal da 1.ª vara na secção do Districto Federal, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saúde.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a seguinte resolução :

Artigo unico. E' o Poder Executivo autorizado a conceder ao Dr. Godofredo Xavier da Cunha, juiz federal da 1.ª vara desta Ca-

pital, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saúde onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1064 — DE 27 DE JUNHO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a conceder a João Lopes Brazil, telegraphista de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, seis mezes de licença, com ordenado, em prorrogação da que obteve, para tratar de sua saúde onde lhe convier.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. E' autorizado o Presidente da Republica a conceder a João Lopes Brazil, telegraphista de 3ª classe da Estrada de Ferro Central do Brazil, seis mezes de licença, com ordenado, em prorrogação da que obteve, para tratar de sua saúde onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N. 1065 — DE 27 DE JUNHO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a conceder a Luiz Brito, ajudante do agente do Correio de Caxias, no Estado do Maranhão, um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratamento de saúde.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder a Luiz Brito, ajudante do agente do Correio de Caxias, no

Estado do Maranhão, um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratamento de sua saúde; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1907, 19.^a da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N. 1666 — DE 10 DE JULHO DE 1907

Fixa os vencimentos dos funcionarios da Bibliotheca Nacional, de accordo com a tabella annexa.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.^o Os vencimentos dos funcionarios da Bibliotheca Nacional serão pagos de accordo com a tabella annexa.

Art. 2.^o Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 1907, 19.^a da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

Tabella dos vencimentos dos funcionarios da Bibliotheca Nacional a que se refere o decreto n. 1666, desta data

Director.....	10:800\$000
Chefe de secção.....	9:000\$000
Primeiros officiaes e secretario.....	6:000\$000
Segundos officiaes.....	4:800\$000
Conservador.....	5:400\$000
Amanuenses.....	3:900\$000
Auxiliares.....	2:700\$000
Electricista.....	3:600\$000
Porteiro.....	3:000\$000
Ajudante de porteiro.....	2:400\$000
Continuos.....	2:100\$000

Rio de Janeiro, 10 de julho de 1907. — *Augusto Tavares de Lyra.*

DECRETO N. 1667 — DE 11 DE JULHO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a conceder a Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, director do Archivo Publico Nacional, um anno de licença com ordenado.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' autorizado o Presidente da Republica a conceder a Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, director do Archivo Publico Nacional, licença por um anno, com ordenado, para tratar da sua saúde onde lhe coavier; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1668 — DE 11 DE JULHO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a conceder a Octavio Moniz de Souza, tabelião da Prefeitura do Alto Parús, um anno de licença, na forma da lei.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder a Octavio Moniz de Souza, tabelião da Prefeitura do Alto Parús, um anno de licença, na forma da lei: revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1669 — DE 11 DE JULHO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 3:000\$, para occorrer ao pagamento da desapropriação, por utilidade publica, de duas casas situadas no terreno fronteiro ao Jardim Botânico.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 3:000\$, para occorrer ao pagamento da desapropriação, por utilidade publica, de duas casas de ns. 27 e 33, situadas no terreno fronteiro ao Jardim Botânico : revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon de Pin e Almeida,

DECRETO N. 1670 — DE 11 DE JULHO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 1.000:000\$, para aquisição de material fixo e rodante e execução dos melhoramentos necessarios á Estrada de Ferro Oeste de Minas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito especial de 1.000:000\$, para aquisição de material fixo e rodante e execução dos melhoramentos necessarios á Estrada de Ferro Oeste de Minas : revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon de Pin e Almeida,

DECRETO N. 1671 — DE 17 DE JULHO DE 1907

Autoriza o Governo a abrir ao Ministério da Guerra o credito de 13:500\$, supplementar á verba 2ª do art. 22 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministério da Guerra o credito de 13:500\$, supplementar á verba da rubrica 2ª do art. 22 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906, para occorrer ao augmento de vencimentos dos juizes togados do Supremo Tribunal Militar, de accord: com o art. 1º da lei n. 1625, de 2 de janeiro de 1907 e em virtude do art. 17 da lei n. 142, de 18 de julho de 1894; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

DECRETO N. 1672 — DE 18 DE JULHO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministério da Fazenda os creditos supplementares de 30:000\$ e 70:000\$, ás verbas 23ª e 30ª do art. 45 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministério da Fazenda os creditos supplementares de 30:000\$ e 70:000\$, papel, ás verbas 23ª e 30ª do art. 45 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Dacil Campista.

DECRETO N. 1673 — DE 18 DE JULHO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 12:276\$398, supplementar á verba — Alfandegas — do orçamento de 1907.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 12:276\$398, supplementar á verba—Alfandegas—do orçamento vigente, para occorrer á despesa resultante da execução do decreto legislativo n. 1594, de 26 de dezembro de 1906, que concede mais duas quotas de gratificação aos fideis de armazem e aos ajudantes das capatazias da Alfandega do Rio de Janeiro ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1907, 19º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1674 — DE 18 DE JULHO DE 1907

Releva da prescrição em que incorreu D. Laurinda Ercilia Adelaide da Rocha, para receber a quarta parte do soldo que vencia seu irmão, o tenente do Exército Paulo Antonio da Rocha.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica relevada da prescrição em que incorreu D. Laurinda Ercilia Adelaide da Rocha, para que possa receber no Thesouro Federal as mensalidades a que tem direito, 20\$250, correspondentes á quarta parte do soldo que vencia seu irmão, o tenente do Exército Paulo Antonio da Rocha, a contar do dia 13 de abril de 1894 até 4 de março de 1906, abrindo o Poder Executivo para isso o credito necessario ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1907, 19º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1675 — DE 18 DE JULHO DE 1907

Deroga o art. 4º, § 6º, 2ª parte, do decreto n. 169 A, de 19 de janeiro de 1890, e o art. 189 do decreto n. 370, de 2 de maio do mesmo anno, e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Não se suspendem o julgamento da partilha por falta de inscrição da hypotheca legal dos menores ou interditos; mas, uma vez julgada, promoverá o Juiz, sem demora, a referida inscrição.

Art. 2.º Não é essencial, nas escripturas de hypotheca convencional, a declaração de estarem ou não os bens hypothecados sujeitos a outras hypothecas legaes.

§ 1.º As escripturas em que se omittirem taes declarações, nem por isso serão nulas de pleno direito, mas darão lugar, contra o mutuário ou outorgantes, á pena criminal de estellionato, a requerimento do contractante prejudicado ou seus successores, quando se verificar má fé.

§ 2.º Presume-se má fé sempre que o mutuário ou outros outorgantes não possuam meios de reparar os prejuizes causados pela referida omissão.

Art. 3.º Ficam derogados o art. 181 do decreto n. 370, de 2 de maio de 1890; o art. 4º, § 6º, 2ª parte, do decreto n. 169 A, de 19 de janeiro de 1890, e revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1907, 19ª da Republica.

AFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1676 — DE 18 DE JULHO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com ordenado, ao 3º official da Secretaria da Justiça e Negocios Interiores Ernesto Epandiondas de Castro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder um anno de licença, com ordenado, ao 3º official da Se-

cretaria da Justiça e Negocios Interiores Ernesto Epaminondas de Castro; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1907, 19^a da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Texeira de Lyra.

DECRETO N. 1677 — DE 25 DE JULHO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença com ordenado ao 2^o escriptuario do Thesouro Federal Raymundo João dos Reis Lisboa.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a conceder um anno de licença com ordenado a Raymundo João dos Reis Lisboa, 2^o escriptuario do Thesouro Federal, para tratar de sua saúde onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1907, 19^a da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1677 — DE 25 DE JULHO DE 1907

Eleve os vencimentos do director e do medico da Casa de Correção da Capital Federal, as diarias dos guardas internos e externos, a gratificação do enfermeiro do mesmo estabelecimento e os vencimentos do director da Casa de Detenção.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.^o Ficam elevados respectivamente a 9:000\$ e a 6:000\$ os vencimentos do director e do medico da Casa de Correção da Capital Federal, percebendo o primeiro 6:000\$ de ordenado e 3:000\$ de gratificação, e o segundo 4:000\$ de ordenado e 2:000\$ de gratificação, ambos sem mais direito á diaria que actualmente percebem.

Art. 2.º Ficam igualmente elevados: a 1:800 a diaria dos guardas internos e a 1:200 a dos externos e a 1:500\$ a gratificação annual do enfermeiro do mesmo estabelecimento.

Art. 3.º Ficam tambem elevados a 9:000\$ annnaes os vencimentos do director da Casa de Detenção.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1907, 19.ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1679 — DE 25 DE JULHO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a applicar ao preparador de histologia da Faculdade de Medicina da Bahia Dr. Julio Sergio Palma a disposição da lei n. 138, de 21 de julho de 1893.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a applicar ao preparador de histologia da Faculdade de Medicina da Bahia Dr. Julio Sergio Palma, a disposição da lei n. 138, de 21 de julho de 1893, considerando-o substituto da mesma Faculdade e designando-lhe a secção que lhe compete pelas provas dadas em concurso; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 1907, 19.ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1680 — DE 31 DE JULHO DE 1907

Promulga a Convenção concluida em Genebra entre o Brazil e varias Potencias em 6 de julho de 1906, para melhorar a sorte dos feridos e enfermos nos exercitos em campanha.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Tendo o Congresso Nacional approvado, em 20 de dezembro de 1906, a Convenção para melhorar a sorte dos feridos e enfermos nos exercitos em campanha, concluida em Genebra a 6 de julho de 1906

entre o Brazil e varias Potencias e tendo sido a 18 de junho ultimo depositada em Berna a carta de ratificação brasileira :

Decreta que a mesma Convenção seja observada e cumprida tão inteiramente como nella se contém.

Rio de Janeiro, 31 de julho de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Rio-Branco.

Convenção de 6 de julho de 1906, a que se refere o decreto acima

Convention pour l'amélioration du sort des blessés et malades dans les armées en campagne

(6 juillet 1906)

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse ; Son Excellence le Président de la République Argentine ; Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc. et Roi Apostolique de Hongrie ; Sa Majesté le Roi des Belges ; Son Altesse Royale Le Prince de Bulgarie ; Son Excellence le Président de la République du Chili ; Sa Majesté l'Empereur de Chine ; Sa Majesté le Roi des Belges, Souverain de l'Etat Indépendent du Congo ; Sa Majesté l'Empereur de Corée ; Sa Majesté le Roi de Danemark ; Sa Majesté le Roi d'Espagne ; le Président des Etats Unis d'Amérique ; le Président des Etats Unis du Brésil ; le Président des Etats Unis Mexicains ; le Président de la République Française ; Sa Majesté le Roi du Royaume-Uni de la Grande Bretagne et d'Irlande, Empereur des Indes ; Sa Majesté le Roi des Helènes ; le Président de la République de Guatemala ; le Président de la République de Honduras ; Sa Majesté le Roi d'Italie ; Sa Majesté l'Empereur du Japon ; Son Altesse Royale le Grand Duc de Luxembourg, Duc de Nassau ; Son Altesse Royale le Prince de Montenegro ; Sa Majesté le Roi de Norvège ; Sa Majesté la Reine des Pays Bas ; le Président de la République du Pérou ; Sa Majesté Impériale le Schah de Perse ; Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc. ; Sa Majesté le Roi de Roumanie ; Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies ; Sa Majesté le Roi de Serbie ; Sa Majesté le Roi de Siam ; Sa Majesté le Roi de Suède ; le Conseil Fédéral Suisse ; le Président de la République Oriental de l'Uruguay :

Egalement animés du désir de diminuer, autant qu'il depend d'eux, les maux inséparables de la guerre et voulant, dans ce but, perfectionner et compléter les dispositions convenues à Genève, le 22 août 1864, pour l'amélioration du sort des militaires blessés ou malades dans les armées en campagne :

Ont résolu de conclure une nouvelle Convention à cet effet, et on nommé pour leurs Plénipotentiaires, savoir:

Sa Majesté l'Empereur d'Allemagne, Roi de Prusse:

S. E. M. le chambellan et conseiller intime actuel A. DE BULOW, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berne;

M. le général de brigade baron de MANTEUFFEL, M. le médecin-inspecteur, médecin général Dr. VILLARET (avec rang de général de brigade);

M. le Dr. ZORN, conseiller intime de justice, professeur ordinaire de droit à l'Université de Bonn, syndic de la couronne.

Son Excellence le Président de la République Argentine:

S. E. M. Enrique B. MORENO, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berne;

M. Molina SALAS, consul général en Suisse.

Sa Majesté l'Empereur d'Autriche, Roi de Bohême, etc. et Roi Apostolique de Hongrie:

S. E. M. le baron Heidler de EBERLE et SYRGENSTEIN, conseiller intime actuel, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berne.

Sa Majesté le Roi des Belges:

M. le colonel d'état-major comte de T'SERCLAES, chef d'état-major de la 4^e circonscription militaire.

Son Altesse Royale le Prince de Bulgarie:

M. le Dr. Marin BOSSERT, directeur du service sanitaire, M. le capitaine d'état-major Boris SIRMANOFF.

Son Excellence le Président de la République du Chili:

M. Angelín FOWANOS, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire.

Sa Majesté l'Empereur de Chine:

S. E. M. Lou T'SUNG T'SUNG, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à la Haye.

Sa Majesté le Roi des Belges, Souverain de l'Etat Indépendant du Congo:

M. le colonel d'état-major comte de T'SERCLAES, chef d'état-major de la 4^e circonscription militaire de Belgique.

Sa Majesté l'Empereur de Corée:

S. E. M. KATO Tsumetada, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire du Japon à Bruxelles.

Sa Majesté le Roi de Danemark:

M. Laub, médecin général, chef du corps des médecins de l'armée.

Sa Majesté le Roi d'Espagne:

S. E. M. Silverio de Baguer y Corsi, Comte de Baguer, Ministre Résident.

Le Président des États Unis d'Amérique:

M. William Cary Sanger, ancien sous-secrétaire de la guerre des États-Unis d'Amérique;

M. le contre-amiral Charles S. Sperry, président de l'école de guerre navale;

M. le général de brigade Georges B. Davis, avocat général de l'armée;

M. le général de brigade Robert M. O'roilly, médecin général de l'armée.

Le Président des États Unis du Brésil:

M. le Dr. Carlos Lemgruber-Kropf, chargé d'affaires à Berne;

M. le colonel du génie Roberto Trompowski Leitão d'Almeida, attaché militaire à la légation du Brésil à Berne.

Le Président des États Unis Mexicains:

M. le général de brigade José Maria Perez.

Le Président de la République Française:

S. E. M. Révoil, ambassadeur à Berne;

M. Louis Renault, membre de l'Institut de France, ministre plénipotentiaire, jurisconsulte du Ministère des Affaires Étrangères, professeur à la Faculté de Droit de Paris;

M. le colonel breveté d'artillerie de réserve Olivier;

M. le médecin principal de 2^me classe Pauzat.

Sa Majesté le Roi de Royaume Uni de Grande Bretagne et d'Irlande, Empereur des Indes:

M. le major général Sir John Charles Ardagh K. C. M. G., K. C. I. E., C. B.;

M. le professeur Thomas Erskine Holland, K. C., D. C. L., Sir John Furley, C. B.;

M. le lieutenant colonel William Grant Macpherson, C. M. G., R. A. M. C.

Sa Majesté le Roi des Hellènes:

M. Michel Kebedgy, professeur de droit international à l'Université de Berne.

Le Président de la République de Guatemala:

M. Manuel Arroyo, chargé d'affaires à Paris;

M. Henri Wiswald, consul général à Berne, en résidence à Genève.

Le Président de la République de Honduras:

M. Oscar Hoepel, consul général à Berne.

Sa Majesté le Roi d'Italie :

M. le Marquis Roger Maurigi di Castel Maurigi, colonel dans Son armée, grand officier de Son ordre royal de les SS. Maurice et Lazare ;

M. le major général médecin Giovanni Randone, inspecteur sanitaire militaire, commandeur de Son ordre royal de la Couronne d'Italie.

Sa Majesté l'Empereur du Japon :

S. E. M. Kato Tsunetada, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Bruxelles.

Son Altesse Royale le Grand Duc de Luxembourg, Duc de Nassau :

M. le colonel d'état major Comte de Tserclaes, chef d'état major de la 4^{re} circonscription militaire de Belgique.

Son Altesse Royale le Prince de Montenegro :

M. E. Odier, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la Confédération Suisse en Russie, Mr. le colonel Murset, médecin en chef de l'armée fédérale suisse.

Sa Majesté le Roi de Norvège :

M. le capitaine Danc, du corps sanitaire de l'armée norvégienne.

Sa Majesté la Reine des Pays Bas :

M. le lieutenant-général en retraite Jonkhoeer J. C. C. Beer Portugael, membre du Conseil d'Etat ;

M. le colonel A. A. J. Quanjier, officier de santé en chef de 1^{re} classe.

Le Président de la République du Pérou :

M. Gustavo de La Fuente, premier secrétaire de la Légation du Pérou à Paris.

Sa Majesté Impériale le Schah de Perse :

S. E. M. Samad Khan Momtaz-ou-Saltaneh, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Paris.

Sa Majesté le Roi de Portugal et des Algarves, etc. :

S. E. M. Alberto de Oliveira, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berne ;

M. José Nicolau Raposo Botelho, colonel d'infanterie, ancien député, directeur du Royal Collège Militaire à Lisbonne.

Sa Majesté le Roi de Roumanie :

M. le Dr. Satche Stephanesco, colonel de réserve.

Sa Majesté l'Empereur de Toutes les Russies :

S. E. M. le conseiller privé de Martens, membre permanent du conseil du Ministère des Affaires Étrangères de Russie.

Sa Majesté le Roi de Serbie :

M. Milan St. Markovitch, secrétaire général du Ministère de la Justice ;

M. le colonel Dr. Sondermayer, chef de la division sanitaire au Ministère de la Guerre.

Sa Majesté le Roi du Siam :

M. le prince Charoon, chargé d'affaires à Paris ;

M. Corragioni D'orelli, conseiller de légation à Paris.

Sa Majesté le Roi de Suède :

M. Sörensen, médecin en chef de la 2^e division de l'armée.

Le Conseil Fédéral Suisse :

M. E. Odier, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire en Russie ;

M. le colonel Musset, médecin en chef de l'armée fédérale.

Le Président de la République Orientale de l'Uruguay :

M. Alexandre Herosa, chargé d'affaires à Paris ;

Lesquels, après s'être communiqué leurs pleins pouvoirs, trouvés en bonne et due forme, sont convenus de ce que suit :

CHAPITRE PREMIER

Des blessés et malades

ARTICLE 1^{er}

Les militaires et les autres personnes officiellement attachés aux armées, qui seront blessés ou malades, devront être respectés et soignés, sans distinction de nationalité, par le belligérant qui les aura en son pouvoir.

Toutefois, le belligérant, obligé d'abandonner des malades ou des blessés à son adversaire, laissera avec eux, autant que les circonstances militaires le permettront, une partie de son personnel et de son matériel sanitaire pour contribuer à les soigner.

ART. 2

Sous réserve des soins à leur fournir en vertu de l'article précédent, les blessés ou malades d'une armée tombés au pouvoir de l'autre belligérant sont prisonniers de guerre et les règles générales du droit des gens concernant les prisonniers leur sont applicables.

Cependant, les belligérants restent libres de stipuler entre eux, à l'égard des prisonniers blessés ou malades, telles clauses d'exception ou de faveur qu'ils jugeront utiles ; ils auront, notamment, la faculté de convoier :

De se remettre réciproquement, après un combat, les blessés laissés sur le champ de bataille ;

De renvoyer dans leur pays, après les avoir mis en état d'être transportés ou après guérison, les blessés ou malades qu'ils ne voudront pas garder prisonniers ;

De remettre à un Etat neutre, du consentement de celui-ci, des blessés ou malades de la partie adverse, à la charge par l'Etat neutre de les internier jusqu'à la fin des hostilités.

ART. 3

Après chaque combat, l'occupant du champ de bataille prendra des mesures pour rechercher les blessés et pour les faire protéger, ainsi que les morts, contre le pillage et les mauvais traitements.

Il veillera à ce que l'inhumation ou l'incinération des morts soit précédée d'un examen attentif de leurs cadavres.

ART. 4

Chaque belligérant enverra, dès qu'il sera possible, aux autorités de leur pays ou de leur armée les marques ou pièces militaires d'identité trouvés sur les morts et l'état nominatif des blessés ou malades recueillis par lui.

Les belligérants se tiendront réciproquement au courant des internements et des mutations, ainsi que des entrées dans les hôpitaux et des décès survenus parmi les blessés et malades ou leur pouvoir. Ils recueilleront tous les objets d'un usage personnel, valeurs, lettres, etc., qui seront trouvés sur les champs de bataille ou délaissés par les blessés ou malades décédés dans les établissements ou formations sanitaires, pour les faire transmettre aux intéressés par les autorités de leur pays.

ART. 5

L'autorité militaire pourra faire appel au zèle charitable des habitants pour recueillir et soigner, sous son contrôle, des blessés ou malades des armées, en accordant aux personnes ayant répondu à cet appel une protection spéciale et certaines immunités.

CHAPITRE II

Des formations et établissements sanitaires

ART. 6

Les formations sanitaires mobiles (c'est-à-dire celles qui sont destinées à accompagner les armées en campagne) et les établissements fixes du service de santé seront respectés et protégés par les belligérants.

ART. 7

La protection due aux formations et établissements sanitaires cesse si l'on en use pour commettre des actes nuisibles à l'ennemi.

ART. 8

Ne sont pas considérés comme étant de nature à priver une formation ou un établissement sanitaire de la protection assurée par l'article 6 :

I. Le fait que le personnel de la formation ou de l'établissement est armé et qu'il use de ses armes pour sa propre défense ou celle de ses malades et blessés ;

II. Le fait qu'à défaut d'infirmiers armés, la formation ou l'établissement est gardé par un piquet ou des sentinelles munis d'un mandat régulier ;

III. Le fait qu'il est trouvé dans la formation ou l'établissement des armes et cartouches retirés aux blessés et n'ayant pas encore été versés au service compétent.

CHAPITRE III

Du personnel

ART. 9

Le personnel exclusivement affecté à l'enlèvement, au transport et au traitement des blessés et des malades, ainsi qu'à l'administration des formations et établissements sanitaires, les aumôniers attachés aux armées, seront respectés et protégés, en toute circonstance ; s'ils tombent entre les mains de l'ennemi, ils ne seront pas traités comme prisonniers de guerre.

Ces dispositions s'appliquent au personnel de garde des formations et établissements sanitaires dans le cas prévu à l'article 8, n. 2.

ART. 10

Est assimilé au personnel visé à l'article précédent le personnel des Sociétés de secours volontaires dûment reconnus et autorisés par leur Gouvernement, qui sera employé dans les formations et établissements sanitaires des armées, sous la réserve que le dit personnel sera soumis aux lois et règlements militaires.

Chaque Etat doit notifier à l'autre, soit dès les temps de paix, soit à l'ouverture ou au cours de hostilités, en tout cas avant tout emploi effectif, les noms des Sociétés qu'il a autorisées à prêter leur concours, sous sa responsabilité, au service sanitaire officiel de ses armées.

ART. 11

Une société reconnue d'un pays neutre ne peut prêter le concours de ses personnels et formations sanitaires à un belligérant qu'avec l'assentiment préalable de son propre Gouvernement et l'autorisation du belligérant lui-même.

Le belligérant qui a accouté le secours est tenu, avant tout emploi, d'en faire la notification à son ennemi.

ART. 12

Les personnes désignées dans les articles 9, 10 et 11 continueront, après qu'elles seront tombées au pouvoir de l'ennemi, à remplir leurs fonctions sous sa direction.

Lorsque leur concours ne sera plus indispensable, elles seront renvoyées à leur armée ou à leur pays dans les délais et suivant l'itinéraire compatibles avec les nécessités militaires.

Elles emporteront, alors, les effets, les instruments, les armes et les chevaux qui sont leur propriété particulière.

L'ennemi assurera au personnel visé par l'article 9, pendant qu'il sera en son pouvoir, les mêmes allocations et la même solde qu'à son personnel des mêmes grades de son armée.

CHAPITRE IV

Du matériel

ART. 13

Les formations sanitaires militaires continueront, si elles tombent au pouvoir de l'ennemi, leur matériel, y compris les attelages, quels que soient les moyens de transport, et le personnel continuant.

Toutefois, l'autorité militaire compétente aura la faculté de son servir pour les soins des blessés et malades; la restitution du matériel aura lieu dans les conditions prévues pour le personnel sanitaire, et, autant que possible, en même temps.

ART. 15

Les bâtiments et le matériel des établissements fixes demeurent soumis aux lois de la guerre, mais ne pourront être détournés de leur emploi, tant qu'ils seront nécessaires aux blessés et aux malades.

Toutefois, les commandants des troupes d'opération pourront en disposer, en cas de nécessités militaires importantes, en assurant au préalable le sort des blessés et malades qui s'y trouvent.

ART. 16

Le matériel des sociétés de secours, admises au bénéfice de la Convention conformément aux conditions déterminées par celle-ci, est considéré comme propriété privée et, comme tel, respecté en toute circonstance, sauf le droit de réquisitions reconnu aux belligérants selon les lois et usages de la guerre.

CHAPITRE V

Des convois d'évacuations

ART. 17

Les convois d'évacuations seront traités comme les formations sanitaires mobiles, sauf les dispositions spéciales suivantes :

1.^o Le belligérant interceptant un convoi pourra, si les nécessités militaires l'exigent, le disloquer en se chargeant des malades et blessés qu'il contient.

2.^o Dans ce cas, l'obligation de renvoyer le personnel sanitaire, prévue à l'article 12, sera étendue à tout le personnel militaire préposé au transport ou à la garde du convoi et muni à cet effet d'un mandat régulier.

L'obligation de rendre le matériel sanitaire, prévue à l'article 14, s'appliquera aux trains des chemins de fer et bateaux de la navigation intérieure spécialement organisés pour les évacuations, ainsi qu'au matériel d'aménagements des voitures, trains et bateaux ordinaires appartenant au service de santé.

Les voitures militaires, autre que celles du service de santé, pourront être capturées avec leurs attelages.

Le personnel civil et les divers moyens de transport, provenant de la réquisition, y compris le matériel de chemin de fer et les bateaux utilisés pour les convois, seront soumis aux règles générales du droit des gens.

CHAPITRE VI

Du signe distinctif

ART. 18

Par hommage pour la Suisse, le signe héraldique de la croix rouge sur fond blanc, formé par interversion des couleurs fédérales, est maintenu comme emblème et signe distinctif du service sanitaire des armées.

ART. 19

Cet emblème figure sur les drapeaux, les brassards, ainsi que sur tout le matériel se rattachant au service sanitaire, avec la permission de l'autorité militaire compétente.

ART. 20

Le personnel protégé en vertu des articles 9, alinéa 1^{er}, 10, et 11 porte, fixé au bras gauche un brassard avec croix rouge sur fond blanc, délivré et timbré par l'autorité militaire compétente, accompagné d'un certificat d'identité pour les personnes rattachées au service de santé des armées et qui n'auraient pas d'uniforme militaire.

ART. 21

Le drapeau distinctif de la Convention ne peut être arboré que sur les formations et établissements sanitaires qu'elle ordonne de respecter et avec le consentement de l'autorité militaire. Il devra être accompagné du drapeau national du belligérant dont relève la formation ou l'établissement.

Toutefois, les formations sanitaires tombées au pouvoir de l'ennemi n'arboreront pas d'autre drapeau que celui de la croix rouge, aussi longtemps qu'elles se trouveront dans cette situation.

ART. 22

Les formations sanitaires des pays neutres qui, dans les conditions prévues par l'article 11, auraient été autorisées à fournir leurs services doivent arborer, avec le drapeau de la Convention, le drapeau national du belligérant dont elles relèvent.

Les dispositions du deuxième alinéa de l'article précédent leur sont applicables.

ART. 23

L'emblème de la croix rouge sur fond blanc et les mots *croix rouge* ou *croix de Genève* ne pourront être employés, soit en temps de paix, soit en temps de guerre, que pour protéger ou désigner les formations et établissements sanitaires, le personnel et le matériel protégés par la Convention.

CHAPITRE VII

De l'application et de l'exécution de la Convention

ART. 24

Les dispositions de la présente Convention ne sont obligatoires que pour les Puissances contractantes, en cas de guerre entre deux ou plusieurs d'entre elles. Ces dispositions cesseront d'être obligatoires du moment où l'une des Puissances belligérantes ne serait pas signataire de la Convention.

ART. 25

Les commandants en chef des armées belligérantes auront à pourvoir aux détails d'exécution des articles précédents, ainsi qu'aux cas non prévus, d'après les instructions de leurs Gouvernements respectifs et conformément aux principes généraux de la présente Convention.

ART. 26

Les Gouvernements signataires prendront les mesures nécessaires pour instruire leurs troupes, et spécialement le personnel

protégé, des dispositions de la présente Convention et pour les porter à la connaissance des populations.

CHAPITRE VIII

De la répression des abus et des infractions

ART. 27

Les Gouvernements signataires, dont la législation ne serait pas dès à présent suffisante, s'engagent à prendre ou à proposer à leurs législatures les mesures nécessaires pour empêcher en tout temps l'emploi, par des particuliers ou par des sociétés autres que celles y ayant droit en vertu de la présente Convention, de l'emblème ou de la dénomination de CROIX ROUGE ou CROIX DE GENÈVE, notamment, dans un but commercial, par le moyen de marques de fabrique ou de commerce.

L'interdiction de l'emploi de l'emblème ou de la dénomination dont s'agit produira son effet à partir de l'époque déterminée par chaque législation et, au plus tard, cinq ans après la mise en vigueur de la présente Convention. Dès cette mise en vigueur, il ne sera plus licite de prendre une marque de fabrique ou de commerce contraire à l'interdiction.

ART. 28

Les Gouvernements signataires s'engagent également à prendre ou à proposer à leurs législatures, en cas d'insuffisance de leurs lois pénales militaires, les mesures nécessaires pour réprimer, en temps de guerre, les actes individuels de pillage et de mauvais traitement envers des blessés et malades des armées ainsi que pour punir, comme usurpation d'insignes militaires, l'usage abusif du drapeau et du brassard de la Croix Rouge par des militaires ou des particuliers non protégés par la présente Convention. Ils se communiqueront, par l'intermédiaire du Conseil Fédéral Suisse, les dispositions relatives à cette répression, au plus tard, dans les cinq ans de la ratification de la présente Convention.

DISPOSITIONS GÉNÉRALES

ART. 29

La présente Convention sera ratifiée aussitôt que possible.

Les ratifications seront déposées à Berne.

Il sera dressé du dépôt de chaque ratification un procès verbal dont une copie, certifiée conforme, sera remise par la voie diplomatique à toutes les Puissances contractantes.

ART. 30

La présente Convention entrera en vigueur pour chaque Puissance six mois après la date du dépôt de sa ratification.

ART. 31

La présente Convention, dûment ratifiée, remplacera la Convention du 22 août 1864, dans les rapports entre les États Contractants.

La Convention de 1864 reste en vigueur dans les rapports entre les Parties qui l'ont signée et qui ne ratifieraient pas également la présente Convention.

ART. 32

La présente Convention pourra, jusqu'au 31 décembre prochain, être signée par les Puissances représentées à la Conférence qui s'est ouverte à Genève le 11 juin 1906, ainsi que par les Puissances non représentées à cette Conférence qui ont signé la Convention de 1864.

Celles de ces Puissances qui, au 31 décembre 1906, n'auront pas signé la présente Convention, resteront libres d'y adhérer par la suite. Elles auront à faire connaître leur adhésion au moyen d'une notification écrite adressée au Conseil Fédéral Suisse et communiquée par celui-ci à toutes les Puissances contractantes.

Les autres Puissances pourront demander à adhérer dans la même forme, mais leur demande ne produira effet si dans le délai d'un an, à partir de la notification au Conseil Fédéral, celui-ci n'a reçu d'opposition de la part d'aucune des Puissances contractantes.

ART. 33

Chaque des Parties contractantes aura la faculté de dénoncer la présente Convention. Cette dénonciation ne produira ses effets qu'un an après la notification faite par écrit au Conseil Fédéral Suisse; celui-ci communiquera immédiatement la notification à toutes les autres Parties contractantes.

Cette dénonciation ne vaudra qu'à l'égard de la Puissance qui l'aura notifiée.

En foi de quoi, les Plénipotentiaires ont signé la présente Convention et l'ont revêtue de leurs cachets.

Faite à Genève, le six juillet mil neuf cent six, en un seul exemplaire, qui restera déposé dans les archives de la Confédération Suisse, et dont des copies, certifiées conformes, seront remises pour la voie diplomatique aux Puissances contractantes.

Pour l'Allemagne: (L. S.) *r. Böhm*. — *Fehr*, *v. Mautouffel*. — *Villeret*. — *Zorn*.

- Pour la République Argentine : (L. S.) *Enrique B. Moreno.*—
Franc.º Molina Salas.
 Pour l'Autriche-Hongrie : (L. S.) *Frhr. v. Heidler (ad refe-*
rendum.)
 Pour la Belgique : (L. S.) *Cte. J. de T'Serclaes.*
 Pour la Bulgarie : (L. S.) *Dr. Rousseff.*—*Capitaine Sirmanoff.*
 Pour le Chili : (L. S.) *Agustín Edwards.*
 Pour la Chine : (L. S.) *Lotszentsiang.*
 Pour le Congo : (L. S.) *Cte. J. de T'Serclaes.*
 Pour la Corée : (L. S.) *Koto Tsunetada.*
 Pour le Danemark : (L. S.) *H. Laub.*
 Pour l'Espagne : (L. S.) *Cte. Silcario de Baguer.*
 Pour les États-Unis d'Amérique : (L. S.) *Wm. Cary Sanger.*
 — *C. S. Sperry.*—*Gen. B. Davis.*—*R. M. O'Reilly.*
 Pour les États-Unis du Brésil : (L. S.) *C. Lemgenber-Kropf.*
 — *Col. Roberto Trompowsky Leitão de Almeida.*
 Pour les États-Unis Mexicains : (L. S.) *José M. Perez (ad*
referendum.)
 Pour la France : (L. S.) *Réveil.*—*L. Renaut.*—*S. Olivier.*—
F. Pausot.
 Pour la Grande-Bretagne et l'Irlande : (L. S.) *John C. Ar-*
dagh.—*T. E. Holland.*—*John Farley.*—*Wm. Grant Macpherson,*
avec réserve des articles 23, 27, 28.
 Pour la Grèce : (L. S.) *Nichet Kébedgy.*
 Pour le Guatemala : (L. S.) *Manoel Arroyo.*—*H. Wi-*
sacul.
 Pour le Honduras : (L. S.) *Oscar Hagel.*
 Pour l'Italie : (L. S.) *Morrigi.*—*Randone.*
 Pour le Japon : (L. S.) *Koto Tsunetada.*
 Pour le Luxembourg : (L. S.) *Cte. J. de T'Serclaes.*
 Pour le Monténégro : (L. S.) *E. Odier.*—*Colonel Mürset.*
 Pour la Norvège : (L. S.) *Hous Doug.*
 Pour les Pays-Bas : (L. S.) *Don Beer Poortugael.*—*Quinjer.*
 Pour le Pérou : (L. S.) *Gustavo de la Puente.*
 Pour la Perse, sous réserve de l'article 18 : (L. S.) *Monta-os-*
Saltouch.—*M. Samad Khan.*
 Pour le Portugal : (L. S.) *Alberto de Oliveira.*—*José Nicolau*
Raposo Botelho.
 Pour la Roumanie : (L. S.) *Dr Sachz Stephauesco.*
 Pour la Russie : (L. S.) *Martens.*
 Pour la Serbie : (L. S.) *Milan St Markovitch.*—*Dr. Roman San-*
dermayer.
 Pour le Siam : (L. S.) *Charoon.*—*Corraçio i D'Or Ri.*
 Pour la Suède : (L. S.) *Olof Sörenson.*
 Pour la Suisse : (L. S.) *E. Odier.*—*Colonel Mürset.*
 Pour l'Uruguay : (L. S.) *A. Herrera.*
 Pour copie certifiée conforme, le Secrétaire du Département
 Politique Fédéral, Luss.)—*Griffino.*

Berne, le 22 août 1906.

Protocole final de la Conférence de révision de la Convention de Genève

La conférence convoquée par le Conseil Fédéral Suisse, en vue de la révision de la Convention internationale, du 22 août 1864, pour l'amélioration du sort des militaires blessés dans les armées en campagne, s'est réunie à Genève le 11 juin 1906. Les Puissances, dont l'énumération suit, ont pris part à la Conférence pour laquelle Elles avaient désignée des Délégués nommés ci-après :

Allemagne :

S. E. M. le chambellan et conseiller intime actuel, A. de Bülow, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berne ;

M. le général de brigade Baron de Manteuffel ;

M. le médecin-inspecteur, médecin général Dr. Villaret (avec rang de général de brigade) ;

M. le Dr. Zora, conseiller intime de justice, professeur ordinaire de droit à l'Université de Bonn, syndic de la couronne.

République Argentine :

S. E. M. Enrique B. Moreno, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berne ;

M. Molina Salas, consul général en Suisse.

Autriche-Hongrie :

S. E. M. le Baron Hedler de Egeregg et Syrgenstein, conseiller intime actuel, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berne ;

M. le chevalier Joseph d'Uriei, médecin en chef de l'armée impériale et royale austro-hongroise, chef du corps des officiers sanitaires et chef du 1.^{er} département du ministère I. & R. de la guerre ;

M. Arthur Edler de Meeensee, lieutenant-colonel du corps de l'état-major général ;

M. le Dr. Alfred Schucking, médecin lieutenant-colonel médecin en chef de la garnison de Salzbourg.

Belgique :

M. le colonel d'état-major Comte de Tserclaes, chef de l'état-major de la 4.^{me} circonscription militaire ;

M. le Dr. Deltombe, médecin de régiment aux carabiniers ;

Bulgarie :

M. le Dr. Marin Roussen, directeur du service sanitaire.

M. le capitaine d'état-major Boris Sirmanoff.

Chili :

M. Augustin Edwards, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire ;

M. Charles Ackermann, consul du Chili à Genève.

Chine :

S. E. M. Lou Tseung Tsiaug, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à La Haye ;

M. ou wen Tai, secrétaire de légation à La Haye ;

M. Yo Tsao Yeu, secrétaire de la mission spéciale de Chine en Europe.

Congo :

M. le colonel d'état major Comte de Tserclaes, chef d'état major de la 4^{me} circonscription militaire de Belgique ;

M. le Dr. A. Deleure, médecin de régiment aux carabinières, de Belgique.

Corée :

S. E. M. Kato Tsunetada, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire du Japon à Bruxelles ;

M. Mutojiro Akash, colonel d'infanterie ;

M. le Dr. en médecine Ejiro Haga, médecin principal de 1^{ère} classe (avec rang de colonel) ;

M. le prince Sauteru Ischijo, capitaine de frégate (rang de lieutenant colonel) ;

M. le Dr. en droit Masanosuke Akiyama, conseiller au Ministère de la Guerre du Japon.

Danemark :

M. Laub, médecin général, chef du corps des médecins de l'armée.

Espagne :

S. E. M. Silverio de Baguer y Corsi, Comte de Baguer, ministre résident ;

Don José Jofre Montojo, colonel d'état major, aide de camp du Ministère de la Guerre ;

Don Joaquin Cortés Bayona, sous-inspecteur de 1^{ère} classe du corps sanitaire militaire.

États Unis d'Amérique :

M. William Cary Sanger, ancien sous-secrétaire de la guerre des États Unis d'Amérique ;

M. le contre-amiral Charles S. Sperry, président de l'Ecole de Guerre Navale ;

M. le général de brigade Georges B. Davis, avocat général de l'armée ;

M. le général de brigade Robert M. O'reilly, médecin général de l'armée.

États Unis du Brésil :

M. le Dr. Carlos Lemgruber-Kropf, chargé d'affaires à Berne ;

M. le colonel du génie Roberto Trompowsky Leitão d'Almeida, attaché militaire à la légation des États Unis du Brésil à Berne.

États Unis Mexicains:

M. le général de brigade José Maria Perez.

France:

S. E. M. Révoil, ambassadeur à Berne;

M. Louis Renault, membre de l'Institut de France, ministre plénipotentiaire, juriconsulte du Ministère des Affaires Étrangères, professeur à la Faculté de Droit de Paris;

M. le colonel breveté d'artillerie de réserve Olivier;

M. le médecin principal 2^{me} classe Pauzat.

Grande Bretagne et Irlande:

M. le major général Sir John Charles Ardagh, K. C. M. G., K. C. I. E., C. B.;

M. le professeur Thomas Eiskine Holland, K. C., D. C. L. Sir John Furlley, C. B.;

M. le lieutenant colonel William Grant Macpherson, C. M. G., R. A. M. C.

Grèce:

M. Michel Kebabdy, professeur de droit international à l'Université de Berne.

Guatemala:

M. Manuel Arroyo, chargé d'affaires à Paris;

M. Henri Wiswald, consul général à Berne, en résidence à Genève.

Honduras:

M. Oscar Hopfl, consul général à Berne.

Italie:

M. le Marquis Roger Maurigi di Castel Maurigi, colonel, grand officier de l'ordre royal de SS. Maurice et Lazare;

M. le major-général médecin Giovanni Randonne, inspecteur sanitaire militaire, commandeur de l'ordre royal de la Couronne d'Italie.

Japon:

S. E. M. Kato Tsunetada, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Bruxelles;

M. Motojiro Akashi, colonel d'infanterie;

M. le Dr. en médecine Ejiro Haga, médecin principal de 1^{re} classe (avec rang de colonel);

M. le prince Suneoru Ichijo, capitaine de frégate (rang de lieutenant-colonel);

M. le Dr. en droit Massanesoke Akiyama, conseiller au Ministère de la Guerre.

Luxembourg:

M. le colonel d'état-major Comte de Thierbaes, chef d'état-major de la 4^{me} circonscription militaire de Belgique;

M. le Dr. A. Dethier, médecin de régiment aux carabiniers, de Belgique.

Montenegro:

M. E. Odier, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire de la Confédération Suisse en Russie ;

M. le colonel Murset, médecin en chef de l'armée fédérale suisse.

Nicaragua:

M. O. Oscar Hopel, consul général de Honduras à Berne.

Norvège:

M. le capitaine Dano, du corps sanitaire de l'armée norvégienne.

Pays Bas:

M. le lieutenant général en retraite Jonheer J. C. C. Den Beer Poortugaal, membre du Conseil d'Etat ;

M. le colonel A. A. Quantjer, officier de santé en chef de 1^{re} classe.

Pérou :

M. Gustave de la Fuente, premier secrétaire de la légation du Pérou à Paris.

Perse:

S. E. M. Samad Khan Montaz os Saltanh, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Paris.

Portugal:

S. E. M. Alberto d'Oliveira, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire à Berne ;

M. José Nicolau Raposo Botelho, colonel d'infanterie, ancien député, directeur du Royal Collège Militaire à Lisbonne.

Roumanie:

M. le Dr. Sacho Stephanesco, colonel de réserve.

Russie:

S. E. M. le conseiller privé De Martens, membre permanent du conseil du Ministère des Affaires Etrangères de Russie ;

M. le général major Yermoloff, de l'état major général de Russie ;

M. le conseiller d'état actuel Dr. en médecine De Hubbenet ;

M. le conseiller d'état De Wredeu, professeur agrégé à l'Académie Impériale de Médecine ;

M. J. Owtschinnikoff, lieutenant colonel, professeur de droit international à l'Académie Navale de St. Pétersbourg ;

M. A Goutchkoff, délégué de la Croix Rouge.

Serbie:

M. Milan St. Merkovitch, secrétaire général du Ministère de la Justice ;

M. le colonel Dr. Sondermayer, chef de la division militaire sanitaire au Ministère de la Guerre.

Siam:

M. le prince Charoon, chargé d'affaires à Paris ;
M. Corragioni D'orelli, conseiller de légation à Paris.

Suède:

M. Sorensen, médecin en chef de la deuxième division de l'armée.

Suisse:

M. Odier, envoyé extraordinaire et ministre plénipotentiaire en Russie ;

M. le colonel Murset, médecin en chef de l'armée fédérale.

Uruguay:

M. Alexandre Herosa, chargé d'affaires à Paris.

Dans une série de réunions tenues du 11 juin au 5 juillet 1906, la Conférence a discuté et arrêté, pour être soumis à la signature des Plénipotentiaires, le texte d'une Convention qui portera la date du 6 juillet 1906.

En outre, et en conformité de l'article 16 de la Convention pour le règlement pacifique des conflits internationaux, du 29 juillet 1899, qui a reconnu l'arbitrage comme le moyen le plus efficace et on même temps le plus équitable de régler les litiges qui n'ont pas été résolus par les voies diplomatiques, la Conférence a émis le Vœu suivant:

La Conférence exprime le vœu que, pour arriver à une interprétation et à une application aussi exactes que possible de la Convention de Genève, les Puissances contractantes soumettent à la Cour Permanente de La Haye, si les cas et les circonstances s'y prêtent, les différends qui, en temps de paix, s'élèveraient entre elles relativement à l'interprétation de la dite Convention.

Ce vœu a été voté par les Etats suivants:

Allemagne, République Argentine, Autriche-Hongrie, Belgique, Bulgarie, Chili, Chine, Congo, Danemark, Espagne (*ad referendum*), Etats Unis d'Amérique, Etats Unis du Brésil, Etats Unis Mexicains, France, Grèce, Guatemala, Honduras, Italie, Luxembourg, Monténégro, Nicaragua, Norvège, Pays-Bas, Pérou, Perse, Portugal, Roumanie, Russie, Serbie, Siam, Suède, Suisse et Uruguay.

Ce vœu a été rejeté par les Etats suivants:

Corée, Grande Bretagne et Japon.

En foi de quoi, les Délégués ont signé le présent protocole. Fait à Genève, le six juillet mil neuf cent six, en un seul exemplaire, qui sera déposé aux archives de la Confédération Suisse et dont des copies, certifiées conformes, seront délivrées à toutes les Puissances représentées à la Conférence. (Signatures).

Pour l'Allemagne.—v. Bülow.—Frhr. v. Mantouffel.—Villaret.—Zorn.

Pour la République Argentine : *Enrique B. Moreno*. — *Francisco Molina Salas*.

Pour l'Autriche-Hongrie : *Baron Heidler-Egeregy*, d. pl. — *Dr. Jos. Ritter v. Uriel*, G. Lieut., Délégué adjoint. — *Artur von Mecenseffy*, Obstlt., Délégué adjoint. — *Dr. Alfred Schucking*, O St. A., Garnisonchefarts von Salzburg, del. adj.

Pour la Belgique : Cte. *J. de Tserclaes*. — *A. Deltren*.

Pour la Bulgarie : *Dr. Roussoff*. — *Capitaine Sirmenoff*.

Pour le Chili : *Agustin Edwards*. — *Ch. Achermann*.

Pour la Chine : *Loussengtsing*. — *Ou Wentai*. — *Yotsaoyeu*.

Pour le Congo : Cte. *J. de Tserclaes*. — *Dr. A. Deltren*.

Pour la Corée : *Kato Tsunetada*. — *Colonel M. Akeshi*. — *Prince S. Ichijo*. — *M. Akiyama*.

Pour le Danemark : *H. Laub*.

Pour l'Espagne : Cte. de *Baquer*, *José Jofre Montojo*, *Joaquin Cortés y Bayona* (ad referendum).

Pour les États Unis d'Amérique : *Wm. Cary Sanger*, *C. S. Sperry*, *Geo. B. Davis*, *R. M. O'Reilly*.

Pour les États Unis du Brésil : *C. Lemgruber-Kropf*, colonel *Roberto Trompowski Leitão de Almeida*.

Pour les États Unis Mexicains : *José M. Perez*.

Pour la France : *Réveil*, *L. Renault*, *S. Olivier*, *E. Pansat*.

Pour la Grande Bretagne et l'Irlande : *John C. Ardagh*, *T. E. Holland*, *John Hurley*, *W. G. Macpherson*.

Pour la Grèce : *Michel Kenedy*.

Pour le Guatemala : *Mannet Arroyo*, *H. Wiswald*.

Pour le Honduras : *Oscar Hoepfl*.

Pour l'Italie : *Maurigi*. — *G. Randone*.

Pour le Japon : *Kato Tsunetada*. — *Col. M. Akeshi*. — *Prince Ichijo*. — *M. Akiyama*.

Pour le Luxembourg : Cte. *J. de Tserclaes*. — *Dr. A. Deltren*.

Pour le Monténégro : *A. Odier*. — *Colonel Turset*.

Pour le Nicaragua : *Oscar Hoepfl*.

Pour la Norvège : *Hans Danc*.

Pour les Pays-Bas : *den Beer Poortugael*. — *Quinjer*.

Pour le Pérou : *Gustavo de la Fuente*.

Pour la Perse : *M. Samad Khan*.

Pour le Portugal : *Alvaro de Oliveira*. — *José Nicoláo Raposo*. — *Dalcho*.

Pour la Roumanie : *Dr. Sava Staphoresco*.

Pour la Russie : *Martens*. — *Yermoloff*. — *V. de Lubbenet*. — *J. Ovtchinnikoff*.

Pour la Serbie : *Mila St. Markovitch*. — *Dr. Roman Sanderemayer*.

Pour le St. m. : *Carson*. — *Carrington d'Orelli*.

Pour le Suède : *Olof Norrensen*.

Pour la Suisse : *A. Odier*. — *Colonel Mursset*.

Pour l'Uruguay : *A. Herosa*.

Pour copie certifiée conforme, Le Secrétaire du Département Politique Fédéral. (Ass.) *Graffina*.

Berne, le 22 août 1906.

DECRETO N. 1681 — DE 9 DE AGOSTO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 70:000\$, papel, para as despesas com a representação do Brazil no XIV Congresso Internacional de Hygiene e Demographia a reunir-se em Berlim.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 70:000\$, papel, para occorrer ás despesas com a representação do Brazil no XIV Congresso Internacional de Hygiene e Demographia, a reunir-se, de 23 a 29 de setembro proximo, em Berlim ; sendo 30:000\$ para ajudas de custo aos membros da comissão nomeada pelo Governo para representar o Brazil, e 40:000\$ para diversas despesas com o material para a exposição de hygiene, annexa ao referido congresso ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1907, 19^a da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1682 — DE 10 DE AGOSTO DE 1907

Autoriza o Governo a mandar pagar a D. Maria Mathilde Barbosa de Oliveira, viuva do coronel do estado-maior de 1^a classe José Felix Barbosa de Oliveira, a differença entre o meio-soldo desta patente e o meio-soldo da de general de brigada.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.^o Fica o Presidente da Republica autorizado a mandar pagar a D. Maria Mathilde Barbosa de Oliveira, viuva do coronel do estado-maior de 1^a classe José Felix Barbosa de Oliveira, a differença do meio-soldo desta patente para a de meio-soldo de general de brigada, desde 13 de maio de 1898 a 18 de janeiro de 1904.

Paraphrasis unico. Para a execução desta lei fica igualmente o Presidente da Republica autorizado a abrir o necessario credito,

relevada a prescrição em que, porventura, tenha incorrido a dita viuva D. Maria Mathilde Barbosa de Oliveira ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1907, 19^a da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1683 — DE 10 DE AGOSTO DE 1907

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 80:000\$, ouro, suplementar á verba 7^a do art. 16 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 80:000\$, ouro, suplementar á verba 7^a do art. 16 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906, para occorrer a despezas com a representação do Brazil nos congressos internacionais que se reunirem no corrente exercicio ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1907, 19^a da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Rio-Branco.

DECRETO N. 1684 — DE 12 DE AGOSTO DE 1907

Autoriza o Governo a emprestar ao Estado de S. Paulo até a quantia de C 3.000.000 ou o seu equivalente em moeda nacional.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.^o Fica o Presidente da Republica autorizado a emprestar ao Estado de S. Paulo até a quantia de C 3.000.000 (tres milhões de libras) ou o seu equivalente em moeda nacional, ao juro de 5 % ao anno, podendo, para esse fim, fazer as operações de credito necessarias, dentro ou fora do paiz, até aquella importancia o a juro não excedente do acima marcado.

§ 1.º No contrato do empréstimo ao Estado serão especificadas as garantias precisas para seu effectivo pagamento e estipulada a respectiva amortização, podendo esta ter inicio de tres a cinco annos depois de realizado o empréstimo.

§ 2.º Si o Estado de S. Paulo contrahir directamente o empréstimo, o Presidente da Republica fica autorizado a dar-lhe a fiança da União, respeitadas as limitações e garantias do artigo e paragraphos antecedentes.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1907, 19.ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA

David Compista.

DECRETO N. 1685 — DE 12 DE AGOSTO DE 1907

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 50:000\$ para as despesas com os funcionarios e comissões designadas para fiscalizar e inspecionar as repartições arrecadadoras.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 50:000\$ para as despesas com os funcionarios e comissões designadas para inspecionar e fiscalizar as repartições arrecadadoras; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1907, 19.ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Compista.

DECRETO N. 1686 — DE 12 DE AGOSTO DE 1907

Manda vigorar a disposição do art. 2º, § 36, das Preliminares da Tarifa, e isenta da taxa de expediente as mercadorias a que se refere o citado artigo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica em inteiro vigor a disposição do art. 2º, § 36, das Preliminares da Tarifa das Alfandegas e tambem isentas do paga-

mento da taxa de expediente as mercadorias a que se refere o citado artigo.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1687 — DE 13 DE AGOSTO DE 1907

Concede vitaliciamente aos officiaes e praças de pret sobreviventes dos corpos de Voluntarios da Patria e Guarda Nacional e aos auditores de guerra e estudantes de medicina e pharmacia, que serviram no Exercito e na Armada, por occasião da guerra do Paraguay, o soldo regulado pela tabella actualmente vigente, e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a seguinte resolução:

Art. 1.º É concedido vitaliciamente aos officiaes e praças de pret sobreviventes dos corpos de Voluntarios da Patria e da Guarda Nacional, que serviram no Exercito e na Armada, por occasião da guerra do Paraguay, o soldo regulado pela tabella actualmente vigente, correspondente aos postos e á situação em que se achavam ao tempo em que foram dispensados do serviço militar.

§ 1.º Igual concessão é extensiva e nas mesmas condições, aos auditores de guerra e estudantes de medicina e pharmacia que serviram como voluntarios na referida campanha.

§ 2.º Os officiaes e praças que já estiverem no gozo de pensão terão de optar entre ella e o soldo que a presente lei lhes concede.

Art. 2.º Para que os interessados possam perceber o soldo vitalicio que esta lei lhes assegura, é indispensavel que se mostrem habilitados com as respectivas patentes, baixas ou documentos equivalentes, assim como os actos expedidos pelas repartições dependentes dos Ministerios da Guerra, da Marinha e da Justiça, ou por certidões authenticas, isentas de sellos, extrahidas das mesmas, ou de qualquer outras repartições publicas da União ou dos Estados.

Art. 3.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir os creditos necesarios para execução desta lei.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

Alexandrino Faria de Alencar.

DECRETO N. 1688 — DE 16 DE AGOSTO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com soldo e etapa, ao 1º tenente machinista da Armada Aurelio da Silva Reis.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' autorizado o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com soldo e etapa, ao 1º tenente machinista da Armada Aurelio da Silva Reis, para tratar de sua saude onde lhe convier e em prorrogação daquella em cujo gozo se acha; revoga las as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1907, 19º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Alexandrino F. de Alencar.

DECRETO N. 1689 — DE 16 DE AGOSTO DE 1907

Fixa as porcentagens a que teem direito os collectores e escrivães pela arrecadação das rendas federaes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. As porcentagens a que teem direito os collectores e escrivães pela arrecadação das rendas federaes são as estabelecidas na seguinte tabella, ficando derogados nesta parte o art. 1º do decreto n. 1193, de 2 de julho de 1904, e o art. 2º da lei n. 1453, de 30 de dezembro de 1905.

Tabella

30 % até.....	20:000\$000
25 % de.....	20:000\$000 a	35:000\$000
20 % de.....	35:000\$000 a	50:000\$000
15 % de.....	50:000\$000 a	65:000\$000
10 % de.....	65:000\$000 a	80:000\$000
7 % de.....	80:000\$000 a	100:000\$000
5 % de.....	100:000\$000 a	170:000\$000
3 % de.....	170:000\$000 a	270:000\$000
2 % de.....	270:000\$000 a	400:000\$000
1 % de.....	400:000\$000 a	600:000\$000

0,5 % de.....	600:000\$000 a 1.600:000\$000
0,2 % de.....	1.600:000\$000 a 3.500:000\$000
0,1 % de.....	3.500:000\$000 para cima.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1907, 19^a da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1690 — DE 16 DE AGOSTO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 199:080\$, papel, para terminação das obras do quartel central do Corpo de Bombeiros.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 199:080\$, papel, para a terminação das obras do quartel central do Corpo de Bombeiros; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1907, 19^a da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1691 — DE 16 DE AGOSTO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito da quantia de 876:335\$310, suplementar á verba n. 21 do art. 2^o da lei n. 1612, de 30 de dezembro de 1906.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito da quantia de 876:335\$340, suplementar á verba n. 21 do art. 2^o da

lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906, rubrica — Material, construcções e eventuaes—para o serviço geral da Saude Publica; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1907, 19^a da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1692 — DE 16 DE AGOSTO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a conceder, no corrente anno, uma segunda época de exames aos estudantes de preparatorios, abrindo para isso o necessario credito.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.^o E' o Presidente da Republica autorizado a conceder, no corrente anno, uma segunda época de exames aos estudantes de preparatorios, abrindo para isso o necessario credito.

Art. 2.^o Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1907, 19^a da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1693 — DE 16 DE AGOSTO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao bacharel Sezino Barbosa do Valle, substituto do juiz federal na seccão de Minas Geraes, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' autorizado o Presidente da Republica a conceder ao bacharel Sezino Barbosa do Valle, juiz substituto seccional no Estado de Minas Geraes, um anno de licença, com o

respectivo ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1907, 19º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1094 — DE 16 DE AGOSTO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 1,500:000\$, papel, para occorrer a despesas da Estrada de Ferro Central do Brazil e regularização das respectivas contas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 1,500:000\$, papel, para occorrer a despesas da Estrada de Ferro Central do Brazil e regularização das respectivas contas ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1907, 19º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon da Pin e Almeida.

DECRETO N. 1095 — DE 22 DE AGOSTO DE 1907

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 68:570\$576, para cumprimento da carta precatória expedida pelo Juiz Federal da 1ª Vara deste Districto a favor de Norberto de Azeredo Coutinho.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 68:570\$576 papel, para occorrer á despesa com o cumprimento da carta precatória expedida, em 31 de janeiro ultimo, a favor do ex-confe-

rente da Alfandega do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, Norberto de Azeredo Coutinho, pelo Juízo Federal da 1ª Vara deste Districto: revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1696 — DE 22 DE AGOSTO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 2.164:371\$548, para saldar todas as despesas feitas com o edificio construido para a Caixa de Amortização.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 2.164:371\$548, para saldar todas as despesas feitas com o edificio construido para a Caixa de Amortização, inclusive as de aquisição de moveis, armações, installação electrica e adaptação do mesmo prédio para o serviço da Caixa de Conversão, que nelle está funcionando; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1697 — DE 22 DE AGOSTO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao engenheiro civil Dr. Henrique de Novaes o premio de viagem a que foi julgado com direito pela congregação da Escola Polytechnica desta Capital, sendo-lhe dada a quantia de 4:200\$000, ouro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao engenheiro civil Dr. Henrique de Novaes o premio de viagem a que foi julgado com direito pela congregação da Escola

Polytechnica desta Capital, sendo-lhe dada a quantia de 4:200\$, ouro; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1698 — DE 22 DE AGOSTO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 8:083\$690, para occorrer ao pagamento de obras executadas em 1900 pela Companhia «Rio de Janeiro City Improvement».

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 8:083\$690, para occorrer ao pagamento de obras executadas em 1900 pela Companhia *Rio de Janeiro City Improvements* para ligar a canalização da mesma companhia ás bacias do Arsenal de Marinha nesta Capital; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N. 1699 — Com este numero não houve acto algum.

DECRETO N. 1700 — DE 29 DE AGOSTO DE 1907

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 45:665\$705, para occorrer ao pagamento devido, em virtude de sentença judicial, a Carlos Pinto de Figueiredo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 45:665\$705,

para occorrer ao pagamento de Carlos Pinto de Figueiredo, director aposentado do Thesouro Nacional, em cumprimento da carta precatoria expedida em 18 de abril ultimo pelo Juizo Federal da 2ª Vara deste Districto; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1701 — DE 29 DE AGOSTO DE 1907

Supprime os logares de presidente e vice-presidente da Caixa de Conversão, cria o de director e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faco saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º Ficam supprimidos os logares de presidente e vice-presidente da Caixa de Conversão e é creado o cargo de director, com o vencimento que actualmente percebe o vice-presidente.

Art. 2.º São creados os seguintes logares na mesma repartição :

1 electricista, com o vencimento annual de.....	3:600\$000
1 conferent, idem idem.....	8:000\$000
1 lacerador, idem idem.....	2:400\$000

Art. 3.º Ficam elevados a 15:000\$ os vencimentos do chefe da secção de contabilidade, alterado nesta parte o quadro anexo ao decreto n. 6237, de 13 de dezembro de 1901.

Art. 4.º Fica elevado a quatro o numero de continhos e a seis o dos serventes, com os mesmos vencimentos constantes da tabella que acompanha o citado decreto.

Art. 5.º Para a execução desta lei, no corrente exercicio, fica o Presidente da Republica autorizado a abrir o credito necessario.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1702 — DE 29 DE AGOSTO DE 1907

Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga a actual sessão legislativa até ao dia 3 de outubro do corrente anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional, em conformidade do disposto no § 1º do art. 17 da Constituição Federal, resolveu prorrogar a actual sessão legislativa até ao dia 3 de outubro do corrente anno.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1907, 19ª da Republica.

AFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1703 — DE 29 DE AGOSTO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima, lente da Faculdade de Direito de S. Paulo, em prorrogação daquella em cujo gozo se acha para tratamento de sua saúde.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e a sancionou a resolução seguinte:

Artigo unico. E' autorizado o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Dr. Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima, lente cathedatico da Faculdade de Direito de S. Paul, em prorrogação daquella em cujo gozo se acha, para tratamento de sua saúde, prorrogação das disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1907, 19ª da Republica.

AFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1704 — DE 29 DE AGOSTO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com ordenado, ao praticante dos Correios do Maranhão Antonio da Costa Gomes para tratamento de sua saúde.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a conceder um anno de licença, com ordenado, ao praticante dos Correios do Maranhão Antonio da Costa Gomes para tratamento de sua saúde ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1907, 19^o da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N. 1705 — DE 29 DE AGOSTO DE 1907

Autoriza o Poder Executivo a relevar da responsabilidade e pagamento da quantia de 36:148\$477 o thesoureiro da Estrada de Ferro Central do Brazil Miguel de Oliveira Salazar.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a relevar o thesoureiro da Estrada de Ferro Central do Brazil Miguel de Oliveira Salazar da responsabilidade e pagamento da quantia de 36:148\$477 que o seu ex-fiel José Xavier da Silva Malafaia subtrahiu dos cofres da respectiva thesouraria ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1907, 19^o da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N. 1706 — DE 30 DE AGOSTO DE 1907

Releva a prescrição em que incorreram os vencimentos do archivista da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Eugenio Ferraz de Abreu, no periodo de 17 de abril de 1893 a 21 de maio de 1894.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º Fica relevado da prescrição em que incorreu o archivista da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, Eugenio Ferraz de Abreu, para o fim de receber seus vencimentos de 17 de abril de 1893 a 21 de maio de 1894, periodo em que esteve em comissão no estrangeiro, abrindo-se para isso o necessario credito,

Art. 2.º Revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de agosto de 1907, 19º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Rio-Branco.

DECRETO N. 1707 — DE 4 DE SETEMBRO DE 1907

Concede a pensão de 200\$ mensaes, repartidamente, á viuva e filha solteira do desembargador Luiz Antonio Fernandes Pinheiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' concedida a pensão de 200\$ mensaes, repartidamente, á viuva e filha solteira do desembargador Luiz Antonio Fernandes Pinheiro.

Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1907, 19º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1708 — DE 5 DE SETEMBRO DE 1907

Autoriza o Governo a mandar matricular, em 1908, na Escola de Artilharia e Engenharia os ex-alunos da extinta Escola Militar do Brazil nas condições que em seguida se estabelecem.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica o Governo autorizado a matricular, em 1908, na Escola de Artilharia e Engenharia, para o fim de concluir seus estudos pelo regulamento de 18 de abril de 1898, os ex-alunos da Escola Militar do Brazil aos quaes esteja faltando o 2º ou 3º anno do curso geral; bem assim, os que, de accordo com o mesmo regulamento, devam proseguir no curso especial.

Art. 2.º Para execução da presente lei o Governo fará funcionar, pelo tempo necessario, naquella escola, as cadeiras e aulas do 2º e 3º annos do curso geral e as do curso especial, de accordo com o regulamento citado, sendo aproveitados para tal fim os locais em disponibilidade.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1907, 12ª da Republica.

ALFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hernanes R. da Fonseca.

DECRETO N. 1709 — DE 5 DE SETEMBRO DE 1907

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao continuante da Alameda de Manaus, Estado do Amazonas, Gonçalo Rodrigues Souza.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder um anno de licença, com ordenado, ao continuante da Alameda de Manaus, Gonçalo Rodrigues Souza, para tratar da sua saúde onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1907, 13ª da Republica.

ALFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1710 — DE 5 DE SETEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a pagar a D. Joanna Jaguaribe Gomes de Mattos, viuva do bacharel João Pinto Gomes de Mattos, os vencimentos do juiz de direito relativos ao tempo que ao mesmo juiz foi contado pelo Supremo Tribunal de Justiça, relevando a prescripção em que tenha incorrido.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a pagar a D. Joanna Jaguaribe Gomes de Mattos, viuva do bacharel João Pinto Gomes de Mattos, os vencimentos correspondentes ao tempo de juiz de direito que lhe mandou contar o Supremo Tribunal de Justiça, por sentença de 17 de agosto de 1887, relevada qualquer prescripção em que tenha incorrido.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1907, 19º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1711 — DE 5 DE SETEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 6:000\$, para pagamento do aluguel da casa em que funciona o Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 6:000\$, para occorrer no exercicio de 1907 ao pagamento do aluguel da casa em que funciona o Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro, nos termos do decreto n. 1154, de 7 de janeiro de 1904; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1907, 19º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1712 — DE 5 DE SETEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a mandar abrir o credito de 1:371\$289 ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores para pagamento dos ordenados que deixou de receber o finado amanuense do extinto Tribunal Civil e Criminal, Augusto Moreno de Alagão.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a mandar abrir o credito de 1:371\$289. ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, para pagamento dos ordenados que deixou de receber o finado marido de D. Rita de Cassia Nunes de Alagão, amanuense do extinto Tribunal Civil e Criminal, Augusto Moreno de Alagão, de 27 de janeiro de 1905 a 12 de dezembro do mesmo anno.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1907, 19.º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1713 — DE 5 DE SETEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao Dr. José de Souza Pondé, inspector dos portos do Estado de Sergipe, um anno de licença, para tratamento de saúde, com o ordenado a que tiver direito.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao Dr. José de Souza Pondé, inspector de saúde dos portos do Estado de Sergipe, um anno de licença, com o ordenado a que tiver direito, para tratamento de saúde onde lhe convier.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1907, 19.º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1714 — DE 5 DE SETEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao telegraphista de 3ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, João Baptista Xavier Nunes da Silva, seis mezes de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. El o Presidente da Republica autorizado a conceder ao telegraphista de 3ª classe da Repartição Geral dos Telegraphos, João Baptista Xavier Nunes da Silva, seis mezes de licença, com ordenado, para tratar da sua saúde; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de setembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon da Pin e Almeida.

DECRETO N. 1715 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a mandar contar, para effeito de aposentadoria, o tempo em que Francisco José Carlos esteve no Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro como encarregado do serviço geral.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. O Presidente da Republica é autorizado a contar, para effeito da aposentadoria, o tempo em que Francisco José Carlos serviu no Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro como encarregado do serviço geral, desde 1 de abril de 1895 a 13 de março de 1893; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

DECRETO N. 1716 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 57:399\$001, papel, para o pagamento devido ao capitão José Cicero Bianchi em virtude de sentença judiciaria.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 57:399\$001, papel, para occorrer ao pagamento devido ao capitão José Cicero Bianchi, em virtude de sentença judiciaria; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro. 12 de setembro de 1907, 19.º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1717 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1907

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 535:875\$147, para pagamento de dividas de exercicios findos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 535:875\$147, para occorrer ao pagamento das dividas de exercicios findos constantes da seguinte relação :

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.....	204:800\$066
Ministerio das Relações Exteriores.....	10:093\$760
Ministerio da Marinha.....	114:138\$612
Ministerio da Guerra.....	93:300\$710
Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas....	35:166\$760
Ministerio da Fazenda.....	78:875\$239

Total papel..... 535:875\$147

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1907, 19.º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1718 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito de 18:864\$504, supplementar á verba n. 33 do art. 2º da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito de 18:864\$504, supplementar á verba n. 33 do art. 2º da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906, para occorrer ao augmento de despesa resultante da execução do decreto legislativo n. 1668, de 10 de julho de 1907 ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1719 — DE 12 DE SETEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 2:570\$530, para occorrer ao pagamento dos ordenados do 2º official dos Correios Antonio de Souza Guedes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 2:570\$530, para occorrer ao pagamento dos ordenados do 2º official dos Correios Antonio de Souza Guedes, relativos ao periodo de 19 de outubro de 1898 a 13 de novembro de 1899 ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon da Pin e Almeida.

DECRETO N. 1720 — DE 16 DE SETEMBRO DE 1907

Approva a Convenção Postal Universal e outros actos internacionaes que a ella se relacionam, concluidos em Roma em 26 de maio de 1906.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Ficam approvados a Convenção Postal Universal, o Protocollo final da Conferencia, o Regulamento, o Accordo sobre permutas de cartas e caixas com o valor declarado, e o Accordo sobre o serviço de valios postaes, actos internacionaes esses assignados em Roma aos 26 de maio de 1906 ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1907, 19^a da Republica.

AFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Rio-Branco.

DECRETO N. 1721 — DE 16 DE SETEMBRO DE 1907

Approva o Protocollo contendo instrucções sobre o reconhecimento do rio Verde e suas cabeceiras.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica approvado o Protocollo contendo instrucções sobre o reconhecimento do rio Verde e suas cabeceiras, ajustado e firmado na cidade do Rio de Janeiro pelos plenipotenciarios do Brazil e da Bolivia ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1907, 19^a da Republica.

AFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Rio-Branco.

DECRETO N. 1722 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1907

Manda considerar per actos de bravura a commissão do actual 2^o tenente Antonio Netto de Azambuja e contar a sua antiguidade do posto de 20 de setembro de 1893.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º A comissão do actual 2º tenente de cavallaria Antonio Netto de Azambuja será considerada por acto de bravura e a sua antiguidade de posto contada de 20 de setembro de 1893.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

DECRETO N. 1723 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1907

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 400:000\$, papel, supplementar á verba — Fiscalização e mais despesas dos impostos de consumo e de transporte—do exercicio de 1907.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 400:000\$, papel, supplementar á verba 20ª, sub-consignação «porcentagem, diarias, passagens, etc.», do art. 45 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Daviel Campista.

DECRETO N. 1724 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1907

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 476:123\$646, ouro, e 493:720\$305, papel, para o pagamento de dividas de exercicios findos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 476:123\$646,

ouro, e 493:720\$305. papel, para occorrer ao pagamento de dividas do exercicio findos constantes da seguinte relação :

	Ouro	Papel
Ministerio da Justiça e Interior.....	147:974\$726
Ministerio do Exterior.....	1:150\$000	1:266\$000
Ministerio da Marinha.....	22:341\$014	40:129\$764
Ministerio da Guerra.....	76:015\$549
Ministerio da Industria, Viagem e		
Obras Publicas.....	150:232\$232	58:044\$959
Ministerio da Fazenda.....	2:400\$400	170:289\$367
	176:123\$646	493:720\$305

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1907, 19.ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1725 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1907

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, a Luiz Ezydio Martins de Lemos, 1.º escriptuario da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado do Amazonas.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faco saber que o Congresso Nacional decretoe e eu sancione a seguinte resolução:

Artigo unico. E o Presidente da Republica autorizado a conceder a Luiz Ezydio Martins de Lemos, 1.º escriptuario da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado do Amazonas, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1907, 19.ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1726 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1907

Concede a pensão de 300\$ mensaes a D. Emilia Saldanha Marinho Conceição.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º E' concedida a D. Emilia Saldanha Marinho Conceição, filha de Saldanha Marinho, a pensão mensal de 300\$000.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1907, 19.º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1727 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1907

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 55:164\$134 para o pagamento devido a Pedro Brusque de Abreu e outros, em virtude de sentença judiciaria.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 55:164\$134 para occorrer ao pagamento de Pedro Brusque de Abreu e outros, em virtude da sentença judiciaria, conforme a carta precatória expedida em 17 de abril de 1907 pelo Juiz Federal da secção do Rio Grande do Sul; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1907, 19.º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1728 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Dr. Lafayette Cavalcanti de Freitas, inspector sanitario do Districto Federal, para tratar de sua saude onde lhe convier.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Dr. Lafayette Cavalcanti de Freitas, inspector sanitario do Districto Federal, para tratar de sua saude onde lhe convier.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1729 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao bacharel José Affonso Lamounier Junior, juiz da 3ª Vara Commercial do Rio de Janeiro, seis mezes de licença com os respectivos vencimentos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao bacharel José Affonso Lamounier Junior, juiz da 3ª Vara Commercial do Rio de Janeiro, seis mezes de licença com os respectivos vencimentos.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1730 — DE 19 DE SETEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito necessario para a execução do decreto n. 1626, de 2 de janeiro de 1907.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito necessario para a execução do decreto n. 1626, de 2 de janeiro de 1907; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1907, 19.ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N. 1731 — DE 21 DE SETEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra os creditos de 280:000\$, papel, suplementar á verba 14.ª do art. 22 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906, e extraordinario de 2.226:000\$, papel, para diversos serviços.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra os seguintes creditos:

Um, suplementar á verba 14.ª do art. 22 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906, sub-consignação — Construção da Fabrica de Polvora sem fumega — na importancia de 280:000\$000, papel.

Outro, extraordinario, na importancia de 2.226:000\$, papel, para ser applicado aos seguintes serviços: Fortificação em Copacabana, fazendas de Sapopemba e Jericó, destinadas á construção de uma villa militar, inicio da construção de cinco quartéis no 6.º districto militar (Quarahy, Palmeira, S. Luiz, Santo Angelo e S. Borja) e campos de invernada.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de setembro de 1907, 19.ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

DECRETO N. 1732 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1907

Equipara os vencimentos do secretario da Inspectoria do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro aos de chefe de secção da Secretaria da Marinha.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Ficam equiparados os vencimentos do secretario da Inspectoria do Arsenal de Marinha desta Capital aos de chefe de secção da Secretaria da Marinha ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1907, 19.ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Alexandrino Faria de Alencar.

DECRETO N. 1733 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1907

Manda applicar aos trabalhos das commissões de revisão do alistamento eleitoral os recursos estabelecidos pelos arts. 36 e 37 da lei n. 1239, de 15 de novembro de 1904.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º Os recursos estabelecidos pelos arts. 36 e 37 da lei n. 1239, de 15 de novembro de 1904, applicam-se aos trabalhos das commissões de revisão do alistamento eleitoral, de que trata o art. 40 da mesma lei.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1907, 19.ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1734 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1907

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 32:648\$489 para occorrer ao pagamento devido ao Dr. Bento Borges da Fonseca, em virtude de sentença judicial.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 32:648\$489 para occorrer ao pagamento do Dr. Bento Borges da Fonseca, em virtude de carta precatória expedida em 20 de abril deste anno pelo Juizo Federal da 2ª Vara deste districto ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.
David Campista.

DECRETO N. 1735 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1907

Autoriza o Governo a mandar incluir na aposentadoria de João Carlos Thompson Junior o tempo em que serviu de professor dos menores artezãos e escriptuario extranumerario da Casa de Correção.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a mandar incluir na aposentadoria de João Carlos Thompson Junior, ajudante aposentado do director da Casa de Correção, o tempo que serviu como professor dos menores artezãos e de escriptuario extranumerario do mesmo estabelecimento, para o effeito de ser reformado o processo da referida aposentadoria, devendo ser o pagamento respectivo feito de accordo com o que por direito competir ao funcionario aposentado, aberto para esse fim o credito que for necessario.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.
David Campista.

DECRETO N. 1736 — DE 26 DE SETEMBRO DE 1907

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com ordenado, ao contador da Delegacia Fiscal em Pernambuco, bacharel Thomaz de Lemos Duarte.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' autorizado o Presidente da Republica a conceder ao bacharel Thomaz de Lemos Duarte, contador da Delegacia Fiscal em Pernambuco, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde, onde lhe convier; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1907, 19.ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1737 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1907

Concede a pensão mensal de 120\$, repartidamente, a D. Philomena Nunes de Mello e a sua filha de igual nome.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' concedida uma pensão mensal de 120\$, repartidamente, a D. Philomena Nunes de Mello e a sua filha de igual nome.

Art. 2.º E' o Presidente da Republica autorizado a abrir o credito necessario para a execução desta lei.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1907, 19.ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1738 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1907

Concede a D. Anna Leopoldina da Serra Gonçalves e a D. Juliana da Serra Nunes Gonçalves a pensão annual de 3:600\$, repartidamente.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º É concedida, repartidamente, a D. Anna Leopoldina da Serra Gonçalves e a D. Juliana da Serra Nunes Gonçalves, viuva e filha solteira do antigo Senador do Imperio Antonio Marcellino Nunes Gonçalves, a pensão annual de 3:600\$, repartidamente, abrindo-se para o seu pagamento o necessario credito.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1907, 19.ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Compista.

DECRETO N. 1739 — DE 2 DE OUTUBRO DE 1907

Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até ao dia 3 de novembro do corrente anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional, em conformidade do disposto no § 1º do art. 17 da Constituição Federal, resolveu prorrogar novamente a actual sessão legislativa até ao dia 3 de novembro do corrente anno.

Rio de Janeiro, 2 de outubro de 1907, 19.ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1740 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1907

Manda contar ao capitão de fragata graduado, commissario da Armada reformado Pedro Antonio da Silva, para melhoria de sua reforma, o tempo em que serviu como operario do Arsenal de Marinha do Estado do Pará.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica contado ao capitão de fragata graduado, commissario reformado, Pedro Antonio da Silva, para effeitos de me-

thoria de sua reforma, o tempo em que serviu como operario do Arsenal de Marinha do Pará, de 1865 a 1872, tomados dentro deste prazo sómente os dias em que effectivamente trabalhou nas officinas daquelle estabelecimento.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1907, 19.º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Alexandrino Faria de Alencar.

DECRETO N. 1741 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 2:683\$200 para pagamento da differença de vencimentos a que teem direito os conferentes das capatazias da Alfandega do Rio de Janeiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional resolveu e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 2:683\$200, para occorrer ao pagamento da differença de vencimentos a que teem direito os conferentes das capatazias da Alfandega do Rio de Janeiro, em virtude do decreto legislativo n. 1554, de 12 de novembro de 1906 ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1907, 19.º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1742 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1907

Relova da prescripção em que tiver incorrido Antonio Alfredo de Carvalho, amanuense do extincto Arsenal de Guerra de Pernambuco, para receber vencimentos que lhe competem, e autoriza a abertura do credito de 6:095\$506.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica relevado da prescripção em que tiver incorrido o cidadão Antonio Alfredo de Carvalho, amanuense do extincto

Arsenal de Guerra de Pernambuco, para que possa receber do Thezouro Nacional a quantia de \$506, vencimentos que lhe competem a contar de 19 de janeiro de 1899 até 15 de fevereiro de 1904, autorizado o Presidente da Republica a effectuar o pagamento da mencionada quantia, abrindo-se o credito necessario.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1743 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1907

Fixa o numero, classe e vencimentos dos empregados das Alfandegas do Rio de Janeiro e Santos e das outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º O numero, classe e vencimentos dos empregados da Alfandega do Rio de Janeiro serão regulados pela tabella junta.

Art. 2.º Fica elevado a 200 o numero de guardas da mesma Alfandega.

Art. 3.º O numero, classe e vencimentos dos empregados da Alfandega de Santos serão regulados pela tabella junta.

Art. 4.º A força dos guardas ficará assim organizada:

- 1 commandante;
- 5 sargentos;
- 120 guardas.

Art. 5.º As nomeações de inspectores e ajudantes de inspectores, em ambas as Alfandegas, serão feitas em commissão.

Art. 6.º Ficam elevados de 20 % os vencimentos das forças dos guardas das duas Alfandegas, na forma do decreto n. 1662, de 27 de julho de 1907, art. 6º, e de 20 % os dos auxiliares de escripta das capitazias da Alfandega do Rio de Janeiro.

Art. 7.º O provimento dos novos cargos, creados por esta lei, será feito por accesso ou remoção dos empregados de fazenda, respeitada a respectiva categoria, e os logares de 1ª entrancia e de guardas serão providos mediante concurso.

Art. 8.º Para a immediata execução desta lei fica o Presidente da Republica autorizado a abrir os necessarios creditos.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

Tabella a que se refere o art. 1º

ALFANDEGA DO RIO DE JANEIRO

Lotação 78,000:000\$000 — Quotas 1.989 — Razão 0,88% — Valor
 official da quota annual 345\$090

PESSOAL	CLASSES	ORDENADO		QUOTAS	
		Por empregado	Por classe	Por empregado	Por classe
1	Inspector (em commissão).....	—	—	40	40
1	Ajudante (em commissão).....	—	—	20	20
3	Chofes de secção.....	8:000\$	24:000\$	18	54
32	Conferentes.....	7:20 \$	230:400\$	16	512
20	1ºs escripturarios.....	5:60 \$	112:000\$	12	240
30	2ºs ditos.....	4:800\$	144:000\$	10	390
30	3ºs ditos.....	3:600\$	108:000\$	8	240
30	4ºs ditos.....	2:400\$	72:000\$	6	180
1	Quarda-mór (barra 1:800\$)	8:000\$	9:800\$	18	18
2	Ajudantes (barra 1:800\$)	5:600\$	11:800\$	12	24
1	Thesoureiro (quebras 1:500\$).....	7:200\$	8:700\$	18	18
8	Fieis (quebras 500\$).....	3:00 \$	28:000\$	8	64
1	Porteiro.....	4:400\$	4:400\$	8	8
1	Ajudante do mesmo.....	3:60 \$	3:600\$	6	6
10	Continuos.....	1:400\$	14:000\$	4	40
1	Administrador das Capatazias.....	6:000\$	6:000\$	15	15
2	Ajudantes do mesmo.....	4:800\$	9:600\$	10	20
19	Fieis de armazem.....	4:800\$	91:200\$	10	190
193			880:500\$		1.989

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1907. — David Campista.

Tabella a que se refere o art. 3º

ALFANDEGA DE SANTOS

Lotação 36.000:000\$000 — Quotas 1.098 — Razão 0,7 % —
 Valor official da quota annual 229\$508

PESSOAL	CLASSES	ORDENADO		QUOTAS	
		Por empregado	Por classe	Por empregado	Por classe
1	Inspector (em commissão).....	—	—	40	40
1	Ajudante (em commissão).....	—	—	25	25
2	Chofes de secção.....	6:000\$000	12:000\$000	20	40
12	Conferentes.....	5:400\$000	64:800\$000	18	216
12	1º escripturarios.....	4:800\$000	57:600\$000	16	192
12	2º ditos.....	3:600\$000	43:200\$000	14	168
15	3º ditos.....	3:000\$000	45:000\$000	10	150
15	4º ditos.....	2:000\$000	30:000\$000	8	120
1	Guarda-mór.....	6:000\$000	6:000\$000	20	20
1	Ajudante.....	4:000\$000	4:000\$000	14	14
1	Thesoureiro (quebras 600\$).....	5:400\$000	0:000\$000	20	20
4	Fieis do mesmo.....	2:400\$000	9:600\$000	10	40
1	Porteiro.....	3:600\$000	3:600\$000	12	12
1	Ajudante.....	1:800\$000	1:800\$000	8	8
1	Archivista.....	2:400\$000	2:400\$000	8	8
5	Continuos.....	1:000\$000	5:000\$000	5	25
85			291:000\$000		1.098

Erpediente

Para diversas despezas..... 5:000\$000

Capatazias

15 trabalhadores a 6\$ por dia..... 27:000\$000

Embarcações

NUMERO	CATEGORIA	ORDENADO DE CADA EMPREGADO	TOTAL POR CLASSE
1	1º patrão.....	3:000\$000	3:000\$000
5	2ºs patrões.....	2:400\$000	12:000\$000
5	Machinistas.....	3:600\$000	18:000\$000
5	Foguistas.....	1:800\$000	9:000\$000
50	Remadores.....	1:440\$000	72:000\$000
66			114:000\$000

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1907. — *David Campista.*

DECRETO N. 1744 — DE 10 DE OUTUBRO DE 1907

Torna extensiva ao 1º tenente do Exército João Philadelpho da Rocha a excepção do art. 1º do decreto legislativo n. 981, de 7 de janeiro de 1903.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. A excepção do art. 1º da lei n. 981, de 7 de janeiro de 1903, é extensiva ao tenente João Philadelpho da Rocha, visto ter sido promovido por actos de bravura, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 1907, 19º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

DECRETO N. 1745 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1907

Autoriza o Governo a mandar fazer, gratuitamente, na Casa da Moeda e na Imprensa Nacional, a cunhagem das medalhas e a impressão de diplomas destinados a premios nas exposições regionaes e estadoaes, e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a mandar fazer, gratuitamente, a cunhagem e impressão, na Casa da Moeda e na Imprensa Nacional, das medalhas, diplomas de honra e menções honrosas destinados a premios nas exposições regionaes e estadoaes, promovidas pelos Governos locais e estadoaes.

Paragrapho unico. Os favores deste artigo serão concedidos mediante requerimento dos governos dos Estados ou dos locais, por intermedio daquelles.

Art. 2.º Ficam isentos do imposto do transito nas estradas de ferro os bilhetes para os logares em que se realizarem exposições regionaes, estadoaes e nacionaes.

Paragrapho unico. Esta isenção, que comprehenderá tanto os bilhetes de ida como os de volta, durará desde cinco dias antes da abertura até cinco dias depois do encerramento das exposições.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1907, 19ª da Republica.

AFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1746 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 4:551\$900 para o pagamento devido ao coronel honorario Antonio Bezerra Cabral em virtude de sentença judicial.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 4:551\$900 para occorrer á despesa com a execução da sentença judicial que condemnou a Fazenda Nacional a pagar ao coronel honorario Antonio

Bezerra Cabral a importância de pensões que lhe competem, de accordo com o decreto n. 1760, de 26 de outubro de 1869; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1907, 19^a da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1747 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao ministro do Supremo Tribunal Federal Dr. Lucio de Mendonça aposentadoria com todos os vencimentos do cargo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a conceder ao ministro do Supremo Tribunal Federal Dr. Lucio de Mendonça aposentadoria com todos os vencimentos do cargo.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1907, 19^a da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1748 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1907

Manda observar o disposto nos arts. 439, n. 1, e 441 do regulamento n. 120 de 31 de janeiro de 1812, com relação a *habeas-corpus*.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.^o Na decisão dos pedidos de *habeas-corpus* pelos juizes de secção e pelos juizes da justiça local do Districto Federal observar-se-ha o disposto nos arts. 439, n. 1, e 441 do regulamento n. 120 de 31 de janeiro de 1812.

O recurso será interposto, respectivamente, para o Supremo Tribunal Federal e para o Conselho Supremo da Corte de Apelação.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1907, 19.º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1749 — DE 22 DE OUTUBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, para tratar de sua saude na Europa, ao general da divisão Miguel Maria Girard.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao general de divisão Miguel Maria Girard um anno de licença, com soldo e etapa, para tratar da saude na Europa, revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1907, 19.º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

DECRETO N. 1750 — DE 24 DE OUTUBRO DE 1907

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario que for necessario para pagar a differença de gratificação que deixou de receber, no cargo de secretario paizano do Corpo de Marinheiros Nacionais, o capitão-tenente honorario Arlindo Pinto Duarte.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario da importancia da differença entre a gratificação que houver recebido o capitão-

tenente honorario Arlindo Pinto Duarte, como secretario paizano do Corpo de Marinheiras Nacionais, e o soldo de 1.º tenente da Armada, no periodo de 15 de março de 1902 a 31 de dezembro de 1905; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1907, 19.ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Alexandrino Faria de Alencar.

DECRETO N. 1751 — DE 24 DE OUTUBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 35:388\$742 para pagamento de vencimentos devidos a varios officiaes da Armada.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Marinha o credito extraordinario de 35:388\$742, para, em virtude do decreto legislativo n. 1474, de 9 de janeiro de 1906, fazer os seguintes pagamentos: 15:915\$721 ao capitão-tenente Durval Melchiales de Souza, 2:250\$100 ao capitão-tenente reformado José Augusto Vinhaes e 17:213\$121 á viuva do 1.º tenente João da Silva Relumba.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1907, 19.ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Alexandrino Faria de Alencar.

DECRETO N. 1752 — DE 24 DE OUTUBRO DE 1907

Fixa a força naval para o exercicio de 1908

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º A força naval, no exercicio de 1908, constará:

§ 1.º Dos officiaes do corpo da Armada e classes annexas, constantes dos respectivos quadros.

§ 2.º De 50, no maximo, aspirantes a guardas-marinha e 70 alumnos do curso de machinas da Escola Naval.

§ 3.º De 4.000 praças do Corpo de Marinheiros Nacionais, inclusive 118 para a companhia de Matto Grosso.

§ 4.º De 1.200 foguistas contractados.

§ 5.º de 3.000 aprendizes marinheiros.

§ 6.º De 607 praças do Corpo de Infantaria de Marinha, das quaes 407 se desdobrarão em quatro companhias de fuzileiros, formando um batalhão com o qualificativo de «batalhão naval» e as 200 restantes em duas companhias de artilheiros anexas a este batalhão, destinadas exclusivamente a serviço do tiro de mar.

Art. 2.º Em tempo de guerra a força naval compor-se-ha do pessoal que for necessario.

Art. 3.º O tempo de serviço dos marinheiros nacionais, procedentes das escolas, será de 15 annos, contados da data da sua matrícula.

Art. 4.º O tempo do serviço dos voluntarios será de 10 annos.

Art. 5.º Os marinheiros que, findo o tempo de serviço, se engajarem por tres annos, receberão soldo e meio, e aquelles que, concluido esse novo prazo, se reengajarem por mais tres, quatro ou cinco annos, perceberão soldo dobrado.

Art. 6.º Os voluntarios perceberão a gratificação diaria de 125 réis e as praças que, findo o seu tempo de serviço, continuarem nas fileiras, com ou sem engajamento, terão a gratificação de 250 réis diarios.

Art. 7.º As praças que se reengajarem terão direito ao valor em dinheiro das peças de fardamento gratuitamente distribuidas por occasião de verificarem a primeira praça.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1907, 19.º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Alexandrina Faria de Alencar.

DECRETO N. 1753 — DE 24 DE OUTUBRO DE 1907

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 123:387\$728 para a restituição de espolios que foram arrecadados pelo curador de bens de defuntos e ausentes Dr. Genesio Telles Bandeira do Mello.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito especial de 123:387\$728, diffe-

rença entre o alcance de 163:387\$728, apurado pelo Tribunal de Contas, pelo qual é responsável o curador de bens de defuntos e ausentes Dr. Genesio Telles Bandeira de Mello, e sua fiança, na importância de 40:000\$, prestada em apolices da dívida pública, para occorrer á restituição de espólios que foram arrecadados por aquelle funcionario ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1907, 19^a da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1754 — DE 24 DE OUTUBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 415:403\$753 para o pagamento devido a Antonio Nunes Pires em virtude de sentença judiciaria.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 415:403\$753 para occorrer ao pagamento de Antonio Nunes Pires, de conformidade com a carta precatoria expedida em 12 de agosto de 1907 pelo Juizo Federal da 1^a Vara desta Capital; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1907, 19^a da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1755 — DE 24 DE OUTUBRO DE 1907

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 4:415\$770 para pagamento devido a Silva Mattos & Irmão em virtude de sentença judiciaria.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 4:415\$770

para occorrer ao pagamento de Silva Mattos & Irmão em virtude da carta precatoria expedida em 26 de janeiro de 1907 pelo juiz federal da secção do Ceará; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1907, 19ª da Republica.

AFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1753 — DE 24 DE OUTUBRO DE 1907

Autoriza o Governo a abrir creditos necessarios para o pagamento das despezas com a recepção, no proximo anno, de Suas Majestades El-Rei e a Rainha de Portugal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução.

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir os creditos necessarios para occorrer ao pagamento das despezas com a recepção, no proximo anno, de Suas Majestades El-Rei e a Rainha de Portugal; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1907, 19ª da Republica.

AFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1757 — DE 24 DE OUTUBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 1.614:091\$120 para a conclusão do edificio destinado á Escola Nacional de Bellas Artes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito espe-

cial de 1.614:001\$120 para a conclusão do edificio destinado. Escola Nacional de Bellas Artes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1907, 19^a da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1758 — DE 26 DE OUTUBRO DE 1907

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 30:000\$, papel, supplementar á verba 2^a — Empregados em disponibilidade — do art. 16, da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 30:000\$, papel, supplementar á verba 2^a — Empregados em disponibilidade — do art. 16 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1907, 19^a da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Rio-Branco.

DECRETO N. 1759 — DE 29 DE OUTUBRO DE 1907

Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até o dia 3 de dezembro do corrente anno.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional, em conformidade do disposto no § 1^o do art. 17 da Constituição Federal, resolve prorrogar novamente a actual sessão legislativa até o dia 3 de dezembro do corrente anno.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1907, 19^a da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1760 — DE 30 DE OUTUBRO DE 1907

Crea Vic-Consulados nas cidades de Artigas, San Eugenio e Santa Rosa, no Estado Oriental do Uruguay, com a dotação annual de 4:000\$000, ouro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Ficam creados Vice-Consulados nas cidades de Artigas, San Eugenio e Santa Rosa, no Estado Oriental do Uruguay, com a dotação annual de 4:000\$000, ouro.

Art. 2.º E' autorizado o Presidente da Republica a abrir para esse fim os necessarios creditos.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de outubro de 1907, 19.ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Rio-Branco.

DECRETO N. 1761 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 2:806\$451, supplementar á verba n. 12 do art. 2º do orçamento em vigor, para pagamento de vencimentos ao escrivão do Juizo Federal de Minas Geraes Leandro Castilho de Moura Costa.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 2:806\$451, supplementar á verba n. 12 do art. 2º do orçamento em vigor, para occorrer ao pagamento, no exercicio de 1907, dos vencimentos que competirem ao escrivão do Juizo Federal de Minas Geraes Leandro Castilho de Moura Costa; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1907, 19.ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1762 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1907

Eleva os vencimentos de varios funcionarios do Instituto Nacional de Musica.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Ficam elevados respectivamente os vencimentos annuaes dos seguintes funcionarios do Instituto Nacional de Musica: do director a 8:000\$000; do secretario a 6:800\$000; dos professores a 4:800\$000; dos auxiliares de 1.ª classe a 3:000\$000 e do porteiro a 2:400\$000.

Art. 2.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir o necessario credito para a execução desta lei.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1907, 19.º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1.763 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao Dr. Thadon de Araujo Medeiros, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica, um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao Dr. Thadon de Araujo Medeiros, inspector sanitario da Directoria Geral de Saude Publica, um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratar de sua saude onde lhe convier.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1907, 19.º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1764 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao bacharel José Calheiros de Mello, juiz de direito da terceira Vara Cível do Distrito Federal, um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratar de sua saúde, em prorrogação daquella em cujo gozo se acha.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao bacharel José Calheiros de Mello, juiz de direito da 3ª Vara Cível do Distrito Federal, um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratar de sua saúde, em prorrogação daquella em cujo gozo se acha; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1765 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1907

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença, com o ordenado a que tiver direito, a Romualdo Justino Netto, 3º escripturario da Alfandega da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder um anno de licença, com o ordenado a que tiver direito, para tratar de sua saúde, a Romualdo Justino Netto, 3º escripturario da Alfandega do Estado da Bahia; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Compista.

DECRETO N. 1706 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1907

Concede a pensão de 100\$ mensaes a Francisco Alexandrino Barroso da Silva.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a seguinte resolução :

Artigo unico. E' concedida a pensão de 100\$ mensaes a Francisco Alexandrino Barroso da Silva, filho do legendario almirante Francisco Manoel Barroso.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1907, 19.ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

LEI N. 1767 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1907

Fixa as forças de terra para o exercicio de 1908

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a seguinte lei:

Art. 1.º As forças de terra, para o exercicio de 1908, constarão:

§ 1.º Dos officiaes dos differentes quadros e classes do Exercito.

§ 2.º Dos alumnos das escolas militares, não podendo exceder as novas matriculas o numero a que attingirem as vagas de officiaes occorridas no Exercito até ao fim do corrente anno e mais 30 % desse numero.

§ 3.º De 28.160 praças de pret, distribuidas de accordo com a organização em vigor:

a) o Governo não preencherá os claros actualmente existentes além do numero fixado pela respectiva dotação organamentaria;

b) em caso, porém, de circumstancias extraordinarias, aquelle numero poderá ser completado e mesmo elevado até ao dobro ou mais.

§ 4.º De quatro companhias regionaes, destinadas a formar as guarnições do Acre, Purús, Juruá e Amapá, constituídas pelos contingentes fornecidos pelos Estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas, de preferencia pelas proprias regiões em as quaes tiverem sede, e composta cada uma dellas de um capitão, um 1.º tenente, dous 2.ºs tenentes e 150 praças, devendo ser aproveitados os officiaes aggregados aos quadros per excesso.

Art. 2.º As praças serão obtidas pela forma expressa no art. 87, § 4º, da Constituição, sendo os contingentes que os Estados e o Districto Federal devem fornecer proporcionaes ás respectivas representações na Camara dos Deputados do Congresso Nacional.

Paragrapho unico. Determinado pelo Estado-Maior do Exercito o numero total de praças a serem realmente incorporadas ao effectivo do Exercito, durante o exercicio vindouro, o Ministerio da Guerra communicará aos presidentes e governadores e ao Ministro do Interior quaes os contingentes a que são obrigados os Estados e o Districto Federal, de accordo com o supracitado artigo da Constituição.

Art. 3.º Enquanto não for executado o sorteo militar, o tempo de serviço para os voluntarios será de tres annos, podendo o engajamento dos que tiverem concluido esse tempo de serviço ter lugar por mais de uma vez, por tempo nunca maior de tres annos e por prazos que serão arbitrados pelo Poder Executivo, de modo a coincidirem com a duração das principaes peças de fardamento.

§ 1.º As praças que não se engajarem constituirão a reserva do Exercito e, como tal, serão obrigadas:

a) a attender ao chamado da reserva, comparecendo ao corpo, posto militar, ou apresentando-se ás autoridades federaes, que as farão transportar aos centros de mobilização, de accordo com as instruções que forem expedidas;

b) a servir durante todo o tempo de guerra com as vantagens de voluntario;

c) a quatro semanas de exercicio por anno nos campos de manobras, quartéis ou fortalezas, desde que não tenham completado 28 annos de idade;

d) a quatro semanas de exercicio nos mesmos campos, quartéis ou fortalezas, de dous em dous annos, desde que tenham de 28 a 44 annos de idade.

§ 2.º Gozarão dos seguintes favores:

a) receberão, de ale a data de suas apresentações á autoridade federal, a metade do soldo de voluntario até ao dia inicial dos exercicios, data esta em que começarão a vencer o m suo soldo por inteiro;

b) serão alimentados á custa do Estado, recebendo meia etapa em dinheiro, desde a data da apresentação até serem encostados ao primeiro posto militar, para seguirem a seus destinos;

c) findos os exercicios, receberão em dinheiro, de uma só vez, adiantadamente, além dos meios de transporte, tantas meias etapas quantos forem os dias de viagem, sem alimentação á custa do Estado;

d) durante o prazo de sua ausencia, que será computado pelo dobro do numero de dias de exercicio, accrescidos dos dispendidos em viagem, a sua familia terá direito á meia etapa, de accordo com a legislação em vigor.

§ 3.º As ex-praças que não se apresentarem á competente autoridade federal, local, dentro de um prazo não inferior a 40 dias, que será contado a partir da data da publicação de seus nomes em editaes ou na imprensa, serão obrigadas a servir por mais tres annos; as que não se apresentarem no segundo anno de chamada serão obrigadas a servir por mais cinco annos, devendo em ambos os casos ser-lhes abonadas gratificações de voluntários; as que não se apresentarem do terceiro anno em diante serão consideradas desertoras e, como taes, punidas.

Em caso de mobilização para a guerra, as ex-praças que não se apresentarem na época marcada serão consideradas desertoras.

Art. 4.º Para a época das manobras, serão admittidos voluntários por um a tres mezes, mediante um exame, no qual se deverão mostrar promptos na instrução da escola de recrutas:

a) estes voluntários, depois de excluidos, serão incorporados á reserva, logo que tenham 21 annos de idade, ficando dispensados do serviço activo;

b) durante o tempo de serviço, estarão sujeitos ás leis militares e se fardarão unicamente com o uniforme de campanha, que, bem como aos da reserva, lhes será abonado por emprestimo.

Art. 5.º As praças que, findo o tempo de serviço, continuarem sem interrupção nas fileiras, com engajamento por tempo mínimo de dous annos, terão direito á importância, em dinheiro, das peças de fardamento, que se abonam gratuitamente aos recrutas no ensino, e á gratificação diaria de 250 réis, estipulada na lei n. 247, de 15 de dezembro de 1894.

Art. 6.º As ex-praças que de novo se alistarem, com engajamento ou reengajamento, terão direito á gratificação de 125 réis diários.

Art. 7.º O Governo providenciará para que nas colonias militares sejam convenientemente localizadas as praças que desejarem, quando escusas do serviço por conclusão de tempo, garantindo-as a posse dos respectivos lotes.

Art. 8.º Em cada districto militar haverá dous registros: um de voluntários, segundo os Estados onde tenham verificado praça, para o fim de deduzir-se do contingente a ser sorteado em cada Estado (Constituição, art. 87 e seus paragraphos) o numero daquelles voluntários, e outro de inscrição de reservistas do Exército, com todas as indicações de seu assentamento de praça, para organização das listas de chamada, que devem ser publicadas na localidade de sua residencia.

Paragrapho unico. Nos assentamentos dos voluntários, além do Estado e cidade, serão incluidas as villas e localidades do nascimento.

Art. 9.º Revoga-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

DECRETO N. 1708 — DE 6 DE NOVEMBRO DE 1907

Approva os dous Protocollos assignados em Caracas a 9 de dezembro de 1905, com o fim de ultimar a demarcação das fronteiras determinadas no Tratado de 5 de maio de 1859, entre o Brazil e Venezuela.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Ficam approvados os dous Protocollos assignados em Caracas a 9 de dezembro de 1905, com o fim de ultimar a demarcação das fronteiras determinadas no Tratado de 5 de maio de 1859, entre o Brazil e Venezuela.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1907, 19º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Rio-Branco.

DECRETO N. 1709 — DE 6 DE NOVEMBRO DE 1907

Approva o Protocollo firmado em 12 de dezembro de 1906 entre o Brazil e a Republica Oriental do Uruguay sobre a execução de cartas rogatorias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' approvado o Protocollo concluido e firmado em 12 de dezembro de 1906 entre o Brazil e a Republica do Uruguay sobre a execução de cartas rogatorias, modificando o art. 4º do accordo de 14 de fevereiro de 1877 entre os dous paizes; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 6 de novembro de 1907, 19º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Rio-Branco.

DECRETO N. 1770 — DE 7 DE NOVEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 2:686\$668, destinado ao pagamento de vencimentos que competem a Paulino Francisco Paes Barreto.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito extraordinario de 2:686\$668, para o pagamento de vencimentos que competem a Paulino Francisco Paes Barreto, de 18 de novembro de 1904 a 31 de dezembro de 1905, como mestre de gymnastica da extincta companhia de aprendizes artifices do Arsenal de Guerra desta Capital; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1907, 19.º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

DECRETO N. 1771 — DE 7 DE NOVEMBRO DE 1907

Cria a Alfandega de S. Francisco, no Estado de Santa Catharina

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' creada a Alfandega da cidade de S. Francisco, no Estado de Santa Catharina.

Art. 2.º O numero, classe e vencimentos dos empregados serão regulados pela tabella junta.

Art. 3.º O provimento dos cargos creados por esta lei será feito por accesso ou remoção dos empregados do quadro de Fazenda.

A nomeação para os logares de primeira entrancia e de guarda será feita mediante concurso.

Art. 4.º Para a immediata execução desta lei fica o Presidente da Republica autorizado a abrir os necessarios creditos.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1907, 19.º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

TABELLA DO PESSOAL E MATERIAL DA ALFANDEGA DE S. FRANCISCO
A QUE SE REFERE O ART. 2º DA LEI SUPRA

Lotação, 600:000\$ — Razão, 2,4% — Quotas, 144

Valor da quota, 100\$000

Discriminação.	Ordenado.	Quotas.	Total.	Despesa total
<i>Pessoal</i>				
Da administração:				
1 inspector.....		20		
4 primeiros escriptu- rarios.....	2:100\$000	10	8:400\$000	
4 segundos escriptu- rarios.....	1:600\$000	8	6:400\$000	
1 thesourero (300\$).	2:400\$000	14	2:700\$000	
1 fiel de thesourero.	1:400\$000	8	1:400\$000	
1 porteiro cartora- rio.....	1:400\$000	8	1:400\$000	
1 continuo.....	500\$000	4	500\$000	
1 administrador de capatazias.....	1:600\$000	10	1:600\$000	
1 fiel de armazem..	1:400\$000	8	1:400\$000	
15			23:800\$000	
144 quotas na razão de 2,4 % sobre a lo- tação de 600:000\$.....			14:400\$000	
Salarios para dous serventes.....			1:200\$000	
			15:600\$000	39:460\$000

Força dos guardas	Soldo	Gratificação		
1 commandante....	1:200\$000	600\$000	1:800\$000	
10 guardas.....	1:000\$000	500\$000	15:000\$000	
Gratificação an- nual de 200\$ para fardamen- to ao comman- dante e a cada um dos guardas			2:200\$000	19:000\$000

Das capatazias

8 trabalhadores a 3\$ em 300 dias...				7:200\$000
---	--	--	--	------------

Das embarcações

Pessoal da lancha	Gratificação	
1 machinista.....	2:400\$000	
1 foguista.....	1:500\$000	
1 carvoeiro.....	1:080\$000	
1 marinheiros a 80\$.....	3:340\$000	
	8:820\$000	
		<hr/> 74:480\$000

Pessoal do escaler	Gratificação	
1 patrão.....	960\$000	
2 remadores a 70\$.....	1:680\$000	2:640\$000
		<hr/>

*Material:**Expediente:*

Aluguel de casa e expediente.....	10:000\$000	
Concerto de moveis.....	200\$000	
Acquisição, reparo e conservação do material.....	5:000\$000	
Combustivel e lubrificantes.....	4:000\$000	
Diversas despesas.....	1:200\$000	20:400\$000
		<hr/>
Despesa com a instalação da repartição..		5:000\$000
		<hr/> 102:520\$000

David Campista.

DECRETO N. 1772 — DE 7 DE NOVEMBRO DE 1937

Autoriza a entregar á comissão incumbida da erecção de uma estatua em homenagem ao benemerito consolidador da Republica o marechal Floriano Peixoto, como auxilio, a quantia de 50:000\$000.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a mandar entregar á comissão incumbida da erecção de uma estatua em homenagem ao benemerito consolidador da Republica o marechal Floriano Peixoto, como auxilio, a quantia de 50:000\$000.

Art. 2.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir os necessarios creditos para execução desta lei.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1773 — DE 7 DE NOVEMBRO DE 1907

Eleva os vencimentos dos professores de sciencias da Escola Nacional de Bellas Artes e a gratificação dos directores das faculdades e escolas superiores e do Gymnasio Nacional.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º Ficam elevados a 6:000\$ annuaes os vencimentos dos professores de sciencias da Escola Nacional de Bellas Artes e a 10:000\$ a gratificação dos directores das faculdades e escolas superiores e do Gymnasio Nacional.

Art. 2.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir os necessarios creditos para a execução desta lei.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1774 — DE 7 DE NOVEMBRO DE 1907

Concede a cada uma das alumnas do Instituto Nacional de Musica Suzana de Figueiredo, Helena de Figueiredo e Maria Isabel de Verney Campello, como premio de viagem a Europa, a importancia de 3:000\$, ouro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º E' concedida a cada uma das alumnas do Instituto Nacional de Musica Suzana de Figueiredo, Helena de Figueiredo e

Maria Isabel do Verney Campello, como premio de viagem á Europa, a importancia de 3:000\$, ouro.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1907, 19.º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1775 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1907

Approva a Convenção Internacional Radiotelegraphica, o accordo adicional, protocollo final e respectivo regulamento, concluidos em 3 de novembro de 1906, entre o Brazil e varias Potencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º Ficam approvados a Convenção Internacional Radiotelegraphica, o accordo adicional, o protocollo final e o regulamento respectivo, concluidos e assignados em Berlim, a 3 de novembro de 1906.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1907, 19.º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Rio-Branco.

DECRETO N. 1776 — DE 14 DE NOVEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir no Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 10:470\$869, sendo 750\$677 suplementar á verba 15.ª e 9:711\$192 suplementar á verba 16.ª do art. 2.º da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de

10:470\$369, sendo 759\$677 suplementar á verba 15ª e 9:711\$192 suplementar á verba 16ª do art. 2º da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906, para occorrer ao augmento de despesa resultante da execução do decreto n. 1678, de 25 de julho de 1907; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1907. 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1777 — DE 14 DE NOVEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a conceder a Eduardo José Monteiro Torres, fiel-recebedor da Estrada de Ferro Central do Brazil, um anno de licença, com ordenado, para tratamento de sua saude.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder a Eduardo José Monteiro Torres, fiel-recebedor da Estrada de Ferro Central do Brazil, um anno de licença, com ordenado, para tratamento de sua saude.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1907. 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N. 1778 — DE 19 DE NOVEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a prorogar a licença em cujo gozo se acha o 2º tenente do 11º batalhão de infantaria Alfredo Romão dos Anjos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a prorogar a licença em cujo gozo se acha o 2º tenente do 11º batalhão de infantaria Alfredo Romão dos Anjos, com todos os venci-

mento; para tratar de sua saúde, pelo tempo que, em vista do atestado medico ou exame de inspecção de saúde, julgar necessario; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1907, 19^a da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

DECRETO N. 1779 — DE 19 DE NOVEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 38:720\$436 para pagamento de gratificações a professores e coadjuvantes que serviram na Escola de Guerra em 1906.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 38:720\$436 para pagamento de gratificações de função que competem a 11 professores e 13 coadjuvantes do ensino, que serviram na Escola de Guerra de Porto Alegre durante o anno passado; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1907, 19^a da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

DECRETO N. 1780 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito de 4:923\$917, supplementar à verba 17^a — Guarda Nacional — do art. 2^o da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito de 4:923\$917, supplementar à verba 17^a — Guarda Nacional — do art. 2^o da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906, para occorrer

às despesas da consignação — Gratificação ao continuo e servente, aluguel de casa, expediente, gaz, etc.; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1907, 19^a da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1781 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 158:075\$750, suplementar á verba 12^a do art. 22 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito de 158:075\$750, suplementar á verba 12^a—Ajudas de custo—do art. 22 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1907, 19^a da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

DECRETO N. 1782 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a promover a fundação de um Banco Central Agricola, destinado a fornecer á lavoura o auxilio de capitães e de credito, de accordo com as disposições que estabelece.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.^o E' autorizado o Presidente da Republica a promover a fundação de um banco central agricola, destinado a fornecer á lavoura auxilio de capitães e de credito, de accordo com as disposições da presente lei.

Art. 2.^o O capital do banco será de 30.000:000\$, divididos em 150.000 ações de 200\$ cada uma. Deste capital o Governo, si

assim julgar conveniente, subscreverá uma parte. As acções serão negociaveis desde que tenham realizados 20 % do seu valor.

Art. 3.º As operações do banco serão limitadas exclusivamente:

§ 1.º A unificação das letras hypothecarias de diversos typos que daqui em diante forem emitidas pelos bancos estaduais e que gozarem, por parte dos Estados, de garantia de juros não inferior a 7 %.

§ 2.º A adquirir, pela cotação da praça e em moeda corrente, as letras hypothecarias dos bancos estaduais, verificadas preliminarmente as condições de credito e solvabilidade do banco emissor.

§ 3.º A emitir letras hypothecarias com o juro de 5 %, não excedendo a emissão da importancia das letras hypothecarias estaduais em carteira.

§ 4.º A descontar os papeis de credito emitidos pelos bancos estaduais ou pelas cooperativas de credito agricola de responsabilidade illimitada, com garantia daquelles bancos e que forem provenientes das seguintes operações:

a) empréstimos sub penhor agricola, por prazo nunca excedente de um anno;

b) desconto de letras da terra á ordem, com o prazo maximo de um anno, garantidas por duas firmas solvaveis, sendo uma de lavrador ou industrial, além da responsabilidade solidaria do banco estadual;

c) desconto de *currents*, letras e bilhetes de mercadorias, emitidos de accordo com a legislação em vigor.

§ 5.º A empréstimos, por meio de contas correntes ou por letras a prazo inferior a dois annos aos syndicatos ou cooperativas de credito agricola de responsabilidade illimitada.

§ 6.º A receber, em conta corrente ou por meio de letras, dinheiros e outros valores, operando neste caso como banco de deposito.

§ 7.º A comprar letras hypothecarias ou outros titulos por conta de terceiros e mediante commissão.

Art. 4.º O banco, sempre que julgar conveniente, poderá realizar directamente as operações de que trata o § 4.º do artigo antecedente. Será, entretanto, obrigado a ter para tal fim agencias proprias em todos os Estados, onde não houver bancos garantidos, excepção feita do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 5.º A's letras hypothecarias emitidas pelo banco central concederá a União garantia de juros de 5 %. A sua emissão jamais poderá exceder do quintuplo do capital social effectivamente realizado.

Art. 6.º A emissão das letras hypothecarias, pelo banco central, será feita por series autorizadas pelo Ministro da Fazenda, de forma que nunca haja emissão sem esta autorização.

Art. 7.º O valor das letras a que se refere o artigo antecedente e a época do pagamento dos juros e do sortido annual serão fixados em regulamento que o Governo expedirá.

Art. 8.º Ao resgate das letras hypothecarias, por via do sorteio annual, serão destinadas as quotas recebidas dos bancos estaduais em pagamento das letras sorteadas.

Art. 9.º As letras hypothecarias, omitidas pelo banco central gozarão dos favores, garantias e privilegios concedidos pela legislação hypothecaria.

Art. 10. O banco central e bem assim os bancos de credito agricola, que forem fundados nas capitães dos Estados, com a cooperação e immediata fiscalização dos respectivos governos, gozarão de isenção de impostos sobre seus dividendos.

Art. 11. Verificada a impontualidade do banco central no serviço de juros das letras, o Governo occorrerá ao respectivo pagamento, promovendo a liquidação amigavel ou judicial do instituto e assumindo a responsabilidade das letras hypothecarias em circulação.

No caso de liquidação judicial, os liquidantes serão nomeados pelo Governo.

Art. 12. É o Presidente da Republica autorizado a recolher, em conta corrente, ao banco central, até a somma de 30.000:000\$, do saldo das caixas economicas, para auxiliar as operações de credito agricola, vencendo o juro de 2 %, pago semestralmente.

Art. 13. O banco será administrado por tres directores, um eleito pelos accionistas e dois de nomeação e demissão livre do Governo. O presidente será designado pelo Governo de entre os dois que nomear; a este competirá, alim do voto deliberativo, o suspensivo das resoluções por meio de recurso para o Ministro da Fazenda.

Art. 14. No regulamento que expedir para a execução da presente lei, além dos detalhes necessarios á administração do banco, o Governo fixará a somma das operações a fazer em cada Estado, na proporção da população de cada um.

Art. 15. O banco terá o direito de solicitar dos Governos dos Estados, como condição para operar nos respectivos territorios, que não só facilitem por legislação adequada a cobrança dos seus creditos, a exculsão das garantias offercidas pelos mutuarios, como isentem de impostos o banco, suas operações e a cobrança dos seus creditos.

Art. 16. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir os creditos necessarios para a execução desta lei.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1907, 19.ª da Republica.

AFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1783 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1907

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 380:000\$, papel, supplementar á verba 12 do art. 45 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito de 380:000\$, papel, supplementar á verba 12 do art. 45 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906, sub-consignações—Pessoal amovivel—e—Artigos de consumo, etc.; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1907, 19^o da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Camyista.

DECRETO N. 1781 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito extraordinario de 39:150\$121 para occorrer ao pagamento de diversos officiaes da Brigada Policial.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito extraordinario da quantia de 39:150\$121, para occorrer aos seguintes pagamentos: 9:348\$331 ao capitão da Brigada Policial Joaquim Antonio Lopes; 8:077\$750 ao tenente Virgilio dos Reis Araujo Góes; 7:230\$312 ao tenente Antonio José da Costa e Souza; 7:502\$726 ao alferes Manoel de Assumpção e Silva e 6:991\$002 ao alferes João Lourenço de Azevedo; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1907, 19^o da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tacares de Lyra.

LEI N. 1785 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1907

Estabelece penas para o crime de peculato, e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a resolução seguinte:

Art. 1.º O funcionario publico que subtrahir ou distrahir dinheiros, documentos, titulos de credito, effectos, generos ou bens moveis publicos ou particulares, dos quaes tenha a guarda ou administração ou o deposito, em razão de seu cargo, quer este seja gratuito ou remunerado, quer seja temporario ou permanente, será punido:

a) si o prejuizo verificado fôr inferior a 10:000\$, com 2 a 6 annos de prisão cellular, perda do emprego, com inhabilitação para exercer qualquer função publica, durante 12 annos no minimo, e 20, no maximo, além da multa de 10 % sobre o damno;

b) si o prejuizo fôr superior a 10:000\$, com 4 a 12 annos de prisão cellular, multa de 15 %, além da perda do emprego, com inhabilitação perpetua para exercer qualquer função publica.

Paragrapho unico. Quando o prejuizo effectuado versar sobre objecto de valor não conhecido ou instavel, o juiz formador da culpa mandará prae ler á avaliação, de conformidade com o disposto no art. 405 do Codice Penal.

Art. 2.º Si antes do julgamento fôr integralmente resarcido o prejuizo causado mediante a restituição voluntaria da coisa subtrahida ou distrahida:

Penas: perda do emprego com inhabilitação para exercer qualquer função publica durante 12 annos, no minimo, e 20, no maximo.

Art. 3.º Na hypothese do artigo anterior, o criminoso poderá ser julgado á revelia, precedendo, to lavia, intimação, na forma da legislação vigente.

Art. 4.º Quando o facto criminoso, previsto no art. 1.º desta lei, fôr committido por funcionario publico, sem concorrer a circumstancia de se acluir a coisa subtrahida sob sua guarda ou administração ou deposito, em razão de seu cargo, serão applicadas as penas de peculato, sendo diminuida de um terço a de prisão, e observadas as disposições contidas nos arts. 1.º, 2.º e 3.º desta lei, quando couberem.

Art. 5.º O processo de formação da culpa nos crimes de que trata esta lei, e naquelles comprehendidos na lei n. 515 de 3 de novembro de 1898, deverá ficar concluido dentro do prazo de 15 dias, ainda quando os réos estejam detidos.

Paragrapho unico. Si o juiz formador da culpa concluir o processo fóra do prazo previsto neste artigo, fará constar dos autos os motivos justificativos da demora, que, todavia, não poderá exceder de 20 dias, a começar da data em que foi offerecida a queixa ou denuncia.

Art. 6.º Os crimes previstos nesta lei e bem assim os de furto e roubo, quando commettidos contra a Fazenda Federal, serão processados e julgados de conformidade com as disposições constantes da lei n. 515 de 3 de novembro de 1898, havendo appellação necessaria na sentença absolutoria.

Art. 7.º Os co-autores e cúmplices dos crimes previstos nesta lei, embora não sejam funcionarios publicos, serão processados e julgados como os respectivos autores.

Art. 8.º Os bilhetes conversiveis ou não, que forem emitidos por estabelecimentos bancarios, mediante autorização competente, serão equiparados á moeda e aos titulos de credito publico para os effeitos da lei penal.

Art. 9.º Quando n.º crimes previstos nesta lei for interessada a Fazenda do Districto Federal, se observará, além do mais, o disposto no art. 19 da lei n. 1338 de 9 de janeiro de 1905.

Art. 10. Fabricar, sem autoridade legitima, moeda de materia identica e com a mesma fórma, peso e valor intrinseco da verdadeira;

Pena de prisão e multa, e de perda da moeda estrangeira, que tenha curso legal no paiz:

Pena de prisão cellular por 4 a 12 annos e de perda para a nação da moeda apprehendida e dos objectos destinados ao fabrico.

Paragrapho unico. Si a moeda for fabricada com diversa materia e sem o peso legal:

Pena de prisão cellular por 8 a 16 annos, além da perda sobredita.

Art. 11. Fabricar ou falsificar qualquer papel de credito publico que se recolta nas estações publicas como moeda:

Pena de prisão cellular por 3 a 16 annos, além da perda do papel apprehendido.

Paragrapho unico. Para os effeitos da lei penal, considera-se papel de credito publico o que tiver curso legal como moeda, ou for emitido pelo Governo da União, ou por bancos legitimamente autorizados.

Art. 12. Introdúzir na circulação, como authentica, seja qual for a sua procedencia, moeda falsa ou papel de credito que se recolta nas estações publicas como moeda, sendo falso:

Pena de prisão cellular por 4 a 12 annos, além da perda sobredita.

Art. 13. Diminuir o peso da moeda verdadeira ou augmentar-lhe o valor, empregando qualquer artificio:

Pena de prisão celllular por 2 a 4 annos, além da perda sobre-dita.

Art. 14. Supprimir ou fazer desaparecer, por processo chímico ou qualquer outro meio, os carimbos com que forem inutilizadas as notas ou cedulas do Thesouro Federal ou da Caixa de Conversão ou dos bancos, recolhidas da circulação, e nella introduzi-las de novo;

Formar cedulas ou bilhetes do Thesouro Federal, da Caixa de Conversão ou dos bancos com fragmentos de outras verdadeiras:

Pena de prisão celllular de 1 a 4 annos.

Art. 15. Explorar ou ter sob sua guarda machinismos ou objectos destinados ao fabrico de moeda falsa, nacional ou estrangeira, tendo curso legal no paiz:

Pena de prisão celllular por 2 a 6 annos, além da perda sobre-dita.

Art. 16. Receber de boa fé a moeda falsa nacional ou estrangeira e fazel-a circular depois de conhecer a falsidade:

Pena de prisão celllular por 2 a 4 annos.

Art. 17. Si a falsificação fór tão ostensiva que possa ser conhecida á primeira vista, os que fabricarem ou introduzirem na circulação a moeda assim falsificada incorrerão em crime de estellionato e serão punidos com as penas estabelecidas para este delicto.

Art. 18. Falsificar papeis de credito ou titulos da divida publica, bilhetes e lettras do Governo Federal, dos Estados ou das prefeituras ou municipalidades:

Pena de prisão celllular por 4 a 12 annos, multa de 5 a 20 % do damno causado e perda dos papeis sobre-ditos.

Art. 19. Falsificar o sello publico do Governo Federal, dos Estados ou das prefeituras ou municipalidades e destinados a authenticar ou certificar actos officiaes:

Pena de prisão celllular por 2 a 4 annos.

Art. 20. Falsificar estampilhas, sellos adhesivos, vales postaes ou coupons de juros da divida publica da União, dos Estados ou das prefeituras ou municipalidades:

Pena de prisão celllular por 2 a 6 annos e multa de 5 a 20 % do damno causado.

Art. 21. Falsificar bilhetes de estradas de ferro ou de qualquer empreza de transporte pertencentes á União ou aos Estados:

Pena de prisão por 6 mezes a 1 anno.

Art. 22. Falsificar cheques e outros papeis de bancos, letras e titulos commerciaes de qualquer natureza, sejam ou não trans-ferriveis por endosso:

Pena de prisão celllular por 2 a 6 annos e multa de 5 a 20 % do damno causado ou que se poderia causar.

Art. 23. Usar do qualquer papel ou titulo dos indicados nos artigos anteriores como verdadeiro, sabendo ser falso :

Pena do artigo antecedente.

Art. 24. A tentativa de qualquer dos delictos previstos nesta lei será punida com o médio das penas estabelecidas para o delicto consummado.

Considera-se como tentativa o facto de alguém ser depositario, expeditor ou receptador de moeda falsa ou de qualquer papel ou titulos precedentemente indicados.

Art. 25. Competem aos juizes de direito do crime, no Districto Federal, o processo e julgamento dos crimes previstos no tit. 3º cap. 1º e no tit. 13 do Código Penal, revogados os capitulos 1º e 2º do tit. 6º do mesmo Código.

Art. 26. A prisão preventiva é autorizada, de conformidade com as fórmulas previstas na legislação vigente:

§ 1.º Nos crimes afiançaveis, quando pela instrução do processo se apurar que o indiciado :

a) é vagabundo, sem profissão licita e domicilio certo ;
b) já cumpriu pena de prisão por effeito de sentença decretada por tribunal competente.

§ 2.º Nos crimes inafiançaveis, enquanto não prescreverem, qualquer que seja a época em que se verifiquem indícios vehementes de autoria ou cumplicidade.

Art. 27. A requisição e a concessão do mandato de prisão preventiva serão sempre fundamentadas.

Art. 28. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1907, 19º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1781 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir o necessario credito para occorrer ao pagamento da parte dos vencimentos que deixaram de perceber o director, o secretario, o escriptuario, o almoxarife e o mestre da officina da Escola Correccional Quinze de Novembro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou o eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º E' o Presidente da Republica autorizado a abrir o necessario credito, afim de occorrer ao pagamento da parte dos ven-

cimentos que deixaram de perceber e a que teem direito, em virtude da lei n. 947, de 29 de dezembro de 1902, o director, o secretario, o escriptuario, o almoxarife e o mestre da officina da Escola Correccional Quinze de Novembro.

Art. 2.º Os referidos funcionarios continuarão, desde logo, a perceber integralmente os vencimentos que lhes marca o art. 6.º da citada lei n. 947, de 29 de dezembro de 1902.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1907, 19.º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1787 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1907

Regula a construcção de tapumes divisorios entre propriedades ruraes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Os tapumes divisorios entre propriedades ruraes presumem-se communs, sendo obrigados a concorrer, em partes iguaes, para as despesas de sua construcção e conservação, os proprietarios dos immoveis confinantes.

Art. 2.º Por tapumes entendem-se as sebes vivas, as cercas de arame ou de madeira, os vallos ou banquetas, ou quaesquer outros meios de separação dos terrenos, observadas as dimensões estabelecidas em posturas municipaes, de accordo com os costumes de cada localidade, contanto que impeçam a passagem de animaes de grande porte, como sejam gado vacum, cavallar e muar.

Paragrapho unico. A obrigação de cercar as propriedades para deter nos limites delles avo domesticas e animaes que exigem tapumes especiaes, como sejam cabritos, carneiros e porcos, correrá por conta exclusiva dos respectivos proprietarios ou detentores.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1907, 19.º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N. 1788 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1907

Publica a resolução do Congresso Nacional que prorroga novamente a actual sessão legislativa até ao dia 31 de dezembro do corrente anno

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional, em conformidade do disposto no § 1º do art. 17 da Constituição Federal, resolveu prorrogar novamente a actual sessão legislativa até ao dia 31 de dezembro do corrente anno.

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1789 — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com ordenado, ao contador da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal em Minas Geraes Domingos Fernandes Monteiro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao cidadão Domingos Fernandes Monteiro, contador da Delegacia Fiscal do Thesouro Federal no Estado de Minas Geraes, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde, em prorrogação da em que se acha, concedida pelo Ministerio da Fazenda ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Daviel Campista.

DECRETO N. 1790 — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Fazenda os creditos necessarios para occorrer ás despesas com a cunhagem de moedas de prata de 2\$, 1\$ e 500 réis.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda os creditos necessarios para occorrer a todas as despesas com a cunhagem de moedas de prata de 2\$, 1\$ e 500 réis, destinadas a substituir as notas de igual valor do Thesouro Federal ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1791 — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a arrendar o edificio destinado á Alfandega de Juiz de Fora e seus terrenos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a arrendar, pelo prazo que julgar mais conveniente, o edificio destinado á Alfandega de Juiz de Fora e seus terrenos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1792 — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a conceder a Alipio Napoleão Serpa Filho, amanuense da Bibliotheca Nacional, um anno de licença, com o respectivo ordenado.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder a Alipio Napoleão Serpa Filho, amanuense da Bibliotheca Nacional, um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratamento de sua saúde onde lhe convier.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1793 — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao Dr. Alberto de Seixas Martins Torres, ministro do Supremo Tribunal Federal, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratar de sua saúde.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao Dr. Alberto de Seixas Martins Torres, ministro do Supremo Tribunal Federal, um anno de licença, com todos os vencimentos, para tratamento de sua saúde; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1794 — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1907

Concede ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 12:303\$814 para pagar as despesas effectuadas por conta da verba—Eventuaes—do art. 2º da lei n. 1453, de 30 de dezembro de 1905.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' concedido ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito especial de 12:303\$814, para pagar as despesas effectuadas por conta da verba—Eventuaes—do art. 2º da lei n. 1453, de 30 de dezembro de 1905, que deixaram de ser satisfeitas por insufficiencia da dotação orçamentaria; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1795 — DE 7 DE DEZEMBRO DE 1907

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 120:000\$, ouro, supplementa á verba Gª—Ajudas de custo—do art. 16 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito de 120:000\$, ouro, supplementar á verba Gª — Ajudas de custo—do art. 16 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Rio-Branco.

DECRETO N. 1796 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença ao 2º tenente do 2º batalhão de infantaria Frederico Bueno Horta Barbosa para tratar de seus interesses.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao 2º tenente do 2º batalhão de infantaria Frederico Bueno Horta Barbosa um anno de licença, para tratar de seus interesses, com soldo simples; revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

DECRETO N. 1797 — DE 9 DE DEZEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a promover, para as armas de infantaria e cavallaria, os alferes-alumnos e aspirantes a official habilitados com o curso da Escola de Guerra, e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a seguinte resolução:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a promover, de accordo com o art. 2º do decreto n. 982, de 1903, para as armas de infantaria e cavallaria os alferes-alumnos e os aspirantes a official que se acham habilitados com o curso da Escola de Guerra.

Paragrapho unico. Desde que não haja mais alferes-alumnos, as vagas que se derem, de accordo com o citado decreto, serão preenchidas por promoção dos aspirantes a official.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

DECRETO N. 1798 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1907

Autoriza o Governo a restituir á Empresa de Luz Electrica da cidade de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul, a importancia dos impostos de importação que pagou na Alfandega do Rio Grande por material que estava isento de direitos.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a restituir á Empresa de Luz Electrica da cidade de Jaguarão, Estado do Rio Grande do Sul, a quantia de 3:769\$821, ouro, e 17:803\$521, papel, importancia de impostos de importação, que pagou na Alfandega do Rio Grande, pelo material destinado ao estabelecimento de luz electrica, para a qual tinha isenção de direitos consignada na lei n. 746, de 29 de dezembro de 1900, art. 29, n. 28, deduzida por occasião do pagamento a importancia relativa ao material não comprehendido nessa isenção; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1907, 19^a da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Daviel Campista.

DECRETO N. 1799 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, para tratar de seus interesses, a Antonio Lopes Cardoso, tabelião do 2^o officio do publico, judicial e notas do districto do Alto Parús.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder um anno de licença, para tratar de seus interesses, ao cidadão Antonio Lopes Cardoso, tabelião do 2^o officio do judicial e notas da Prefeitura do Alto Parús; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1907, 19^a da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1800 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 271:033\$688, supplementar á verba 15ª do art. 2º da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 271:033\$688, supplementar á verba 15ª do art. 2º da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906, para occorrer a despezas, na Repartição de Policia, com objectos de expediente, livros, etc., aquisição e concerto de moveis, padloias, camisolas, camas, colchões, etc., alugueis de casas e sustento dos presos do Deposito da Policia e da Casa de Detenção, com o sustento, curativo, vestuario dos presos, etc., forragem, ferragem, arreamento, etc., e conservação do edificio e diversos concertos; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1801 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 1:038\$ á verba 6ª do art. 2º da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906 para pagamento da gratificação adicional de 15 %, a que tem direito o official da Secretaria do Senado José Fernandes de Oliveira.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito supplementar de 1:038\$ á verba 6ª do art. 2º da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906, para pagamento da gratificação adicional de

15 %, a que tem direito o official da Secretaria do Senado José Fernandes de Oliveira, a contar de 15 de janeiro a 31 de dezembro do corrente anno ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1802 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1907

Cria o Instituto de Pathologia Experimental de Manguinhos

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º E' creado o Instituto de Pathologia Experimental de Manguinhos, subordinado directamente ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, destinando-se aos seguintes misteres :

- a) estudo das molestias infectuosas e parasitarias do homem, dos animaes e das plantas ;
- b) questões referentes á hygiene e zoologia ;
- c) preparo dos séros therapeuticos e demais productos congêneres, destinados ao tratamento e prophylaxia da molestia ;
- d) escola de veterinaria, comprehendendo a pathologia, a hygiene e therapeutica, mas na medida dos trabalhos scientificos occorrentes.

§ 1.º A parte tecnico-scientifica do Instituto será exercida por um director, dois chefes do serviço e seis assistentes.

§ 2.º Quando as circumstancias o exigirem, o director poderá suggerir ao Governo a conveniencia de serem contractados profissionais para o auxiliarem nos trabalhos, durante o tempo que fór necessario, custeada a despesa pela verba para esse fim destinada, e, na falta, pela de—Socorros publicos—si legalmente puder ser nella contemplada.

§ 3.º O director, que terá tambem a seu cargo a parte administrativa, será de livre nomeação do Presidente da Republica, escolhido dentre os profissionais de notorio saber.

Os chefes de serviço serão igualmente nomeados pelo Presidente da Republica, escolhidos dentre os assistentes, que tambem serão nomeados pelo Presidente da Republica, mediante concurso, excepto as primeiras nomeações.

Os chefes de serviço e assistentes serão vitalicios depois de 10 annos de effectivo serviço, reguladas suas aposentadorias pelo disposto no decreto n. 117, de 4 de novembro de 1892.

§ 4.º Será gratuita a frequencia na Escola de Veterinaria, mas dependente de permissão nominal do Governo, em numero

que o Instituto compor-se, sem prejuizo do desempenho dos encargos que lhe incumbirem, nos termos desta lei e do seu regulamento.

§ 5.º O Instituto fornecerá todas as vacinas e séros que se tornarem necessarios por occasião de epidemias, quando requisitados officialmente, ficando, porém, dispensado da elaboração da vacina anti-variolica, emquanto fôr esta preparada de modo satisfactorio, a juizo do Governo, pelo Instituto Vaccinico do Districto Federal.

§ 6.º Além do pessoal technico-scienctifico, o Instituto terá mais os seguintes funcionarios:

- Um zelador ;
- Um almoxarife ;
- Um archivista-escriptuario ;
- Um desenhista ;

nomeados pelo Ministro da Justiça e Negocios Interiores, com direito a vitaliciedade depois de 10 annos de effectivo exercicio e com direito á aposentadoria, nos termos do decreto n. 117, de 4 de novembro de 1892.

O pessoal subalterno, cujo numero e vencimentos estão fixados na tabella que acompanha a presente lei, será da livre nomeação do director.

§ 7.º O Instituto gosará de inteira e franca autonomia nas investigações technico-scienctificas.

§ 8.º O director do Instituto, ou alguem a seu mando, terá ingresso nos hospitais affectos á administração sanitaria do Governo da União, solicitando das respectivas directorias que lhe permitam colher os elementos que julgar indispensaveis para as suas investigações.

§ 9.º Os estudos procedidos no Instituto de Manguinhos serão publicados, a titulo de *Memorias*, ao passo que se forem confirmando as experiencias.

As *Memorias* serão distribuidas pelas escolas profissionais de medicina, de veterinaria e de agricultura, existentes no paiz, constituindo objecto de permuta com as publicações estrangeiras do mesmo genero.

§ 10. O Instituto poderá representar ao Governo sobre a conveniencia de ser mandado qualquer de seus membros para pontos diversos com o fim de estudar questões scienctificas, intimamente relacionadas com os assumptos tratados no Instituto, e o Governo poderá attender á representação, si houver verba assignada para esse fim.

§ 11. Não se poderão offerecer á venda vacinas e séro fabricados no estrangeiro, ou dentro do paiz por particulares, sem prévio examo, ensaio e laudo favoravel do Instituto. A esse examo não ficarão sujeitos os séros e vacinas preparados por institutos officiaes dos Estados e Districto Federal, salvo quando alguma occurrencia fôr de ordem a gerar suspeita contraria á pureza e perfeição dos ditos preparados.

§ 12. Para completa installação do Instituto de Pathologia Experimental de Manguinhos e construção dos edificios necessarios,

poderá ser despendida até a quantia de 600:000\$, abrindo o Presidente da Republica, para esse fim, o necessario credito pelo Ministerio da Justica e Negocios Interiores.

§ 13. Fica o Presidente da Republica autorizado a desapropriar os terrenos da Fazenda de Manguinhos que forem necessarios para a installação definitiva do Instituto de Pathologia Experimental de Manguinhos, abrindo para isso o necessario credito.

Art. 2.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir os creditos necessarios para acudir ás despesas constantes da tabella que acompanha a presente lei e que montam á quantia de 331:240\$000.

Art. 3.º O Governo, no regulamento que expedir para dar organização ao Instituto, indicará as attribuições, substituições, comminará as penas disciplinares de suspensão e de multa até 200\$ e o dobro nas reincidencias, e estabelecerá as condições em que deva ser ministrado o ensino.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

Tabella a que se refere o art. 2º da lei

1 director.....	18:000\$000	
2 chefes de serviço a 14:400\$000....	28:800\$000	
6 assistentes a 10:800\$000.....	64:800\$000	
1 zolador.....	7:200\$000	
1 almoxarife.....	6:800\$000	
1 desenhista.....	4:800\$000	
1 archivista-escriptuario.....	3:600\$000	131:000\$000

Pessoal subalterno

1 chefe de cocheiras.....	3:600\$000	
4 serventes de 1ª classe a 3:000\$000..	12:000\$000	
4 serventes de 2ª classe a 2:400\$000..	9:600\$000	
5 ajudantes a 2:160\$000.....	10:800\$000	
1 mestre.....	5:400\$000	
2 machinistas a 5:400\$000.....	10:800\$000	
2 foguistas a 2:520\$000.....	5:040\$000	57:240\$000

Material, vidraria,apparelhos, livros, jornaes, impressos, aquisição e sustento de grandes e pequenos animaes de laboratorio, conducção, correctos, combustivel, lubrificantes, productos

chimicos, etc. Eventuaes. Contracto a que se refere o § 2º e do pessoal a que se refere o § 6º. Gratificações e ajuda de custo para execução do disposto no § 10.	140:000\$000
	<u>331:240\$000</u>

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1907.— *Augusto Tavares de Lyra.*

DECRETO N. 1803 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao Dr. Hugo Furquim Werneck de Almeida, medico dos hospitaes de isolamento da Directoria Geral de Saude Publica, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a conceder ao Dr. Hugo Furquim Werneck de Almeida, medico dos hospitaes de isolamento da Directoria Geral de Saude Publica, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1804 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito de 31:143\$, supplementar á verba 38ª do art. 2º, sub-consignação — «Para reparos, conservação e aquisição de material, etc.» — da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores o credito de

31:143\$, supplementar á verba 38ª do art. 2º, sub-consignação—**«Para reparos, conservação e aquisição de material, etc.»—da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1903; revogadas as disposições em contrario.**

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1895 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1907

Determina que sejam recolhidos á Secretaria da Justiça e Negocios Interiores os livros de declaração instituidos para execução do § 4º da lei n. 904, de 12 de novembro de 1902, e das outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Para a execução do § 4º da lei n. 904, de 12 de novembro de 1902, o Governo providenciará no sentido de serem recolhidos á Secretaria da Justiça e Negocios Interiores os livros de declaração, instituidos pelos decretos ns. 58 A, de 11 de dezembro de 1889, e 396, de 15 de maio de 1899.

Paraphrasis unico. Para identico fim, tambem solicitará dos agentes diplomaticos e consulares das nações estrangeiras o fornecimento dos nomes dos estrangeiros que, perante elles, hajam declarado conservar a sua nacionalidade de origem até a data de 24 de agosto de 1891.

Art. 2.º Para a expedição do titulo declaratorio de cidadão brasileiro ao estrangeiro naturalizado por força do citado § 4º, é indispensavel que elle exhiba, pelos meios regulares e accitos em direito, prova da continuidade do domicilio no lugar onde se achava a 15 de novembro de 1889, ou dos successivos domicilios que tenha tido desde a mesma data até 24 de agosto de 1891.

Art. 3.º Para a execução do art. 13 da lei já mencionada é sufficiente que o peticionario junte attestado da autoridade do lugar do seu domicilio e documento passado pelo agente diplomatico ou consular de sua nação e do paiz de onde houver emigrado, nos quaes se declare não ser o mesmo processado por nenhum dos crimes nella especificados.

Art. 4.º Fica dispensada a expedição de titulo declaratorio de cidadão brasileiro áquelles que o forem por força do disposto nos ns. 2 e 3 do art. 69 da Constituição, revogando-se assim a exigencia do art. 12 da lei n. 904, de 12 de novembro de 1902.

Art. 5.º A disposição contida no § 2º do art. 12 da citada lei é applicavel tambem aos estrangeiros licitamente naturalizados por força do § 5º do art. 69 da Constituição, valendo como titulo declaratorio de cidadão brasileiro os documentos nelle especificados e expedidos até a data desta lei.

Art. 6.º E' da competencia da respectiva Repartição de Estatística a organização do quadro estatístico a que se refere o seu art. 15.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1907, 19º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N. 1806 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao Dr. Samuel da Gama Mac-Dowell, substituto da Faculdade de Direito do Recife, um anno de licença, sem vencimentos, em prorrogação áquella em cujo goso se acha para tratar de sua saude.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao Dr. Samuel da Gama Mac-Dowell, substituto da Faculdade de Direito do Recife, um anno de licença, sem vencimentos, para tratar de sua saude, em prorrogação da em que se acha ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1907, 19º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1807 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1907

Concede aos diplomados pela Escola de Odontologia de S. Paulo e aos que o foram pelos demais institutos antes do decreto n. 1371, de 28 de agosto de 1905, os direitos e regalias decorrentes do mesmo decreto.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Aos diplomados pela Escola de Odontologia de São Paulo e aos que o foram pelos demais institutos antes do decreto n. 1371, de 28 de agosto de 1905, que os equiparou ás escolas officiaes, são concedidos os direitos e regalias decorrentes do mesmo decreto legislativo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1907, 19.º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1.808 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 21:000\$, ouro, para occorrer ás despesas com os premios de viagem conferidos aos engenheiros civis José Pires do Rio, José Luiz Baptista, Dr. Euripedes Clementino de Aguiar e bachareis Domingos de Souza Leite e Clodomiro Cardoso.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 21:000\$, ouro, para occorrer ás despesas com premios de viagem conferidos aos engenheiros civis José Pires do Rio e José Luiz Baptista, Dr. Euripedes Clementino de Aguiar e bachareis Domingos de Souza Leite e Clodomiro Cardoso, á razão de 4:200\$, ouro, a cada um; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1907, 19.º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1809 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1907

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 2.828:000\$, supplemmentar á verba 9ª, n. 1, do art. 34 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministério da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de 2.828:000\$, supplemmentar á verba 9ª, n. 1, do art. 34 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906, para occorrer a despezas das sub-consignações—Combustivel, lubrificantes, estopa e diversos dormientes, trilhos e accessorios, etc., e pessoal das officinas do Engenho de dentro ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N. 1810 — DE 12 DE DEZEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao engenheiro Luiz Felipe Alves da Nobrega, sub-director da 6ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brazil, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde,

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao engenheiro Luiz Felipe Alves da Nobrega, sub-director da 6ª divisão da Estrada de Ferro Central do Brazil, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saúde onde lhe convier, em prorrogação a outra que lhe foi concedida por decreto legislativo n. 1557, de 13 de novembro de 1906; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N. 1811 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1907

Autoriza o Governo a conceder a pensão de 200\$ mensaes á viuva e filhas solteiras do capitão de mar e guerra Francisco Romano Stepple da Silva.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo a resolução seguinte :

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder á viuva e filhas solteiras do capitão de mar e guerra Francisco Romano Stepple da Silva a pensão mensal de 200\$000, repartidamente, sem prejuizo do meio soldo e montepio pela tabella de 1876, a que tem direito.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1812 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 4:953\$ para occorrer ao pagamento do soldo e etapas que deixou de receber, em 1906, o capitão-tenente Horacio Nelson de Paula Barros.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sancção a resolução seguinte :

Artigo unico. E o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 4:953\$ para occorrer ao pagamento do soldo e etapas que deixou de receber, no exercicio de 1906, por insufficiencia de verbas orçamentarias, o capitão-tenente Horacio Nelson de Paula Barros ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Alexandrino Faria de Alencar.

DECRETO N. 1813 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1907

Autoriza a readmissão, como addidos, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, dos operarios extraordinarios, que, pelas habilitações reveladas quando serviram no mesmo arsenal, possam ser depois admittidos no quadro effectivo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a mandar readmittir, como addidos, ao quadro effectivo, nas officinas do Arsenal de Marinha desta Capital, que precisarem de seus serviços, áquelles dos operarios extraordinarios que, por suas habilitações reveladas durante o tempo em que serviram, possam ser depois admittidos á effectividade.

Paraphrasso unico. O numero dos operarios a readmittir será fixado para cada officina, de accordo com as necessidades do serviço, por decreto do Poder Executivo, com o qual serão expeditas instrucções regulando as condições da admissão como addidos e da promoção á effectividade.

Art. 2.º A despesa com a readmissão dos referidos operarios correrá, no exercicio vigente, por conta da quota de 281:380\$018, do orçamento em vigor, verba—Arsenacs—destinada ao pagamento da gratificação de que trata o art. 362 do regulamento dos arsenacs (decreto n. 745, de 12 de setembro de 1890) e bom assim dos salarios dos operarios extranumerarios a quo se refere o art. 361 do citado regulamento, ficando o Governo autorizado a fazer do saldo verificado naquella quota o extorno da quantia para esse fim necessaria.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario,

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1907, 19º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Alexandrino Faria de Alencar.

[DECRETO N. 1814 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1907]

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha o credito especial de 98:096\$988 para pagamento das pensões que deixaram de ser abonadas aos operarios do extincto Arsenal de Marinha do Estado da Bahia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Marinha o credito especial de 98:096\$988,

papel, para pagamento das pensões que, por insuficiência de credito, deixaram de ser abonadas aos operarios do extinto Arsenal de Marinha do Estado da Bahia; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1907, 19º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Alexandrino Faria de Alencar.

DECRETO N. 1815 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1907

Autoriza o Governo a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 13:476\$799 para occorrer ao pagamento devido, em virtude de sentença judicial, ao capitão do Exército Francisco Xavier Alencastro de Araujo.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 13:476\$799 para occorrer ao pagamento ao capitão do Exército Francisco Xavier Alencastro de Araujo, em virtude de sentença judicial; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1907, 19º da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1816 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 25:000\$, papel, complementar á verba n. 43—Eventuaes—do art. 2º da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito

de 25:000\$, papel, complementar á verba n. 43—Eventuaes—do art. 2º da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1817 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com ordenado, ao Dr. Flavio Brederode Pessoa de Mello, para tratar de sua saude.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao Dr. Flavio Brederode Pessoa de Mello um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1818 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a conceder um anno de licença, com ordenado, ao major Luiz de Andrade, escrivão da 1ª Delegacia Policial do Districto Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao major Luiz de Andrade, escrivão vitalicio da 1ª Delegacia

Policial do Districto Federal, um anno de licença, com ordenado, para tratar de sua saude ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1907, 19^a da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1819 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao bacharel José Gabriel de Toledo Piza, serventuario vitalicio do primeiro officio de escrivão da Côrte de Appellação do Districto Federal, um anno de licença, para tratar de saude, com o respectivo ordenado.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a conceder ao bacharel José Gabriel de Toledo Piza, serventuario vitalicio do primeiro officio de escrivão da Côrte de Appellação do Districto Federal, um anno de licença, para tratar de sua saude, onde lhe convier, com o respectivo ordenado ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1907, 19^a da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1820 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1907

Autoriza a expedição de novo regulamento para execução da lei n. 1181, de 25 de fevereiro de 1904.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.^o Fica o Presidente da Republica autorizado a expedir novo regulamento para a execução da lei n. 1181, de 25 de fevereiro de 1904, para o fim de :

a) prohibir de modo absoluto a percepção de quaesquer impostos no territorio do Acre, desde que não tenham sido decretados pelo Congresso Nacional ;

b) reorganizar os serviços administrativos do referido territorio, podendo alterar a divisão territorial das tres Prefeituras, que ficam mantidas, e crear substitutos para os respectivos prefeitos e as autoridades policiaes que forem necessarias ;

c) reorganizar o serviço da administração da justiça mediante as seguintes clausulas :

I. Creação de uma secção de justiça federal, com o respectivo juiz, seu substituto e supplentes, procurador da Republica, um escrivão e um official de justiça.

II. Creação de uma comarca em cada Prefeitura, com um juiz de direito, um substituto e tres supplentes, um promotor publico, um escrivão, que será tabellião de notas e official de registro de hypothecas e de titulos, dous partidores, dos quaes um será contador e tantos officiaes de justiça quantos forem necessarios.

III. Creação de termos em cada comarca, até o maximo de nove para todas, tendo cada um — um juiz preparador, com tres supplentes, um adjunto do promotor publico, um escrivão, que será também tabellião de notas, um contador e os officiaes de justiça que forem necessarios.

IV. Subdivisão dos termos, feita pelos prefeitos em districtos de paz que forem necessarios, contendo cada districto um juiz de paz e dous supplentes, nomeados por um biennio, um escrivão, que será também official de casamentos e do registro civil, e os officiaes de justiça que forem necessarios.

V. Creação, na sede da Prefeitura (que for designada pelo Governo e logo que este julgue opportuno, de um Tribunal de Appellação, composto de cinco desembargadores, dos quaes um será o presidente e outro procurador geral do territorio.

O Tribunal terá um secretario, formado em direito, um escrivão e um official de justiça, que accumulará as funções de porteiro. Enquanto não for instalado o tribunal, o Governo creará em cada comarca um juiz de appellação, que fará depois parte do referido tribunal e exercerá até então as respectivas attribuições.

VI. Nomeação, pelo Governo, dos desembargadores, juizes de appellação, juizes de direito, juizes substitutos e seus supplentes, juizes preparadores, promotores publicos, secretario do tribunal, escrivão de appellação, escrivães de comarca e partidores ; nomeação pelos prefeitos dos supplentes dos juizes preparadores, adjuntos dos promotores, escrivães e contadores dos termos, juizes de paz e seus escrivães ; nomeação pelos juizes, perante os quaes servirem, dos officiaes de justiça. As primeiras nomeações para a secção da justiça federal serão livremente feitas pelo Governo.

VII. Adaptação á administração da justiça local do territorio das leis processuaes da justiça federal e da do Districto Federal e dos respectivos regimentos de custas, com as modificações convenientes.

d) organização da milicia do territorio sob a immediata jurisdicção do Ministerio da Guerra.

Art. 2.º O provimento interino dos cargos de nomeação do Governo, excepto os de desembargadores e de juizes de appellação e de direito, será feito pelos prefeitos, o dos de nomeação do prefeito, pelos juizes perante os quaes servirem os funcionarios.

§ 1.º O abandono de emprego será declarado por acto da autoridade a quem competir a nomeação do funcionario.

§ 2.º As custas dos juizes e demais funcionarios locais que perceberem vencimentos pelos cofres publicos serão arrecadadas como renda da União.

§ 3.º De dous em dous annos os funcionarios do territorio terão o direito de gosar, onde lhes convier, sem perda de vencimentos, quatro mezes de férias. O Governo prescreverá normas para o exercicio desse direito, de modo que os funcionarios effectivos e seus substitutos não gosem de férias ao mesmo tempo.

§ 4.º O regulamento que expedir o Governo prescreverá as condições das concessões de licenças e de aposentadoria.

§ 5.º Os funcionarios remunerados pelos cofres publicos terão os vencimentos da tabella annexa, sendo um terço de ordenado e dous terços de gratificação.

Art. 3.º Compete :

I. Ao Tribunal de Appellação :

a) o processo e julgamento dos crimes communs e de responsabilidade em que incorrerem os desembargadores, juizes de direito e prefeitos ;

b) o julgamento dos recursos interpostos das decisões dos juizes de direito e do tribunal do Jury.

II. Aos juizes de direito :

a) o processo e julgamento dos crimes de responsabilidade em que incorrerem os demais funcionarios administrativos e judiariarios ;

b) o julgamento dos crimes communs a que não estiver imposta pena restrictiva da liberdade, superior a quatro annos, nem inferior a um anno ;

c) o julgamento das causas civis de valor superior a 5:000\$000 ;

d) o julgamento dos recursos interpostos das decisões dos juizes inferiores.

III. Aos juizes substitutos, nas sedes das comarcas, e aos juizes preparadores, nos termos :

a) o processo e julgamento dos crimes a que estiver imposta pena restrictiva da liberdade até um anno ou pena pecuniaria e das contravenções previstas no liv. III do Código Penal ;

b) o processo dos crimes communs de competencia do Jury ou dos juizes de direito ;

c) o processo e julgamento das causas civeis de valor inferior a 5:000\$ e superior a 2:000\$000.

IV. Aos juizes de paz :

a) o preparo dos papeis para o casamento civil e a respectiva celebração ;

b) o auxilio que lhes fôr solicitado para o preparo dos processos criminaes ;

c) o processo e julgamento das causas civeis de valor inferior a 2:000\$000.

Paragrapho unico. No regulamento o Governo consolidará as demais attribuições das autoridades judicarias e dos seus auxiliares.

Art. 4.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir os necessarios creditos para execução desta lei ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

TABELLA DE VENCIMENTOS

	Ordenado	Gratificação	Total
<i>1ª — Prefeitura</i>			
3 prefeitos	36:000\$000	108:000\$000
<i>2ª — Justiça Federal</i>			
1 juiz de secção	8:000\$000	16:000\$000	24:000\$000
1 juiz substituto	6:000\$000	12:000\$000	18:000\$000
1 procurador da Republica.	6:000\$000	12:000\$000	18:000\$000
1 escriptão	1:600\$000	3:200\$000	4:800\$000
1 official de justiça	800\$000	1:600\$000	2:400\$000

3º—*Tribunal de Appellação*

5 desembargadores	10:000\$000	20:000\$000	150:000\$000
1 secretario.....	6:000\$000	12:000\$000	18:000\$000
1 escrivão.....	2:000\$000	4:000\$000	6:000\$000
1 official de justiça.....	1:200\$000	2:400\$000	3:600\$000

4º—*Comarcas*

3 juizes de direito.....	8:000\$000	16:000\$000	72:000\$000
3 juizes substitutos.....	6:000\$000	12:000\$000	54:000\$000
3 promotores.....	6:000\$000	12:000\$000	54:000\$000

5º—*Termos*

9 juizes preparadores.....	4:000\$000	8:000\$000	108:000\$000
----------------------------	------------	------------	--------------

NOTA — Os juizes de appellação terão os vencimentos de desembargador.

O presidente do Tribunal terá mais a gratificação de 2:400\$ e o procurador geral a de 1:800\$000.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1917. — *Augusto Tavares da Lyra.*

DECRETO N. 1821 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1917

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 11:066\$665, papel, para occorrer ao pagamento a que tem direito a Companhia Cantareira e Viacão Fluminense.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a resolução seguinte :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Guerra o credito especial de 11:066\$665, papel, para occorrer ao pagamento a Companhia Cantareira e Viacão Fluminense, proveniente do aluguel do predio que serviu de alojamento ao 38º batalhão de infantaria do Exercito, a contar

de 1 de janeiro de 1904 a 20 de abril de 1906 ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

DECRETO N. 1822 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a conceder a Augusto Raphael Moreira, 4º escriptuario da Estrada de Ferro Central do Brazil, seis mezes de licença, em prorrogação com ordenado, para tratar de sua saude.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder a Augusto Raphael Moreira, 4º escriptuario da Estrada de Ferro Central do Brazil, seis mezes de licença, com ordenado, para tratar de sua saude, em prorrogação da em que se acha, concedida pelo Ministerio da Industria, Viagem e Obras Publicas.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N. 1823 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1907

Declara que, com excepção dos actuaes serventuarios, não são vitalicios os funcionarios da Justica local do Districto Federal, de que tratamos arts. 8º, n. VII e 58 da lei n. 1338, de 9 de janeiro de 1905.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º Os funcionarios da Justica local do Districto Federal, de que tratam o art. 8º, n. VII e o art. 58 da lei n. 1338, de 9 de janeiro de 1905, não são vitalicios.

Paragrapho unico. Exceptuam-se os actuaes serventuarios cuja vitaliciedade é mantida.

Art. 2.º Os funcionarios aproveitados em consequencia do art. 30 do decreto n. 1030, de 14 de novembro de 1890, e que, na execucao da lei n. 1338, de 9 de janeiro de 1905, não foram conservados em suas novas investidas serão preferidos, si bem serviam, para cargos identicos nas vagas que occorrerem.

Art. 3.º Revogam-se as disposicoes em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1907, 190 da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1824 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a crear os logares de medico ajudante e pharmaceutico da Casa de Detencao e eleva os vencimentos de diversos empregados da Policia do Districto Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1.º Ficam creados os logares de medico ajudante e de pharmaceutico da Casa de Detencao, percebendo estes e os demais funcionarios do mesmo estabelecimento os vencimentos fixados na tabella annexa.

Art. 2.º Ficam elevados a 4:800\$, os vencimentos do administrador do deposito de presos e a 2:400\$ os de cada um de seus auxiliares, sendo dous terços de ordenado e um de gratificacao.

Art. 3.º São tambem elevados a 7:200\$ os vencimentos do inspector, a 3:600\$ os dos cinco sub-inspectores, a 2:000\$ os dous auxiliares da Policia Maritima; e a 4:800\$ os do inspector de vehiculos, a razão de dous terços de ordenado e um de gratificacao.

Paragrapho unico. Os fiscaes de vehiculos, de que trata o art. 221 do decreto n. 6440 de 30 de março do corrente anno, perceberão 2:160\$000 annuaes cada um, sendo 1:440\$ de ordenado e 720\$000 de gratificacao.

Art. 4.º Os encarregados, das filiaes do gabinete de identificacao, a que se refere o titulo VIII, capitulo XII, do citado decreto n. 6440, serão em numero de 20, sendo 10 para as Delegacias de 3.ª entrancia, percebendo cada um 800\$000 de ordenado e 400\$ de gratificacao, e 10 para as Delegacias de 2.ª entrancia, com 600\$ de ordenado e 300\$ de gratificacao.

Art. 5.º Fica o Presidente da Republica autorizado a expedir novo regulamento para a Casa de Detenção e a abrir o necessario credito para execucao desta lei.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1907, 19.ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

Tabella a que se refere o art. 1.º

	Ordernado	Cratificacao	Total
1 Administrador.....	6:000\$	3:000\$	9:000\$
1 Ajudante.....	1:000\$	2:000\$	6:000\$
1 Medico.....	4:000\$	2:000\$	6:000\$
1 Medico ajudante.....	3:200\$	1:600\$	4:800\$
1 Pharmaceutico.....	2:400\$	1:200\$	3:600\$
1 Chefe de expediente.....	3:600\$	1:800\$	5:400\$
1 Almoxarife.....	2:400\$	1:200\$	3:600\$
2 Escripturarios.....	3:200\$	1:600\$	9:600\$
2 Ampaauenses.....	2:400\$	1:200\$	7:200\$
2 Escreventes.....	1:600\$	800\$	4:800\$
1 Enfermeiro.....	1:300\$	700\$	2:000\$
1 Roupeiro.....	1:200\$	600\$	1:800\$
1 Porteiro.....	1:200\$	600\$	1:800\$
1 Chefe dos guardas.....	1:600\$	800\$	2:400\$
24 Guardas.....	1:000\$	500\$	36:000\$
1 Cozinheiro.....	800\$	400\$	1:200\$
5 Cocheiros.....	800\$	400\$	6:000\$

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1907. — *Augusto Tavares de Lyra.*

DECRETO N. 1825 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1907

Dispõe sobre a remessa de obras impressas á Bibliotheca Nacional

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º Os administradores de officinas de typographia, lithographia, photographia ou gravura, situadas no Districto Fede-

ral e nos Estados, são obrigados a remetter á Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro um exemplar de cada obra que executarem.

§ 1.º Estão comprehendidos na disposição legal não só livros, folhetos, revistas e jornaes, mas também obras musicaes, mappas, plantas, planos e estampas.

§ 2.º Applicar-se-ha a mesma disposição aos sellos, medalhas e outras especies numismaticas, quando cunhadas por conta do Governo.

§ 3.º Consideram-se como obras diferentes as reimpressões, novas edições, ensaios e variantes de qualquer ordem.

§ 4.º Quando nos objectos não estiver declarada a sua significação, o seu preço de renda e o numero de exemplares de que a edição constar, todas essas indicações os deverão acompanhar por occasião de sua remessa.

§ 5.º No Districto Federal a remessa deve effectuar-se no dia em que a obra fôr publicada ou entregue a quem a mandou executar, e nos Estados até cinco dias depois da publicação ou entrega, devendo neste prazo ser levados ao Correio os exemplares a tal fim destinados.

Art. 2.º No caso de inobservancia das disposições do artigo precedente, incorrerão os administradores das officinas na pena de multa de 50\$000 a 100\$000, ficando os editores das obras não remettidas obrigados, logo que termine o prazo do art. 1.º, § 5º, a effectuar a remessa em um segundo prazo, igual ao primeiro, sob pena de apprehensão do exemplar ou exemplares devidos.

As procurador seccional do lugar communicará o director da Bibliotheca Nacional a infracção occorrida, afim de tornar-se effectiva perante a Justiça Federal a sancção aqui estabelecida.

Art. 3.º São equiparadas ás obras nacionaes para o effeito da contribuição e o da apprehensão, as provenientes do estrangeiro que trouxerem indicação de editor ou vendedor domiciliado no Brazil.

Art. 4.º Os objectos remettidos á Bibliotheca Nacional, em observancia a esta lei, transitarão pelos Correios da Republica com isenção de franquia e gratuidade de registro, devendo o remettente declarar o titulo da obra, os nomes do editor e do autor ou o pseudonymo deste, o lugar e a data da edição.

Paraphrasso unico. O remettente poderá exigir do Correio que nos certificados declare, depois de verificar o titulo do impresso, os nomes do editor e do autor ou o pseudonymo deste, o lugar e a data da edição.

Art. 5.º A Bibliotheca Nacional publicará regularmente um boletim bibliographico que terá por fim principal registrar as acquisições effectuadas em virtude desta lei.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1907, 19º da Republica.

ATTENSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1826 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 720:000\$, supplementar ás rubricas 21ª, 22ª, 23ª, 25ª e 26ª do art. 18 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :
Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Marinha o credito de 720:000\$, supplementar ás verbas das rubricas 21ª «Munições Navaes», 22ª «Material de Construção Naval», 23ª «Obras», 25ª «Frete, passagens, etc.» e 26ª «Eventuaes», do art. 18 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906 ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1907. 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Alexandrino Faria de Alencar.

DECRETO N. 1827 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1907

Sujeita á distribuição todos os feitos, petições e precatorias dirigidos aos juizes de direito da justiça civil e criminal do Districto Federal.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art. 1.º São sujeitos á distribuição todos os feitos, petições e precatorias dirigidos aos juizes de direito da justiça civil e criminal do Districto Federal, inclusive os que conberem ás varas de jurisdicção limitada, nos termos do n. 1 do art. 3º da lei n. 1338, de 9 de janeiro de 1905, ou que tenham um só escrivão privativo.

Art. 2.º A distribuição será feita ao escrivão privativo ou alternadamente pelos escrivães das diversas varas pela sua ordem numerica e com inteira igualdade, si o apresentante não indicar ao distribuidor geral o escrivão competente que preferir.

Art. 3.º O distribuidor geral terá tantos livros quantos forem necessarios para que a distribuição se faça conforme a natureza e importancia do serviço.

Paragrapho unico. Esses livros serão abertos, numerados, rubricados e encerrados pelo juiz da 1ª vara civil.

Art. 4.º Nenhum feito, petição ou precatoria será despachado sem constar a respectiva distribuição.

Art. 5.º A distribuição nas escripturas será feita alternadamente pelos tabelliães, segundo o numero de ordem dos seus officios, si pelos interessados não fôr indicado ao distribuidor geral o tabellião que preferem.

Paragrapho unico. Nenhuma escriptura será lavrada sem a prévia apresentação do bilhete de distribuição, sob pena de multa de 100\$, e, na reincidencia, de suspensão por 15 dias, imposta pelo juiz da 1ª vara civil.

Art. 6.º O distribuidor geral poderá ter um escrevente juramentado, que poderá escrever nos respectivos livros e lançamentos e o substituirá nas suas faltas ou impedimentos, até oito dias.

Paragrapho unico. Este escrevente será nomeado pelo juiz da 1ª vara civil, sob proposta do distribuidor geral e servirá emquanto a este convier.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1823 -- DE 23 DE DEZEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a crear uma Delegacia de Policia da 1ª entrancia na ilha de Paqueta.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º É creada uma Delegacia de Policia de 1ª entrancia na ilha de Paqueta, que constituirá o 29º districto policial do districto Federal.

Art. 2.º Para esta Delegacia serão nomeados os funcionarios constantes da tabella annexa, ficando o Governo autorizado a abrir o credito necessario para pagamento dos vencimentos fixados na mesma tabella e despesas de installação, devendo o posto policial ter sua sede no mesmo edificio.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

Tabella a que se refere o art. 2º

	Ordenado	Gratificação	Total
1 delegado.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000
1 escrivão.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
2 commissarios (2ª classe) a 3:600\$ cada um.....	7:200\$000
			<u>16:800\$000</u>

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1907. — *Augusto Tavares da Lyra.*

DECRETO N. 1829 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1907

Reconhece em favor de D. Amandina Esteves o direito á pensão correspondente ao montepio constituido por seu pae Leopoldo Justiniano Esteves.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. E' reconhecido em favor de D. Amandina Esteves o direito á pensão correspondente ao montepio constituido por seu pae Leopoldo Justiniano Esteves, fiel que foi da Alfandega de Florianopolis, nos termos do art. 31, combinado com os arts. 32 e 33, § 2º, do decreto n. 942 A, de 31 de outubro de 1890.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1830 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1907

Autoriza o Governo a conceder um anno de licença ao collecter das rendas federaes em Olinda, Estado de Pernambuco, Augusto Xavier Carneiro da Cunha.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao tenente-coronel Augusto Xavier Carneiro da Cunha.

collector das rendas federaes em Olinda, Estado de Pernambuco, um anno de licença em prorrogação da em cujo goso se acha para tratamento de saude ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1831 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1907

Autoriza o Governo a conceder ao Dr. Leopoldo de Abreu Prado, engenheiro chefe do 5º districto da Inspeção Geral das Obras Publicas, um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratar de sua saude.

O [Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. E' o Presidente da Republica autorizado a conceder ao Dr. Leopoldo de Abreu Prado, engenheiro chefe do 5º districto da Inspeção Geral das Obras Publicas, um anno de licença, com o respectivo ordenado, para tratar de sua saude ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon du Pin e Almeida,

DECRETO N. 1832 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1907

Autoriza o Poder Executivo a conceder um anno de licença, com todos os vencimentos, ao Dr. Luiz Crulas, director do Observatorio Astronomico e professor vitalicio da Escola do Estado-Maior.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Artigo unico. E' o Presidente de Republica autorizado a conceder um anno de licença, com todos os vencimentos, ao Dr. Luiz Crulas,

director do Observatorio Astronomico e professor vitalicio da Escola do Estado-Maior ; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1907, 19^a da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N. 1833 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a abrir ao Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas o credito de 48:000\$, supplementar á verba — Telegraphos — do art. 34 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906, sendo 32:000\$ para transporte de pessoal e 16:000\$ para transporte de material.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir ao Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas o credito de 48:000\$, supplementar á verba — Telegraphos — do art. 34 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906, sendo 32:000\$ para transporte de pessoal e 16:000\$ para transporte de material : revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1907, 19^a da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Miguel Calmon du Pin e Almeida.

DECRETO N. 1834 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1907

Approva a convenção de 23 de agosto de 1906, creando uma Comissão Internacional de Jurisconsultos, encarregada de preparar umCodigo de Direito Internacional Privado e outro de Direito Internacional Publico.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.^o E' approvada a Convenção de 23 de agosto de 1906, concluida na cidade do Rio de Janeiro, na 3^a Conferencia Inter-

nacional Americana, creando uma Comissão Internacional de Jurisconsultos, encarregada de preparar um Código de Direito Internacional Privado e outro de Direito Internacional Publico, que regulem as relações entre os paizes da America.

Art. 2.º Fica o Presidente da Republica autorizado a fazer as despesas que occasionar a primeira reunião da commissão, a realizar-se nesta Capital, e bem assim as que se fizerem necessarias para pagamento de honorarios do representante dos Estados Unidos do Brazil, preparo dos projectos e estudos technicos precisos, na fórma dos arts. 3.º e 6.º da referida Convenção.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1907, 19.ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Rio-Branco.

DECRETO N. 1835 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1907

Manda contar ao machinista de 3.ª classe, reformado, capitão de corveta graduado, Antonio de Siqueira Lopes, para os effeitos de melhoria de sua reforma, os dias em que effectivamente trabalhou como operario do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, de 1863 a 1865.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º Fica contado ao machinista de 3.ª classe, reformado, capitão de corveta graduado, Antonio de Siqueira Lopes, para os effeitos de melhoria de sua reforma, o tempo em que serviu como operario do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, de 1863 a 1865, tomados dentro do periodo citado os dias em que effectivamente trabalhou.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1907, 19.ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Alexandrino Faria de Alencar.

DECRETO N. 1836 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1907

Declara que ficam comprehendidos na excepção do decreto legislativo n. 981, de 7 de janeiro de 1903, para contar antiguidade de official das datas, que indica, os alferes e 2^{os} tenentes promovidos a 3 de novembro de 1894.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução:

Art. 1.^o Ficam comprehendidos na excepção do art. 1.^o da lei n. 981, de 7 de janeiro de 1903, para o fim de contarem antiguidade de official das datas das respectivas commissões os alferes e 2^{os} tenentes promovidos a 3 de novembro de 1894, que tiverem prestado até a data da referida promoção serviços de guerra, distinguindo-se por actos de bravura, devidamente justificados e publicados em ordem do dia do Exército ou constantes de suas fés de officio.

Paragrapho unico. Si os actos de bravura, nas condições exigidas por este artigo, houverem sido posteriores ás commissões dadas áqueles officiaes, a antiguidade do posto ser-lhes-ha contada da data dos referidos actos de bravura.

Art. 2.^o Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1907, 19^a da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Hermes R. da Fonseca.

LEI N. 1837 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1907

Orça a receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1908, e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a lei seguinte:

Art. 1.^o A receita geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil é orçada, em: ouro, 75.279:380\$887, papel, 258.979:900\$, e a destinada á applicação especial, em ouro, 16.214:333\$334, e

em papel, 12.337:500\$, que serão realizadas com o producto do que for arrecadado dentro do exercicio da presente lei, sob os seguintes titulos :

ORDINARIA

Importação

Ouro

Papel

1. Direitos de importação para consumo, de accordo com a Tarifa expedida pelo decreto n. 3617, de 19 de março de 1900, com as modificações introduzidas pelas leis ns. 1144, de 30 de dezembro de 1903, 1313, de 30 de dezembro de 1904, 1452, de 30 de dezembro de 1905, 1616, de 30 de dezembro de 1906, cujas taxas permanecem em vigor; pelo decreto n. 1086, de 12 de agosto de 1907, e mais as seguintes alterações : pneumáticos para rodas de automoveis, 5 % *ad valorem*; cinematographos, 60\$ cada um; *films* impressos para os mesmos, 5\$ por kilog.; *films* virgens idem, 1\$ por kilog.; gazolina de qualquer densidade, 40 réis por kilog., peso bruto; supprimidos os periodicos do n. 606 da classe 19^a da citada Tarifa; substituidas, no art. 1.^o letra *b in-fine*, da lei n. 1452, de 30 de dezembro de 1905, as palavras —todas as bebidas alcoolicas que contiverem absyntho ou quaesquer outras essencias nocivas — pelas seguintes —todas as bebidas alcoolicas que contiverem mais do que traços de absyntho ou quaesquer outras essencias nocivas.

71.000:000\$000 118.400:000\$000

	Ouro	Papel
2. 2 %, ouro, sobre os ns. 93, 95 (cevada em grão), 96, 97, 98, 100 e 101 da classe 7ª da Tarifa (cereaes), nos termos do art. 1º da lei n. 1452, de 30 de dezembro de 1905,.....	1.100:000\$000	
3. Expediente de generos livres de direitos de consumo..	3.100:000\$000
4. Dito de capatazias.....	1.300:000\$000
5. Armazenagem.....	3.400:000\$000
6. Taxa e estatística.....	350:000\$000
<i>Entrada, sahida e estadia de navios</i>		
7. Imposto de pharões.....	300:000\$000	
8. Dito de docas.....	150:000\$000	10:000\$000
<i>Addicionacs</i>		
9. 10 % sobre o expediente dos generos livres de direitos		280:000\$000
<i>Exportação</i>		
10. 20 % dos direitos de exportação do territorio do Acre, descontado o que ainda for devido ao fundo de garantia do papel-moeda.....	13.000:000\$000
<i>Interior</i>		
11. Renda da Estrada de Ferro Central do Brazil.....	29.000:000\$000
12. Dita da Estrada de Ferro Oeste de Minas.....	1.800:000\$000
13. Dita da Estrada de Ferro D. Thereza Christina....	100:000\$000
14. Dita da Estrada de Ferro do Rio do Ouro.....	200:000\$000
15. Dita da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte.....	5:000\$000
16. Dita do Correio Geral, equiparadas ás fixadas para a correspondencia interior do Brazil as taxas para a destinada a qualquer paiz da America		

	Ouro	Papel
do Sul, sendo creados para esse fim typos de sellos especiaes.....	7.300:000\$000
17. Dita dos Telegraphos, fixadas as seguintes taxas, que tambem vigorarão para a imprensa e os governos estaduaes com a redução de 75 %, e supprimidos os telegrammas preteridos : 100 réis por palavra dentro de um Estado, 200 réis por palavra dentro de dois e tres Estados, 300 réis por palavra dentro de quatro e mais Estados.....	350:000\$000	4.600:000\$000
18. Dita da Fazenda de Santa Cruz e outras.....	70:000\$000
19. Dita da Casa de Correção....	10:000\$000
20. Dita da Imprensa Nacional e do <i>Diario Official</i>	200:000\$000
21. Dita do Laboratorio Nacional de Analyses.....	170:000\$000
22. Dita dos arsenaes.....	5:000\$000
23. Dita da Casa da Moeda.....	20:000\$000
24. Dita do Gymnasio Nacional.....	70:000\$000
25. Dita do Instituto dos Surdos-Mudos e dos Meninos Cegos.....	4:000\$000
26. Dita do Instituto Nacional de Musica.....	12:000\$000
27. Dita das matriculas nos estabelecimentos de instrucção superior.....	330:000\$000
28. Dita da Assistencia a Alienados.....	150:000\$000
29. Dita arrecadada nos Consulados.....	1.000:000\$000	
30. Dita de proprios nacionaes....	170:000\$000
31. Imposto do sello.....	8:000\$000	13.500:000\$000
32. Dito de transporte.....	4.000:000\$000
33. Dito de 3 1/2 % sobre o capital das loterias federaes e 5 % sobre as estaduaes.....	1.200:000\$000
34. Dito sobre vencimentos.....	50:000\$000	3.136:900\$000
35. Dito sobre o consumo de agua.....	1.990:000\$000
36. Dito de 2 1/2 % sobre os dividendos dos titulos de		

	Ouro	Papel
companhias ou sociedades anonymas.....	1.500:000\$000
37. Dito sobre casas de <i>sport</i> de qualquer especie, na Ca- pital Federal.....	6:000\$000
38. Contribuição das companhias ou emprezas de estradas de ferro e outras.....	106:606\$667	1.300:000\$000
39. Fóros de terrenos de mari- nhas.....	20:000\$000
40. Laudemios.....	40:000\$000
41. Premios de depositos publicos.	30:000\$000
42. Taxa judiciaria.....	130:000\$000
43. Dita de aferição de hydro- metros.....	6:000\$000
44. Rendas federaes do Territorio do Acre.....	10:000\$000

Consumo

45. Taxa sobre fumo.....	5.200:000\$000
46. Dita sobre bebidas.....	5.100:000\$000
47. Dita sobre phosphoros.....	7.000:000\$000
48. Dita sobre o sal de qualquer procedencia.....	3.000:000\$000
49. Dita sobre calçado.....	1.300:000\$000
50. Dita sobre velas.....	330:000\$000
51. Dita sobre perfumarias.....	430:000\$000
52. Dita sobre especialidades phar- maceuticas nacionaes e estrangeiras.....	650:000\$000
53. Dita sobre vinagre.....	160:000\$000
54. Dita sobre conservas.....	1.200:000\$000
55. Dita sobre cartas de jogar....	160:000\$000
56. Dita sobre chapéos.....	1.200:000\$000
57. Dita sobre bengalas.....	25:000\$000
58. Dita sobre tecidos.....	9.300:000\$000
59. Dita sobre vinho estrangeiro.	3.000:000\$000

EXTRAORDINARIA

60. Montepio da marinha.....	800\$000	130:000\$000
61. Dito militar.....	300\$000	250:000\$000
62. Dito dos empregados publi- cos.....	8:000\$000	680:000\$000
63. Indemnizações.....	4:000\$000	2.500:000\$000
64. Juros de capitães nacionaes..	1.200:000\$000	1.100:000\$000
65. Ditos dos títulos da Estrada de Ferro da Bahia e Per- nambuco.....	1:614\$220	

	Ouro	Papel
66. Remanescentes dos premios de bilhetes de loterias...	30:000\$000
67. Imposto de transmissão de propriedade, no Districto Federal.....	2.400:000\$000
68. Imposto de industrias e profissões, no Districto Federal.....	2.800:000\$000
69. Productos do arrendamento das areias monazíticas..	200:000\$000

RENDA COM APLICAÇÃO
ESPECIAL

Fundo de resgate do papel
moeda :

1.	1.º Renda em papel proveniente do arrendamento das Estradas de Ferro da União.....	420:000\$000
	2.º Productos da cobrança da divida activa da União, em papel.....	800:000\$000
	3.º Todas e quaesquer rendas eventuaes percebidas em papel.....	1.500:000\$000
	4.º Os saldos que forem apurados no Orçamento.....	\$
	5.º Dividendos das acções do Banco do Brazil pertencentes ao Thesouro.....	787:500\$000

Fundo de garantia do papel-
moeda:

2.	1.º Quota de 5 %, ouro, sobre todos os direitos de importação para consumo	9.600:000\$000	\$
	2.º Cobrança da divida activa, em ouro.....	1:000\$000	\$
	3.º Productos integral do arrendamento das Estradas de Ferro da União, que tiver sido ou for estipulado em ouro....	83:333\$334	\$
	4.º Todas e quaesquer rendas eventuaes, em ouro....	20:000\$000	\$
	5.º O que for devido pelas rendas do territorio do Acre para inteira reconstituição deste fundo.....	\$	\$

	Ouro	Papel
3. Fundo para a caixa de resgate das apolices das estradas de ferro encampadas :		
Arrendamento das mesmas estradas de ferro.....	160:000\$000	2.000:000\$000
Fundo de amortização dos empréstimos internos :		
1.º Receita proveniente da venda de generos e de proprios nacionaes.....	30:000\$000
4. Depósitos :		
2.º Saldo ou excesso entre o recebimento e as restituições	3.000:000\$000
5. Fundo destinado ás obras de melhoramentos dos portos, executadas á custa da União :		
Rio de Janeiro.....	4.000:000\$000	2.000:000\$000
Pará.....	800:000\$000	\$
Bahia.....	500:000\$000	\$
Rio Grande do Sul.....	450:000\$000	800:000\$000
Recife.....	600:000\$000	\$

Art. 2.º E' o Presidente da Republica autorizado :

I. A emittir como antecipação de receita, no exercicio desta lei, bilhetes do Thesouro, até á somma de 25.000:000\$, que serão resgatados até ao fim do mesmo exercicio.

II. A receber e restituir, de conformidade com o disposto no art. 41 da lei n. 628, de 17 de setembro de 1851¹, os dinheiros pro-

1. «Art. 41. da lei n. 628 de 1851 — Não obstante a disposição do artigo antecedente, serão comprehendidos nos orçamentos as referidas rubricas com a avaliação da renda que poderem produzir, mas em capitulo especial debaixo do titulo — Depósitos diversos.

Da mesma forma serão contemplados nos balanços com sua despesa propria: e o saldo que houver sido empregado na despesa geral do Estado será repartido entre as mais rendas debaixo do titulo unico e especial — Receitas de Depósitos.

Si os pagamentos reclamados durante um exercicio excederem as entradas, o excesso será pago com a renda ordinaria e contemplado na respectiva rubrica do balanço. (Coll. pag. 52.)

venientes dos cofres de orphãos, de bens de defuntos e ausentes e do evento, de premios de loterias, de depositos das Caixas Economicas e Montes de Soccorro e dos depositos de outras origens; os saldos que resultarem do encontro das entradas com as saídas poderão ser applicados ás amortizações dos emprestimos internos ou os excessos das restituições serão levados ao balanço do exercicio.

III. A cobrar do imposto de importação para consumo 35 ou 50 %, ouro, e 50 ou 65 %, papel, nos termos do art. 2º, n. 3, letras a e b, da lei n. 1452, de 30 de dezembro de 1905 2.

A quota de 5 %, ouro, da totalidade dos direitos de importação para consumo, será destinada ao fundo de garantia; a de 20 % ás despesas em ouro e o excedente será convertido em papel para attender ás despesas dessa especie.

2. São estas as letras a e b do art. 2º n.º 3, da lei n. 1452:

a) 50 % em papel e 50 % em ouro, sobre as mercadorias constantes dos ns. 1, 9, 23, 24 (excepto arminho, castor, lontra e semelhantes, marroquins, camurças e pellicas), 30, 41, 52, 53 (excepto pre-unto, paños, chouriços, salames e mortadellas), 60, 63, 64, 91, 93, 98, 99, 100, 102, 104, 106, 109, 115, 121 (excepto azeite ou oleo de oliveira ou doce), 124 (que pagará as taxas da Tarifa), 137, 159, 172, 173 (com relação aos ácidos maritico, nítrico e sal úrico impuros), 179 (excepto as aguas naturaes de uso therapeutico), 196, 204, 213 (sómente quanto ao chlorato de sodio), 227, 228, 259, 279, 289, 321, 330, 410 (excepto palhas do Chile, da Italia e semelhantes, proprias para chapéus e tecidos semelhantes), 437, 438, 468, 469 (coroulas, camisas, collarinhos e paños de algodão), 470, 472, 473, 474 (excepto belbutos, belbutinas, bombazinas e velludos), 488 (excepto alpaca, damascos, merinos, cachemiras, gorrotes, riscados royal, setim da China, touquim, rizzo ou velludo de lã e tecidos semelhantes não classificados), 517, 531, 538 (sómente quanto ao brim e a creçoella), 547, 562 (coroulas, camisas, collarinhos e paños de linho), 563, 612 (excepto papel para escrever ou para desenhos de qualquer qualidade, branco ou de cor; papel para impressão ou typographia; papel de seda, branco ou de cor, para copiar cartas e sua colla e o o cablo, carbonizado, oriental, de arroz, da China, vegetal e semelhantes; papel com llama de ouro ou prata falsas para flores; massa de qualquer qualidade para a fabricação de papel), 613, 620, 625, 641, 642, 703, 732, 749, 751, 757, 805 (carros de estradas de ferro e pertences) e 1.090 das Tarifas das Antidegas, a que se refere o decreto n. 3617, de 19 de março de 1904;

b) 65 % papel e 35 % ouro, sobre as demais mercadorias não mencionadas na letra antecedente.

A quota de 5 %, e de 20 % em ouro, da totalidade dos direitos de importação para consumo, será destinada ao fundo de garantia; a de 20 %, as despesas em ouro e o excedente será convertido em papel para attender ás despesas dessa especie.

Os 50 %, ouro, serão cobrados enquanto o cambio se mantiver acima de 15 d. por 18, por 30 dias consecutivos, e, do mesmo modo, só deixarão de ser cobrados depois que, pelo mesmo prazo, elle se mantiver abaixo de 15 d. Para o effeito desta disposição tomar-se-á a média da taxa cambial durante os 30 dias.

Si o cambio baixar a 15 d. ou menos, cobrar-se-hão do imposto de importação sobre as mercadorias de que trata a letra a 65 % em papel e 35 % em ouro.

Os 50 %, ouro, serão cobrados enquanto o cambio se mantiver acima de 14 d. por 1\$, por 30 dias consecutivos, e, do mesmo modo, só deixarão de ser cobrados depois que, pelo mesmo prazo, elle se mantiver abaixo de 14 d. Para o effeito dessa disposição tomar-se-ha a média da taxa cambial durante 30 dias.

Si o cambio baixar a 14 d. ou menos, cobrar-se-hão do imposto de importação sobre as mercadorias de que trata a lettra a 65 % em papel e 35 % em ouro.

IV. A cobrar para o fundo destinado ás obras de melhoramentos de portos, executadas á custa da União e em virtude de concessão :

1.º A taxa até 2 %, ouro, sobre o valor official da importação do porto do Rio de Janeiro e das Alfandegas do Rio Grande do Sul, Victoria, Bahia, Recife e Belém, exceptuadas as mercadorias de que trata o n. 2 do art. 1º, podendo estender a cobrança da mesma taxa, nas mesmas condições, aos demais portos e fronteiras da Republica, nos termos do decreto n. 6368, de 14 de fevereiro de 1907³.

2.º A taxa de um a cinco réis, por kilogramma de mercadorias que forem carregadas ou descarregadas, segundo o seu valor, destino ou procedencia dos outros portos.

Paragrapho unico. Para accelerar a execução das obras referidas poderá o Presidente da Republica aceitar donativos ou mesmo auxilios a titulo oneroso, offerecidos pelos Estados, municipios ou associações interessadas no melhoramento, contanto que os encargos resultantes de taes auxilios não excedam do producto da taxa indicada.

V. A modificar a taxa dos direitos de importação, até (mesmo dar entrada livre de direitos, durante o prazo que julgar necessario, para os artigos de procedencia estrangeira, que possam competir com os similares produzidos no paiz pelos trusts.

VI. A conceder franquia postal:

a) Aos jornaes, revistas e publicações do caracter agricola industrial e commercial e boletins officiaes publicados pelos governos dos Estados e no Districto Federal, desde que tenham distribuição gratuita, assim como á correspondencia e remessa de sementes distribuidas gratuitamente pela Sociedade Nacional de Agricultura e pelas sociedades congêneras dos Estados ;

b) Aos livros impressos, de qualquer natureza, remettidos para as bibliothecas publicas da União, dos Estados e dos municipios.

3. Decreto n. 6368, de 14 de fevereiro de 1907 — Modifica o regimen especial para execução das obras de melhoramento de portos, estabelecido pelo decreto n. 4.859, de 8 de junho de 1903. (*Anexo ao Relatório da Fazenda de 1907*, pag. 118.)

VII. A conceder isenção de direitos aduaneiros :

1.º Aos instrumentos de lavoura e machinismos destinados ao fabrico e beneficio de productos agricolas, assim como aos apparelhos para o fabrico de lacticianos, directamente importados pelos agricultores ou respectivas empresas, e aos machinismos e apparelhos para montagem de xarqueadas, para o fabrico de adubos, de cellulose e papel de bagaço de canna de assucar, bem assim aos productos chimicos para a sua fabricação, pagando 5 % de expediente.

2.º A's drogas e aos utensilios, que forem importados para uso das associações ou ligas contra a tuberculose.

3.º A's sementes e aos exemplares de plantas vivas, de reproductores finos de gado vaccum, cavallar, muar, lanigero e suino.

4.º Aos ovulos do bicho da seda e aos enxames de abelhas de raça e ao seu acondicionamento, bem como aos apparelhos para apicultura e ao vasilhame apropriado ao acondicionamento dos respectivos productos, quando importados por profissionais.

5.º Ao material importado para a construcção de engenhos centraes, assim como para a construcção e prolongamento de estradas de ferro e obras de portos, por concessão a particulares, pagando 5 % de taxa de expediente.

6.º A's folhas estampadas e aos accessorios para a fabricação de latas para manteiga, banha, toucinho, doces ou carnes, quando directamente importados pelos productores destes artigos, que pagarão 5 % de expediente.

7.º Ao material importado por individuos ou empresas que se propuzerem a realizar a cultura racional e economica do café, cacão, fumo, algodão, canna de assucar, arroz, cevada, alfafa, trigo e fibras textis, animaes e vegetaes, e a proceder ao seu beneficiamento em installações centraes, convenientemente montadas; promovendo tambem o Presidente da Republica, junto ás estradas de ferro federaes e ás companhias de navegação subvencionadas ou de qualquer outra forma auxiliadas pelo Estado, uma redução razoavel nas tarifas de transporte para os productos beneficiados nesses estabelecimentos.

8.º A quaesquer machinismos e instrumentos importados pelos Estados, municipios e particulares, que se destinom ás suas fabricas de sericicultura, desde que empreguem na fiação e tecelagem unicamente casulos de produção nacional.

9.º A' requisição dos governos dos Estados, dos municipios e do Districto Federal, pagando 5 % de expediente, ao material importado para ser applicado pelos mesmos em suas obras, feitas por administração ou contracto, e que tenham por fim o saneamento, embelezamento, abastecimento de agua; ao material metallico para rede de esgotos; ao material para calçamento, inclusive britadores, motores respectivos e rolos ou compressores para maca-

damização, melhoramentos e conservação de barrs e portos, construção de fornos para incineração do lixo, pontes, iluminação, estradas de ferro e viação electrica, inclusive o que se destinar ao desenvolvimento de força para estes fins; ao destinado a laboratorios de analyses; á mobilia e ao material escolar importados pelos mesmos governos; ao material para colonias correccionaes e casas de prisão com trabalho; aos animaes e material destinados aos corpos de policia e de bombeiros; ao material necessario á applicação de portos e á desobstrução de baixios e canaes; e, finalmente, a todo aquelle que for de immediata necessidade ou utilidade dos governos dos Estados, dos municipios e do Districto Federal ou das respectivas repartições.

A mesma isenção e para os mesmos fins, poderá ser concedida pelo Governo da União para serviços de sua competencia.

10. Aos canos e a todo material ceramico necessario para serviços de esgotos nos Estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Santa Catharina, Amazonas, Rio Grande do Sul, Paraná, na cidade de Niteroy, no Estado do Rio de Janeiro, e nas capitães dos Estados da Parahyba e do Espirito Santo.

11. As machinas de elevação de agua, de qualquer systema, comprehendido o respectivo motor; os cataventos, poços tubulares, bombas, encanamentos e mais accessorios destinados ao abastecimento de agua nos diversos municipios do Estado do Ceará e nos que forem affigeados pelo governo, e que foram importados pelas respectivas camaras com o fim de entregal-as á servidão publica; igual favor será concedido á pessoa que os importar por sua conta e para seu uso, nos referidos Estados.

A dispensa dos direitos, nesses casos, incluido o de expediente, será solicitada ao Ministro da Fazenda pelos intendentes municipaes.

12. Aos motores, carburadores, fogões, fogareiros, lampadas e quaesquer utensilios que utilizem como combustivel o alcool puro, carburado ou de-naturado, pagando 10 % de expediente.

13. Aos animaes destinados aos jardins zoologicos e aos que forem importados para exhibições zoologicas e scientificas.

Paragrapho unico. Os animaes de que trata este numero, uma vez mortos, serão entregues aos muscus das respectivas circumscripções.

14. Aos objectos importados pelos governos dos Estados, para as colonias indigenas e civilização dos indios.

15. Aos apparchhos, machinas e instrumentos agricolas destinados ás fazendas e aos campos de experimentação estabelecidos pelos Estados.

16. Aos pratinhos de betume destinados a alvos volantes ou espheras de vidro para o mesmo fim, importados pelos clubs de tiro ao alvo, bem como aos cartuchos carregados, destinados ao referido sport, pagando apenas 2 % de expediente.

17. A's quartolas e barris novos e desmontados destinados ao acondicionamento de vinho nacional, e que forem importados por syndicatos agricolas ou outros productores. Os syndicatos, nesta hypothese, tambem ficam sujeitos ás penalidades do paragrapho unico do art. 3º desta lei.

18. Aos machinismos destinados ao estabelecimento de uma fabrica de ferro esmaltado, importados pela firma Barros, Krueger & Comp., de S. Paulo.

19. Ao material necessario para agua, esgoto e iluminação, importado pela empreza concessionaria desses serviços na cidade da Victoria, Estado do Espirito Santo.

VIII. A expedir novo regulamento para a cobrança do consumo de agua fornecida aos predios da Capital Federal, fixando as respectivas taxas dentro dos limites estipulados no art. 1º § 4º da lei n. 2639, de 22 de setembro de 1875, e § 1º, art. 7º da lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897 ⁴.

IX. A instituir a competente fiscalização dos estabelecimentos bancarios e instituições congêneres, expedindo os respectivos regulamentos.

X. A entrar em accôrdo:

a) com os governos das Republicas do Uruguay e do Paraguay, no sentido de liquidar os respectivos debitos para com o Brazil ;

b) com os governos dos Estados productores de arcias monaziticas, a fim de regularizar a sua exploração e o seu commercio.

XI. A modificar o serviço de fiscalização dos impostos de consumo, revendo os respectivos regulamentos e expedindo novos, sem augmento de despesa.

XII. A reduzir as taxas postaes para o exterior, de accordo com a Convenção Postal Universal, e, em proporção, as taxas internas, logo que fôr decretada a reforma dos serviços dos Correios.

XIII. A reformar a tabella dos emolumentos consulares approvada pelo decreto n. 2832, de 11 de março de 1898.

4. O art. 7º da lei n. 489, de 15 de dezembro de 1897 divide os predios urbanos da Capital Federal em duas classes: de 1ª classe os que pagarem mais de 2:400\$ annuaes de aluguel, e de 2ª aquelles cujo aluguel não exceda áquella quantia. Estes pagarão a taxa annual de 36\$900 por pena, e 54\$000, tambem por pena, será a taxa annual dos primeiros. Os estabelecimentos de educação, os de beneficencia e hospitais respectivos, congregações civis ou religiosas, casas de saúde, estalagens terão hydrometro e pagarão a taxa de 100 réis por metro cubico de agua gasta. As casas de banho, cocheiras ou estabelecimentos cujo consumo seja prove-niente de uso industrial pagarão 150 réis por metro cubico.

Art. 3.º Continúa em vigor o art. 3.º da lei n. 1452, de 30 de dezembro de 1905, assim modificado :

Pagaráo sómente 2 % do expediente, além dos artigos mencionados no art. 2.º § 33 das Preliminares da Tarifa, do fio (arame) liso, galvanizado ou não, n. 7, para cercas, e n. 14 para enfiadar algodão, forragens e outros productos agrícolas, do fio proprio para empa de videiras, mais os seguintes :

1.º, locomotivas agrícolas ; 2.º, valvulas de borracha para bomba de ar e para outras machinas de qualquer forma ou feição ; 3.º, telas de arame, de cobre ou de latão, cones de papelão ou de couro para

5. O art. 3.º da lei n. 1452, de 30 de dezembro de 1895, rezava assim :

« Art. 3.º Pagaráo sómente 5 % *ad valorem* de imposto de importação : 1.º, locomoveis agrícolas ; 2.º, valvulas de borracha para bombas de ar e para outras machinas de qualquer forma ou feição ; 3.º, telas de arame de cobre ou latão, cones de papelão ou couro para turbinas e peças componentes de baterias de diffusão ; 4.º, escovas de arame, ferro ou latão, ou raspadeiras para limpeza de tubos ; 5.º, manómetros para indicar pressão de vapor e de vacuo, indicadores de temperatura ; 6.º, tubos de cobre, ferro ou latão, para caldeira e paraapparelhos de concentração e evaporação ; 7.º, moinhos para quebrar e pulverisar assucar ; 8.º, crivos e seus supportes e travessões para fôrnelhas ; 9.º, fôrmas, moendas e engrenagem com os seus accessorios ; 10.º, apparelhos de movimento ou transmissão, comprehendendo polias, eixos, mancaes, luvax, chavetas, aneis e collares de suspensão ; 11.º, trilhos com todos os seus accessorios, grampos, chapas de junção, paraínos, desvios, contra-trilhos, cruzamentos ou corações, agulhas para desvios e apparelhos de manobra ; 12.º, locomotivas e vagões com seus accessorios ; 13.º, alambiques e columnas distillatorias com seus accessorios ; 14.º, fôrmas e passadeiras, e columnas distillatorias para purgar e refinar assucar e cal especial para fabricação ; 15.º, bombas de ferro ou outro metal para qualquer liquido ou massa, ou abastecimento de agua quente ou fria ; 16.º, vidros e tubos de vidro para apparelhos de evaporação e concentração, para indicadores de nivel de agua ou outro liquido dentro dos apparelhos ou caldeiras ; 17.º, arame farpado e o ovalado, sendo este ultimo das seguintes dimensões : 18X16 e 19X17, inclusive moiros de ferro ou aço para eira e os respectivos esticadores ; 18.º, os desnaturantes e carburantes do alcool ; 19.º, os tonis de ferro, estanhados, para o transporte de alcool ; 20.º, ferramentas, enxadas e fôrças destinadas á lavoura. Quando os machinismos, apparelhos e objectos acima discriminados forem importados por syndicates agrícolas ou directamente pelos agricultores, gerentes de empresas agrícolas, proprietarios de campos de criação e bem assim pelos Governos dos Estados e dos Municipios.

Para-apho unico. Provado que o syndicato, prevalecendo-se do favor da lei, importou qualquer dos objectos mencionados, com a redução do imposto, para vendê-los ou cedê-los a pessoa estranha á Associação, será imposta a multa de 3:000\$ aos importadores, sendo pelo pagamento responsaveis solidariamente os associados.

Nos casos de reincidencia, a multa será do dobro e o syndicato será dissolvido por acto da administração publica »

turbinas e peças componentes de baterias de diffusão ; 4º, escovas de arame, ferro ou latão, ou raspadeiras para limpeza de tubos ; 5º, manómetros para indicar pressão de vapor e de vacuo, indicadores de temperaturas ; 6º, tubos de cobre, ferro ou latão, para caldeira e paraapparelhos de concentração e evaporação ; 7º, moinhos para quebrar e pulverizar assucar ; 8º, crivos e seus supportes e travessão para fornalhas ; 9º, taxas, moendas e engrenagem com os seus accessorios ; 10, apparelhos de movimento ou transmissão, comprehendendo polias, eixos, manecos, luvas, chavetas, aneis e collares de suspensão ; 11, trilhos com todos os seus accessorios, grampos, chapas de junção, parafusos, desvios, contratrilhos, cruzamentos ou corações, agulhas para desvios e apparelhos de manobral-os ; 12, locomotivas e vagões com seus accessorios ; 13, alambiques e columnas distillatorias com seus accessorios ; 14, lórnas e passadeiras, crystalizadores para purgar e refinar assucar e cal especial para fabricação ; 15, bombas de ferro ou outro metal para qualquer liquido ou massa, ou abastecimento de agua quente ou fria ; 16, vidros e tubos de vidro para apparelhos de evaporação e concentração, para indicadores de nivel de agua ou de outro liquido dentro dos apparelhos, ou caldeiras ; 17, arame farpado e ovalado, sendo este ultimo das seguintes dimensões: 18×16 e 19×17, inclusive grampos, moirões de ferro ou aço para cercas e os respectivos esticadores ; 18, os desnaturantes e carburetantes do alcool ; 19, os toneis de ferro, estabulados, para o transporte de alcool, e os apparelhos destinados ás applicações industriaes do alcool ; 20, ferramentas, enxadas e foices, destinadas á lavoura ; quando os machinismos, apparelhos e objectos acima discriminados forem importados por syndicatos agricolas ou directamente pelos agricultores, gerentes de empresas agricolas, proprietarios de campos de criação e, bem assim, pelos governos dos Estados e municipios.

Paragrapho unico. Provado que o syndicato, prevalecendo-se do favor da lei, importou qualquer dos objectos mencionados, com a redução do imposto, para vendel-os ou cedel-os a pessoa extranha á associação, será imposta a multa de 3.000\$ aos importadores, sendo pelo pagamento responsveis solidariamente os associados.

No caso de reincidencia, a multa será do dobro e o syndicato será dissolvido por acto da administração publica.

Art. 4.º O despacho das mercaderias de que trata o art. 3º da lei n. 1452, de 1895, com as modificações desta, será autorizado pelos inspeciores das repartições a luanoiras, prestando a prova da qualidade do importador.

Art. 5.º A cobrança das taxas que cabo ás Capitánias dos Portos arrecadar, se fará em estampilhas do sello adhesivo, de accordo com a tchella se guito, em substituição da expedida pelo art. 17 da lei n. 741, de 26 de dezembro de 1900, ficando o Governo autorizado a isentar de onus de qualquer especie as embarcações de pequena cabotagem.

TABELLA A QUE SE REFERE ESTE ARTIGO

Titulo de registro de embarcação nacional.....	20\$000
Arrolamento permanente de qualquer embarcação, movida por qualquer meio, não sujeita a registro ou corpos fluctuantes fixos ou não.....	5\$000
Por licença annual de embarcação registrada :	
De 30 a 50 toneladas liquidas.....	20\$000
De 50 a 75 » »	30\$000
De 75 a 100 » »	40\$000
Pelo que exceder de 100 toneladas liquidas pagará mais 50 réis por tonelada.	
Por licença annual de embarcação arrolada, movida por qualquer meio, não sujeita ao registro ou corpos fluctuantes fixos ou não, até cinco toneladas de arqueação	5\$000
De 5 a 15.....	10\$000
De 15 a 25.....	15\$000
De 25 a 35.....	20\$000
De 35 a 45.....	25\$000
De 45 a 55.....	30\$000
De 55 a 65.....	35\$000
De 65 a 75.....	40\$000
De 75 a 85.....	45\$000
De 85 a 100.....	50\$000
Pelo que exceder de 100 toneladas de arqueação pagará mais 50 réis por tonelada.	
Observação—São isentas de taxas as licenças das embarcações arroladas na pesca e regatas.	
Por termo de vistoria de embarcações.....	30\$000
Observação—As vistorias das embarcações, quando feitas por funcionarios federaes, serão gratuitas, devendo ser retribuidas á razão de 25\$ diarios, quando por peritos não funcionarios, correndo por conta destes as despezas com os operarios que os acompanharem.	
Por averbação nos Titulos de Registros ou de arrolamento de embarcação.....	2\$200
Por licença de qualquer natureza não especificada na presente tabella.....	3\$300
Por matricula pessoal da gente empregada na vida do mar.....	2\$200
Por inclusão da matricula no rol de equipagem, por pessoa.....	\$500
Por termo de abertura de livros da Marinha Mercante.....	1\$100
Por termo de encerramento de livros da Marinha Mercante, a importância correspondente ao numero de folhas rubricadas á razão de, por folha	\$040

Por portaria de exame de arraes, praticos e mestres de pequena cabotagem.....	10\$000
Por portaria de exame de praticante de machinista...	20\$000
Por passe para sahida de navio nacional ou estrangeiro	\$300
Observação—São isentos os passaportes ou passes concedidos ás embarcações brasileiras, empregadas na pequena cabotagem.	
Por termos de entrada ou sahida, nos livros de deposito de dinheiros feitos na Capitania.....	1\$050
Observação—Entender-se-ha, em geral, por termo toda declaração escripta, datada e assignada por empregado publico em livro ou documento para interesse da parte, não se comprehendendo por elle as notas relativas a empregados publicos.....	
Por licença para conductor de lanchas a gazolina ou automoveis maritimos.....	5\$000
Por carta de 1.º e 2.º pilotos, arraes, mestres de pequena cabotagem, praticos, machinistas, ajudante-machinista e praticante-machinista, em sello de verba.....	7\$700

Observação—O sello de verba será cobrado pela Recebedoria, no Rio de Janeiro, e pelas Delegacias Fiscaes, Alfandegas, Mesas de Rendas e Collectorias federaes, nos Estados. As Capitancias de portos não receberão nem registrarão papeis sem que delles conste o pagamento do sello de verba.

Art. 6.º Ficam isentos de emolumentos e sellos nos Consulados todos os documentos relativos a despachos dos navios e vapores brasileiros, que explorem o serviço de navegação entre portos estrangeiros ou entre portos estrangeiros e nacionaes.

Paragrapho unico. Gosarão da mesma isenção os despachos das mercadorias a transportar pelos mesmos navios e vapores, mercadorias que, no entanto, continuam sujeitas aos emolumentos e sellos das facturas consulares.

Art. 7.º No prazo improrogavel de 10 mezos, os Ministerios da Viação, Exterior, Guerra, Marinha, Justiça e Negocios Interiores executarão o que se aella preeituado no art. 4.º da lei n. 741, de 26 de dezembro de 1900 *, quanto aos predios, proprios nacionaes,

6. E' este o art. 4.º da lei n. 741, de 26 de dezembro de 1900 :

« Os Ministerios da Viação, Exterior, Guerra, Marinha e Justiça e Negocios Interiores deverão transferir ao da Fazenda todos os proprios nacionaes, terrenos e mais bens de dominio federal, a seu cargo, e que não estejam applicados a serviços publicos federaes.

Paragrapho unico. Continuam em vigor as disposições da lei n. 658, de 28 de novembro de 1897.» (*Coll. leis do Brazil 1899*, pag. 131.)

situados no Districto Federal e nos Estados, occupados por funcionarios publicos civis e militares, que não tiverem direito, por força de lei, a nelles residirem. O Ministerio da Fazenda em seguida fará vender, mediante concorrência publica, aquelles que não forem necessarios ao serviço publico, applicando o producto, como determina a lei, ao fundo de amortização dos empréstimos internos.

Art. 8.º É tolerada a importação de vinhos, nos quaes a quantidade de *anhydrido sulfuroso* total (livre e combinado) não exceder por litro a 0^{gr},200 (duzentos milligrammas), ficando o Governo autorizado a elevar esta tolerancia até 0^{gr},350.

Art. 9.º As disposições relativas aos favores concedidos ás sociedades de agricultura, no que respecta a isenções de direitos, franquia postal, etc., comprehendem tambem os congressos scientificos e industriaes e as exposições.

Art. 10. Os despachos das Alfândegas da Republica sobre ouro amoeado ou ouro em barra para o exterior ficam sujeitos ao sello proporcional de 2 %, podendo ser elevada esta taxa até 5 % a juizo do Governo, si as condições do mercado assim o exigirem.

Este imposto será reduzido a 1 1/2 %, quando o cambio attin- gir a 15 d., ou estiver acima dessa taxa.

Paragrapho unico. Exceptua-se apenas o ouro exportado em barra ou em pó directamente pelas companhias de mineração e por ellas extrahido das suas minas, ficando o Presidente da Republica autorizado a regulamentar a cobrança do imposto ora creado.

Art. 11. Continúa em vigor o art. 14 da lei n. 1616, de 30 de dezembro de 1906, que criou o imposto de consumo interno:

De 1\$500 por kilo de manteiga de produção nacional que não seja de leite puro;

De 640 réis por kilo de banha artificial (similares da banha), de produção nacional.

§ 1.º Este imposto será cobrado na forma dos regulamentos vigentes e das instruções que forem expedidas pelo Governo.

§ 2.º A manteiga e a banha, de que trata este artigo, só poderão ser expostas a consumo, tendo nas respectivas latas ou quaes- quer outros envoltorios a declaração, de modo visivel, de «manteiga artificial» e «banha artificial».

§ 3.º Os productos nocivos á saúde não poderão ser entregues ao consumo.

§ 4.º Serão apprehendidos e inutilizados os productos que não contiverem o rótulo de que trata o § 2.º, precedendo a necessaria analyse.

§ 5.º Aos infractores applicar-se-hão as penas de 1:000\$ a 5:000\$ e o dobro nas reincidencias, sem prejuizo das penas criminaes em que incorrerem, sendo taes multas cobradas executivamente na forma dos regulamentos vigentes.

Art. 12. Nas estradas de ferro da União far-se-ha o transporte gratuito de alienados que se destinem aos manicômios mantidos ou subsidiados pela União ou pelos Estados.

§ 1.º A concessão do transporte gratuito dependerá de requisição dos chefes de policia dos Estados ou do Districto Federal ao director da estrada.

§ 2.º Só se concederá o transporte gratuito para os enfermos que tenham de ser gratuitamente tratados, em virtude do seu estado de pobreza, nos manicômios a que se refere este artigo.

Art. 13. Continuam em vigor: o art. 15 da lei n. 953, de 29 de dezembro de 1902⁷, estendida a sua disposição à Estrada de Ferro Oeste de Minas; o art. 18 da lei n. 1452, de 30 de dezembro de 1905⁸; e o art. 13 da lei n. 1616, de 30 de dezembro de 1906⁹, que manda prorogar o prazo de que trata o art. 20 da lei n. 1144, de 30 de dezembro de 1903¹⁰.

Art. 14. O despacho livre de direitos e da taxa de expediente dos animais destinados à reprodução e ao melhoramento das raças indígenas não depende de ordem prévia do Ministro da Fazenda.

Art. 15. Continuam em vigor todas as disposições das leis dos orçamentos antecedentes, que não versarem particularmente sobre a fixação da receita e despesa, sobre autorização para marcar ou augmentar vencimentos, reformar repartições ou legislação fiscal e que não tenham sido expressamente revogadas.

Art. 16. Ficam isentas do imposto de sellos as operações que realizarem as caixas rurais ou urbanas que se fundarem sob a forma cooperativa de crédito e sob a base da responsabilidade

7. Art. 15 da lei n. 953, de 29 de dezembro de 1902: A tarifa actual sobre o milho — 100 réis por sacco de 62 l, 2 kilogramas, na Estrada de Ferro Central, applicase a todos os outros cereaes. (*Leis*, pag. 15.)

8. Art. 18 da lei n. 1452, de 30 de dezembro de 1905: Continúa em vigor a disposição do art. 19 da lei n. 1144, de 30 de dezembro de 1903, que se refere á tarifa differencial compensadora de concessões feitas a generos nacionaes, podendo a compensação estender-se aos seguintes artigos: machinas de escrever, caixas arizori-cas, pianos, balancos e moinhos de vento.

9. Art. 13 da lei n. 1616, de 30 de dezembro de 1906: Fica prorogado pelo exercicio desta lei o prazo, de que trata o art. 20 da lei numero 1144, de 30 de dezembro de 1903.

10. Art. 20 da lei n. 1144, de 30 de dezembro de 1903: Fica prorogado até 31 de dezembro de 1904 o prazo para execução do decreto numero 4697, de 12 de dezembro de 1902. (*Este decreto n. 4697 é o que regula a rotulagem dos productos nacionaes.*)

pessoal, solidaria e illimitada, visando mais facilitar e desenvolver o credito agricola do que lucros directos aos associados.

Art. 17. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campista.

DECRETO N. 1838 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1907

Determina que a parteira auxiliar do ensino de clinica obstetrica de cada uma das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia continuará a perceber vencimentos iguaes aos dos outros auxiliares do ensino, assistentes de clinica e preparadores, cujos vencimentos foram elevados a 5:400\$ annuaes.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. A parteira auxiliar do ensino de clinica obstetrica de cada uma das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro e da Bahia continuará a perceber vencimentos iguaes, como ainda se dá no exercicio corrente, aos dos outros auxiliares do ensino, assistentes de clinica e preparadores, cujos vencimentos foram elevados a 5:400\$ annuaes.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lira.

DECRETO N. 1839 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1907

Regula o deferimento da herança no caso da successão *ab intestato*

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte :

Art.1.º Na falta de descendentes e ascendentes, deferir-se a successão *ab intestato* ao conjuge sobrevivente, si ao tempo da morte do

outro não estavam desquitados; na falta deste, aos collateraes até ao sexto grão por direito civil; na falta destes, aos Estados, ao Districto Federal, si o *de cujus* for domiciliado nas respectivas circumscriptões, ou á União, si tiver o domicilio em territorio não incorporado a qualquer delias.

Art. 2.º O testador que tiver descendente ou ascendente successivel só poderá dispor de metade de seus bens, constituindo a outra metade a legitima daquelles, observada a ordem legal.

Art. 3.º O direito dos herdeiros, mencionados no artigo precedente, não impede que o testador determine que sejam convertidos em outras especies os bens que constituirem a legitima, preservevalhes a incommunicabilidade, attribua á mulher herdeira a livre administração, estabeleça as condições de inalienabilidade temporaria ou vitalicia, a qual não prejudicará a livre disposição testamentaria e, na falta desta, a transferencia dos bens aos herdeiros legitimos, desembaraçados de qualquer onus.

Art. 4.º Esta lei obrigará desde sua data.

Art. 5.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

DECRETO N. 1849 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1907

Autoriza o Presidente da Republica a conceder ao Dr. Edmundo de Carvalho o premio de viagem a que tem direito, abrindo para esse fim o credito de 4:200\$, ouro.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Artigo unico. Fica o Presidente da Republica autorizado a conceder ao Dr. Edmundo de Carvalho o premio de viagem a que tem direito, abrindo para esse fim o credito de 4:200\$, ouro; revogadas as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1907, 19ª da Republica.

AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

Augusto Tavares de Lyra.

LEI N. 1841 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1907

Fixa a despesa geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1908, e dá outras providencias.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a lei seguinte:

Art. 1.º A Despesa Geral da Republica dos Estados Unidos do Brazil para o exercicio de 1908 é fixada na quantia de 329.170:857\$314, papel, e 65.625:605\$945, ouro, distribuida pelos respectivos Ministerios, na forma abaixo :

Art. 2.º O Presidente da Republica é autorizado a despendar pelas repartições do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, com os serviços designados nas seguintes verbas, a quantia de 35.257:250\$442, papel, e de 10:700\$000, ouro :

	Ouro	Papel
1. Subsídio do Presidente da Republica.....		120:000\$000
2. Subsídio do Vice-Presidente da Republica.....		30:000\$000
3. Gabinete do Presidente da Republica. Augmentada de 7:200\$ para representação dos membros da Casa Civil, abonada a cada um a gratificação de 200\$ mensaes.....		79:800\$000
4. Despezas com o Palácio do Presidente da Republica. Augmentada de 5:000\$, para mobiliario e outras despezas, por não ter sido utilizada igual importância, concedida pelo lei do orçamento vigente.....		151:41:\$000
5. Subsídio dos Senadores.....		567:000\$000
6. Secretaria do Senado — Augmentada, na consignação «Pessoal», de 1:125\$000, sendo: 1:000\$ para pagamento da gratificação adicional de 10% a que tem direito o official José		

Ouro

Deps.

Fernaudes de Oliveira, e 45\$ para pagamento de igual gratificação ao bibliothecario, a contar do 20 de dezembro (12 dias); e, na consignação «Material», de 18:560\$, sendo 8:200\$ na sub-consignação «Conservação e limpeza do edificio», comprehendidos os salarios de mais quatro serventes, 3:000\$ na sub-consignação «Despesas eventuaes», e 1:360\$ na sub-consignação «Aluguel de casas etc.», dos quaes 1:000\$ para augmentar a verba de aluguel da casa do porteiro do salão e 360\$ para o ajudante desse porteiro.

.....	427.659\$468
7. Subsidio dos Deputados.....	1.908.000\$000
8. Secretaria da Camara dos Deputados. Augmentada da quantia de 7:200\$, sendo: no — Pessoal — na consignação—Para pagamento de gratificações addicionaes, etc., a um official da secretaria que completou 10 annos de serviço no mez de junho do corrente anno, 1:080\$; no—Material—de 5:000\$, na consignação — Conservação, limpeza do edificio, etc., e de 1:200\$ na consignação — Aluguel de casa para os dois porteiros da secretaria e do salão, sendo 1:200\$ a cada um. Diminuida da quantia de 42:400\$ sendo: no—Pessoal da secretaria — da quantia de 7:200\$, destinada ao pagamento de um official em disponibilidade, que falleceu, e ao—Material—na con-	

	Ouro	Papel
signação—Serviço stenographic — a quantia de 34:900\$, ficando reduzida a quantia de 160:000\$ a 125:100\$000.....	487:238\$118
9. Ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional....	275:000\$000
10. Secretaria de Estado. Augmentada de 4:800\$ na consignação — Pessoal sem nomeação—para gratificação a dous auxiliares no serviço de expedição e registro de patentes da guarda nacional.	454:253\$118
11. Gabinete do consultor geral da Republica.....	20:800\$000
12. Justiça Federal. Augmentada da quantia de 38:400\$, sendo : no—Pessoal—de 3:000\$ para pagamento dos vencimentos de mais um escrivão no Estado de Minas Geraes, em vista de disposto no § 1º do art. 32 do decreto n. 848 ¹ , de 11 de outubro de 1899; no—Material — de 4:000\$ na consignação — Objectos de expediente, livros, jornaes, almanaks e encadernações ; de 18:800\$ na consignação—Acquisições, concertos de moveis, reposteiros e outros objectos ; de 12:000\$ no — Material geral — na consignação—Aluguel de salas destinadas ás audiencias dos juizos seccionaes e conservação das mesmas. Diminuida de 1:800\$, quantia incluída na ta-		

1. Decreto n. 848, de 11 de outubro de 1899 — Organiza a Justiça federal. (*Decreto do Governo Provisorio*, pag. 2744.)

	Ouro	Papel
bella para mais um es- crevente do Ministerio Publico, além do unico creado por lei.....		1.354:514\$118
13. Justiça do Districto Federal..		442:313\$059
14. Ajuda de custo aos magistra- dos.....		14:000\$000
15. Policia do Districto Federal		
Aumentada de.....		
1.600:778\$200, sendo: de		
1:800\$ no—pessoal da Ca-		
sa de Detenção—para au-		
gmento dos vencimentos		
do administrador, de ac-		
côrdo com o disposto no		
decreto n. 1678, de 25		
de julho de 1907 ² ; de		
22:980\$000 no — Pessoal		
da Força Policial—para		
pagamento de vencimen-		
tos, competindo 1:933\$380		
a um tenente c.....		
11:625\$480 a um tenente		
coronel, que ficam aggre-		
gados, e 6:418\$200 ao ca-		
pitão José Cicero Bianchi,		
que está aggregado; de		
40:000\$ no—Material—da		
Repartição de Policia na		
Consignação—Objectos de		
expediente, livros, assigna-		
turas de jornaes, revis-		
tas, encadernações, etc.—		
de 40:000\$ na consignação		
—Alugueis de casas para		
secretaria, delegacias, es-		
tações e postos; de 48:000\$		
na consignação — Condu-		
ção de enfermos, aliena-		
dos e cadaveres; de		
13:000\$ na consignação—		
Linhas telegraphicas ou		

2. Decreto n. 1678, de 25 de julho de 1907 — Eleva os vencimentos do director e do medico da Casa de Correção, as diarias dos guardas internos e externos, a gratificação do enfermeiro e os vencimentos do director da Casa da Moeda. (*Diário Official* n. 176 de 27 de junho de 1907, pag. 5725.)

Ouro

Papéis

telephonicas etc. ; de 10:000\$ na consignação—Fardas, camisas, camisas, etc.; de 4:000\$ na consignação—Sustento de presos no deposito da Policia; de 32:000\$ na consignação—Custeo, combustivel das lanchas; de 12:000\$ para o serviço medico-legal; 48:000\$ na sub-consignação — Condução de enfermos, alienados e cadaveres — do material da consignação — Guarda Civil : de 3:300\$ na consignação «Pessoal» da Escola Correccional Quinze de Novembro para pagamento ao director, secretario, escriptuario, almoxarife e mestre de officina dessa Escola, do augmento de vencimentos que tiveram, em virtude do decreto legislativo n. 1786, de 28 de novembro de 1907, cabendo 600\$ a cada um dos quatro primeiros e 900\$ ao ultimo; de 100:000\$ para —Aquisição e custeo do material de transporte da Policia; de 72:000\$ no —Material—da Casa de Detenção, na sub-consignação—Sustento, curativo, vestuario dos presos e combustivel; de 5:000\$ na sub-consignação—Forragem, ferragem, arreadamento, curativo e remonta de animaes e compra de vehiculos; de 9:000\$

3. O decreto legislativo n. 1786, de 28 de novembro de 1907, autoriza o Presidente da Republica a abrir o credito necessario ao pagamento do vencimento de varios empregados da Escola Correccional Quinze de Novembro.

	Ouro	Papel
para a sub-consignação — Conservação do edificio e concertos diversos ; e 1.200:000\$ na sub-consi- gnação—Continuação das obras—da consignação— Força Policial.....		8.830:234\$724
16. Casa de Correção. Augmen- tada da quantia de 22:40\$400 no—Pessoal — sendo: de 3:000\$ para o augmento de vencimen- tos do director; de 1:200\$ para o augmento de ven- cimentos do medico, e no —Pessoal de nomeação do director—de 300\$ para o augmento da gratifica- ção annual a um enfer- meiro; de 14:493\$600 para diarias de 1\$800 a 22 guardas internos, sendo um chefe e outro ajun- dante; de 3:513\$600 para diarias de 1\$200 a oito guardas externos e de 439\$200 para a mesma diaria ao guarda do ex- pediente, de accordo com o disposto na lei n. 1678, de 25 de julho de 1907 ⁴ . Diminuida da quantia de 1:642\$500 de diarias do director e do medico, em vista do citado decreto, e augmentada de 13\$500 para mais uma diaria aos outros empregados por seissexto o anno de 1908		278:494\$090
17. Guarda Nacional.....		35:100\$000
18. Junta Commercial.....		43:446\$118
19. Archivo Publico.....		199:391\$118
20. Assistencia a Alienados. Au- gmentada da quantia de		

4. A lei n. 1678, de 10 de junho de 1907, eleva os vencimentos do di-
rector e de outros empregados da Casa de Correção. (*Diario Official*
n. 176 de 27 de junho de 1907, pag. 5725.)

	Ouro	Papel
10:00\$ para—Installação, conservação e mobiliario do Gabinete de Psychologia Experimental.....	1.305:042\$548
21. Directoria Geral de Saude Publica. Augmentada de 945:811\$340, sendo: no—Material da Repartição Central—732\$ para ser elevada a 5\$ a diaria ao interprete e 876:335\$340 na sub-consignação — Material, construcções e oventuaes — para o serviço geral, inclusive 600\$ para o aluguel da casa do porteiro e a despeza com o pessoal das lanchas já adquiridas para o serviço de saude dos portos nos Estados do Rio Grande do Sul, S. Paulo, Paraná, Santa Catharina (S. Francisco), Sergipe, Parahyba, Maranhão e Rio Grande do Norte; destinada da mesma subconsignação a quantia de 28:182\$ para gratificação ao pessoal encarregado da visita dos navios outrados á noite no porto do Rio de Janeiro, sendo: 18:300\$ para os medicos ajudantes á razão de 50\$ por noite e 9:882\$ para um mestre da lancha a 4\$, um machinista 4\$, um foguista 3\$, cinco marinheiros a 2\$ cada um, um continuo a 4\$ e um servente 2\$; 13:176\$ no —Pessoal sem nomeação — da consignação da Inspectoria do Pernambuco, sendo: 2:928\$ para um mestre de lancha com a diaria de 8\$; 2:502\$ para um machinista com a diaria de 7\$; 1:830\$ para um foguista com a		

Ouro

Papel

diaria de 5\$, e 5:856\$ para quatro marinhheiros com a diaria de 4\$; 8:000\$ na sub-consignação — Custeio e conservação dos transportes maritimos—do material da mesma inspectoría; 30:000\$ no — Material—da consignação da Inspectoría do Pará, para aquisição de um batelão onde seia instalado o aparelho Clayton, já adquirido; e 17:568\$ para o — Pe soal sem nomeação — destinado ao mesmo batelão, a saber: 3:000\$ para um machinista com a diaria de 10\$: 2:19.3\$ para um foguista, com a diaria de 6\$ e 11:712\$ para quatro desinfectadores com a diaria de 8\$ cada um...	6.604:317\$540
22. Faculdade de Direito de São Paulo. Diminuida de 9:600\$, vencimentos de um lente do curso annexo extincto que falleceu. Aumentada de 2:800\$ para pagamento da gratificação ao director e concedida pela lei n. 1773, de 7 de novembro de 1907 ³ .	309:780\$000
23. Faculdade de Direito do Recife. Aumentada de 2:800\$ para pagamento da gratificação concedida ao director pela lei n. 1773, de 7 de novembro de 1907 ³ .	433:100\$000
24. Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro—Aumentada de 2:800\$ para paga-	

5. A lei n. 1773, de 7 de novembro de 1907, eleva os vencimentos dos professores de sciencia da Escola Nacional de Bellas Artes e gratificação dos directores do Gymnasio Nacional. (*Diario Official* n. 263 de 9 de novembro de 1907.)

	Ouro	Papel
mento da gratificação concedida ao director pela lei n. 1773, de 7 de novembro de 1907		800:502\$236
25. Faculdade de Medicina da Bahia — Augmentada de 25:000\$ para gratificação á Santa Casa da Misericórdia da Capital por franquear as clinicas da Faculdade e de 8:800\$, sendo: 2:800\$ para pagamento da gratificação concedida ao director, pelo decreto legislativo numero 1773, de 7 de novembro de 1907 * e 6:000\$, para pagamento dos vencimentos de um substituto, o Dr. Julio Sergio Palma, nomeado por decreto de 19 de novembro de 1907, em virtude do disposto no decreto legislativo n. 1679, de 25 de julho de 1907 ...		922:582\$161
26. Escola Polytechnica — Augmentada de 2:800\$, para pagamento da gratificação concedida ao director pelo decreto legislativo n. 1773, de 7 de novembro de 1907		638:153\$118
27. Escola de Minas — Augmentada de 2:800\$, para pagamento da gratificação concedida ao director pelo decreto legislativo numero 1773, de 7 de novembro de 1907 *; 15:000\$ para completa instalação de gabinetes e <i>ateliers</i> destinados ao estudo de electrotechnica; 5:000\$ para a reedição dos <i>Annaes</i> ; 10:000\$, na sub-consigna-		

(*) Vide nota n. 5.

	Ouro	Papel
ção destinada a laboratorios, etc., para montagem de um laboratorio de metallurgia, e 3:000\$, na sub-consignação — Excursões e estudos praticos — Diminuida de 3:000\$, na sub-consignação — Laboratorios, etc.....		347:000\$000
28. Gymnasio Nacional — Augmentada de 8:000\$ para pagamento das gratificações concedidas aos directores do Internato e do Externato, pelo decreto legislativo n. 1773, de 7 de novembro de 1907; e de 50:000\$ para occorrer ás despesas com o pessoal e material necessarios ás turmas supplementares, ficando suspensa a admissão de alumnos gratuitos enquanto houver extraordinarios.....		736:706\$354
29. Escola Nacional de Bellas Artes — Augmentada de 24:000\$ para pagamento do acrescimo de vencimentos concedido a 10 professores de sciencias pelo decreto legislativo n. 1773, de 7 de novembro de 1907	10:700\$000	168:952\$236
30. Instituto Nacional de Musica. Augmentada de 65:600\$ para pagamento do acrescimo de vencimentos, concedido pelo decreto legislativo n. 1762, de 31 de outubro de 1907, ao director, secretario, pro-		

(*) Vide nota n. 5.

6. O decreto n. 1762, de 31 de outubro de 1907, eleva os vencimentos de varios funcionarios do Instituto Nacional de Musica. (*Diario Oficial* n. 259, de 5 de novembro de 1907.)

	Ouro	Papel
fessores, auxiliares de 1ª classe e porteiro.....		260:234\$287
31. Instituto Benjamin Constant.....		265:432\$118
32. Instituto Nacional de Surdos-Mudos.....		133:239\$118
33. Bibliotheca Nacional. Augmentada da quantia de 40:800\$ no — Pessoal — para augmento de vencimentos, de accordo com a tabella que acompanha o decreto n. 1665, de 10 de julho de 1937.....		258:012\$118
34. Museu Nacional.....		156:873\$118
35. Serventuarios do culto catholico.....		167:700\$000
36. Soccorros publicos. Mantido o disposto no n. 33 do art. 2º da lei n. 1453, de 30 de dezembro de 1906, quanto as condições em que é concedida a subvenção ao Dispensario S. Vicente de Paulo', dirigido pela irmã Paula, devendo, porém, ser paga por semestres adiantados, prestadas de cada vez as contas referentes ao semestre anterior. Augmentada de 404:800\$ para pagamento das seguintes subvenções: 60:000\$ á Maternidade da Capital Federal; 10:000\$ á Associação Protectora dos Cegos Dezesete de Setembro, para auxiliar nesta Capital a fundação de uma escola profissional e asylo para cegos adultos desamparados, de accordo com o art. 42 do decreto n. 408, de 11 de		

7. «A subvenção só será mantida enquanto o Dispensario prestar soccorros aos individuos que delles precisarem sem attenção ás confissões religiosas a que pertençam.»

Ouro

Papoi

maio de 1890³; 20:000\$ ao Asylo S. Luiz para a Velhice Desamparada; 10:000\$ ao Instituto Pasteur de S. Paulo; 10:000\$ ao Instituto Pasteur do Recife; 24:000\$ ao Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro, em prestações de 2:000\$ mensaes, e 6:000\$ annuaes, para o aluguel da casa onde funciona o mesmo instituto, de accordo com a lei n. 1554, de 7 de janeiro de 1904; 15:000\$ para conclusão do hospital para tuberculosos da cidade do Itajubá, e 15:000\$ para o de Leopoldina, ambos em Minas Geraes; 4:000\$ ao Asylo do Bom Pastor, na Capital Federal; 24:000\$ á Liga Contra a Tuberculose da Capital Federal; 24:000\$ á da capital do Estado de S. Paulo; 12:000\$ á da cidade de Juiz de Fora, em Minas Geraes; 12:000\$ á do Recife, em Pernambuco; 12:000\$ á da capital do Estado da Bahia; 12:000\$ á da cidade de Campos, no do Rio de Janeiro; 24:000\$ ao Sanatorio de S. Luiz de Piracicaba para tratamento de tuberculosos, no Estado de S. Paulo; 4:800\$ ao Asylo de Nossa Senhora do Carmo, em

8. Art. 42 do decreto n. 408, de 11 de maio de 1890 — O Governo providenciara de maneira que os alumnos de que tratam os artigos precedentes (40 e 41) não fiquem expostos á miseria, creando para esse fim casas de trabalho e fundando asylos para os invalidos, ou auxiliando as associações que se destinarem a zelar pela sorte delles. (Col. de Leis, pag. 1027.)

Ouro

Papel

Campos, mantenedor da
velhice desamparada ;
10:000\$ a cada um dos
hospitais de Sabará, Pon-
te Nova, Lavras e S. José
de Al'm Parahyba, em
Mina's Geraes, para tra-
tamento de tuberculosos;
10:000\$ para auxiliar as
obras do edificio em con-
strução destinado ao Asy-
lo de Orphãos em Florian-
opolis ; 10:000\$ para a
construção do edificio
destinado ao Asylo dos Or-
phãos em Joinville, am-
bos no Estad. de Santa
Catharina ; 10:000\$ ao
Asylo de Alienados Nossa
Senhora da Luz, em Curi-
tyba ; 10:000\$ ao Asylo de
Alienados de Th. rezina ;
10:000\$ a Santa Casa da
Misericórdia da Parahyba
do Norte ; 10:000\$ ao
Asylo de Mendicidade do
Ceará ; 10:000\$ ao Hospi-
tal de S. João dos Luza-
ros, em Cuyabá

552:800\$000

37. Obras — Augmentada do
725:000\$, sendo: 50:000\$
para a construção de
dous pavilhões de isola-
mento no mesmo hospi-
cio ; 25:000\$ para as
obras necessarias no edi-
ficio do Internato do Gy-
mnasio Nacional: 450:000\$
para a conclusão das
obras da Faculdade de Di-
reito do Recife ; 50:000\$
para a pintura de todo
o edificio da Faculdade de
Direito de S. Paulo e re-
forma completa do mobi-
liario ; e 150:000\$ para
conclusão das obras da
Policlinica do Rio de Ja-
neiro.....

1.025:352\$118

	Ouro	Papel
38. Corpo de Bombeiros—Augmen- tada da quantia de 5:000\$ no— Material geral — na consignação—Despesas ex- traordinarias e even- tuaes, transporte de offi- ciaes e praças, etc.....		1.065:309\$500
39. Magistrados em disponibili- dade — Diminuida de 60:000\$.....		300:000\$000
40. Serviço eleitoral.....		100:000\$000
41. Empregados de repartições extinctas.....		1:800\$000
42. Prefeituras, Justiça e outras despesas no territorio do Acre. Augmentada da quantia de 1.876:000\$ para serviços publicos e obras do mesmo territorio.....		2.833:800\$000
43. Eventuaes. Augmentada da quantia de 50:000\$.....		150:000\$000

Art. 3.º O Presidente da Republica é autorizado:

I. A subvencionar as seguintes instituições: com 20:000\$ o Instituto Historico e Geographico Brasileiro; com 20:00\$ a Academia do Commercio de Santos; com 20:000\$ a Escola do Commercio da Capital do Estado de S. Paulo; com 5:000\$ a Academia do Commercio de Pelotas; com 8:000\$ o Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros; com 5:000\$ a Academia Nacional de Medicina.

II. A mandar imprimir na Imprensa Nacional a revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro.

III. A despende a quantia de 50:000\$ com a compra de um equatorial e sua instalação no Observatorio da Escola Polytechnica do Rio de Janeiro.

IV. A estabelecer laboratorios de ensino tecnico industrial, nas escolas de eugenharia, podendo contractar o pessoal tecnico necessario e abrir o preciso credito até a quantia de 200:000\$000.

V. A expedir novo regulamento para o Instituto de Surdos-Mudos, reorganizando-o como for mais conveniente e sem augmento de despesa.

VI. A expedir regulamento especial sobre a administração dos patrimonios do Gymnasio Nacional, do Hospicio de Alienados e dos Institutos Benjamin Constant e Surdos-Mudos, os quaes devem ser convertidos, exclusivamente, em apolices e outros titulos da divida publica.

Art. 4.º Fica prorogado até 31 de dezembro de 1908 o prazo de que trata o art. 1.º, n. 6, do decreto n. 1151, de 5 de janeiro de 1904, extensivo ás funções do Juizo da Saude Publica.

Art. 5.º O Governo adquirirá ou mandará construir nesta Capital um edificio apropriado á installação do Instituto de Protecção e Assistencia á Infancia do Rio de Janeiro, nos termos do art. 46, n. 9, da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906.¹²

Art. 6.º As obras mandadas imprimir por conta do Governo Federal e dadas aos respectivos autores, não poderão por elles ser vendidas por preço superior ao de metade do valor da impressão. Esse preço será impresso em todos os volumes.

Art. 7.º Fica o Presidente da Republica autorizado a abrir um credito até 100:000\$, para desapropriar a chamada Fazenda de Mangueiros, onde se acha o Instituto de Pathologia Experimental do Mangueiros, com exclusão dos terrenos em que a Prefeitura tem em construcção os fornos para incinerar o lixo da cidade, assim como as adjacencias necessarias a este serviço de ordem municipal.

Art. 8.º Fica relevada a prescripção em que incorreram as ajudas de custo e o subsidio dos membros do Congresso Nacional e autorizado o Presidente da Republica a abrir os respectivos credits.

Art. 9.º O Presidente da Republica é autorizado a despende pelo Ministerio das Relações Exteriores as sommas de 2.406:499\$436, ouro, e 1.809:800\$, papel, com os serviços designados nas seguintes verbas:

Ouro

Papel

1. Secretaria de Estado—Augmentada no — Material — de 34:000\$, , papel, sendo:

9. O art. 1.º do decreto n. 1151, de 5 de janeiro de 1904, reorganiza a Directoria Geral de Saude Publica e especifica suas attribuições.

O § 6º desse artigo diz:

No fim de tres annos, a contar da data da decretação dos regulamentos a que se refere a presente lei, seja ou não extincta a febre amarella na cidade do Rio de Janeiro, será o novo pessoal, nomeado em virtude da presente lei, dispensado, voltando os antigos funcionarios da hygiene terrestre a perceber os vencimentos que tinham antes.

Os funcionarios da Directoria Geral de Saude Publica que, em virtude do decreto n. 4463, de 12 de julho de 1902, foram transferidos da Municipalidade do Districto Federal para o Governo da União, contarão, para todos os effeitos, o tempo de serviço que tinham na repartição de hygiene municipal. (*Diario Official* n. 7, de 9 do mesmo mez e anno.)

10. *Lei do Orçamento para 1907*—Art. 46, n. 9 — Autoriza o Presidente da Republica a «fazer as necessarias operações de credito para construir, adquirir e adaptar edificios proprios para os diversos serviços publicos federaes nesta Capital e nos Estados, não podendo a quantia destinada a amortização e pagamento de juros da divida contrahida exceder á que se despende com os alugueis dos mesmos edificios».

	Ouro	Papel
10:000\$ na consignação — Objectos para expediente, etc.; 15:000\$ na destinada á—Conservação do jardim, etc., e 9:000\$ para—Organi- zação, revisão e impressão do relatorio, etc.; o de 14:838\$040, ouro, na 6ª con- signação, sendo: 700\$, ouro, para o Congresso Interna- cional Permanente de Na- vegação, e 14:132\$040, ouro, para o Instituto Internacio- nal de Agricultura de Roma.	23:999\$436	397:800\$000
2. Empregados em disponibili- dade — Aumentada de 50:000\$000.....	100:000\$000
3. Extraordinarias no Interior — Aumentada de 228:000\$ nas consignações seguintes, sendo: 16:000\$—Para o pa- gamento de telegrammas para o exterior, 200:000\$— Para obras e reparos no pa- lacio Itamaraty e instalação do archivo, inclusive o ne- cessario para desapropria- ção dos predios ao lado, e 12:000\$—Para despesas de representação do Ministerio, à razão de 3:000\$ mensaes.	612:000\$000
4. Comissões de limites.....	700:000\$000
5. Embaixadas, Legações e Consu- lados—Elevada da quantia de 44:000\$ para augmento das seguintes consignações, sendo: 4:000\$ para augmento na representação do mi- nistro no Chile; 8:000\$ para ordenado e gratificação de um consul em Glasgow ; 4:000\$ para ser elevada a 8:000\$ a consignação de um vice-consul em Vigo, que passa á categoria de consul ; 2:000\$ para aug- mento da consignação des- tinada ao consul geral de		

	Ouro	Papel
Rotterdam; 8:000\$ para augmento da representação do ministro no Japão; 8:000\$ para augmento da representação do ministro no Paraguay; e 10:000\$ para o da representação do Ministro, junto á Santa Sé— Diminuida de 4:000\$, por ser supprimida a consignação para o consul em Montreal.....	1.332:500\$000	
6. Ajudas de custo — Augmentada de 50:000\$.....	200:000\$000	
7. Extraordinarias no Exterior— Augmentada de 100:000\$ a consignação — Para a representação do Brazil nos Congressos Internacionais que se reunirem dentro do exercicio.....	600:000\$000	
8. Tribunaes arbitraes que se reunirem dentro do exercicio.....	250:000\$000	

Art. 10. E o Presidente da Republica autorizado a abrir o necessario credito até a importancia de 40:000\$, não só para a realtização de tratados e convenções com paizes estrangeiros, affim de facilitar a entrada dos generos de produção brasileira, como para a propaganda dos nossos interesses no exterior, podendo para taes fins occorrer as despesas necessarias com commissões ou com-missionados, bem como quaesquer outras indispensaveis.

Art. 11. Fica o Presidente da Republica autorizado a des-pender pelo Ministerio da Marinha, no exercicio de 1908, a quantia de 36.000:256\$135, papel, e 8.511:062\$184, ouro, com os serviços constantes das seguintes verbas:

	Ouro	Papel
1. Gabinete do Ministro e Direc-toria de Expediente.....		201:758\$000
2. Almirantado.....		14:480\$000
3. Estado Maior.....		5:000\$000
4. Inspectorias.....		106:440\$000
5. Supremo Tribunal Militar...		28:800\$000
6. Directoria Geral de Contabili-dade — Reduzida de 3:000\$		

	Ouro	Papel
de um 3º official addido, incluido no quadro.....		237:943\$000
7. Auditoria.....		31:630\$000
8. Corpo da Armada e classes annexas.....		7.237:611\$000
9. Corpo de marinheiros nacio- naes e infantaria de ma- rinha:		
Para o corpo de marinheiros nacionais:		
Pessoal.....	913:070\$140	
Material:		
Fardamento....	480:000\$000	
Instrumentos de musica e con- certos.....	2:800\$000	
Impressões e en- cadernações..	1:000\$000	
Expediente e objectos para aulas.....	3:600\$000	
	1.400:470\$140	
Para o corpo de infantaria de marinha:		
Pessoal:		
Reduzida a 500\$ a gratificação do sargento- ajudante, e a 20:000\$ a con- signação para o corte e con- fecção do far- damento.....	189:432\$865	
Material:		
Reduzida a 72:000\$000 a quota de far- damento (ma- teria prima).	79:900\$000	
	269:332\$865	1.609:803\$005

Ouro

Papêl

10. Escolas de aprendizes marinhos :

Pessoal:

Escolas modelos, sendo duas a 40:300\$ e duas a 37:900\$; 15 escolas primarias a 17:480\$.—Augmentada de 46:800\$, sendo 28:800\$ para attender ao pagamento de dous officiaes instructores para cada uma das 15 escolas primarias e 18:000\$ para os escreventes das ditas escolas; 465:400\$000.

Material:

Instrumentos de musica e concertos, 200\$ a cada escola modelo; 400\$ para impressões e encadernações nas escolas do Rio de Janeiro e Bahia; 3:00\$ para as do Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte e 200\$ para as primarias; 1:000\$ para expediente e objectos para as escolas do Rio de Janeiro e Bahia; 800\$ para as do Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte e 400\$ para as primarias; 360:000\$ para o fardamento (materia prima) e 10:000\$ para o corte e confecção; 381:800\$000

850:200\$000

11. Arsenaes— Reduzida de 450:361\$383, sendo 300:000\$ da quota destinada a operarios extranumerarios e 150:361\$383 da consignação para pagamento aos operarios extranumerarios e para pagamento de gratificações addicionaes aos operarios que contarem mais de 20

	Ouro	Papel
<p>annos de serviço. Augmentada de 280:000\$ para pagamento dos operarios addidos ao quadro e de 4:560\$ para attender ao pagamento de vencimentos do secretario da Inspeção do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, de conformidade com o decreto n. 1.732 de 25 de setembro de 1907.....</p>	3.749:456\$295
<p>12. Inspectoria de Portos e Costas—Reduzida de 360\$ do pratico-mór do Estado do Maranhão. Augmentada de 81:000\$, sendo: 25:000\$ para aquisição de um batelão e uma barca de agua para a Capitania do Porto de Santa Catharina, 50:000\$ para aquisição de uma lancha a vapor de quatro pés de calado, destinada á fiscalização dos differentes portos do rio Parnahyba e 6:000\$ para o custeio e pessoal da mesma lancha.....</p>	569:020\$000
<p>13. Deposito naval—Augmentada de 2:610\$ para mais quatro remadores.....</p>	39:130\$000
<p>14. Força naval.....</p>	4.146:881\$109
<p>15. Hospitacs.....</p>	323:715\$000
<p>16. Inspectoria de Navegação — Augmentada de 1.069:051\$194, sendo: 710:000\$ para nove novos pharóes, sendo um de 5ª ordem, no cabo de São Roque, e outro de 4ª ordem, nos Olhos d'Agua, Estado do Rio Grande do Norte; dous de 6ª ordem, no Estado do Rio de Janeiro, sendo um em Ponta Negra e um em Gua-</p>		

	Ouro	Papel
ratiba; dous de 6. ^a ordem nas ilhotas Queimada Grande e Lage de Santos, Estado de S. Paulo; tres, sendo um de 3. ^a ordem nas Torres e dous de 4. ^a ordem na Costa do Albardão, Es- tado do Rio Grande do Sul; 30:000\$ para aquisição e montagem de um poste illuminativo na ilha Klepe, na bahia de Ca- mamú, Estado da Bahia; 60:000\$ para aquisição e montagem de um pharol na ilha de Cuyabá, entra- da da barra de Guaratuba, Estado do Paraná; 100:00 \$ para aquisição e montagem de um pha- rol na Ponta de Itapagé, na costa do Ceará; 104:05:194 para a mon- tagem em Fernando de Noronha do pharol adqui- rido para Rocas, ficando nesta ilha um poste il- luminativo; 35:000\$ para ser elevada a consiguação destinada aos trabalhos de montagem dos pharoes já adquiridos e 30:000\$ para criação de uma offi- cina de gravação, litho- graphia, photographia e typographia.....	1.880:987\$194
17. Escola Naval.....	408:920\$000
18. Directoria da Bibliotheca, Museu e Archivo—Aug- mentada de 16:000\$, sen- do: 10:000\$ para publi- cação da revista mensal <i>Liga Maritima</i> , sob a di- recção da Liga Maritima Brazileira; e 6:000\$ para ser elevada a consigna- ção destinada á publica- ção da <i>Revista Maritima</i>	51:140\$000

	Ouro	Papel
19. Classes inactivas — Deduzida a quantia de 2:000\$ para fardamento e pessoal do côrte		967:620\$582
20. Armamento e equipamento..		250:000\$000
21. Balizamento de portos, comprehendidos os da Tuytoya, Camocim, Amaração e Cabedello, sendo 100:000\$ para estes portos.....		150:000\$000
22. Munições de bocca—Augmentada de 743:004\$800, para attender ás rações de mais 1.300, aprendizes ; e de 13:288\$500 para attender ás rações de mais 20 alumnos do curso de machinistas da Escola Naval, em virtude da lei n. 1752, de 24 de outubro de 1907 ".....		6.905:720\$950
23. Munições navaes.....		1.500:000\$000
24. Material de construção naval		1.500:000\$000
25. Obras — Augmentada de 50:000\$ para a reconstrução do edificio onde funciona a delegacia da Capitania do Porto da Cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul ; e applicada a quantia de 100:000\$ a obras urgentes de reconstrução da fortaleza de Villegaignon, na parte destinada ao aquartelamento do corpo de marinheiros nacionaes e suas dependencias. Comprehendidas nesta rubrica as obras do Arsenal de Marinha da Bahia.....		1.050:000\$000

11. Decreto legislativo n. 1752, de 24 de outubro de 1907 — Fixa a força naval para o exercicio de 1908. (*Diario Official* n. 253, de 27 de outubro de 1907, pag. 773.)

	Ouro	Papel
26. Combustivel.....	1.500:000\$000
27. Fretes, passagens, ajudas de custo e commissão de saque.....	370:000\$000
28. Eventuais—Reduzida de 50:000:000.....	230:000\$000
29. Commissão, construcções e aquisição de material, em paiz estrangeiro:		
Para tres addidos navaes, capitães-tenentes ou officiaes superiores e para pagamento das prestações dos navios em construcção e aquisição de material—Augmentada de £ 813.384 (7.230.983\$700)	8.541:702\$480	

Art. 12. E' o Presidente da Republica autorizado :

a) a abrir os creditos: de 200:000\$ para attender á compra de embarcações destinadas ao soccorro maritimo ; e de £ 13.448 para a construcção de um rebocador com todos osapparelhos necessarios para levar soccorros aos navios em perigo no alto mar, salvar os naufragos e suspender navios que tenham ido ao fundo, accoitando, si julgar satisfazerem, o planos com todas as especificações, organizados pela Associação Protectora dos Homens do Mar, para tal navio, cuja construcção será fiscalizada na Europa por engenheiro do Governo ou por pessoa de sua nomeação e confiança.

O navio poderá ser entregue áquella associação, que custeará, sem subsidio ou ouas algum permanente para o Governo ;

b) a vender o material reputado inutil, inclusive navios julgados imprestaveis, applicando o producto da venda em reparos de proprios nacionaes, concerto de navios e outro material fluctuante, podendo para esses concertos abrir os creditos necessarios até 500:000\$000 ;

c) a reformar, sem augmento de despeza, os regulamentos da Repartição da Carta Maritima, dos corpos de saude, de engenheiros navaes e de machinistas navaes, o do serviço hospitalar e o regulamento da praticagem dos portos, costas e rios navegaveis ; bem assim o do montepio dos operarios do Arsenal de Marinha desta Capital, adaptando-lhe, tanto quanto possivel, o regimen dos adiantamentos aos operarios, estabelecido pelo regulamento approvado pelo decreto n. 4869, de 14 de setembro de 1892 — sobre a Caixa de Pensões dos Empregados e Operarios da Imprensa Nacional ;

d) a reorganizar o corpo de marinheiros nacionaes e o corpo de infantaria de marinha, utilizando duas companhias deste ultimo

para o serviço de artilharia e creando naquella uma classe de inferiores especialistas para o serviço de machinas, caldeiras, artilharia, torpedos, electricidade, minas submarinas, signaes, timonaria e para o serviço de quartos e manobras a bordo;

e) a mandar estudar e pôr em execução um systema de premios pecuniarios ás guarnições de navios que melhores notas obtiverem nos exercicios praticos do tiro de guerra e, em cada navio, ás guarnições das peças qua melhores notas tiverem obtido nos mesmos exercicios, podendo para tal fim despendar até 100:000\$000;

f) a revor o regulamento approvedo pelo decreto n. 3.231, de 17 de março de 1899, que dispõe sobre o corpo de officiaes inferiores da armada;

g) a mandar construir os submarinos ou submersiveis de invenção nacional que forem julgados acceptaveis, depois de ouvidas as opiniões competentes sobre o assumpto, podendo para esse fim abrir creditos até a importancia de 670:000\$000;

h) a vender, permutar ou arrendar a quem mais vantagens offerecer, os edificios e terrenos do extinto Arsenal de Marinha da Bahia, ouvindo a respeito o Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas;

i) a firmar contracto para o aparelhamento do terreno da ilha das Cobras ou de logar mais apropriado, afim de serem nelle estabelecidas as officinas do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, podendo abrir credito até 600:000\$ e alienar os terrenos que ficarem assim desoccupados e não forem mais precisos ao serviço publico;

j) a desapropriar, por utilidade publica, por intermedio do Ministerio da Marinha, as ilhas do Engenho e Mocanguê Grande, podendo effectuar as operações de credito necessarias.

Art. 13. Contínua em vigor o § 7º da lei n. 1453, de 30 de dezembro de 1905, que permite a realização de contractos por tempo nunca maior de cinco annos, quando versarem sobre aluguel de casa, construcções navaes, fabrico de armamento, illuminação de fortalezas, ilhas e navios de guerra, ou fornecimento de agua a qualquer dessas dependencias.

Art. 14. Ficam extensivas á marinha as vantagens concedidas pelo decreto n. 6375, de 21 de fevereiro de 1907, relativamente ás etapas dos officiaes inferiores e praças que servirem nos Estados do Pará, Amazonas e Matto Grosso (art. 30 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906) ¹².

Art. 15. O credito de 12.000:000\$, aberto pelo decreto n. 6476, de 16 de maio de 1907, passará a vigorar no exercicio de 1908 e bem assim o saldo do credito do \$ 2.000.000, aberto pelo decreto n. 6374, de 19 de fevereiro daquelle anno, nos termos do art. 3º da lei n. 1563, de 24 de novembro de 1906.

12. Art. 30 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906 — Fica o Governo autorizado a melhorar as condições materiaes dos officiaes e praças de pret dos 1º e 7º districtos militares, especialmente no que se refere á etapa.

Art. 16. O Presidente da Republica é autorizado a despende pelo Ministerio da Guerra, com os serviços designados nas seguintes verbas, a quantia de 110:000\$, ouro, e 59.817:173\$570, papel, assim distribuidos :

	Ouro	Papel
1. Administração geral. Augmentada (material) de 12:000\$000, destinada ao custodo das despozas de conducção do Ministro. Declarado, na respectiva tabella, que a gratificação de 40\$ mensaes, consignada para os amanuenses do Estado Maior e das Direcções Geraes de Artilharia e de Engenharia, é destinada ás praças de pret, percebendo a de subalterno os officiaes que exercerem essas funcções, de accordo com o art. 58 da lei n. 1473, de 9 de janeiro de 1906, e não esta e aquella conjunctamente.....	497:975\$000
2. Supremo Tribunal Militar e auditores.....	218:500\$000
3. Direcção Geral de Contabilidade da Guerra.....	236:580\$000
4. Intendencia Geral da Guerra.....	345:996\$000
5. Instrucção Militar. Augmentada de 11:280\$ para pagamento a 11 professores e 13 coadjuvantes da Escola de Guerra do Porto Alegre, vencimentos correspondentes aos tres primeiros mezes de exercicio, pelos quaes se prolongam os exames preparatorios, cujo curso termina em 1907.....	1.579:207\$000
6. Arsenaes, depositos e fortalezas.....	1.304:996\$414
7. Fabricas e laboratorios. Augmentada de: 312:000\$ para occorrer ás despezas com o pessoal e material da fabrica de polvora sem fumaça do Piquete, de 1 de		

	Ouro	Papel.
julho a 31 de dezembro ; 9:900\$ para pagamento de mais tres operarios de 2ª classe e dous de 3ª na fa- brica de cartuchos e artifi- cios de guerra, calculado o salario dos primeiros a 7\$ por dia e o dos ultimos a 6\$ em 300 dias de trabalho no anno		689:931\$300
8. Serviço de Saude. Augmen- tada de 500 réis a diaria dos serventes dos hospitaes mi- litares.....		886:495\$000
9. Soldos, etapas e gratificações dos officiaes. Augmentada de 33:840\$, sendo : de 17:280\$ a consignaço — Gratificações de posto — para 702 segundos tenentes, excluidos 24 veterinarios, picadores, etc., destinada a importancia assim elevada a 522:720\$ para 726 segun- dos tenentes, incluidos 24 veterinarios, picadores, etc.; de 16:320\$ á consignaço — Gratificações de funcções — para 136 secretarios e quar- teis-mestres dos corpos arre- gimentados, elevada a gra- tificaço a 840\$; de 240\$ á mesma consignaço para dous secretarios e quarteis- mestres do corpo de trans- porte, elevada a gratifica- ço a 840\$000.....		17.965:598\$000
10. Soldos, etapas e gratificações de praças de pret.....		16.423:402\$500
11. Classes inactivas.....		2.195:322\$359
12. Ajudas de custo. Acrescen- tado, na respectiva tabella, o seguinte : Só teem direito á ajuda do custo do art. 29 da lei n. 1473, de 9 de janeiro de 1901, os officiaes que vão se estabelecer em al-		

	Ouro	Papel
<p>gum dos logares especificados na respectiva tabella. Os officiaes que forem em commissão de pouca duração, dous mezes no maximo, terão uma diaria de accôrdo com o art. 70, que começarão a receber desde o dia em que entrarem no exercicio da mesma, com exclusão dos dias de viagem</p>	400:000\$000
13. Colonias militares.....	80:800\$000
14. Obras militares — Augmentada de: 30:000\$ para reparação do quartel do 37º batalhão de infantaria, em Santa Catharina; 50:000\$ para reparos no quartel do 19º batalhão de infantaria em S. Luiz de Cáceres; 50:000\$ para continuação das obras do quartel de São Luiz do Maranhão; 80:000\$ para construção de um lazareto de beribericos, em Matto Grosso; 120:000\$ para conclusão das obras do edificio do commando do 3º districto militar; 200:000\$ para a construção de uma ponte sobre rio Ibicuhy, no Rio Grande do Sul; 450:000\$ para construção de um quartel em Lorena, no Estado de S. Paulo; 300:000\$ na subconsignação «Obras de fortificações e defesa do littoral da Republica, etc. », destinada a quantia de 100:000\$, exclusivamente á installação e custeio de 20 linhas de tiro nas capitães dos Estados ou em alguma cidade do interior dos mesmos, onde houver guarnição militar do exercito ou da armada; e a necessaria para um hospital-barraca em Angola, no		

	Ouro	Papel
Estado de Santa Catharina, para tratamento de soldados beribericos. Diminuida de 300:000\$ pela suppressão da sub-consignação « Obras de fortificações do porto de Santos. ».....		4.957:375\$000
15. Material. Diminuida da quantia de 12:000\$, para condução do Ministro — Augmentada de 10:000\$ na sub-consignação « Estado-Maior do Exercito » — Expediente, livros, jornaes, etc.; 2:000\$ para aquisição do material extraordinario do archivo e da secretaria do Supremo Tribunal Militar, na vigencia destalei; 1:000\$ na sub-consignação « Expediente e outras despezas do mesmo Supremo Tribunal e auditores; 10:000\$ na sub-consignação « Expediente, despezas diversas, fretes e carroto »; 50:000\$ na sub-consignação « Materia prima para factura e concerto de obras, utensilios, etc. »; 27:600\$ na sub-consignação « Ferramentas, instrumentos, machinas, modelos e combustiveis »; 252:000\$ na consignação « Despezas especiaes, sendo : 200:000 \$ na sub-consignação « Vantagens de forragens e ferragens »; 10:000\$ na sub-consignação « Jornaes a patrões e marujas dos escaleres das fortalezas, etc. »; e 42:000\$ para pagamento de um veterinario contractado no estrangeiro, á razão de 21:000\$ annualmente, e um ajudante tambem contractado á razão de 18:000\$000.....		11.064:995\$000
16. Comissão em paiz estrangeiro, ouro ao cambio de 27,		

Ouro

Papel

augmentada de 10:000\$
para ajuda de custo de offi-
ciaes que vão á Europa es-
tudar e praticar nos exer-
citos estrangeiros..... 110:000\$000

Art. 17. E' o Presidente da Republica autorizado:

a) a mandar para diversos paizes, afim de se aperfoçoarem nos conhecimentos militares, por espaço de um ou dous annos, até dous officiaes por armas e corpos especiaes, inclusive do corpo de saude, com o respectivo curso e capacidade reconhecida e comprovada em trabalhos escriptos, correndo a respectiva despesa pela rubrica 16^a do art. 1^o;

b) a mandar para outros paizes como addidos militares, em commissão, para estudarem os diversos assumptos militares e o progresso dos respectivos conhecimentos, officiaes superiores ou capitães habilitados, inclusive do corpo de saude, que hajam provado sua capacidade e aptidão ou produzido algum trabalho escripto ou invento util;

c) a mandar para os principaes paizes, por espaço de dous annos, afim de se aperfoçoar nos conhecimentos militares, o alumno de cada uma das Escolas do Estado Maior de Artilharia e Engenharia desta Capital e de Guerra de Porto Alegre, que houver completado o respectivo curso e tiver sido classificado pela congregação — como o primeiro estudante — entre os seus collegas, servindo de base para a classificação a somma dos grãos obtidos nos exames finais de todas as materias do mesmo curso, ou, no caso de empate, a ordem de collocação na lista dos approvados;

d) a mandar construir no local mais conveniente um grande campo de instrucção para as tropas das tres armas do Exercito;

e) a reorganizar e desenvolver os arsenaes de guerra e o antigo estabelecimento naval de Itaquí, de modo que as suas officinas sejam destinadas exclusivamente para a confecção e reparos do material de guerra propriamente dito, entregando-se, por intermedio das intendencias, districtos e divisionarios, aos particulares o fornecimento de objectos alheios ao material bellico, submettendo posteriormente á approvação do Poder Legislativo a reorganização que fizer;

f) a permittir que limitado numero de officiaes que desejarem aperfoçoar seus conhecimentos militares possam permanecer no estrangeiro, de um a dous annos, percebendo sómente os vencimentos militares de que trata o art. 2^o do capitulo 1^o da lei n. 1473, de 9 de janeiro de 1906;

g) a promover no proprio nacional S. Gabriel, em S. Borja, Estado do Rio Grande do Sul, o plantio e cultivo de forragens destinadas ás cavalladas do Exercito, podendo despendir até 20:000\$000;

h) a despendir pela sub-consignação — Obras de fortificação, etc., — da rubrica 14^a, a quantia de 100:000\$ com o inicio da construcção de um quartel em Goyaz;

i) a organizar em cada districto, *ad referendum* do Congresso Nacional, o serviço do estado maior, de artilharia, de engenharia, de saúde e de intendencias, de modo que ahi existam todos os elementos de mobilização, em caso de guerra, ou dos grandes exercicios annuaes, suppressas as delegacias e secções do pessoal e material;

j) a reorganizar o Asylo de Invalidos da Patria, *ad referendum* do Congresso Nacional;

k) a, da verba destinada a subsidiar os trabalhos da Carta Geral da Republica com sede em Porto Alegre, applicar até 70:000\$ na aquisição de um predio onde funcione a direcção daquelles trabalhos;

l) a abrir os creditos necessarios para organizar e instalar convenientemente as companhias regionaes, creadas pela lei de fixação das forças de terra para o exercicio de 1908, com sede nas Prefeituras do Acre, Juruá e Purús e na região do Amapá.

Art. 18. O fardamento para as praças do exercito deverá ser confeccionado na sede dos districtos militares ou dos commandos de guarnição, sendo entregue o serviço a senhoras pobres e honestas, que previamente se inscreverem para tal fim, com a devida fiança.

Art. 19. O Presidente da Republica providenciara para que com a possivel brevidade sejam organizados os planos e orçamentos necessarios á reconstrucção dos fortes de Coimbra e Tabatinga e o respectivo artilhamento, e dos edificios do Asylo de Invalidos da Patria, afim de serem submettidos á apreciação do Congresso o votados os respectivos creditos.

Art. 20. A guarda nacional, a policia militar dos Estados e aos civis que se exercitarem no tiro, nada lhes será cobrado como indemnização das munições. O mesmo favor fica extensivo ás sociedades de tiro com existencia legal, que o requererem ao commandante de districto, devendo estas linhas ficar sob a inspecção de um representante militar.

Art. 21. E' o Governo autorizado a despende'r pelo Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas a importancia de 88.223:188\$729, papel, e 9.155:561\$822, ouro, com os serviços designados nas verbas seguintes:

Ouro

Papel

1. Secretaria de Estado:

Reduzida a 42:000\$ a consignação «Publicações, impressões, etc.» e augmentada de 6:000\$ a consignação «Pessoal do gabinete do Ministro» para attender á gratificação do bibliothecario. Compreendida naquella consignação a—Gratificação ao pessoal incum-

	Ouro	Papel
bilo da organização do «Boletim da Propriedade Industrial»		401:70\$000
2. Estatística :		
Elevada : a 378:310\$ a con- signação «Pessoal da Dire- ctoria», em virtude do decreto n. 6628, de 5 de setembro de 1907, e o au- mento de 500 réis na dia- ria de quatro serventes; a 37:032\$500 a de «Pessoal da officina typographica» de acordo com o mesmo de- creto, destinados 25:000\$ para «Artistas do serviço typographico, de gravura, encadernação, brochura e electricidade» e 3:832\$500 para tres serventes com a diaria de 3\$500; a 3:000\$ a consignação «Acquisição e conservação» de moveis, li- vro, e assignaturas de jor- naes e revistas; a 10.000\$ a de objectos de expen- dimento, franquia de corre- spondencia e publicação de editaes; a 2:000\$ a de des- pezas miúdas e de prompto pagamento; e a 25:000\$ a de «Material da officina typographica» que assim ficará redigida: «o neces- sario aos serviços, inclusive os de brochura e encader- nação». Fixadas a quantia de 2:000\$ para assento do officio, as de 1:000\$ e 142\$500 para consumo de agua e taxa de esgoto re- spectivamente; e 35:715\$ para «Eventual», assim redigida a consignação: «Substituição ao pess al. diarias e outras de custo regulamentares e despesas imprevistas». Superindus- os creditos de 45:850\$ para		

	Ouro	Papel
o «Registro Civil» o de 2:000\$ para «Seguro de predio».....	500:000\$000

3. Correios:

Elevada de 10:000\$ a sub-consignação «Porcentagem pela venda de formulas de franquia». Aumentada de 60:000\$ para estabelecimento de caixas do Correio nos districtos ruraes mais populosos, sendo 50:000\$ para gratificação do pessoal de collecta e 10:000\$ para o material.....	180:000\$000	12.563:573\$800
---	--------------	-----------------

4. Telegraphos:

Elevada de 103:310\$116, ouro, e 483:750\$, papel, sendo: em ouro, 600\$ na consignação «Quota da Secretaria Internacional de Berna», que ficará redigida «Quota da Secretaria Internacional Telegraphica e Radiotelegraphica em Berna» 81:843\$450 em «Renovação e consolidação das linhas, etc.»; acrescentadas as palavras — adoptadas as medidas mais convenientes ao aperfeiçoamento e desenvolvimento do serviço telephónico—Pessoal o material, na consignação — Reforma da rede telephonica e telegraphica da Capital Federal; 20:000\$ em «Ferramenta, apparatus e o necessario ao consumo»; 866\$006 na sub-consignação «O necessario á officina e ao expediente da secção tecnica»; e em papel, inclusão do credito de 38:750\$, para «Transformação da produção de energia electrica e reformados

Ouro

Papel

electrogenos, nas estações do Porto Alegre, Pelotas, S. Paulo, Rio de Janeiro e Bahia»; 400:000\$000 na consignação « Conservação das linhas ultimamente construídas, etc. », que ficsa assim redigida: « Conservação das linhas ultimamente construídas e das transferidas á Repartição, construção e principalmente melhoramento dos circuitos interiores existentes, duplicando-se-lhes os conductores onde necessario, continuação e conclusão das linhas já iniciadas e construção de novas, distribuídas quanto possível por todos os Estados e preferidas as que forem dos de novos circuitos e, bem assim, as subvencionadas ou auxiliadas pelos governos estaduais ou municipaes, na proporção dos auxilios; 15:000\$ em « Serviço optico e meteorologico »; 10:000\$ e 20:000\$ respectivamente em « Transporte, etc., do material e « Transporte do pessoal.....

481:111\$237 11.785:750\$000

5. Auxilios á Agricultura e Industria :

Diminuida : na consignação « Auxilios diversos de 100:000\$ a sub-consignação « Distribuição de plantas, etc. » que passará a intitular-se : « Distribuição de plantas, sementes, publicações e instruções aos agricultores feita directamente pelo Governo : de 300:000\$ a sub-consignação « Auxilio aos Estados, ás municipalidades, etc. », que passará

Ouro

Papel

a ser «Auxílio aos Estados e às municipalidades», que fundarem estações agrícolas, postos zootécnicos e campos de demonstração, não excedendo de 20:000\$ o auxílio a cada um; mantida a sub-consignação «Auxílio á catechese dos indios etc.», accrescentando-se-lhe no fim as palavras «sob a direcção da missão salesiana»; e supprimida a sub-consignação «Propaganda por intermedio da Sociedade Nacional de Agricultura etc.» Augmentada: de 50:000\$ a sub-consignação «Fundação e custeio de uma estação agrícola», dizendo-se: Fundação e custeio de uma estação agrícola e de um posto zootecnico contraes; e de 100:000\$ para «fundação de uma estação agrícola e posto zootecnico no Recife.» Diminuida: na consignação «Subvenções» de 16:000\$ pela supressão das sub-consignações ao Centro Industrial da Capital Federal etc., e ao Azylo Agrícola de Santa Izabel etc.; de 80:000\$ na consignação «Publicações de propaganda» etc., dizendo-se Publicação do Boletim da Propaganda Industrial; de 26:000\$ na consignação «Conservação, etc., do palacio Monroe; de 354\$, ouro, na consignação «Contribuições» pela supressão da sub-consignação «Para a commissão Internacional etc.» ...

15:647\$010

988:040\$000

Ouro

Papet

6. Imigração e colonização
(decreto n. 6455, de 19 de
abril de 1907) :

I — *Directoria Geral do Ser-
viço de Povoamento* (decreto
n. 6479, de 16 de maio de
1907), considerado em com-
missão o pessoal :

Pessoal.....	239:844\$
Material.....	160:000\$
Eventuaes.....	30:000\$

II — *Hospedaria de Immigran-
tes da Ilha das Flores:*

Pessoal titula- do.....	36:800\$
Dito diarista..	86:925\$
Material.....	235:000\$

III — *Serviço nos Estados:*

Inspectores e auxiliares do
serviço de povoamento,
despezas de material e
com a fundação de nu-
cleos coloniaes e locali-
zação de immigrantes,
2.024:000\$000.

IV — *Serviço no Exterior:*

500:000\$, ouro.

V — *Introdução de immi-
grantes:*

Passagens do exterior 550:000\$,
ouro.

Transporte para os Esta-
dos, recepção, hospeda-
gem e expedição de im-
migrante, 800:000\$000.

VI — *Despezas extraordina-
rias e eventuaes:*

Para occorrer a despesas
imprevistas ou deficiên-
cia de qualquer consi-
gnação da verba, 50:000\$.

1.050:000\$000 4.382:569\$000

Ouro

Papel

7. Subvenção ás companhias de navegação:

Rectificada a differença de 30\$ no credito, ouro, que é de 1.663:699\$92. Redigidas assim as sub-consignações do título «Companhia de Navegação a Vapor do Rio Parnahyba»: «Serviço da linha fluvial (decreto n. 6688, de 17 de outubro de 1907)» 72:000\$. ; «Serviço da linha costeira (idem idem)» 48:000\$. Em vez de «Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão etc. » diga-se: «Serviço de Navegação Costeira do Maranhão», o levada de 100:000\$ esta consignação. Aumentada de 15:000\$, sendo 9:000\$ para subvencionar a linha de Corumbá a Coxim e 6:000\$ para a linha de Corumbá a Aquidauana.....

1.663:699\$92

1.287:361\$700

8. Garantia de juros:

Aumentada de 600:000\$, papel, para occorrer á garantia de juros de 6 % ao anno sobre o capital de 10.000:000\$ á Estrada de Ferro Sorocabana (decreto n. 6623, de 29 de agosto de 1907). Reduzido a 231:500\$, ouro, o credito de 345:470\$232, ouro, destinado á Estrada de Ferro de Alcobaça á Praia da Rainha. Aumentados os creditos, em ouro, destinados ás seguintes estradas de ferro, sendo: de 180:000\$ para a de S. Paulo e Rio Grande; de 270:000\$ para a de Bahurú a Cuyabá (redigido este «Estrada de Ferro Bahurú a Corumbá»), correspondendo a mais 150

	Ouro	Papel
kilometros de estrada a construir na primeira e mais 200 kilometros na se- gunda	4,640:663\$353	1,674:880\$224

9. Estradas de ferro federaes :

1. Estrada de Ferro Central
do Brazil:

Elevada de 2.169:389\$ pelas
modificações seguintes: re-
duzida de 300:000\$ a con-
signação «Eventuaes»; au-
gmentada: de 13:000\$ a
consignação «Pessoal da the-
souraria», rectificada assim
a differença da tabella; de
19:300\$ a do «Pessoal da
intendencia», sendo: 2:000\$
para elevação dos venci-
mentos, respectivamente, a
7:200\$ e 4:800\$ dos ajudante
e despachant.; 6:800\$ para
o pessoal operario da officina
typo-autographica e 10:500\$
para o pessoal operario e
braçal dos diversos traba-
lhos; de 200:000\$ a do «Pes-
soal da Inspectoria do Movi-
mento», para «Pessoal ex-
traordinario do serviço de
circulação dos trens»; de
25:000\$ em «Pessoal das ca-
binas designaes» (Inspectoria
do Telegrapho); de 50:000\$
em «Estações e paradas»;
de 13:200\$ a do «Pessoal da
Locomoção», sendo: 12:000\$
para um ajudante do sub-
director e 1:200\$ para aju-
das de custo ao mesmo; de
74:380\$ a do pessoal da
Tracção»; de 277:000\$ a
do pessoal das officinas do
Engenho de Centro; de
118:609\$ a do pessoal dos
depositos; de 23:900\$ a do
«Pessoal da conservação da
linha e edificios», sendo:
9:609\$ para um engenheiro

	Ouro	Papel
residente, 7:200\$ para um ajudante, 2:100\$ para ajudas de custo aos mesmos, e 10:000\$ em mestres de linha; de 1.600:000\$ a consignaçaõ «Combustivel etc.» e inclusão do credito de 50:000\$ para pessoal de uma secção de estatistica.....		36.334:480\$000
II. Estrada de Ferro Oeste de Minas		2.128:000\$000
III. Incluida a rubrica de 310:000\$, ouro, para aquisição de material importado do estrangeiro e destinado ás estradas de ferro em construcção por conta do Governo da União, nos termos dos respectivos contractos..	310:000\$000	
10. Obras federaes nos Estados : Aumentada de 850:000\$, sendo : 300:000\$ para estudos, fixação de dunas e outros trabalhos preliminares, aquisição de dragas e respectivo custeio —Pessoal e material—para os portos da Fortaleza, Camocim, Tutuõva, Amarracão e Itaqui; 250:000\$ para a continuação do arrazamento da <i>Baizinha</i> , no porto do Natal, destacando-se até a quantia de 40:000\$ para aquisição ou construcção de edificio apropriado á installação de escriptorio, almoxarifado e deposito de material da respectiva commissão, e de 300:000\$ para limpeza e canalização dos rios Cuyabá, Aquidauana e Miranda, em Matto Grosso — Diminuida de 200:000\$ a consignaçaõ «Construcção e conservaçãõ de um trecho de caes, na cidade de Corumbá». — Au-		

	Ouro	Papel
gmentada de 300:000\$ para a construção de uma ponte sobre o rio Uruguay, no lugar denominado Passo do Goyoen da estrada geral, que communica o Estado do Rio Grande do Sul com o do Paraná.....	5.706:752\$500
11. Inspeção de Obras Publicas da Capital Federal.....	2.741:500\$500
12. Esgoto da Capital Federal..	4.981:867\$405
13. Illuminação publica da Capital Federal.....	810:840\$000	924:538\$000
14. Fiscalização :		
Augmentada a verba de 171:940\$ pelas alterações seguintes : Supprimidos os creditos de 7:200\$ para fiscalização da Estrada de Ferro Electrica da Capital Federal a Petropolis; 18:000\$ para a Comissão Fiscal das Obras do Porto de Massambú e da Estrada de Ferro Dona Thereza Christina ; 10:000\$ para vencimentos do engenheiro fiscal do arrazamento do morro de Santo Antonio. No titulo «Estrada de Ferro do Corcovado e Estatistica da Viação Ferrea», diga-se somente «Estrada de Ferro do Corcovado» e supprimam-se as palavras—Goyaz e Matto-Grosso—nos dizeres «Rede de viação ferrea do S. Paulo, Goyaz e Matto Grosso ». Supprimida a consignação « Ramal de S. Francisco da Estrada de Ferro de S. Paulo e Rio Grande », ficando a consignação « Estrada de Ferro de S. Paulo e Rio Grande » assim modificada :		
engenheiro-chefe ...	12:000\$	

Ouro

Papel

1 engenheiro-ajudante de 1ª classe	8:400\$
2 engenheiros-ajudantes de 2ª classe a 7:500\$...	15:000\$
Ajuda de custo para tomada de contas.....	1:200\$
Expediente.....	600\$

Incluídas : a consignação de 21:800\$ para fiscalização da Estrada de Ferro de Goyaz, sendo 12:000\$ para um engenheiro fiscal, 9:000\$ para um engenheiro ajudante, 600\$ para ajuda de custo para tomada de contas e 200\$ para expediente; a de 18:100\$ para a fiscalização da Secção Corumbá-Itapura da Estrada de Bahurú-Corumbá, assim discriminada :

Vencimento de um engenheiro fiscal.....	18:000\$
Expediente.....	100\$

Augmentada : de 6:000\$ para fiscalização da Companhia Leopoldina Railway (linhas de ligação dos Estados do Rio de Janeiro, Minas e Espirito Santo, Decreto n. 6456, de 20 de abril de 1907). Em vez de « Comissão fiscal das obras de melhoramentos do porto da Bahia », fica redigido « Comissão fiscal das obras de melhoramento de portos do Estado da Bahia »; e em vez de « concessão a Guinle & Comp. », simplesmente « Guinle & Comp. ». Augmentada de 12:000\$000 para fiscalização da *Bahia Gas and Electric Company* (decreto n. 6366, de 14 de

Ouro

Papel

fevereiro de 1907). Augmentada de 100:000\$ para a Comissão Fiscal da Construção da Estrada de Ferro Madeira e Mamoré. Modificada a verba na parte relativa á *Navegação*, em virtude do decreto n. 6453, de 18 de abril de 1907, ficando assim distribuída:

Inspectoria Geral de Navegação :

Pessoal enumerado no art. 4º do regulamento.....	32:400\$
Cinco fiscaes junto ás empresas....	18:000\$
Nove fiscaes das linhas com a gratificação mensal de 100\$ e oito com a de 83\$333.	18:800\$
Diarias do inspector geral e do sub-inspector...	4:400\$
	<hr/> 73:600\$

Um fiscal em Montevideo (ouro)...	2:400\$	3:600\$000	1.203:235\$000
-----------------------------------	---------	------------	----------------

15. Observatorio do Rio de Janeiro :

No — Material — a sub-assignação — «Acquisição, concerto de instrumentos e sua installação etc.», assim redigida: «Acquisição, concerto e installação de instrumentos, custeio da officina, concerto e reparos no edificio, transporte de material, trabalhos geodynamicos e o necessario ao serviço em geral — 30:000\$000..... 107:600\$000

16. Serviço Geologico e Mineralogico do Brazil :

Augmentada de 50:000\$0000.	300:000\$000
-----------------------------	-------	--------------

	Ouro	Papel
17. Repartições e logares extintos :		
Aumentada de 13:600\$, sendo 6:000\$ para um chefe de secção da Directoria Geral de Estatística e 7:600\$ para dous 2 ^{os} officiaes da mesma repartição a 3:800\$000.....		56:280\$000
18. Eventuaes		150:000\$000

Art. 22. E' o Presidente da Republica autorizado :

I. A despendar :

a) até 60:000\$ para animação á industria da seda, de accordo com o disposto no decreto n. 6519, de 13 de junho de 1907 ;

b) até 3.000:000\$ para promover na Capital da Republica uma exposição nacional agricola, industrial, pastoril e de artes liberaes, segundo as bases approvadas pelo decreto n. 6545, de 4 de julho, de 1907, podendo applicar, na vigencia desta lei, os saldos dos creditos abertos em virtude da autorização contida na lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906, lettra e do n. 1 do art. 35^{as} ;

c) 60:000\$ para o serviço de navegação, contractado mediante concorrência publica, dos rios Ibicuihy até Cacequi e do Uruguay até Santo Izidro, no Estado do Rio Grande do Sul ;

d) 6:000\$ para subvencionar a empresa que faz a navegação e travessia a vapor do Rio Grande, communicando os Estados de S. Paulo e Minas Geraes, e que tem sua séde no porto Antonio Prado, no Estado de S. Paulo ;

e) até 30:000\$ para construção de um pequeno cães ou ponte de desembarque de mercadorias no porto de Uruguayana, no Estado do Rio Grande do Sul ;

f) até 80:000\$ para aquisição de uma draga para o serviço de dragagem e limpeza do rio Parnahyba, material e custeio ;

g) até 200:000\$ para aformoseamento e conclusão das obras do parque da Quinta da Boa Vista, na Capital Federal.

II. A entrar em accordo com as emprezas particulares de linhas telegraphicas e companhias de estradas de ferro, para o fim de estabelecer o trafego mutuo com as linhas telegraphicas federaes, de modo a harmonizar as taxas daquellas com as destas.

III. A construir edificios para correios e telegraphos nas capitales dos Estados, abrindo para isso os necessarios creditos, podendo entrar em accôrdo com os respectivos governos, mediante permuta com proprios nacionaes e outras condições que forem julgadas convenientes.

IV. A fazer, em conjuncto ou separadamente, interna ou externamente, todas as operações de credito necessarias a me-

horar o serviço de abastecimento de agua potavel á Capital Federal, inclusive ás ilhas de Paqueta e Governador, realizando as acquisições e obras convenientes, praticando todos os demais actos necessarios á consecução desse melhoramento, observado o disposto no art. 22 da lei n. 1313, de 30 de dezembro de 1904 ".

V. A promover :

a) por meios os mais expeditos, o levantamento da carta geral da Republica, abrindo para esse fim os necessarios creditos e entrando em accôrdo com os governos dos Estados que tiverem serviço dessa natureza já realizado ;

b) o consumo do carvão nacional na Estrada de Ferro Central do Brazil e em outras estradas e serviços federaes, mediante accôrdo com as respectivas administrações ;

c) por meio de accôrds directos, o serviço de permuta de encomendas postaes com os paizes que fazem parte da União Postal, abrindo para tal fim os creditos necessarios ;

d) accôrds para a ligação e trafego mutuo da rêde telegraphica nacional com as dos paizes limitrophos e bem assim a reaver os existentes, abrindo para esse fim os creditos necessarios.

VI. A abrir os necessarios creditos:

a) para terminar o alargamento da bitola da Estrada de Ferro Central do Brazil até á cidade de S. Paulo e proseguir no da linha do centro ;

b) para occorrer ás despesas de construcção de um ramal da mesma estrada, da estação de Sabará até a cidade de Ferros, de conformidade com a lettra b do n. XVII do art. 22 da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902 ;

c) para o custeio da Estrada de Ferro D. Thereza Christina, enquanto não fôr entregue ao respectivo arrendatario (decreto n. 5977, de 18 de abril de 1903) ;

d) para proceder ao estudo do traçado mais conveniente para ligação da Estrada de Ferro Melhoramentos á Estrada de Ferro Apucarany, e realizar os respectivos trabalhos de construcção ;

e) para realizar os estudos e a construcção de uma linha ferrea qua, do ponto mais conveniente da Estrada de Ferro de Goyaz, vá ter a Bello Horizonte ;

f) para construir uma ponte sobre o rio S. Francisco, no ponto mais conveniente para o transito dos productos de Goyaz, Piahy e Pernambuco ;

g) para construcção de uma ponte sobre o rio Paranahyba, de accôrdo com o projecto e orçamento approvados pelo decreto n. 6715, de 7 de novembro de 1907 ;

14. Orça a receita geral para o exercicio de 1905, e dá outras providencias.

h) para os estudos e a construção de linhas telegraphicas e estradas de ferro de caracter strategico, por intermedio do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, podendo este entrar em accordo com o da Guerra para utilização, neste serviço, do pessoal technico e praças de pret do exercito, e applicar neste exercicio os saldos dos creditos abertos em virtude da autorização contida na lettra b do n. XXI do art. 35 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906 ;

i) para effectuar a desobstrucção dos baixios do rio Uruguay, de conformidade com os estudos feitos e approvados ;

j) para terminação dos estudos do traçado da estrada de ferro que ligue as cidades de S. Borja e S. Luiz á Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguayana, passando por Santiago, Jaguary (colonia) e S. Vicente, ou como fôr melhor, sendo applicado á construção o regimen da lei n. 1126, de 15 de dezembro de 1903 ¹⁵ ;

k) para a construção de uma estrada de rolagem entre Cayabá e Santarem ;

l) para mandar escolher localidades convenientes, nos territorios de Amapá, Acre e Missões e nas fronteiras do paiz, destinadas á fundação de colonias, assim como estudar e construir estradas que as liguem aos centros populosos mais proximos ;

m) para reconstrucção do proprio federal onde funcção a Repartição Geral dos Telegraphos, na cidade de Campos, Estado do Rio de Janeiro ;

n) para realizar os estudos e a construção de um ramal que, partindo do ponto mais conveniente da Estrada de Ferro do Rio Grande a Bagé, vá terminar em Jaguarão ;

o) para realizar os estudos e a construção de um ramal da Estrada de Ferro Oeste de Minas que, partindo da Barra Mansa, vá terminar em Angra dos Reis ;

p) para proseguir na construção da Estrada de Ferro de Itaquy, no Rio Grande do Sul, até ligal-a, no ponto mais proximo, ao ramal ferreo, que, da cidade da Cruz Alta, demanda a barra do Ijuhy, no rio Uruguay.

VII. A applicar para a construção das linhas ferreas que servem á ligação geral dos Estados o regimen da lei n. 1126, de 15 de dezembro de 1903 ¹⁶, ou outros que não importem onus maiores para o Thesouro.

VIII. A reverter:

a) os contractos de arrendamento das estradas de ferro da União, sem augmento de despeza e com reducção das tarifas, e, de accordo com os arrendatarios, estabelecer as seguintes obrigações:

1^a, de ser a estrada apparellada com *carros frigorificos*, *carros restaurantes*, *carros dormitorios* dos typos mais modernos ;

15. Esta lei autoriza o Governo a construir uma estrada de ferro que, partindo do Timbó, no Estado da Bahia, vá terminar em Propriá, no Estado de Sergipe.

16. Idem idem.

2ª, de serem construídos depósitos frigoríficos nos pontos iniciais das estradas de ferro, nos pontos de cruzamento com outras estradas de ferro ou de rodagem e em outros pontos mais convenientes ao movimento de importação das grandes regiões productoras;

3ª, promover o povoamento das terras marginaes ou proximas ás estradas, como ficou estabelecido no decreto n. 6533, de 20 de junho de 1907, na clausula VIII e seus paragraphos, referentes ás linhas de concessão da Companhia Estrada de Ferro de S. Paulo-Rio Grande do Sul.

b) o contracto com a *Amazon Telegraph Company*, de modo a pô-lo em condição de poder a empresa melhor servir os interesses geraes da região do Amazonas, pela modificação das taxas telegraphicas, collocação de cabo duplo, augmento da linha actual ou por outros melhoramentos que a experiencia houver indicado, e, para tal conseguir, renovar o mesmo contracto, si assim entender conveniente.

IX. A applicar o saldo do credito de 489:000\$, aberto de accordo com o n. XII do art. 35 da lei n. 1517, de 30 de dezembro de 1906, nas prestações do emprestimo a que refere, não realizadas no exercicio de 1907.

X. A subvencionar na razão de 4:000\$ por kilometro de estrada construida as empresas ou particulares que organizarem o serviço de transporte de passageiros ou mercadorias por meio do automoveis industriaes, ligando dous ou mais Estados da União ou dentro de um só Estado. Este favor é relativo aos Estados ou municipios que organizarem o serviço de que trata o presente artigo, observadas, em ambos os casos, as seguintes condições:

1ª, as estradas obedecerão, em todo o seu percurso, ás condições technicas exigidas pelo regulamento que será expedido para a execução deste serviço, devendo aproveitar a uma ou mais localidades importantes, sob o ponto de vista economico ou administrativo, a juizo do Governo Federal, quando construidas por empresas ou particulares;

2ª, a subvenção só se tornará effectiva quando o fiscal do Governo, pago pelos interessados, mediante quotas recolhidas ao Thesouro, semestralmente, declarar que as estradas ou os trechos promptos estão construídos de accordo com as condições technicas exigidas pelo regulamento supra referido;

3ª, o pagamento da subvenção só se effectuará quando as estradas estiverem concluidas de extremo a extremo ou tiverem, pelos menos, 120 kilometros construídos com todas as regras de arte e de accordo com as condições technicas exigidas pelo regulamento;

4ª, entre os favores concedidos ás linhas do automoveis não se inclui o privilegio de zona. Os concessionarios destas linhas teem direito somente ao uso e gozo exclusivo das linhas que para aquelle fim houverem construido e dos terrenos estritamente indispensaveis á sua conservação.

XI. A entregar ao governo do Estado de Sergipe a quantia de 220:000\$, como indemnização da importância por este mesmo governo fornecida ao Governo Federal, para a despesa dos estudos da Estrada de Ferro Timbó a Propriá, abrindo para esse fim o necessário credito.

XII. A realizar as obras necessarias ao melhoramento dos portos da Republica, de accordo com o decreto n. 6368, de 14 de fevereiro de 1907¹⁷, podendo realizar as necessarias operações de credito.

XIII. A mandar fazer os estudos necessarios para prolongamento da Estrada de Ferro do Estado da Parahyba do Norte, trecho da Alagôa Grande a Areia, podendo despende até a quantia de 20:000\$000.

XIV. A firmar a convenção para a permuta de encomendas e o accordo para a assignatura de jornaes, estabelecidos no IV Congresso Postal Universal, de Roma, reorganizados os servicos para tal fim.

XV. A abrir o credito de 43:970\$037 para liquidação de contas, relativas ao exercicio de 1905, da Estrada de Ferro Oeste de Minas e que deveriam ter sido pagas pelo saldo de 94:326\$000, da verba consignada para os servicos da mesma estrada, no referido exercicio, pelo art. 13 da lei n. 1316, de 31 de dezembro de 1904.

XVI. A conceder, de accordo com o regulamento que expedir, á primeira—Cooperativa Vinicola—que se fundar de accordo com a respectiva lei, em cada Estado viticultor, o premio de cem réis (\$100) no maximo, por litro de vinho exportado.

Este premio será pago até ao maximo de um milhão de litros e não será percebido, si a exportação fór inferior a cem mil litros (100.000 litros).

XVII. A conceder a subvenção annual de 30:000\$ á companhia que fizer a navegação do Alto Parahyba, Estado do Piauhy.

XVIII. A innovar o contracto com a Companhia Pernambucana de Navegação, por igual prazo e sem augmento de subvenção, ou a contractar com quem maiores vantagens offerecer.

XIX. A mandar proseguir as obras interrompidas para o revestimento das margens e barragem do *valle grande de Iguape*, de accordo com os estudos feitos pelos engenheiros Sergio Saboia, Martinho de Moraes e Carlos Greenhalgh, com as modificações que as circumstancias determinarem, abrindo para esse fim os creditos necessarios.

XX. A mandar estudar a barra do rio Cotinguiba, Sergipe, e, de accordo com estudos anteriores do engenheiro Cernadak, em 1875, e W. Milner Roberts, em 1881, determinar e executar os melhoramentos necessarios para garantir a maior profundidade do canal e sua permanencia, abrindo para isso o necessario credito.

17. Decreto n. 6368, de 14 de fevereiro de 1907 — Modifica o regimen especial para execução das obras do melhoramento de portos, estabelecido pelo decreto n. 4852, de 8 de junho de 1903.

XXI. A contractar com a Companhia Estrada de Ferro de Goyaz, ou com quem mais vantagens offerecer, a construcção :

1º, do prolongamento do ramal de Araxá-Uberaba, pelos municipios do Prata e de Villa Platina até a margem do rio Parana-hyba, no ponto mais conveniente, abaixo da cachoeira Dourada, nos termos da lei n. 1126, de 15 de dezembro de 1903;

2º, de um ramal que, partindo de ponto conveniente do prolongamento e passando por Monte Alegre, em Minas, vá terminar em Morrinhos, no Estado de Goyaz.

XXII. A expedir novo regulamento para o serviço de distribuição de agua aos predios da Capital Federal, em substituição ao approved pelo decreto n. 3056, de 24 de outubro de 1898.

XXIII. A fazer reverter para a Associação de Assistencia aos Operarios da Estrada de Ferro Oeste de Minas, a seu juizo, o producto das multas applicadas ao pessoal da mesma estrada de ferro.

XXIV. A providenciar para que seja executado o contracto com a *City Improvements*, na parte relativa ao lançamento de aguas servidas e materias fecacs fóra da barra, podendo, no caso de recusa da companhia, se incumbir da execução das obras, proceder á concorrência, abrindo os necessarios creditos.

XXV. A estabelecer uma linha de navegação no rio Içá até Cathuê.

XXVI. A mandar examinar os trabalhos de Oswaldo de Faria, sobre electricidade, ouvindo para isso o Club de Engenharia.

Art. 23. Na execução dos serviços deste Ministerio, a prestação de contas do primeiro adiantamento não é indispensavel para a realização do segundo, não podendo, entretanto, se realizar o terceiro adiantamento, sem que a prestação de contas do primeiro se ache liquidada, seguindo-se a mesma disposição em relação aos subseqüentes.

Art. 24. Fica derogado o art. 19 da lei n. 3018, de 5 de novembro de 1880, para o fim de pôr o Governo celebrar contractos, por tempo nunca maior de dois annos, quando estes versarem sobre fornecimentos de materias imprescindiveis á manutenção dos serviços industriaes a cargo deste Ministerio.

Art. 25. Os pagamentos dos saldos dos depositos de vales inter-nacionais e das despesas de transito territorial e maritimo serão feitos aos correios credores, por meio de saques, tomados directamente pela Directoria Geral dos Correios.

Art. 26. Continúa em vigor o dispositivo contido na lettra b, do n. XI do art. 15 da lei n. 1453, de 30 de dezembro de 1905, com as alterações constantes da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906, e mais a da proporção da clausula 5ª do 10 para seis kilometros.

Art. 27. Continúa em vigor, no que não se achar expressamente revogado, o art. 36 da lei n. 1617, de 30 de dezembro de 1906.

Paragrapho unico. Os mesmos favores serão concedidos ás estradas de rodagem que ligarem os logares Bagé ou nova Empreza,

no Acre, a Mercedes ou Senna Madureira, no Iaco, e a todas as estradas que communiquem dous rios navegaveis, na região do Acre.

Art. 28. Fica approvedo o accordo celebrado, *ex-vi* do art. 14, n. XX da lei n. 1316, de 31 de dezembro de 1904, e restabelecida a autorização para a abertura do credito necessario ao respectivo pagamento.

Art. 29. O Presidente da Republica é autorizado a despender pela repartição do Ministerio da Fazenda, com os serviços designados nas seguintes verbas, a quantia de 29.186:849\$069, ouro, e a de 89.848:818\$868, papel, e a applicar a renda especial, na somma de 16.214:333\$334, ouro, e 18.493:309\$570, papel :

	Ouro	Papel
1. Juros e mais despesas da divida externa.....	18.550:448\$889	\$
2. Idem e amortização do emprestimo externo para o resgate das estradas de ferro encampadas....	8.264:880\$000	\$
3. Idem idem dos emprestimos internos.....	929:284\$000	7.904:400\$000
4. Idem da divida interna fundada.....	25.756:084\$000
5. Pensionistas.....	8.239:994\$612
6. Aposentados.....	2.752:191\$173
7. Thesouro Federal.....	1.263:258\$000
8. Tribunal de Contas.....	570:000\$009
9. Recebedoria da Capital Federal.....	472:200\$000
10. Caixa de Conversão e secção de cambio—Diminuida de 30:000\$, por terem sido supprimidos os logares do presidente e vice-presidente, competindo o vencimento de 24:000\$ ao director, na firma do decreto n. 1701, de 29 de agosto de 1907 ¹⁸ . Aumentada de 3:000\$ para completar o pagamento dos vencimentos do chefe de contabilidade, que foram elevados a 15:000\$		

18. Decreto n. 1701, de 29 de agosto de 1907 — Supprime os logares do presidente e vice-presidente da Caixa de Conversão, creando o do director. (*Diario Official* n. 207, de 1 de setembro de 1907.)

	Ouro	Papel
anuaes, e mais 2:400\$ para o pagamento de um continuo.....	500:000\$000	432:400\$000
11. Caixa de Amortização.....	200:000\$000	399:966\$000
12. Casa da Moeda—Augmentada de 52:000\$, sendo: 30:000\$ na consignação «Serviços extraordinarios» e 22:000\$ na consignação «Machinas e utensilios»..		860:206\$000
13. Imprensa Nacional e <i>Diario Official</i> — Augmentada de 580.000\$, sendo 300:000\$ para o pessoal amovivel e 280:000\$ para as despezas de material, aquisição de duas machinas rotativas, seis de impressão typographica, tres de impressão lithographica, tres cortadores e seis cosedores com os respectivos motores electricos. Acrescentando na sub-consignação para expediente: inclusive assignaturas de revistas e jornaes.....		2.529:080\$000
14. Laboratorio Nacional de Analyses.....		137:400\$000
15. Administração e custodio dos proprios nacionaes.....		76:840\$000
16. Delegacia do Thesouro em Londres.....	52:200\$000	\$
17. Delegacias fiscaes.....		2.212:460\$005
18. Alfandegas—Augmentada de 1.156:090\$010, a saber: de 318:740\$, correspondentes a 20 % de augmento nos vencimentos dos guardas das alfandegas da Republica, na forma do decreto n. 1002, de 27 de junho de 1907; de 627:984\$, na consignação para a da Capital Federal, sendo: no pessoal da administração, 354:500\$, para elevação do ordenado, e 211:884\$010 para augmento do numero e va-		

Ouro

Papel

lor das quotas, de accor-
do com a tabella a que
se refere o art. 1.º da lei
n. 1743, de 3 de outubro
de 1907¹⁹; e na sub-consi-
gnação «Força dos guar-
das», 57:600\$, para mais
20 guardas a 2:800\$, cada
um, e 4:000\$ para a gra-
tificação annual de 200\$
destinada a sardamento
de cada um dos mesmos
guardas, em execução do
art. 2.º daquelle lei; de
33:672\$, na consignaço
para a da Bahia, no —
Pessoal das Capatazias,
para elevação das actuaes
diarias, sendo: 1:098\$ dos
tres conferentes a 5\$,
8:784\$ dos 12 mandatores
a 6\$, 14:640\$ dos 40 tra-
balhadores a 4\$500 e
9:150\$ dos 50 trabalhado-
res a 3\$500; de 1:500\$ na
sub-consignaço—Pessoal
das embarcações, da de
Pernambuco, para sarda-
mento dos patrões de
escaleres; de 16:320\$, no
—Material da consigna-
ção para a da Parnahyba,
sendo: 15:000\$ para acqui-
sição de um guindaste e
1:320\$ para elevação a
3:000\$ do aluguel do pre-
dio onde funcçãoa; de
391:900\$ na consignaço
para a de Santos, sendo:
no — Pessoal da adminis-
tração, 134:600\$ para ele-
vação do ordenado e
76:500\$ para augmento do
numero e valor das quo-
tas, de accôrdo com a
tabella a que se refere o

19. Fixa o numero, classe e vencimentos dos empregados das Al-
landegas do Rio e de Santos. (*Diario Official* n. 226, de 6 de outubro
de 1907.)

Ouro

Papel

art. 3º da lei n. 1743, de 3 de outubro de 1907²⁰; 18:600\$ para augmento do ordenado do pessoal das embarcações, de accôrdo com a mesma tabella; na sub-consignação — Força dos guardas, 3:000\$ para mais um sargento, 141:000\$ para mais 50 guardas a 2:880\$ cada um, e 10:200\$ para a gratificação annual de 200\$, destinada a fardamento de cada um dos mesmos guardas e um sargento, em execução do art. 4º da citada lei, e no—Material, mais 5:000\$ na sub-consignação — Diversas despesas; de 6:720\$ na consignação da de Porto Alegre para augmento de 40\$ mensaes a cada um dos patrões de escaleres e de 40\$ mensaes a cada um dos 12 marinheiros; de 1:000\$ no—Pessoal de administração da do Rio Grande do Sul, por serem calculadas 488 quotas na razão de 1,2 % sobre a lotação de 5.000:000\$ e não como está na tabella em vigor. Augmentada de mais 604:383\$, sendo: 102:520\$ para pessoal, material e despesas com a installação da Alfandega de S. Francisco, conforme a tabella annexa ao decreto legislativo n. 1771, de 7 de novembro de 1907 (consignação nova); 500:000\$ para despesas imprevistas e ur-

20. Fixa o numero, class. e vencimentos dos empregados das Alfandegas do Rio e de Santos. (*Diário Official* n. 236, de 6 de outubro de 1907.)

	Ouro	Papel
gentes, alugueis de armazens, aquisição de lanchas, escaletes, barcas de vigia, etc.; e 1:863\$ na sub-consignação «Porcentagens» da consignação «Alfandega da Parahyba», ficando mantida a lotação de 90:000\$, e elevada a 2,107 % a razão e a 173 o numero de quotas, em virtude do decreto legislativo n. 1591, de 20 de dezembro de 1906, que creou o		
logar de guarda-mór....	12.919:397\$610
19. Mesas de Rendas e Collectorias. Augmentada de 23:203\$800, correspondentes ao augmento de 20 % nos vencimentos dos guardas das Mesas de Rendas da Republica. Augmentada de mais 5:300\$ na consignação «Collectoria de Cabo Frio», sendo: 2:000\$ para compra de um escalet destinado ao serviço de fiscalização da collectoria; 1:200\$ para um patrão do escalet e 2:100\$ para dous remadores....	3.981:727\$800
20. Empregados de repartições e logares extinctos. Augmentada de 58:283\$010, para pagamento dos vencimentos dos inspectores extinctos das alfândegas de: Rio de Janeiro, 19:020\$428; Pernambuco, 13:900\$961; Parahyba, 6:192-300; Natal, 1:285\$712; Parahyba, 4:800\$000; Maranhão, 8:984\$610. Diminuida de 7:200\$000, importancia do vencimento do inspector da extincta Thesouraria de Fazenda de S. Paulo, Caeetano Alberto Munhoz, que falleceu.....	95:613\$668

	Ouro	Papel
21. Fiscalização das repartições de Fazenda.....	100:000\$000
22. Fiscalização e mais despesas dos impostos de consumo e de transporte. Augmentada de 250:000\$ para as percentagens diárias e outras despesas, inclusive o material. Augmentada de 300:000\$ para pagamento de sellos fabricados no estrangeiro.....	3.119:600\$000
23. Comissão de 2% na venda de estampilhas.....	200:000\$000
24. Ajudas de custo.....	80:000\$000
25. Gratificação por serviços temporários e extraordinários.....	50:000\$000
26. Juros dos bilhetes do Theatro.....	480:000\$000
27. Idem dos empréstimos do cofre de orphãos.....	650:000\$000
28. Idem dos depositos das Caixas Economicas e Monte de Soccorro.....	9.000:000\$000
29. Idem diversos.....	50:000\$000
30. Percentagem pela cobrança executiva.....	100:000\$000
31. Comissões e corretagens.....	35:000\$000	20:000\$000
32. Despesas eventuaes — Reduzida de 80:000\$ que passam a constituir a dotação da nova rubrica intitulada «Substituições»....	30:000\$000	120:000\$000
33. Reposições e restituições....	200:000\$000	600:000\$000
34. Exercícios findos — Applicada a quantia de 3:160\$670 ao pagamento de alugueis da casa em que mora o ajudante do administrador da Casa de Detenção, correspondentes aos annos de 1903 a 1906.....	100:000\$000	1.500:000\$000
35. Obras — Augmentada de réis 1.000:000\$ para construção ou aquisição de predios destinados à Delegacia Fiscal e Alfandega de Porto Alegre,		

	Ouro	Papel
no Estado do Rio Grande do Sul; para as obras no predio em que funciona a Alfandega do Pará, seus armazens externos e guindastes; para a adaptação do edificio em que funciona o Supremo Tribunal Federal para nelle ser installada definitivamente a Caixa de Conversão, bem como para a adaptação do edificio em que funciona a Escola de Bellas Artes para os serviços do Thesouro Federal. Aumentada ainda de réis 150:000\$ para reconstrução da Alfandega da Victoria; de 80:000\$ para concertos da doca da Alfandega da Bahia; e de 30:000\$ para obras na Alfandega de Aracajú		2.760:000\$000
36. Creditos especiaes.....	325:036\$180	
37. Estatistica Commercial. Pessoal, comprehendido o serviço da estatistica inter-estadual e delegados nos Estados, 289:440\$; material, 40:560\$000.....		330:000\$000
38. Substituições. Para pagamento de substituições de empregados.....		80:000\$000

APPLICAÇÃO DA RENDA ESPECIAL

1. Fundo de resgate de papel-moeda.....		3.507:500\$000
2. Idem de garantia do papel-moeda.....	9.704:333\$334	6.260:869\$570
3. Idem para caixa de resgate das apolices das estradas de ferro encampadas....	160:000\$000	2.000:000\$000
4. Idem de amortização dos empréstimos internos.....		3.000:000\$000
5. Idem para as obras de melhoramentos dos portos.....	5.350:000\$000	3.700:000\$000
	<u>16.214:333\$334</u>	<u>18.498:369\$570</u>

Art. 30. E' o Presidente da Republica autorizado:

1.º A abrir, no exercicio de 1908, creditos supplementares, até o maximo de 8.000:000\$, ás verbas indicadas na tabella que acompanha a presente lei. A's verbas — Soccorros publicos — Exercicios findos — e Ajudas de custo — poderá o Presidente da Republica abrir creditos supplementares em qualquer mez do exercicio, comtanto que sua totalidade, computada com a dos demais creditos abertos, não exceda do maximo fixado, respeitada, quanto á verba — Exercicios findos — a disposição da lei n. 3230, de 3 de setembro de 1884, art. 11²¹. No maximo fixado por este artigo, não se comprehendem os creditos abertos aos ns. 5, 6, 7 e 8 do orçamento do Ministerio do Interior.

2.º A liquidar os debitos dos bancos, provenientes de auxilio á lavoura.

3.º A conceder o premio de 100\$ por tonelada, aos navios que forem construidos na Republica e cuja arqueação seja superior a 100 toneladas, podendo abrir os creditos que forem necessarios.

4.º A abrir credito para ultimar as despesas com o serviço da uniformização dos typos das apolices.

5.º A liquidar suas contas com os Estados, pagando-lhes o que verificar lhes ser devido, abrindo para isso os necessarios creditos.

6.º A abrir os necessarios creditos para proseguir na cunhagem de moedas de prata destinadas á substituição das notas do Thesouro de 25, 15 e \$500.

7.º A mandar fazer novos cunhos para as moedas de prata, que terão no anverso a inscripção *Estados Unidos do Brazil* e a era do cunho e ao reverso em algarismo e a palavra *reis* por extenso.

8.º A fazer as necessarias operações de credito para construir, adquirir e adaptar edificios proprios para os diversos serviços publicos federaes nesta Capital e nos Estados, não podendo a quantia destinada á amortização e ao pagamento de juros da divida contrahida, exceder á que se despende com os alugueis dos mesmos edificios.

9.º A restituir ás Camaras Municipaes do Bom Jardim, no Rio de Janeiro, e Iguaçu, em S. Paulo, e á Prefeitura de Bello Horizonte, em Minas Geraes, a importancia dos impostos e direitos aduaneiros, pagos respectivamente em 1897, 1900 e 1902, pela importação do material para o serviço de abastecimento de agua e desenvolvimento de força electrica, dispensadas as formalidades exigidas nos art. 2º e 6º do decreto n. 947 A, de 4 de novembro de 1890, abrindo para isso os necessarios creditos.

10.º A reorganizar o serviço fiscal de inflammaveis e explosivos, ficando prohibido o despacho sobre agua, tornando renda do Estado

21. Art. 11 da lei n. 3230, de 3 de setembro de 1884 — Por dividas de exercicios findos entendem-se as que tiverem por origem o pagamento dos serviços prestados ao Estado em exercicios já encerrados, em virtude de autorização concedida por lei do orçamento ou por qualquer outra especial, com fundos decretados nos termos do art. 14 da lei n. 1177, de 9 de setembro de 1862, comtanto que a importancia dos serviços por pagar não exceda a consignação dos respectivos fundos. (*Coll.*, pag. 39.)

a que provém desse serviço nos trapiches alfandegados do porto da Capital Federal.

11. A ceder ao Governo do Estado da Bahia, mediante permuta, o predio em que funciona a Delegacia Fiscal e que é annexo ao palacio do Governo e á Secretaria do Estado.

12. A ceder ao Estado de Minas Geraes as terras denominadas Bairro Alto, no municipio de Campanha, para o fim de ser estabelecida uma colonia agricola.

13. A entregar á mesa alfandegada de S. Francisco, em Santa Catharina, logo que á Alfandega de Florianopolis seja fornecido o novo rebocador de alto mar, a lancha a vapor *Lauro Müller*.

14. A adquirir ou construir o predio destinado á Alfandega da Parnahyba.

15. A reconstruir o predio (proprio nacional) e o caes que servem ao posto fiscal em Amarração, Estado do Piahy.

16. A rever o regulamento para navegação de cabotagem, approved pelo decreto n. 2301, de 2 de julho de 1896, respeitadas os principios da lei n. 123, de 11 de outubro de 1892 ²².

17. A despende até a quantia de 50:000\$, com a aquisição de um rebocador destinado ao serviço de fiscalização da Alfandega do Ceará.

18. A entregar ao Club Militar, a titulo de auxilio para a construção de seu predio na Avenida Central, a quantia de 300:000\$, abrindo para isso o necessario credito.

19. A, mediante accordo com a Prefeitura do Districto Federal, vender ou permutar proprios nacionaes exigidos para serem completados os melhoramentos da Capital Federal.

20. A abrir o credito necessario para aquisição do terreno, onde seja construido um predio destinado á Alfandega de S. Francisco, ou a adquiril-o por compra.

21. A restituir ao Estado do Maranhão a importancia de armazemagens cobradas e recebidas pela Alfandega federal, no mesmo Estado, sobre objectos importados, livres de direitos, de accordo com o art. 3º, § XIII, n. 12 da lei n. 1616, de 30 de dezembro de 1906 ²³, abrindo para esse fim o necessario credito.

22. A mandar imprimir na Imprensa Nacional as publicações para distribuição gratuita com o fim de propaganda, e o relatorio annual dos trabalhos da Liga Contra a Tuberculose desta Capital, a juizo do Governo, abrindo para isso os necessarios creditos.

23. A regulamentar as disposições do art. 16 da lei de 26 de dezembro de 1900, relativa ao serviço da Estatistica Commercial, ampliando-as de modo a attender ás exigencias da organização da estatistica de exportação para o exterior e para o commercio inter-

22. Lei n. 123, de 11 de outubro de 1892 — Regula a navegação por cabotagem. (*Coll.* pag. 129.)

23. Lei do Orçamento para 1907.

estadual, estendendo á navegação de cabotagem as obrigações impostas aos navios estrangeiros, entrando em accordo com os Governos dos Estados para uniformizar os serviços que dependerem de sua cooperação e expedindo o competente regulamento, no qual poderá impor multas até o maximo de 500\$000.

Art. 31. Na vigencia desta lei, nos Estados onde não houver solicitedores de fazenda, a commissão a estes concedida pela lei n. 242, de 1841, será percebida a título de gratificação, pelos pro-curadores fiscaes.

Art. 32. As despesas com funeraes dos funcionarios publicos e com o pagamento de ajudas do custo ficam sujeitas ao registro *a posteriori* do Tribunal de Contas, nos termos do art. 161 do regulamento que baixou com o decreto n. 2400, de 23 de dezembro de 1896²⁴.

Art. 33. Ficam approvados os credits na somma de... 1.104:519\$859, ouro, e 33.702:029\$108, papel, constantes da tabella A.

Art. 34. No exercicio da presente lei poderá o Presidente da Republica abrir credits supplementares para as verbas incluidas na tabella B.

Art. 35. O Ministerio da Industria, Viacão e Obras Publicas fornecerá aos demais Ministerios os sellos officiaes para as respectivos correspondencias postaes e telegraphicas, levando-lhes as devidas importancias, de accordo com as requisições feitas.

Art. 36. Enquanto pelo Thesouro Federal não forem distribuidos os credits votados para os diversos Ministerios, continuarão em vigor, independente de quaesquer formalidades, as tabellas de distribuição feitas para o exercicio anterior, com as modificações consignadas na lei do organo em vigor.

Art. 37. Para pagamento das porcentagens ou quotas devidas aos funcionarios encarregados da fiscalização ou arrecadação das rendas, pelo excesso entre as importancias consignadas na lei e as que forem arrecadadas, serão alertos pelo Presidente da Republica no trimestre adicional os respectivos credits supplementares, que serão submettidos ao registro, *a posteriori*, do Tribunal de Contas.

Art. 38. Os operarios e jornaleiros de todos os serviços publicos da União, sempre que comparecerem no dia immediatamente anterior e no dia immediatamente seguinte aquelle em que o ponto for facultativo por ordem do Governo, receberão tambem o salario desse dia.

Art. 39. Ficam extensivas a todas as cidades da Republica, onde houver hospitaes de caridade e mesas de rendas alfandegadas; as disposições contidas no capitulo XV e todos os seus artigos da *Nova Consolidação das Leis das Alfandegas e Mesas de Rendas da Republica*.

²⁴. Decreto n. 2400, de 23 de dezembro de 1896— Art. 164 (transcripto na nota n. 54 á lei n. 1453 de 30 de dezembro de 1905). (Coll. pags. 823 e 824.)

Art. 40. Continuam em vigor as disposições: do art. 32 da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902²⁵; do art. 27 da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901²⁶; do art. 28 da lei n. 1145, de 31 de dezembro de 1903²⁷, e do art. 3º n. VIII, da lei n. 1616, de 30 de dezembro de 1906²⁸.

Art. 41. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1907, 19ª da Republica.

AFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA.

David Campello.

25. Art. 32 da lei n. 957, de 30 de dezembro de 1902: «Todos os pagamentos de despesa de materiaes serão centralizados no Thesouro ou nas Delegacias, com excepção daquelles que forem feitos pelas Secretarias do Congresso ou pela Mordomia do Palacio do Governo e dos quaes, observada aquella centralização, possam retardar a marcha dos respectivos serviços, pagamentos que continuarão a ser effectuados pelas proprias repartições, depois de habilitadas, mediante registro prévio de distribuição de empenho, ouvido o Thesouro sobre a conveniencia da mesma feita as referidas despesas pelas Contadorias respectivas.»

26. Art. 27 da lei n. 834, de 30 de dezembro de 1901: «(Os trabalhos graphicos e accessorios das repartições e estabelecimentos publicos da Capital Federal, para cuja despesa são consignadas verba nesta lei, serão executados, exclusivamente, pela Imprensa Nacional, não devendo ser ordenada, nem pago despesa alguma, por conta das mencionadas verbas, senão de conformidade com este preceito. Exceptuam-se desta regra os servicos peculiares da Alfândega da Capital Federal e os da Repartição de Estatística que continuam a ser feitos nas officinas typographicas destas repartições.)»

Paraphrasis unico. Se por ordem expressa do Ministro da Fazenda e nos termos determinadoss no decreto n. 1511 C, de 31 de agosto de 1893, poderá ser feito, na mesma Imprensa, qualquer trabalho para particulares, gratuitamente, só com autorização legislativa.»

27. Art. 28 da lei n. 1145, de 30 de dezembro de 1903: «A importância das verbas votadas nas leis de orçamento, para os trabalhos graphicos e accessorios das repartições e estabelecimentos federaes da Capital da Republica, não sahirá do Thesouro.

A proporção que esses trabalhos forem sendo executados pela Imprensa Nacional, na forma da legislação em vigor, e à vista da requisição da repartição respectiva e da conta da Imprensa, a esta será creditada a importância dos servicos feitos, até o maximo das verbas votadas para cada repartição ou estabelecimento.»

28. Art. 3º da lei n. 1616, de 30 de dezembro de 1906:—E' o Presidente da Republica autorizado:

VIII. A rever o regulamento n. 5072, de 12 de dezembro de 1903 (sobre companhias de seguros marítimos e terrestres) sob as seguintes bases:

a) Consolidar em um só regulamento as disposições do decreto n. 4270, de 10 de dezembro de 1901, segundo as alterações feitas pelo decreto n. 5072, de 12 de dezembro de 1903, em virtude da lei n. 953, de 29 de dezembro de 1902, art. 2º, n. 12, que autorizou a sua revisão e as da lei

TABELLA -- A

LEIS N. 589, DE 9 DE SETEMBRO DE 1850, ART. 1.º, § 6.º E N. 2348,
DE 25 DE AGOSTO DE 1873, ART. 20

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

Ouro

Papel

Decreto n. 5830, de 8 de janeiro
de 1906

Credito para pagamento de ajuda
de custo ao bacharel José Mo-

n. 4144, de 30 de dezembro de 1903, art. 25, §§ 1.º e 2.º e lei n. 1318, de 31 de dezembro de 1904, art. 20, n. 14, regulamentada pelo decreto n. 5466, de 25 de fevereiro de 1905, observando na mesma as seguintes disposições:

1.ª As despesas com a repartição da secretaria da Inspectoria de Seguros serão custeadas com as contribuições que, consideradas como imposto, pagarão as companhias de seguros, em geral, que estiverem funcionando sob qualquer regimen, ou vierem a funcionar, quer sejam nacionaes, quer estrangeiras, e serão fixadas por igual para todas as companhias, independente da contribuição que a estas ultimas cabe por força do art. 54 do regulamento n. 5072, de 12 de dezembro de 1903.

2.ª As companhias que pretenderem repecer operações, reabrir agencias já autorizadas ou estabelecer novas agencias, des le que para este ultimo caso dependam de autorização especial do Governo, só o poderão fazer desde que previamente se sujeitem ao regimen geral das leis em vigor.

3.ª As companhias que, funcionando sob o regimen dos arts. 8º e 9º do regulamento n. 5072, de 12 de dezembro de 1903, renovarem ou prorogarem os prazos dos contractos de seguros terrestres e maritimos emitidos até a data em que fôr expedida a consolidação ou que dessa data em diante effectuarem novos contractos de seguros, serão obrigadas a constituir no Brazil uma reserva de 20 % dos lucros liquidos verificados annualmente, nos termos do art. 2º, n. 2 do regulamento n. 5072, de 1903, sob pena de lhes ser cassada a autorização para funcionar.

4.ª E' nullo todo o contracto de seguro que fôr parte do maior importancia segurada e não contiver declaração especificada das importancias seguradas, prazos e nomes dos demais seguradores.

5.ª Incorrerá na multa de 10 % sobre o valor dos contractos, que infringirem a disposição do paragrapho supra, cada um dos contractantes que constarem dos contractos ou de qualquer documento indicativos, que forem apprehendidos.

6.ª Serão sellados e rubricados, nos termos do Código Commercial, os livros de registro das apolices emitidas ou renovadas, que todas as companhias de seguros, de que tratam os paragraphos supra, ficam obrigadas a manter em dia, sendo facultado o seu exame á Inspectoria de Seguros, sempre que o exigir.

b) Todos os generos de exportação só poderão ter despacho pelas Alfandegas da União depois de exhibido o documento de seguro fido em qualquer companhia nacional ou estrangeira, autorizada a funcionar no país.

c) Poderá ser dispensada a exhibição do documento do seguro de que trata a letra anterior, substituida a declaração do proprietario do genero de que a exportação é feita, correndo o risco por conta da fazenda.»

	Ouro	Papel
reira Alves da Silva, juiz de comarca do territorio do Acre	—	2:612\$000
<i>Decreto n. 5863, de 22 de janeiro de 1906</i>		
Credito para pagamento dos ven- cimentos de um official e de um amanuense do Supremo Tribunal Federal e da grati- ficacão de dous auxiliares....	—	17:344\$894
<i>Decreto n. 5894, de 12 de fevereiro de 1906</i>		
Credito supplementar á verba— Soccorros Publicos—do exer- cicio de 1906.....	—	300:000\$000
<i>Decreto n. 5910, de 5 de março de 1906</i>		
Credito supplementar á verba— Soccorros Publicos — do exer- cicio de 1906.....	—	400:000\$000
<i>Decreto n. 5947, de 26 de março de 1906</i>		
Credito supplementar á verba— Soccorros Publicos — do exer- cicio de 1906.....	—	75:000\$000
<i>Decreto n. 5986, de 23 de abril de 1906</i>		
Credito supplementar á verba— Soccorros Publicos—do exer- cicio de 1906.....	—	50:000\$000
<i>Decreto n. 5991, de 30 de abril de 1906</i>		
Credito para pagamento do pre- mio de viagem ao Dr. Aloysio de Castro.....	4:200\$000	
<i>Decreto n. 6031, de 9 de julho de 1906</i>		
Credito supplementar á verba — Soccorros Publicos — do exercicio de 1906.....	133:740\$517

	Ouro	Papel
<i>Decreto n. 6135, de 10 de setembro de 1906</i>		
Credito para o pagamento dos vencimentos dos delegados de saude dos portos de S. Francisco e Itajahy.....	2:400\$070
<i>Decreto n. 6144, de 17 de setembro de 1906</i>		
Credito supplementar para o pagamento do subsidio dos membros do Congresso Nacional durante a prorogação da sessão até 2 de outubro de 1906	618:750\$000
<i>Decreto n. 6145, de 17 de setembro de 1906</i>		
Credito supplementar para pagamento das despesas com o serviço de stenographia, revisão, redacção, impressão e publicação dos debates do Congresso Nacional durante a prorogação da sessão até 2 de outubro de 1906.....	80:000\$000
<i>Decreto n. 6159, de 1 de outubro de 1906</i>		
Credito supplementar á verba — Soccorros publicos — do exercício de 1906.....	240:083\$140
<i>Decreto n. 6175, de 15 de outubro de 1906</i>		
Credito supplementar á verba n. 15, do orçamento de 1906, para occorrer ás despesas com guardas civis.....	24:465\$368
<i>Decreto n. 6188, de 22 de outubro de 1906</i>		
Credito supplementar para pagamento do subsidio dos membros do Congresso Nacional durante a prorogação da sessão até 2 de novembro de 1906.....	618:750\$000

	Ouro	Papel
<i>Decreto n. 6180, de 22 de outubro de 1906</i>		
Credito supplementar para occor- rer ás despesas com o serviço de stenographia, revisão, re- daccção, impressão e publica- ção dos debates do Congresso Nacional durante a proroga- ção das sessões até 2 de no- vembro de 1906.		80:000\$000
<i>Decreto n. 6226, de 13 de dezembro de 1906</i>		
Credito supplementar á verba n. 10, do orçamento de 1906, para occorrer ás despesas com o augmento dos vencimen- tos dos empregados da Secretaria de Estado.		7:037\$468
<i>Decreto n. 6239, de 22 de novembro de 1906</i>		
Credito supplementar para ex- ecução da lei n. 1.546, de 5 de novembro de 1906.		18:615\$000
<i>Decreto n. 6240, de 22 de novembro de 1906</i>		
Credito supplementar para occor- rer ao pagamento do subsidio dos membros do Congresso Nacional durante a proroga- ção da sessão até o dia 2 de dezembro de 1906.		61:750\$000
<i>Decreto n. 6244, de 22 de novembro de 1906</i>		
Credito para occorrer ás despe- zas com o serviço de steno- graphia, revisão, redaccção, impressão e publicação dos debates do Congresso Nacio- nal durante a prorrogação das sessões até o dia 2 de dezem- bro de 1906.		80:000\$000

	Ouro	Papel
<i>Decreto n. 6212, de 22 de novembro de 1906</i>		
Credito supplementar para a execução da lei n. 150), de 1 de setembro de 1906.....	195:019\$591
<i>Decreto n. 6219, de 29 de novembro de 1906</i>		
Credito para pagamento do professor do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, José Rabello Leite Sobrinho, em virtude da lei n. 1529, de 15 de outubro de 1906.....	9:810\$747
<i>Decreto n. 6255, de 6 de dezembro de 1906</i>		
Credito supplementar para pagamento do augmento de vencimentos de um lente do Externato do Gymnasio Nacional...	1:07 \$500
<i>Decreto n. 6275, de 20 de dezembro de 1906</i>		
Credito supplementar para occorrer ao pagamento do subsidio dos membros do Congresso Nacional durante a prorogação das sessões até o dia 30 de dezembro de 1906.....	577:500\$000
<i>Decreto n. 6276, de 20 de dezembro de 1906</i>		
Credito para pagamento á Imprensa Nacional da despesa com a impressão da obra de A. Sergipe «A nova luz sobre o passado».....	33:827\$500
<i>Decreto n. 6290, de 21 de dezembro de 1906</i>		
Credito para occorrer ás despesas com o serviço de steno-graphia, revisão, redacção,		

	Ouro	Papel
impressão e publicação dos debates do Congresso Nacional durante a prorrogação das sessões até 30 de dezembro de 1906.....	68:000\$000
<i>Decreto n. 6251, de 27 de dezembro de 1906</i>		
Credito suplementar á verba — Soccorros Publicos— do exercício de 1906.....	283:664\$204
	<u>4:200\$000</u>	<u>4.549:340\$438</u>

Ministerio das Relações Exteriores

	Ouro	Papel
<i>Decreto n. 5912, de 6 de março de 1906</i>		
Credito para occorrer ás despesas relativas ao Tribunal Arbitral, estabelecido pela convenção de arbitramento concluída em 12 de julho de 1904, entre os Governos do Brazil e do Perú.....	200:000\$000
<i>Decreto n. 5966, de 14 de abril de 1906</i>		
Credito para occorrer ás despesas relativas ao Tribunal Arbitral, estabelecido pelo art. II do Tratado firmado em Petropolis, em 17 de novembro de 1903.....	150:000\$000
<i>Decreto n. 6,263, de 13 de dezembro de 1906</i>		
Credito suplementar para pagamento da differença de vencimentos a diversos membros do Corpo Diplomatico...	99:133\$299	
	<u>99:133\$299</u>	<u>350:000\$000</u>

Ministerio da Marinha

Decreto n. 6118, de 22 de agosto de 1906

	Papel
Credito supplementar a diversas verbas do orçamento de 1906, para execução da lei n. 1473, de 9 de janeiro de 1905.....	1.013:120\$506

Decreto n. 6237, de 22 de novembro de 1906

Credito supplementar á verba — Secretaria de Estado — para execução da lei n. 1555, de 13 de novembro de 1906.....	2:712\$485
--	------------

Decreto n. 6111, de 11 de março de 1907

Credito supplementar ás verbas 25 — Fretes, passagens, ajudas de custo, etc.—e 23ª—Eventuais —do orçamento de 1906.....	190:490\$141
---	--------------

Decreto n. 6130, de 27 de março de 1907

Credito supplementar para pagamento do augmento dos vencimentos aos leutes cathedrauticos, substitutos e professores da Escola Naval, no exercicio de 1906.....	26:100\$000
	<hr/> 1.212:423\$135

Ministerio da Guerra

Decreto n. 5918, de 7 de março de 1906

	Papel
Credito supplementar para a execução do decreto legislativo n. 1473, de 9 de janeiro de 1906..	1.350:961\$640

Decreto n. 6235, de 22 de novembro de 1906

Credito supplementar para occorrer á despesa com o augmento de vencimentos dos empregados da Secretaria de Estado.....	2:785\$500
--	------------

Papel

Decreto n. 6327, de 17 de janeiro de 1907

Credito supplementar para occorrer á despeza com o augmento de vencimentos do empregados civis da Direcção Geral de Saude e da Intendencia Geral da Guerra, durante o exercicio de 1906.....	237:\$068
--	-----------

Decreto n. 6385, de 28 de fevereiro de 1907

Credito para occorrer ao pagamento do pessoal docente dos Institutos Militares de Ensino, de accordo com o decreto legislativo n. 1500, de 1 de setembro de 1906, nos exercicios de 1906 e 1907.....	223:200\$ 100
--	---------------

Decreto n. 4609, de 14 de março de 1907

Credito supplementar á verba 15ª—Material—consignação n. 32—Transporte de tropas, etc., do orçamento de 1906.....	493:947\$597
---	--------------

Decreto n. 4635, de 27 de março de 1907

Credito supplementar á verba 12ª—Ajudas de custo — do exercicio de 1906.....	32:300\$000
	<hr/> 2.312:433\$805 <hr/>

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas

Decreto n. 5911, de 6 de março de 1906

Ouro

Papel

Credito para as despesas com o proseguimento dos estudos da Estrada de Ferro de S. Luiz a Caxias.....	180:000\$000
---	--------------

Decreto n. 5917, de 6 de março de 1906

Credito para occorrer ao pagamento da differença de vencimentos dos telegraphistas da Repartição Geral dos Telegraphos.....	585:000\$000
---	--------------

	Ouro	Papel
<i>Decreto n. 6008, de 2 de maio de 1906</i>		
Credito para as obras de alarga- mento da bitola da Estrada de Ferro Central do Brazil, de Taubaté a S. Paulo.....	670:000\$000
<i>Decreto n. 6009, de 2 de maio de 1906</i>		
Credito para as obras de prolon- gamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brazil.....	600:000\$000
<i>Decreto n. 6029 de 15 de maio de 1906</i>		
Credito para pagamento das gra- tificações aos engenheiros que foram incumbidos do recebi- mento e entrega das estradas de ferro encampadas e depois arrendadas.....	24:000\$000
<i>Decreto n. 6076, de 19 de junho de 1906</i>		
Credito para as obras de alarga- mento da bitola da Estrada de Ferro Central do Brazil, de Taubaté a S. Paulo.....	500:000\$000
<i>Decreto n. 6091, de 24 de julho de 1906</i>		
Credito para pagamento das gra- tificações arbitradas aos en- genheiros incumbidos do re- cobimento e entrega das es- tradas de ferro encampadas e depois arrendadas.....	16:000\$000
<i>Decreto n. 6147, de 18 de setembro de 1906</i>		
Credito supplementar á verba n. 11, do orçamento de 1906, consignação—revisão da rede, novas canalizações, etc.....	600:000\$000

	Ouro	Papel
<i>Decreto n. 6243, de 22 de novembro de 1906</i>		
Credito suplementar para occor- rer á despeza com o augmento de vencimentos dos emprega- dos da Secretaria de Estado, em virtude da lei n. 1555, de 13 de novembro de 1906....	5:859\$901
<i>Decreto n. 6278, de 20 de dezembro de 1906</i>		
Credito para occorrer ás despesas com o prolongamento da linha do centro da Estrada de Ferro Central do Brazil.....	250:000\$100
<i>Decreto n. 6279, de 20 de dezembro de 1906</i>		
Credito para occorrer ás despesas com o alargamento da bitola da Estrada de Ferro Central do Brazil, de Taubaté a São Paulo.....	600:000\$000
<i>Decreto n. 6402, de 7 de março de 1907</i>		
Credito suplementar para paga- mento dos juros do segundo semestre de 1906 devidos á Companhia Estrada de Ferro Victoria e Minas.....	215:812\$560	
	<hr/> 215:812\$560	<hr/> 3.960:859\$901

Ministerio da Fazenda

	Ouro	Papel
<i>Decreto n. 5840, de 13 de janeiro de 1906</i>		
Credito para occorrer á liquida- ção do debito da União para com o Estado do Rio de Ja- neiro.....	248:524\$900

	Ouro	Papel
<i>Decreto n. 5878, de 3 de fevereiro de 1906</i>		
Credito para pagamento a José Ferreira dos Santos, em virtude de sentença judicial.....		84:755\$170
<i>Decreto n. 5880, de 3 de fevereiro de 1906</i>		
Credito para pagamento ao Dr. Godefredo Xavier da Cunha, em virtude de sentença judicial.....		1:143\$64
<i>Decreto n. 5881, de 10 de fevereiro de 1906</i>		
Credito para pagamento a Procu- rator José Lorena da Silva, em virtude de sentença judicial.....		5:182\$620
<i>Decreto n. 5887, de 19 de fevereiro de 1906</i>		
Credito para pagamento a D. The- reza Barboza dos Santos, em virtude de sentença judicial.....		5:421\$472
<i>Decreto n. 5888, de 10 de fevereiro de 1906</i>		
Credito para pagamento a Pedro Lobão, em virtude de sen- tença judicial.....		2:875\$069
<i>Decreto n. 5889, de 10 de fevereiro de 1906</i>		
Credito para pagamento ao Barão de Loreto, Dr. Franklin Ame- rico de Menezes Doria, em virtude de sentença judicial.....		87:848\$050
<i>Decreto n. 5898, de 17 de fevereiro de 1906</i>		
Credito para pagamento aos her- deiros do Dr. Antonio Carlos		

	Ouro	Papel
Ribeiro de Andrada Machado e Silva, em virtude de sentença judicial.....	53:529\$140
<i>Decreto n. 5908, de 3 de março de 1906</i>		
Credito para pagamento a Francisco Ferreira da Rosa e D. Amélia Duarte de Oliveira, em virtude de sentença judicial.....	68:544\$764
<i>Decreto n. 5921, de 10 de março de 1906</i>		
Credito para as despesas com o serviço de uniformização dos typos das apolices durante o exercicio de 1905.....	60:000\$000
<i>Decreto n. 5922, de 10 de março de 1906</i>		
Credito para pagamento à Companhia Metropolitana, em virtude de sentença judicial.....	2.185:300\$400
<i>Decreto n. 5923, de 10 de março de 1906</i>		
Credito para pagamento a M. Bauman e outros, em virtude de sentença judicial.....	3.263:615\$579
<i>Decreto n. 5929, de 17 de março de 1906</i>		
Credito para as despesas de pessoal e material, no exercicio de 1906, dos pollos fiscaes mixtos do Breu e Catalhy, no Alto Juruá e Alto Purús.....	81:690\$000
<i>Decreto n. 5930, de 17 de março de 1906</i>		
Credito para occorrer á restituição do capital pertencente ao orphão Oscar Silvino da Fonseca.....	1:171\$667

	Ouro	Papel
<i>Decreto n. 5939, de 21 de março de 1906</i>		
Credito para pagamento a Manoel Gomes, em virtude de sentença judiciaria.....		183\$844
<i>Decreto n. 5940, de 21 de março de 1906</i>		
Credito para pagamento ao Br. Ramiro Pereira de Abreu, em virtude de sentença judiciaria		802\$286
<i>Decreto n. 5941, de 21 de março de 1906</i>		
Credito para pagamento a Frederico Lopes Branco, em virtude de sentença judiciaria.....		9:855\$346
<i>Decreto n. 5942, de 21 de março de 1906</i>		
Credito para pagamento a Carl Hoppek & Comp. e Ernest Vahl & Sallentien, em virtude de sentença judiciaria.....		24:244\$860
<i>Decreto n. 5987, de 23 de abril de 1906</i>		
Credito para pagamento ao 1º tenente da Armada Horacio Nelson de Paula Barros, em virtude de sentença judiciaria..		59:603\$021
<i>Decreto n. 6010, de 5 de maio de 1906</i>		
Credito para pagamento a Virgilio dos Reis Araujo Góes, em virtude de sentença judiciaria..		41:132\$762
<i>Decreto n. 6011, de 5 de maio de 1906</i>		
Credito para pagamento a Manoel de Assumpção e Silva, em virtude de sentença judiciaria..		38:919\$315

	Ouro	Papel
<i>Decreto n. 6012, de 5 de maio de 1906</i>		
Credito para pagamento a Francisco Rodrigues Pereira e sua mulher, em virtude de sentença judiciaria.....		28:153\$406
<i>Decreto n. 6022, de 12 de maio de 1906</i>		
Credito para pagamento a João Lourenço de Azevedo, em virtude de sentença judiciaria..		35:546\$580
<i>Decreto n. 6023, de 12 de maio de 1906</i>		
Credito para pagamento a Joaquim Antonio Lopes, em virtude de sentença judiciaria.....		45:747\$240
<i>Decreto n. 6047, de 26 de maio de 1906</i>		
Credito para pagamento a Antonio José da Costa e Souza, em virtude de sentença judiciaria..		35:201\$119
<i>Decreto n. 6064, de 9 de junho de 1906</i>		
Credito para pagamento a Franklin Barbosa de Andrade, em virtude de sentença judiciaria.		42:797\$500
<i>Decreto n. 6087, de 13 de julho de 1906</i>		
Credito para pagamento á Companhia Lloyd Brasileiro, em virtude de sentença judiciaria.....		221:039\$460
<i>Decreto n. 6120, de 25 de agosto de 1906</i>		
Credito suplementar á verba — Tribunal de Contas — para execução da lei n. 1490, de 6 de agosto de 1906.....		5:847\$220
Legislativo — 1907		

	Ouro	Papel
<i>Decreto n. 6121, de 25 de agosto de 1906</i>		
Credito para pagamento ao conselheiro Ignacio José de Mendonça Uchôa, em virtude de sentença judiciaria.....	7:55\$120
<i>Decreto n. 6126, de 1 de setembro de 1906</i>		
Credito para pagamento ao Dr. Plinio de Castro Casado, Albino Pereira Pinto e Valencio Baptista Gomes, em virtude de sentença judiciaria.....	783\$000
<i>Decreto n. 6142, de 15 de setembro de 1906</i>		
Credito para pagamento a Ruben Tavares, em virtude de sentença judiciaria.....	8:40\$000
<i>Decreto n. 6171, de 13 de outubro de 1906</i>		
Credito para pagamento ao tenente-coronel reformado da brigada policial Joaquim José de Castro Sampaio Filho, em virtude de sentença judiciaria.....	92:267\$518
<i>Decreto n. 6173, de 13 de outubro de 1906</i>		
Credito para pagamento ao alferes reformado da brigada policial Herculano Teixeira de Magalhães, em virtude de sentença judiciaria.....	33:039\$756
<i>Decreto n. 6179, de 20 de outubro de 1906</i>		
Credito para pagamento a Cunha Paranhos & Comp., em virtude de sentença judiciaria...	2:463\$984

	Ouro	Papel
<i>Decreto n. 6180, de 20 de outubro de 1906</i>		
Credito suplementar á verba.— Tribunal do Contas—para ex- ecução da lei n. 1.526, de 13 de outubro de 1906.....	28:386\$592
<i>Decreto n. 6190, de 23 de outubro de 1906</i>		
Credito para pagamento á Em- presa de Navegação e Com- mercio, em virtude de sen- tença judiciaria.....	7:707\$250
<i>Decreto n. 6205, de 3 de novembro de 1906</i>		
Credito para occorrer á despesa com a aquisição do predio sito á praça da Republica n. 105.....	68:058\$200
<i>Decreto n. 6220, de 12 de novembro de 1906</i>		
Credito para formar o capital das ações do Banco do Brazil to- madas pelo Thesouro.....	11.407:708\$300
<i>Decreto n. 6250, de 29 de novembro de 1906</i>		
Credito para pagamento ao te- nente-coronel José Faustino da Silva, em virtude de sen- tença judiciaria.....	6:492\$940
<i>Decreto n. 6259, de 13 de dezembro de 1906</i>		
Credito para pagamento da diffe- rença de soldo ao soldado reformado do Exército João de Magalhães Faria.....	2:858\$400
<i>Decreto n. 6300, de 29 de dezembro de 1906</i>		
Credito para pagamento ao alferes reformado da brigada poli- cial Alfredo Marques de Oli- veira Paes, em virtude do sentença judiciaria.....	39:000\$623

	Onro	Papel
<i>Decreto n. 6301, de 29 de dezembro de 1905</i>		
Credito para pagamento a Arthur Americo Belém, em virtude de sentença judiciaria.....	3:600\$000
<i>Decreto n. 6302, de 29 de dezembro de 1906</i>		
Credito para pagamento ao bispo D. Carlos Luiz d'Amour, em virtude de sentença judiciaria	16:500\$000
<i>Decreto n. 6303, de 29 de dezembro de 1906</i>		
Credito para pagamento ao coronel Lauro Domingues Prates e outros, em virtude de sentença judiciaria.....	153:411\$075
<i>Decreto n. 6319, de 10 de janeiro de 1907</i>		
Credito para as despesas de pessoal e material da Caixa de Conversão, no exercicio de 1906.....	21:536\$141
<i>Decreto n. 6346, de 31 de janeiro de 1907</i>		
Credito para occorrer á despesa com aquisição de prata.....	785:365\$000	
<i>Decreto n. 6365, de 11 de fevereiro de 1907</i>		
Credito suplementar á verba 18ª — Mesas de Rendas e Collecatorias—do exercicio de 1906	706:810\$075
<i>Decreto n. 6376, de 21 de fevereiro de 1907</i>		
Credito suplementar á verba 9ª — Recebedoria da Capital Federal — exercicio de 1906....	22:192\$261

	Ouro	Papel
<i>Decreto n. 6383, de 23 de fevereiro de 1907</i>		
Credito supplementar á verba 5ª — Pensionistas — do exercicio de 1906.....	100:000\$000
<i>Decreto n. 6390, de 28 de fevereiro de 1907</i>		
Credito supplementar á verba 9ª — Recebedoria do Capital Federal — para pagamento de percentagens aos cobradores, no exercicio de 1906.....	28:359\$826
<i>Decreto n. 6429, de 25 de março de 1907</i>		
Credito supplementar á verba — Alfandegas — do exercicio de 1906.....	728:590\$376
<i>Decreto n. 6431, de 27 de março de 1907</i>		
Credito supplementar á verba — Juros dos depositos das Caixas Economicas e Montes de Socorro — do exercicio de 1906..	1.148:860\$613
	<u>785:365\$000</u>	<u>21.377:042\$129</u>

Resumo

	Ouro	Papel
Ministerio da Justiça e Negocios		
Interiores....	4:200\$000	4.549:340\$438
Ministerio das Relações Exteriores	99:133\$299	350:000\$000
» da Marinha.....	1.212:423\$135
» da Guerra.....	2.312:433\$805
» da Industria, Viação e Obras Publicas.....	215:812\$500	3.960:859\$901
» da Fazenda.....	785:365\$000	21.377:042\$129
	<u>1.104:510\$859</u>	<u>33.762:093\$408</u>

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1907.

David Campista.

TABELLA — B

VERBAS DO ORÇAMENTO PARA AS QUAES O GOVERNO PODERÁ ABRIR CREDITO SUPPLEMENTAR NO EXERCICIO DE 1908, DE ACCORDO COM AS LEIS N.º 358, DE 9 DE SETEMBRO DE 1850, 2348, DE 25 DE AGOSTO DE 1873, E 428, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1896, ART. 8º, N.º 2, E ART. 23 DA LEI N.º 491, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1887

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

Soccorros publicos.

Subsidios aos Deputados e Senadores — Pelo que fôr preciso durante as prorrogações.

Secretaria do Senado e da Camara dos Deputados — Pelo serviço stenographico e de redacção e publicação dos debates, durante as prorrogações.

Ministerio das Relações Exteriores

Extraordinarias no exterior.

Ministerio da Marinha

Hospitnes — Pelos medicamentos e utensis.

Reformados — Pelo soldo de officiaes e praças.

Munições de bocca — Pelo sustento e dieta das guarnições dos navios da Armada.

Munições navaes — Pelos casos fortuitos de avaria, naufragios, alijamento de objectos ao mar e outros sinistros.

Fretes — Para comissões de saque, passagens autorizadas por lei, fretes de volumes e ajudas de custo.

Eventuales — Para tratamento de officiaes e praças em portos estrangeiros e em Estados onde não ha hospitaes e enfermarias, e para despesas de enterramentos e gratificações e extraordinarias determinadas por lei.

Ministerio da Guerra

Hospitales e enfermarias — Pelos medicamentos e utensis a praças de pret.

Soldo, etapas e gratificações de officiaes — Pelas gratificações de voluntarios e engajados e premios aos mesmos.

Soldo, etapas e gratificações de praças — Pelas que ocorrerem além da importância consignada.

Classes inactivas — Pelas etapas das praças invalidas e soldo de officiaes e praças reformadas.

Ajudas de custo — Pelas que se abonarem aos officiaes que viajam em commissão de serviço.

Materiaes — Diversas despezas pelo transporte de tropas.

Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas

Garantia de juros ás estradas de ferro, nos engenhos centrais e portos — Pelo que exceder ao decretado.

Ministerio da Fazenda

Juros da dívida interna fundada — Pelos que ocorrerem no caso de fundar-se parte da dívida fluctuante ou de se fazerem operações de credito.

Juros da dívida inscripta, etc. — Pelos reclamados além do algarismo orçado.

Aposentados — Pelas aposentadorias que forem concedidas além do credito votado.

Pensionistas — Pela pensão, meio soldo do montepio e funeral, quando a consignação não fôr sufficiente.

Caixa de Amortização — Pelo feitiço e assignatura de notas.

Recebedoria — Pelas porcentagens aos empregados e commissões aos cobradores, quando as consignações não forem sufficientes.

Alfandegas — Pelas porcentagens aos empregados, quando as consignações excederem ao credito votado.

Mesas de Renditas e Collectorias — Pelas porcentagens aos empregados, quando não bastar o credito votado.

Fiscalização e mais despezas dos impostos de consumo e de transporte — Pelas porcentagens, diarias, passagens e transporte.

Commissão aos vendedores particulares de estampilhas — Quando a consignação votada não chegar para occorrer ás despezas.

Ajudas de custo — Pelas que forem reclamadas além da quantia orçada.

Porcentagem pela cobrança executiva das dívidas da União — Pelo excesso da arrecadação.

Juros diversos — Pelas importancias que forem precisas além das consignadas.

Juros dos bilhetes do Thesouro — Idem, idem.

Commissões e corretagem — Pelo que fôr necessario além da somma concedida.

Juros dos empréstimos do Cofre dos Orphãos — Pelos que forem reclamados, si a sua importancia exceder a do credito votado.

Juros dos depositos das Caixas Economicas e dos Montes de Soccorro — Pelos que forem devidos além do credito votado.

Exercicios findos — Pelas aposentadorias, pensões, ordenados, soldos e outros vencimentos marcados em lei, e outras despesas, nos casos do art. 11 da lei n. 2330, de 3 de setembro de 1884.

Reposições e restituições — Pelos pagamentos reclamados, quando a importancia dellas exceder a consignação.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1907.

David Campista.

